

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 18 • 2018

ESTUDOS DOS SÉCULO

XX

número 18 . 2018

FUNDADOR

Luís Reis Torgal

DIRETOR

António M. Rochette Cordeiro

COORDENAÇÃO

Álvaro Garrido e Sara Trindade

CONSELHO EDITORIAL

Ana Leonor Pereira (aleop@ci.uc.pt)

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

António Sampaio da Nóvoa (anovoa@ie.ulisboa.pt)

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Univ. de Lisboa

António Gomes Ferreira (antonio@fpce.uc.pt)

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

António Pedro Pita (appita@gmail.com)

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

António Rafael Amaro (aamaro@fe.uc.pt)

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Carlos Camponez (c.camponez@sapo.pt)

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Carlos E. Pacheco Amaral (Carlos.ep.amaral@uac.pt)

Universidade dos Açores

Didier Francfort (arrivefrancfort@aol.com)

Université Nancy 2

Eloy Fernández Clemente (efernan@unizar.es)

Universidad de Zaragoza

Estevão Chaves de Rezende Martins (ecrm@terra.com.br)

Universidade de Brasília

Isabel Maria Freitas Valente (valente.isa@gmail.com)

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20

Isabel Nobre Vargues (ivargues@fl.uc.pt)

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

João Paulo Avelãs Nunes (jpavelas@fl.uc.pt)

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

João Rui Pita (jrpita@ff.uc.pt)

Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra

Joaquim Ramos de Carvalho (joaquim@uc.pt)

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Jorge Seabra (jorge-seabra@sapo.pt)

Instituto Politécnico de Tomar

Juan Antonio Rodríguez Sánchez (jarshm@usal.es)

Universidad de Salamanca

Luís Mota (mudamseostempos@gmail.com)

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra

Luís Reis Torgal (lreistorgal@gmail.com)

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20

Maria Emília da Costa Prado (emiprado@gmail.com)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Maria Manuel Borges (mmborges@gmail.com)

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Maria Manuela Tavares Ribeiro (mtribeiro7@gmail.com)

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra

Mariano Esteban de Vega (maes@usal.es)

Universidad de Salamanca

Mário Mesquita (mmesquita@escs.ipl.pt)

Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento

AVALIADORES EXTERNOS

Carlota Boto – Universidade de São Paulo

Nicolas Werth – Université Paris 8

Kirsten Frandsen – University of Aarhus

Julio Peréz Serrano – Universidad de Cádiz

Manfred Thaller – University of Cologne

Dulce Pimentel – Universidade Nova de Lisboa

REDAÇÃO

Investigadores e Colaboradores do CEIS20

A Revista Estudos do Século XX é uma Revista com arbitragem científica.

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Marlene Taveira

PROPRIEDADE E SEDE DA REDACÇÃO

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20

Rua Filipe Simões, n.º 33

3000-186 Coimbra

Telefone: + 351 239 708 870

Fax: + 351 239 708 871

E-mail: ceis20@ci.uc.pt

URL: <http://www.uc.pt/iii/ceis20>

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 18 . 2018

Ficha Técnica

Edição e Assinaturas

Imprensa da Universidade de Coimbra
Rua da Ilha n.º 1
3000-214 Coimbra

E-mail: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Design

António Barros

Infografia da Capa

Imprensa da Universidade de Coimbra

Paginação

Bookpaper, Lda

Impressão e acabamento

Tipografia Damasceno

Preço deste Número

25 euros

Periodicidade

Anual

Assinaturas

Portugal 20 euros

(Estudantes 17.50 euros)

ISSN 1645-3530

ISSN DIGITAL 1647-8622

DOI https://doi.org/10.14195/1647-8622_18

Depósito Legal 252201/06

Esta revista encontra-se indexada e catalogada na Latindex (www.latindex.unam.mx), na International Bibliography of the Social Sciences (www.lse.ac.uk/collections/IBSS/) e na European Reference Index for the Humanities - ERIH (<https://www2.esf.org/ERIH/Foreword/index.asp>).

A responsabilidade dos textos é dos autores.

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

UID/HIS/00460/2013

ESTUDOS DOS SÉCULO

XX

Índice

António M. Rochette Cordeiro; Álvaro Garrido; Sara Dias-Trindade, <i>Nota Introdutória</i>	9
--	---

ARTIGOS

Andrei Marga, <i>The Sense of the Our-Days History</i>	15
---	----

Mário Matos e Lemos, <i>Espanha, Agosto de 1936 – Henrique Galvão enviado de Salazar à Guerra Civil</i>	37
--	----

Miguel Dias Santos, <i>Germanofilia em Portugal durante a Grande Guerra: o caso do jornal ABC, de Madrid</i>	51
---	----

Jorge Mano Torres, <i>Os agremiados, os contribuintes e o tecido comercial. Os Grémios do Comércio de Braga e Guimarães, 1944-1955</i>	75
---	----

Alice Cunha; Yvette Santos, <i>The participation of Portuguese students in ERASMUS: from its European conception to its implementation in universities....</i>	97
---	----

Aurora Almada Santos, <i>Da “Débil Presença” ao Fait Accompli: A Organização das Nações Unidas e a Descolonização Portuguesa</i>	115
---	-----

Ana Teresa Peixinho; Luís Augusto Costa Dias, <i>O intelectual, o artista e as massas na cultura portuguesa finissecular</i>	135
---	-----

José Guilherme Victorino, <i>O teatro como manifesto político no advento do salazarismo: o caso da peça “O Estandarte” em 1932</i>	153
---	-----

João Moreira, <i>João Martins Pereira. Um intelectual público para além do «pequeno mundo estreito»</i>	169
--	-----

Luís Miguel Correia, <i>Paisagem e Monumentos de Portugal. Imagens do Ressurgimento Nacional</i>	189
---	-----

RECENSÕES E NOTAS DE LEITURA.....	221
-----------------------------------	-----

Nota Introdutória

António M. Rochette Cordeiro
Álvaro Garrido
Sara Dias-Trindade

A edição do presente número da revista *Estudos do Século XX*, publicação periódica editada e distribuída pela Imprensa da Universidade de Coimbra, marca uma viragem importante no percurso da revista e nas dinâmicas da unidade de investigação a que pertence – o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20).

Este número marca a passagem para um regime totalmente *Open Access*, e será o último com periodicidade anual, entrando assim num ritmo de produção mais exigente, mas certamente mais atractivo para todos os investigadores que se dedicam aos estudos no âmbito das Humanidades e Ciências Sociais.

Sendo a revista propriedade do CEIS20, que define e concretiza a sua política editorial e todo o trabalho de redacção, e considerando que o CEIS20 se assume, desde a fundação, como uma unidade de investigação de natureza interdisciplinar, o presente número evidencia uma forte interdisciplinaridade e um sentido de abertura que se pretendem aprofundar no futuro próximo.

Os artigos que neste número se publicam exprimem identidades de discurso e de método muito diversificadas e deixam claro que o discurso científico das Humanidades e das Ciências Sociais é hoje muito eclético e pleno de hibridismos. A lógica multidisciplinar e a prática interdisciplinar enformam as dinâmicas de trabalho do CEIS20, que assentam cada vez mais em redes de trabalho e em projectos internacionais que naturalmente se reflectem na dinâmica editorial que apresentamos. A composição deste número traduz bem essa intersecção entre práticas científicas e resultados editoriais.

A presente edição da revista *Estudos do Século XX* marca também uma nova forma de gerir o trabalho editorial da revista. Pela primeira vez, foi totalmente organizada através de uma plataforma digital própria, através de *call* que se encontra permanentemente aberta. Esta mudança de processos permite não apenas uma gestão mais eficiente da edição como facilita a comunicação com os autores e com os próprios avaliadores científicos.

Os coordenadores agradecem a extraordinária colaboração dos autores dos textos que aqui se publicam e o trabalho eficiente dos avaliadores.

ARTIGOS

O Sentido da História Contemporânea

The Sense of the Our-Days History

Andrei Marga

Andrei Marga, Imérito académico da Universidade de Cluj-Napoca e ex-Ministro da Educação da Roménia. Email: andrei.marga@andreimarga.eu

https://doi.org/10.14195/1647-8622_18_1

Ao longo dos tempos, diferentes autores vêm procurando uma definição da sociedade. Mais espiritualista, como Hegel procurava definir, ou positiva, como Comte, entre outros autores, longa é a tentativa de antecipar o curso do tempo presente. Porém, defende-se neste texto que, nas sociedades do tempo presente, as pessoas fazem a sua história de acordo com quatro sistemas gerados pelo tempo: a economia, a política, a administração e a cultura. Esta interação molda as vidas das pessoas e, consequentemente, a ordem do mundo. É por esse motivo que entendemos que é esta visão integradora que facilita a visão e compreensão do tempo e da História da sociedade. Para esta tentativa de compreensão das sociedades, interessa avaliar o papel dos seus atores, sobretudo das potências mundiais que maior destaque têm (EUA, China, Rússia, União Europeia), e que moldam, em função dos seus interesses, o mundo. Entendendo-se que a "play of the world" se vem decidindo a nível económico e militar, EUA, China e Rússia afiguram-se as três potências que moldam um novo *background* do mundo. Um mundo onde o confronto entre o socialismo oriental e o capitalismo liberal vem diminuindo, onde o projeto moderno de sociedade avança, perene de novos valores em competição, onde as liberdades individuais e os direitos humanos parecem prevalecer num futuro próximo e o problema do desenvolvimento económico e institucional continuará a ter a primazia. Porém, há que ponderar como é que as três superpotências se vão continuar a relacionar em áreas de contacto direto, tendo em conta que vão viver num mundo que clama o multilateralismo, um mundo hético, onde cada potência sabe que nada tem a ganhar com grandes confrontos. Nesta nova ordem mundial a União Europeia terá de se reorganizar em direção à democratização, sob pena de ver o seu futuro em perigo, e recuperar o seu status a nível mundial. Todas estas mudanças, reorganizações, adaptações aos tempos e às suas necessidades levam-nos a viver num mundo repleto de desenvolvimentos alternativos, com oportunidades variadas, mas profundamente incerto. Porém, sem motivos para pessimismos pois essa incerteza pode facilmente ser ultrapassada com uma avaliação aprofundada das realidades, aproveitando as possibilidades de usar a criatividade para alcançar novas ideias e novas formas de viver.

Palavras-chave: História, Sociedade, Democracia, Desenvolvimento

Several authors have, over time, searched for a definition of society. The attempt to prepare for the course of current times, in a more spiritualist way, as Hegel sought to define, or in a positive way, as Comte did, among other authors, takes a great deal of time. This paper, however, argues that, in present-day societies, people build their history according to four systems generated by time: economy, politics, administration and cultura. This interplay shapes people's lives and, therefore, world order. It is for that reason that we believe that this integrated approach facilitates how we look at and understand time and the history of society. In trying to understand societies, it is important to assess the role of its authors, especially that of the major world powers (USA, China, Russia, European Union), that shape the world in a way that suits their interests. On the understanding that the "play of the world" is decided at economic and military level, the USA, China and Russia seem to be the three powers that give new form to the world background. A world in which Eastern socialism and liberal capitalism are declining, in which the modern society project is gaining ground, with everlasting new values in rivalry, in which individual freedoms and human rights seem to prevail in a near future and the issue of economic and institutional development will continue to take precedence. However, we need to consider how the three superpowers will work in concert on direct contact areas, bearing in mind that they will be living in a world that calls for multilateralism, a hectic world in which each power knows that there is nothing to gain if they engage in major confrontations. The European Union will have to reorganise itself in this new world towards democratisation, as otherwise its future will be in danger, and to regain its world status. All these changes, reorganisations, and adapting to new times and their needs means that we will be living in a world full of alternative developments, with varied opportunities, yet profoundly uncertain. There is no reason for pessimism, however, as that uncertainty can easily be overcome through a deeper inquiry into realities, using possibilities in the best way to use creativity in order to reach new ideas and new ways of living.

Keywords: History, Society, Democracy, Development.

À travers les âges, différents auteurs ont cherché une définition de la société. Plus spiritualiste, comme Hegel cherchait à la définir, ou positive, comme Comte, entre autres auteurs, longue est la tentative d'anticiper le cours du temps présent. Nous défendons cependant dans ce texte que dans les sociétés du temps présent, les personnes créent leur histoire selon quatre systèmes générés par le temps : l'économie, la politique, l'administration et la culture. Cette interaction façonne les vies des personnes et, par conséquent, l'ordre du monde. C'est pour cette raison que nous estimons que c'est cette vision intégrative qui facilite la vision et la compréhension du temps et de l'Histoire de la société. Pour cette tentative de compréhension des sociétés, il est intéressant d'évaluer le rôle de ses acteurs, en particulier des puissances mondiales les plus importantes (USA, Chine, Russie, Union Européenne), qui façonnent le monde, en fonction de leurs intérêts. Nous considérons que le "play of the world" se décide au niveau économique et militaire, les USA, la Chine et la Russie semblent être les trois puissances qui façonnent un nouveau *background* du monde. Un monde où la confrontation entre le socialisme oriental et le capitalisme libéral diminue, où le projet moderne de société avance, pérenne de nouvelles valeurs en compétition, où les libertés individuelles et les droits humains semblent prévaloir dans un futur proche et le problème du développement économique et institutionnel continuera à avoir la primauté. Il faut cependant pondérer comment les trois super puissances vont continuer à être liées dans des domaines de contact direct, vu qu'elles vont vivre dans un monde qui clame le multilatéralisme, un monde hétique, où chaque puissance sait qu'elle n'a rien à gagner avec de grandes confrontations. Dans ce nouvel ordre mondial, l'Union Européenne devra se réorganiser en direction de la démocratisation, sous peine de voir son futur en danger et récupérer son statut au niveau mondial. Tous ces changements, réorganisations, adaptations aux temps et à leurs besoins nous font vivre dans un monde plein de développements alternatifs, avec des opportunités variées, mais profondément incertain. Toutefois, sans motifs de pessimisme, car cette incertitude peut facilement être dépassée grâce à une évaluation approfondie des réalités, en profitant des possibilités d'utiliser la créativité pour atteindre de nouvelles idées et de nouvelles façons de vivre.

Mots-clé: Histoire, Société, Démocratie, Développement.

As we know, Hegel was keen in observing the changing of the world of his time. He was informed about the “American Revolution”, while the “French Revolution” was happening not far from his place. He was part of a nation under construction and of a Europe under reorganization. He had knowledge about the development of modern science, of market economy and of the State based on individual rights and liberties. He was aware of the opening brought about by the research of “historical Jesus”, on the background of the “eschatological Jesus”. For all these reasons, Hegel saw in *the identification of the sense of history the key of the understanding of the world*.

The concepts of Hegel’s view of history are: “subject”, “freedom”, “constitution”, “state”, “civil society”, “sense”, and “labor”, “family (interaction)”, “language (communication)”, as milieus of the historical implementation of the “spirit”. With a step which generated misunderstandings Hegel unified his concepts under the concept of “spirit”. His thesis was that modern society represents a culmination in the progress towards the consciousness of freedom. The one who is aware of his/her freedom is free.

Today, we do not dare to follow Hegel in this respect. The motives of human actions are less spiritual, and, more than he believed, “*menschlich, allzu menschlich*”, as Nietzsche put it. The conditioning of initiatives is new, and the results of actions are different. Therefore, it is the case to resume Hegel’s interrogations and to leave aside his approach.

Many thinkers have resumed these interrogations. Consequently, we have behind us *a history of the diagnoses of modern society*: a society of freedom, of exploitation, of sciences, of technology, and, in recent decades, an “asymmetric society” (James S. Coleman), “a society of moral vacuum” (Giles Lipovetsky), a “cinic society” (Peter Sloterdijk), a “chaotic society” (Gianni Vattimo), a “lying society” (Wolfgang Reinhardt), an “invisible society” (Daniel Innerarity), a “risks society” (Ulrich Berger), a “turbulent society” (Alan Greenspan), an “infantile society” (Alexandra Viatteau), an “indifferent society” (Alain-Gerard Slama), a “cleptocratic society” (Sarah Chayes), and a “narcissic society” (Hans-Joachim Maaz) .

But, after Hegel, we have also *a history of the attempts to anticipate the course of the present time*. As we know, Auguste Comte spoke about the “positivation” of knowledge and human affairs due to the progress of experimental sciences, Marx spoke about the “transition to communism”, Max Weber about the society of a “strong submission of individuals” due to the expansion of bureaucracy, Spengler about the “decline of the West”, Dewey about the triumph of democracy, and, finally, Horkheimer and Adorno spoke about the regression of modern society under the “domination of blind nature”.

In a new situation, my thesis is different. If it is to formulate the idea directly, I would say that, in the societies of the late modernity, *people make their history, and they make it within four systems generated in time*. I have in mind *the economy*, where I also include science and technology, *politics*, where I place the organizing values and the army, *the administration*, where I include the system of justice, *culture*, where I also place education and reflexivity. The life of the people of our time passes through these dependencies.

This being the case, to the simple question which many people ask these days, namely, “where to is the world going?” or “what will it be?”, the answer most able of factual confirmation is that the world goes in a direction generated by the

interaction of the four systems. My thesis is that *the sense of present history comes from this interaction, that it inevitably shapes people's lives, and that world order also results from this interaction*. Interactionism is far better than its opposing approaches. It is about the mindset which subordinates history to some metaphysical scenarios (the irrepressible advance towards something, the ubiquity of the good or evil, the triumph of some "races" or religions), about imagining a subject of history in large format (a dominant power, an occult force, a fatal coalition, a social group), or, finally, about the mere exaltation of happening in history.

At this point, I immediately add two observations.

You can't isolate a system to be all-explicative. It is an error of the followers of the German classical philosophy, tempted by the latter's idea to unify all experiences, to take a "factor" (for instance, the economy, with some partisans of Karl Marx, or culture, with some followers of Max Weber) as an overall determinant¹. The interactionist approach leaves behind the difficulties of monism, without falling into Foucault's pessimism, or Luhmann's elevated bureaucratism. Foucault sees structures, but not people, while Luhmann only recognizes functional systems that swallow any initiative.

Sense is not to be approached as a one-sided, singular issue, but as *a compound of questions*, such as: How come I ended up in this situation? Are we confirmed or are we mistaken? Is our life better off or is it endangered? Are we only surrounded by facts, or also by something that integrates facts and makes them coherent? Has the totality of facts any relevance? How are objects, values and actions formed? We have truths, but are they useful, and if they are, in what way? We use values, but to what purpose? From the countless questions that may be formulated, how to distinguish the useful ones? We know the history of the present, but where does it take us? Are we confident that what we see is really happening, or are we mistaken? What is the meaning of life? Is there a purpose in it? What is the meaning of people's life? What is the sense of my life? What is the sense of the world?

All these questions may come down to two questions, which make up the case of sense as such: *a question of direction* – what societies are we heading to? and a *question of significance* – how do they impact our life? Therefore, sense is a composed question.

I will argue my thesis by appealing to historical, economic, sociological, geopolitical facts and analyses. My approach is a philosophical one, but it is based on arguments coming from recent social sciences.

I

What will be the impact of the four systems on the sense of current history? Here is *a synthetic picture of the direction we are taking*.

In *economy*, we are at the dawn of neoliberalism, but the new solution of "the naturalization of economy" takes time to be articulated. The reaction of the most

¹ Some contemporary approaches are also simplifying too much the things when considering that "language created the tribes, writing the advanced ancient culture, printing press brought about modern society, and the computer shaped the society to follow" (BAECKER, Dirk – *Studien zur nächsten Gesellschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2007. p. 7).

important economists² is symptomatic. Globality is the framework of the present time, globalism remains an ideology, while globalization, as it has been conceived starting with the nineties, needs corrections. The most powerful economies in the world operate them, strengthening the role of the respective State.

The result is that post-globalization is taking shape as a concrete possibility³. The causes are, in fact, four.

Advanced societies already face difficulties, which globalization does not resolve, with the distribution of burdens and benefits, the access to decisions, the risk control, and with motivating citizens. Thus, so far, globalization has swept only some of the fields, in varying degrees, so that we can talk about globalization in scientific research, economy, communications, security, but, in others, we dare only talk of internationalization, or even less. On the other hand, globalization extends to a maximum the market on which the products are exchanged, but it cannot prevent the enlarging of other spheres (such as personal or institutional autonomy, community life, private life, inner life), and it even directly or indirectly encourages the extension of needs, the looking for alternative way of life, and sense. It becomes more and more clear – as the research into history has proved⁴ that the globalizing structure of the present world has roots in the dynamics of some nations and what passed as universality was mainly their experience.

The analysis of the sources of change brings about research into the future. In the context of globalization, one appeals to the past in order to serve the present, and research into the future is considered irrelevant since it cannot be exchanged on the market. This exploration requires interrogations and conceptualizations that go beyond the rather functionalistic approaches

At stake is not marketization, but the illusion that it is the only mechanism of socialization. The social State is not the source of difficulties, but its distortion on the “right”, by those who want to annihilate it, or on the “left”, by those who do not refine it⁵. Neither the “invading State” of bureaucratic socialism, nor the “frail State” of classical liberalism are the solutions⁶, and a profound reconsideration is indispensable. The self-assuming of the States seems to become the new solution.

The sciences continue their evolution within which discoveries are made, drawn by the objective of their application. The geography of the cultivation of science

² KRUGMAN, Paul – *The Return of Depression Economics and the Crisis of 2008*. New York; London: W.W.Norton & Company, 2009; STIGLITZ, Joseph E. – *The Great Divide*. New York: Penguin, 2015; ATKINSON, Anthony B. – *Inequality. What can be done?*. Harvard University Press, 2015; GALBRAITH, James K. – *Wachstum neu Denken. Was die Wirtschaft aus der Krise lernen muss?*, Zürich: Rotpunkt Verlag: 2016; PIKETTY, Thomas – *Chronicles. On our troubled times*. New York: Viking, 2016.

³ For details, see MARGA, Andrei – *Metanarativii actuali. Modernizare, dezvoltare, globalizare*. Cluj-Napoca: Gând Transilvan, 2015., p.131-182

⁴ BERMAN, Harold – *Recht und Rechtsrevolution: die Bildung der westlichen Rechtstradition*, Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1991; SASSEN, Saskia – *Territory – Authority – Rights. From Medieval to Global Assemblages*. Princeton University Press, 2006

⁵ MARX, Reinhardt Cardinal – *Das Kapital. Ein Plädoyer für den Menschen*. München: Knaur, 2010. pp. 159-187.

⁶ STIGLITZ, Joseph – *La globalizzazione e suoi oppositori*. Torino: Einaudi, 2002. p.224.

expanded⁷, but it is still unclear how the system of sciences looks like. With the unified theory of nature, in the form of the transcendentalist hypothesis⁸, the series of debates on physics as the unifier of knowledge have been closed, at least at present.

There are, however, deep vision changes due to sciences. Let me mention a few of them. The theory of the auto-poetic systems showed how cognition creates its elements prior to its contact with the environment⁹. The theory of language use has revealed that you cannot designate objects without identifying them (Peter Strawson), that we cannot assign logical predicates without including ourselves in the assignment (Shoemaker), and that we can't prove something before understanding it (Noszík). After Einstein wanted to reduce time to space, today it is accepted that time is something autonomous and there are discussions about the historicity of the laws of nature¹⁰. Peirce's view of uniformities as resulting from evolution enters the scene. Joseph Ratzinger reaffirmed it when he interpreted "the miracles of Jesus" within the historical character of the laws of nature¹¹. The limitations of life (evil, starvation, suffering, sickness and death) come into the proscenium and the writing of history as it was, less about accomplishments, and more about failures, begins¹². The application of data processing in medicine encouraged joined efforts to decipher the genetic code and epigenetics, and the "the packing of genes" becomes the key idea in therapies. You can't go beyond any limit in life, but life of many people can be prolonged¹³. After the region in the brain which becomes active when a person attaches herself to others was located, and after oxytocin and the "instinct" of altruism were identified¹⁴, Darwin's paradigm of the survival of the fittest entered its final phase. Empathy returned among the notions of epistemology¹⁵.

In *politics*, we are in an extended-society – the "world society" (Luhmann) being already a reality. Some believe that in its terms, people should do what they are told to do from a Center! It has become clear, however, that the national framework is among the conditions for the possibility of democracy¹⁶. "Political correctness" is shared by many people, but its criticism has started as well. Cleptocracy has been extended, in

⁷ ANGANG, Hu – *China in 2020. A New Type of Superpower*. Washington DC: Brookings Institution Press, 2011. p. 95-120.

⁸ WEIZSÄCKER, Carl von – *Die Einheit der Natur*. München: Carl Hanser, 1971.

⁹ MATURANA, Humberto R. – *Cognition*. In SCHMIDT, Siegfried J. – *Der Diskurs des Radikalen Konstruktivismus*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1987. p.89-118.

¹⁰ SMOLIN, Lee – *Time Reborn. From the Crisis in Physics to the Future of the Universe*. Harcourt: Houghton Mifflin, 2013. Part I, 5.

¹¹ RATZINGER, Joseph / Benedikt XVII – *Jesus von Nazareth*. Herder, Freiburg, Basel, Wien, Band 1, 2007. p. 15-22.

¹² NEIMAN, Susan – *Das Böse denken? Eine andere Geschichte der Philosophie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2006.

¹³ HUBER, Johannes – *Länger leben. Medizinische Perspektiven und ihre Bedeutung für Gesellschaft*. In LIESSMANN, Konrad Paul – *Ruhm, Tod und Unsterblichkeit. Über der Umgang mit der Endlichkeit*. Wien: Zsolnay, 2004.

¹⁴ GILBERT, Paul – *The Compassionate Mind. A New Approach to Life's Challenges*. New York: New Harbinger, 2009.

¹⁵ TROUT, J.D. – *Why Empathy Matters. The Science and Psychology of Better Judgement*. New York: Penguin, 2008. p. 21-55.

¹⁶ MANNENT, Pierre – *La raison des nations. Reflexions sur la démocratie en Europe*. Paris: Gallimard, 2006.

and out, and it requires solutions¹⁷. Diversification returned on the map of democracy: the “liberal democracy” of America inspires most of the world, but the European “post-democracy”¹⁸, the “oriented democracy” in Russia, and the “democracy in specific characteristics” of China are also present. In all these, the question of meritocracy arises. Steps towards democracy are taken, but the distinction between the dismantling of authoritarianism and the construction of democracy are rarely taken¹⁹. Military capability is increasing, but it matters less who is the most advanced, than the force of destruction is huge on almost all sides. Nuclear proliferation has not been stopped.

In *administration*, States, while observing classical jurisdiction (Hans Kelsen), tend to pass decisions from democratic mandate to the attributes of the leaders. Decisionism (Carl Schmitt) has spread. More recently, it claims itself from “complexity”, but the issue of legitimation, however, has come to the forefront. The applications of electronics and computer science have made private life vulnerable. It can no longer preserve intimacy, so that it depends on the competition²⁰ between technology, which expands the surveillance of the persons, and legislation – the last bastion of privacy defense. Coordination in the world system needs new negotiations. A new migration of peoples takes place and jihadists of various causes are hiding in its waves.

In *culture*, the comprehensive concept of culture is gaining recognition: culture includes literature and art, but also advanced technology, the system of law and justice, public debate, advanced reflexivity, religion and philosophy. Some countries impose the condition of language to immigrants and are reluctant towards multiculturalism as civic multilingualism, but multiculturalism as a strategic solution remains, however, in force. Not only that some countries, by force of historical facts, accept religious and cultural diversification, but the coming on the stage of China with its most spoken language, longest history, extensive presence in the world and impressive innovation, has changed the picture.

We are witnessing the decline of professional training in Europe²¹. Although projects like PISA and Bologna could be useful, their application has entered the narrow frames of neoliberalism, which has reduced their relevance²². Not just the need for religion, but also the partaking of religion has known a recrudescence which remains ambiguous so long as terrorism accompanies it. The assuming of the “historical Jesus” beside the “eschatological Jesus” has made steps forward, but the issues advanced in *The Declaration of Seelisberg* (1947) and in *Nostra Etate* (1965) still need some changes in the practical life of the communities. The reconsideration of the role of the church, and of the

¹⁷ CHAYES, Sarah – *Thieves of State. Why Corruption Threatens Global Security*. New York, London: W.W.Norton & Company, 2015.

¹⁸ CROUCH, Colin – *Postdemokratie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2003. p. 30.

¹⁹ O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C. – *Transitions from Authoritarian Rule. Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1986.

²⁰ SCHMIDT, Eric; COHEN, Jarel – *The New Digital Era. Reshaping the Future of People, Nations and Business*. London: John Murray, 2014.

²¹ GREENSPAN, Alan – *L' Era de la turbolenza*. Milano: Sperling & Kupfer, 2005. p.315-319.

²² LIESSMANN, Konrad Paul – *Theorie der Unbildung. Die Irrtümer der Wissensgesellschaft*. München, Zürich: Piper, 2008; MÜNCH, Richard – *Globale Eliten, locale Autoritäten*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2009.

specific role of the priest are now on the agenda, but against the background of the affirmation of the salvific mission of Christianity. The prospect of the institutionalization of Christianity in China²³ entails consequences around the world.

We can predict that economy will drive political decisions, science will have an increasing impact, military power will have a big share, democracy will hardly defend itself in widespread conflicts, and that the “cultural turn” of the civilized world will continue. Each of the systems will play an irreducible role. As a result, a keen description of the coming world results in a variable geometry, with continuous displacements of planes, in which the problems of a system will often take the cover of another system. At one time or another, one or the other of the systems will play the stronger role, so that generalization is less probable.

II

There will be a variable geometry dependent on *identifiable actors*. The club of the world players will increase since the reaffirmation of the nations is just at the beginning. It is enough to see the rapid expansion of the emerging powers and the enlarging of “nuclear powers club”.

But the world in which we have entered is a world where superpowers have the greatest impact on events. Their actions will influence the evolution of the societies. What is the picture of these superpowers? What is the order resulting from their interference?

From an *economic point of view*, the United States will continue to be the technological avant-garde with the most significant self-renewal, and the most sought-after partner. America is based on organizational principles that sustain dynamics in society – principles that combine individualism with democracy in a way that, as we know from Max Weber, cannot be copied. America has accumulations which grant it primacy. Universities play a leading role²⁴ to ensure the unusual vigor of society. The United States remain the field of high return on investment, which is most attractive for venture capital.

China is not only the country that has most changed itself, but also the country that has most changed the world. In 2009, it became the biggest exporter. However, China needs raw materials and energy beyond what it holds. It needs markets, after it returned to the position of the largest manufacturer in the world. The presence of investment, personnel, Chinese development initiatives in the countries of Africa are surpassed only by America, while, in Europe and in the two Americas, the capital and Chinese banks are constantly getting stronger. China struggles with the improvement of the indicator of per capita production and, of course, with the increase in technology and poverty reduction. It is about to consolidate its internal market, by increasing

²³ AIKMAN, David – *Jesus in Beijing. How Christianity Is Transforming China and Changing the Global Balance of Power*. Washington DC: Regnery Publishing, 2006. p. 282-294; FERGUSSON, Nial – *Civilization. The West and the Rest*. Allen Lane, 2011. p. 277-288; MARGA, Andrei – *Ascensiunea globală a Chinei*. București: Niculescu, 2015.

²⁴ ZACHARIA, Fareed – *The Post-American World*. W.W.Norton & Company, 2012. p. 207; see also NYE, Joseph S. – *Is the American Century Over?*. Cambridge: Polity Press, 2015.

its consumption, which will have repercussions across the globe. The fact that every fifth man on Earth is Chinese, and that a population increasingly prepared acts for modernization has enormous implications for the future world.

The US cannot be matched as an economic power in the years to come, but at present, in terms of volume of production, they are second to China, both detaching themselves as economic superpowers. Employment of incomparable dimensions – 780 million workers in China, compared to 448 million in India, 157 million in the U.S., 111 million in Indonesia – confer the great country of the East tremendous prospects in the movement of the world economy.

The two economic superpowers are joined by the European Union, as the largest exporter of the world. The case of Greece has signaled, however, that the disparities of development in the United Europe require solutions which the present neoliberalism cannot offer. The East has remained an unsolved problem, and emigration from Romania, Bulgaria and other countries is not the proper solution. It has become clear²⁵ that the application of the “shock therapy” without investments is not able to give results in real time. In Central Europe, Hungary and Poland are seeking, on their own, ways to acquire energy and financing.

Today’s most spectacular developments in *education* take place in China. The United States still have the most powerful system – at least in terms of performance in scientific research and technological renewal, specializations, and production yield. China has passed amazingly fast from a country hit by illiteracy, to a country which has the school drop-out percentage lower than some European countries. In 2015, against the background of an opening without refrain towards modern educational solutions, this country registered over 33 million university students, more than 22 million vocational school students, 290 million people in continuing education, and a population of 145 million graduates. The prospect of becoming “the World’s Leading Human Ressources Power”²⁶ is close. Europe still has to get rid of the erroneous neoliberal application the PISA and Bologna programmes²⁷ in order to be able to resume its education strength, which once conferred it a leading place in the world.

The same repositioning is going on in *science and technology*. In 2009, USA (with 1.5 million) and China (with 1.9 million), had over a million researchers involved in *Research and Development*. There were 20 million graduates in science and technology at university level in China, and 17 million in the USA. China comes up and applies the most advantageous methods for the measurement of labor. In research output, in 2008, China passed ahead of England, Germany and Japan, becoming the second force in the world. The distance to the U.S. diminished from 9.5 times in 2000, to 4,3 in 2007. In 2007, China surpassed Japan in the number of computers in operation and reduced to 3.2 times the distance to the USA. With 300 million people connected to the Internet, China occupies the first place in the world.

²⁵ SACHS, Jeffrey D. – *The fine della povertà. Come i paesi potrebbero definitivamente eliminare miseria dal pianeta*. Milano: Mondadori, 2005. p. 140-157.

²⁶ ANGANG, Hu – *China in 2020. A New Type of Superpower*. 2011, pp. 82-94.

²⁷ NIDA-RÜMELIN, Julian; ZIERER, Klaus – *Auf dem Weg in eine neue deutsche Bildungskatastrophe. Zwölf unangenehme Wahrheiten*. Freiburg im Breisgau: Herder, 2015, pp. 93-154.

From the *military standpoint*, the United States and Russia detach themselves as nuclear superpowers, with the incomparable capacity for intervention and deterrence. China quickly advances through the articulation of the naval fleet (with aircraft carriers and nuclear submarines), of aviation (including spacecraft and satellites) and the most refined weapons of action at a distance. France and the United Kingdom remain nuclear powers which justify claims to a global role.

A problem arising is the change in the conduct of war. With the spread of terrorism, you may have the most sophisticated weapons without being able to annihilate the attackers, who infiltrate urban crowds, banking and information networks, and, on top of that, are ready to die in a destructive blast. The cyberwar is already a reality.

Consequently, fast-growing controls on bank flows, communication networks, and mobilities have developed. Under these circumstances, secret services have gained an ascendant in today's societies. In this respect, the superpowers have an advance, but Germany, Israel, United Kingdom, France, have also a caliber.

From a *political standpoint*, the US will continue to exert the greatest influence in the world. This position is ensured by the soundness of their democratic institutions, the participation in the conclusion of the world wars and other conflicts around the globe, their economic, military and cultural preeminence, and their capacity of self-renewal.

China, however, with the program of institutional changes, attracts countries that have embarked upon their own development. Its opening towards the world, its learning from the best experiences, the size of its work force, the contacts with different countries (500 million Chinese tourists visiting other countries in four years), the mastering of foreign languages (French analyses say that 29% of the Chinese speak another language) ensures the propulsion of this most populated country. In addition, the diplomacy of "harmony" represents a constant attraction.

With its resources and tradition, Russia has established relations around the globe and is seeking to attract through a diplomacy of "equilibrium". Other countries attract through high-quality thinking, through technology and quality of life, more recently, through an open attitude towards the immigrants (Germany), intellectual traditions (France), practical diplomacy (England), know-how (Israel), or through natural resources, even if they do not display extensive ambitions.

A strong economy is not possible without market as regulator, market economy is not possible without democracy, democracy does not necessarily result from market economy. Democratization is not optional. Western States operate with liberal democracy and a strong nation-State. Many countries operate with liberal democracy, but in some cases States remain fragile.

At present, Russia has adopted "the third way" between the Russian tradition, authoritarianism and democratization²⁸. After the difficult years that have preceded the formation of the Russian Federation, the reintegration of its society around the ideas of "national unity, patriotism and strong central Government" and, with it, the

²⁸ SAKWA, Richard – *Putin. Russia's Choice*. London: Routledge, 2008. Part 3.

articulation of a strong state power, which rejects “dictatorship” and “totalitarianism”, but wants to place itself on top of democracy, come back in the foreground²⁹.

China preserves the idea of “democracy with Chinese characteristics”, but believes that “democracy cannot be dissociated from elections and competition”. Consultative democracy is of course very important, but consultation does not exclude not elections³⁰. China programmatically embraces the “balance” between “individual rights and public rights” as part of a “democratic development”.

The world’s superpowers extensively claim to be based on democracy. However, today, the differentiation of democracies is obvious, and it is dealt with in a more or less polemical way in international relations. At present, democracy should exhibit some minimum criteria, so that its former relativization is not going to be accepted anymore³¹.

Three issues do not allow relativization. The first is that not every democracy is compatible with development. Joseph Stiglitz extensively argued that, under the conditions of globalization, neither the “debilitated” governments, nor the “invadante” ones give results. The second issue is that governance and government are not interchangeable. If it is not circumscribed by a democratic government, governance could become able to dissolve democracy³². And the third issue is that liberal democracy itself gives results only if it incorporates meritocracy. As seen today, staff selected in an improvised or corrupt way, or through accidents of history, finally weakens the most liberal democracy, while oligarchic democracies may be saved by carefully chosen decision-makers.

Those who oppose democracy or are using it as an instrument are not negligible, neither in number, nor in force. History gives us enough examples to say that democracy does not last forever, that democracy supposes democrats to sustain it. It is triumphant when it is really practiced, not just as a technique of periodic selection representatives, but, as John Dewey said³³, as a “form of life.”

The Euro-American culture further uses the advantages which have brought it to the center of human culture – the pursuit of “good life”, truth verified in experience, social life based on universal norms, communication, and performance. But, for the first time in history, the Euro-American culture encounters a culture – the Chinese culture – of an unusual magnitude and competitive achievements.

The Chinese culture today is spread on all continents, *inter alia*, by a network of institutions, the Confucius Institutes, that does not have an equivalent in terms of scale and organization. In 2015, the Confucius Institutes Hanban would operate in 475 Confucius Institutes around the globe, 851 Confucius classes in 126 countries.

²⁹ MYERS, Steven Lee – *Putin – der neue Tsar. Seine Politik - Sein Russland*. Zürich: Orel Füssli, 2016. p. 232, 424; NALBANDOV, Robert – *Russian Foreign Policy under Putin. Not by Bread Alone*. Potomac Books, The University of Nebraska Press, 2016.

³⁰ KEPING, Yu – *How to Achieve Orderly Democracy*, in “*Beijing News*”. (July 13, 2014).

³¹ BOBBIO, Norberto – *Il futuro della democrazia*. Torino: Einaudi, 1995.

³² MARGA, Andrei – *Guvernarea și guvernare. Un viraj al democrației?*. București: Compania, 2013. p.62-121.

³³ DEWEY, John – *The Ethic of Democracy*. 1898. In DEWEY, John – *The Early Works 1882-1898*. Illinois University Press, 1969.

Being the result of a long history (comparable only to the Jewish culture, among the cultures of the peoples that have come down to our times), the Chinese culture penetrates general education in more and more places in the world. Its tutelage figure, Confucius, left nothing less than Socrates, even if he had spoken before the author of the maieutic. The impact of his ideas on his people and humanity stands beside that of Moses or Cicero on world history.

The European Union holds a set of values that make its specific and are traditionally most attractive. Modern science, the evaluation of activities and institutions in terms of efficiency, liberty conceived as autonomy, the inalienable rights of the person, political will located in deliberative democracy, the recognition of an immanent meaning of life are still landmarks of humanity. But the “crisis of immigrants”, with its tragedies, has shown again that things are not in order. The issue is not migration or the fact that Europe is concerned about its own defense, but the amazing lack of wise co-ordination and corresponding administrative decisions in the European Union.

The 19th century split between the human rights defenders and the promoters of change in society has not passed away. Human rights have become, however, juridically speaking, the foundation of today’s democracies, and changes in society tend to incorporate them.

A discussion has been started in the United States and Germany regarding the reinstatement of democracy in conjunction with meritocracy. It was argued³⁴ that the failure of the idea of the general triumph of liberal democracy and of Francis Fukuyama’s prediction of the “end of history”, the meritocratic form of leadership will have to be seriously taken into consideration. “Meritocratic” leadership, i.e., leadership recruited according to competence and political decision capacity has been counterbalanced by a leadership resulting from electoral campaign budgets and marketization³⁵. This is another step towards concluding that democracy has to revise its strategic capability and capacity for systematic learning³⁶ as a condition of its strenght.

At present, the United Europe is facing an unexpected problem of recognition. American analysts point to the fact that the institutional accomplishment of Europe is too slow³⁷. From the standpoint of China, Germany, France, Great Britain, and Italy are more visible than the European Union³⁸. Israel signals the fact that Europe has not yet solved its problems with the past³⁹ and it is therefore hampered from the inside.

This is, in short, the superpowers’ “play”, performed in tandem, a triangle or any other geometric figure. The intuition of Metternich regarding the configuration of the world based on the relation between the larger powers returned to date. Bismarck

³⁴ HALPER, Stefan – *The Beijing Consensus. How China’s Authoritarian Model Will Dominate the Twenty-First Century*. New York: Basic Books, 2010.

³⁵ BELL, Daniel A. – *China and Democracy. What America’s flawed democracy could learn from China’s one-party rule*, in “*Christian Science Monitor*”. (December, 24, 2012).

³⁶ WILLKE, Helmut – *Demokratie in Zeiten der Konfusion*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2014, pp. 95-98.

³⁷ MORGAN, Glyn – *The Idea of an European Super State: Public Justification and European Integration*. Princeton University Press. 2007. p. 199-205.

³⁸ SUI, Yu – *China in a Changing World*. Beijing: Foreign Languages Press, 2015.

³⁹ YOVEL, Yirmiahu – *Dark Ridle: Hegel, Nietzsche and the Jews*. Cambridge: Polity, 1996.

is still inspiring with his saying that when there are five powers on stage, it is but rational to be in good terms with at least two of them.

Since, at this point, the “play of the world” is decided at the economic and military level, there is, for the time being, a comeback to the world in three (theorized by Helmut Schmidt or Henry Kissinger). When it comes to strategical-military arrangements which directly affect the global agenda, the U.S., China and Russia are now in the front, Germany, Great Britain or France will tilt the balance of the solutions, while Poland, Italy, Turkey, from our part of the world, cannot be ignored.

III

The world, however – in three or three plus – is made against *a changed background*. Three new characteristics are involved.

The first characteristic is about the wearing out of the confrontation between oriental socialism and liberal capitalism, after more than a hundred years. Social solutions are no longer the preserve of the East and the socialists, and private initiative and market economy did not remain only in the West, with the Liberals and Christian-Democrats. Asian countries have successfully embraced the market economy and more and more clearly the rule of law.

The second characteristic is that the modern project of society advances in history – despite the action of national-socialism and its satellites. Private property, market economy, rule of law, individual rights, pluralism, democracy, information, communication, and quality of life prove to be in far more complicated connections than considered in the 20th and 21st centuries. And it is around their junction that a new competition of values will be launched.

The third characteristic is that the individual liberties and human rights will prevail in the years to come, and the problem of economic and institutional development will retain primacy. There will be differences of approach – China, for example, pleads to consider together, according to UNO proclamations, the political, economic and social rights⁴⁰ – but each of them will be claimed from different approaches.

Terrorism will put to the test the soundness of open societies. It will take advantage of the opportunities of the “digital age” and will try to attract the adventurers and unsatisfied of various places, as the Islamic State has already proved. The civilized world has at hand, however, the possibility to counter the dangers through an explicit solidarity between the U.S., China, Russia, European Union and different countries. The importance of “responsibility” as legal and moral value will increase. “Blocks” are no longer considered to be a condition of international solidarity.

IV

How will *the three superpowers relate to each other* in areas of direct contact? How will they relate in the global space?

⁴⁰ JIE, Liu – *Human Rights. China's Road*. Beijing: China International Press, 2014.

The file of the border report has changed. In 1973, the United States could take advantage of China's will to affirm itself, in the context of the confrontation of ideological ambitions between the Soviet Union (Khrushchev) and China (Mao Zedong), and of the divergences at the border. Now the landscape looks different. The Chinese say that the treaty in force between the two countries ensures "good relations between neighbors, friendship and cooperation", and it favors "model relations for great powers"⁴¹. In contrast, in the South China Sea, the US and China have a problem that the American diplomacy did not surpass: China wants to recover some islands, and the US is linked by treaty with the countries in the region that fear China's breadth. On the other hand, Russia sees the Eastward expansion of NATO as an entry on its own security belt, while China considers it to be a manifestation of what it criticizes – "hegemony" and "unilateralism".

From such disagreements, various scenarios may arise for the years to come. More likely, despite occasional divergencies, the negotiation scenario seems to be more convenient. China needs calm on the outside for its high economic growth and institutional development. Russia needs time to modernize its industry and to restore its former superpower status. The US will avoid international coalitions that could favor, even indirectly, terrorism and other threats to order. Therefore, even if the one to one contact may vary in time, it will not fundamentally affect the relations between these superpowers.

Superpowers must deal with the present order in the world. The US defends a "world order" stated in the treaties, but would want Russia to accept it, and China to back it. Russia does not accept the existing order, considering it does not answer its interests, but Russia is not in the position to force a decision of change, and is persistently striving for direct discussions with the US. Thus far, China has not accepted the invitation to assume responsibility for a "world order" to which it has not contributed, but it is interested in the creation of a "new world order". China has separated foreign policy from the struggle of visions and rejects "the unipolar world". However, it accepts the idea that, without the support of the US, a "new world order" is not possible.

The superpower capable to mobilize allies will prevail on the global arena. Besides the countries already mentioned, Japan, India, Turkey, Brazil, South Africa, Poland regain or gain international status and their position will weigh in the balance of powers. To these are added Kazakhstan, Azerbaijan, Egypt, Iran, Saudi Arabia and Nigeria, which will influence regional events.

There will not be sustainable one-sided victories when deciding the order of the world. As a matter of fact, population growth everywhere has brought new generations on stage and their options are still open. On the other hand, the aspiration toward something else is prevalent with the today's active generations, but together with some precaution. The force to change the status of things is distributed. Most likely, it will be a world claiming multilateralism, a hectic world, but without clashes at the superpowers level, each knowing well that little is gained from such collisions.

⁴¹ SUI, Yu – *China in a Changing World*. p. 309-312.

V

The European Union will face the pressure of reorganization⁴². The fact is that, without a profound reorganization in the direction of democratization, the fate of the European Union will be jeopardized.

A chorus accompanies the last decade of geopolitical reflections: if after 1989, the United Europe was at the forefront, today, it seems to have passed in the second line of interests with the world leaders.

A figure such as the former Chancellor Helmut Schmidt⁴³ pointed to the fact that without a foreign and defense policy, the European Union cannot play a major international role. The European Union has not achieved the objective of the “Lisbon strategy” to become the most competitive organization in the world, and, consequently, it has nothing else to do but follow the cycles of the world economy⁴⁴. In fact, Europe has lost its primacy in education and has much to do to be able to compete with the United States. In Europe, the danger is not the recession, but a “recession without end”⁴⁵, which has its source in an enormous public debt, to which no solution has been found. Asia has become the “pivot” of American policy⁴⁶ and it remains so.

The European presence in the world is not only a matter of opinion, but also of action. For example, the “Arab spring” has surprised the European authorities unaware of what was going on in Tunis, Tripoli or Cairo. “The Syrian Conflict” has shown incapacity to find a way out of it. “The Ukrainian Crisis” has been poorly managed, so that, even today, a solution is not in sight. There is no courage to face the reality of the Middle East, with the threats of some small groups who find access to the most sophisticated weapons and who manifestly distort history. The European participation in Africa is mainly reactive, after years in which the press in African capitals accused European NGOs of bias. Not to mention Southeast Asia or South America, where Europe comes after others have already taken the initiative.

However, the truth is that the European Union has lost its relevance not only for reasons of foreign policy and defense, but also because of the “stagnation” in which its inner policy has entered. Before getting a new weight abroad, the European Union needs internal change, a reorganization towards democratization.

What is this all about? European analyses of the present European societies advance alarming diagnosis. Unfortunately, an institutional formalism has penetrated the European Union. It's not because the institutions would be inappropriate, but because,

⁴² See BITTNER, Jochen – *So nicht Europa! Die drei grossen Fehler der EU* Deutscher München: Taschenbuch Verlag, 2010; MARGA, Andrei – *The Destiny of Europe*. București: Editura Academiei Române, 2012; GIDDENS, Anthony – *Turbulent and Mighty Continent. What Future for Europe?*. Cambridge: Polity Press, 2014; SIMMS, Brandon; ZEEB, Benjamin – *Europe am Abgrund. Plädoyer für die Vereinigten Staaten von Europe*. München: C.H.Beck, 2016.

⁴³ SCHMIDT, Helmut – *Die Mächte der Zukunft. Gewinner und Verlierer in der Welt von morgen*. München: Goldmann, 2006. p. 187.

⁴⁴ GREENSPAN, Alan – *L'Era della turbolenza*. Milano: Sperling & Kupfer, 2005.

⁴⁵ KAROUI, Hakim El – *Reinventer l'Occident. Essai sur une crise économique et culturelle*. Paris: Flammarion, 2010.

⁴⁶ CLINTON, Hillary – *Hard Choices*. New York: Simon and Schuster, 2014.

in the last decade, too few were still interested in the substance of things, namely, in the space of positive affirmation of citizens. In fact, faced with this situation, “the left” has remained perplexed, while “the right” views are of short breath⁴⁷. Political controversy is thus too distanced from the needs of the citizens of Europe.

In any case, Europe’s vulnerability is not the “way of life” provided by social security policies⁴⁸. The problem is the inclusive capacity and the productivity of the United Europe, which cannot be solved without institutional reforms and a new commitment of the Europeans themselves. These conditions can be met, however, only through a movement from within. Only if the Europeans regain the 1989 enthusiasm and motivation, will they be able to bring about the moral, the civic and the political engagement without which the today’s problems cannot be solved.

We may, of course, regard the European Union’s foreign policy from various angles, but the fact remains that extension at the expense of integration is not productive, and it may even endanger the entire construction. Three concrete issues will have to be discussed and dealt with in the European Union from a fresh perspective: bureaucracy, staff qualification and election issues.

The volume reached by bureaucracy in the European Union entitles us to ask: isn’t bureaucracy the problem par excellence of the European Union, rather than the “social State”, as the hastily improvised right thinks in the last decade? Isn’t it a fact that large resources of the European Union are swallowed by an invading bureaucracy which wants to keep its positions?

Some crucial debates about the situation of the world are currently carried out in Europe, but authorities are not interested in them⁴⁹. European decisions are taken by ignoring these debates. Policy is understood as the fight of persons and parties for positions, rather than the starting up of community projects. The politician is seen more as an actor in a Darwinian selection, than as a servant of the public interest. What is worse, with some notable exceptions, the representatives in Brussels of the different European countries are selected without a serious competition and their competence is questionable. There are signs, as important European thinkers have foreseen, that the institutionalized European elite has no longer a professional and civic breadth, and it blurs the scene by spreading the impression that there are no alternatives.

In the European Union, free elections are carried out based on democratic procedures. But what comes out, at the end of the application of all procedures, is not satisfying so far: Europe loses in global relevance. The difficulties of financial and economic management, the insufficient innovation, and motivation crises overwhelm it, and, more and more, people being disappointed, retire into private life. Apathy becomes burdensome in an era in which general competitiveness and, finally, safety depend on the participation of the majority of citizens. Consequently, the way in which elections are understood should be put into question.

⁴⁷ NASSEHI, Armin – *Die letzte Stunde der Wahrheit. Warum rechts und links sind keine Alternative mehr und Gesellschaft ganz anders beschrieben werden muss*. Hamburg: Murmann, 2015. p. 66.

⁴⁸ As Zbigniew Brzezinski hastily accused in his *Strategic Vision. America and the Crisis of Global Power*, Basic Books, New York 2012, p. 22.

⁴⁹ JUDT, Tony – *Postwar. A History of Europe since 1945*. New York: Penguin, 2005, p. 796

Elections are not only about the selection representatives who are later not to be disturbed, as a wrong impression was induced. Not only the “functional significance”, but also of the „deliberative significance” of the vote should be a concern for democrats, in order to turn the elections into something more than a ritual. Only in this way the circle of deciders, which already has the tendency to close itself, can receive oxygen, and the unfortunate apathy surrounding it will decrease. The global relevance of Europe depends on the vitality of its democracy, but democracy is only vigorous when the voter is assured that political will includes his/her vote.

VI

Today, we live in a world of turmoil, which Hegel had broadly anticipated. Now, nearly two hundred years ago, in *The History of Philosophy Lectures*, the philosopher was speaking of the „agitation and difficulties” that will accompany the future, and he would consider them to be the result of a change of „legitimation” toward legitimation through the will of the people. At present, there are several factors that are fueling this continuous movement: technologies, modern science, religious orientations, the „great politics” anticipated by Nietzsche, and, of course, the legitimation efforts.

Can we still formulate generalizations with claims of infallibility, as before? I think *we can realistically advance modelings*.

For example, in an era of unprecedented socialisation, the meaning of life is, with each of us, inevitably dependent on the evolution of the society in which we live. Different societies depend on outside interactions. How can you keep the rigor of ethics in a society with considerable corruption? How can a State be democratized as long as it lacks culture? How to have advanced economy and justice with unqualified leaders? How to remain independent in the era of great concentration of power? What impact does culture still have in the context of in force emergency actions? How effective can be ethics in a competition economy? Such questions will dominate the scene, and they can be answered only with alternative modelings of development or solutions.

Modeling is important, because it can tell us more through the answers to such questions, than a brief generalization. In any case, from modelings we can draw a series of consequences. Here are some of them.

A first consequence is the widening of the perspective. History did not stop with the German Reich, with the victory of Communism, or with neoliberalism. History does not end because, whatever the resistance, the solutions of an open future will prevail, not those of the past.

The second consequence is the strengthening of the autonomy of science, philosophy, religion, but also of the need of connecting them. Each will need the others. Philosophy needs an upgrade with the problems coming from science and religion, knowing well that, for instance, the Greek theme of a „good life” and the Jewish „theme of salvation” have fueled it until today. Religion needs the conjunction with philosophy and science in order not to become irrelevant. Science cannot isolate itself from the other two without becoming irrational.

The third consequence is the emergence of opportunities for new visions. Schönberg said that, in a musical piece, the idea is more important than the style, and, today,

we cannot but give him justice. It's all about the idea arising from the finding of oneself. "Mon jeu est a moi", Constantin Brâncuși said⁵⁰, giving us the key to position ourselves in front of the world.

The fourth consequence consists of updating the "philosophy of public life" in a world where everyone's life depends on decisions to be taken within the institutions. We don't have to wait for solutions from providential leaders, from subjects in larger format, from any foreign assistance, or from someone else. Nowhere in the world can somebody replace what the citizens themselves must do in a democratic way. Democracy has been thought up to now for the relatively small populations. It is time to elaborate democracy for larger populations.

How do these developments affect us? For Hegel, history was "a progress in the consciousness of freedom" and, hence, to freedom. Today, we have this advancement, but we don't have the extension of freedom. Max Weber has left us an anticipation in the terrifying image of the "case of obedience as strong as steel". We live under multiple dependencies, but we don't have only the obligation of obedience. Marcuse spoke of the "one-dimensional society", in which the possible is absorbed by the existing. We are faced with such an absorption, but the dimensions are still varied. My diagnosis⁵¹ is that *we live in a world full of alternative developments, and with varied opportunities, but more uncertain.*

To put it in an intuitive way, I would say that, very often, existing certainties have been lost. As a matter of fact, Leibniz' certainty that we live in the best of the possible worlds was ruined by the Lisbon earthquake (1755). The certainty of the thinkers of the Enlightenment that people act in an essentially rational way was ruled out by the First World War. The certainty that the market economy will be a sufficient economic framework was vanished by the 1929 and 2008 crises. Adam Smith's belief that that free people will take wise decisions have been contradicted by the still unsuccessful transitions to democracy. The certainty that democracies bring peace to societies has been questioned by the bent of democracies into dictatorship, in the 1930s. The conviction that people would not take other people's lives in their struggles and become beasts was refuted in Auschwitz. The certainty that, after 1989, the world is heading towards societies of freedom and democracy is circumstantiated every day now. The certainty that the good triumphs in any case has been shaken by the proliferation of nuclear weapons⁵². And these are just a few examples.

Uncertainty is not a reason for pessimism. The present uncertainty may be surpassed, not with comfortable ideas, but with a deeper inquiry into realities. This inquiry is a challenge, but also a historical chance for today's thinkers. A time of creativity, of new approaches and ideas has already come.

⁵⁰ GEORGESCU-GORJAN, Sorana – *Așa grăit-a Brâncuși. Ainsi parlait Brâncuși. Thus spoke Brâncuși.* Bucharest: Scrisul Românesc, 2011. p. 143

⁵¹ MARGA, Andrei – *Societatea nesigură.* București: Niculescu, 2016. p. 108-124

⁵² See LUHMANN, Niklas – *Die Gesellschaft der Gesellschaft.* Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1998; MAALOUF, Amin – *Le Dérèglement du monde.* Paris: Grasset, 2009; MASALA, Carlo – *Welt-Unordnung. Die globalen Krisen und das Versagen des Westens.* München: C.H.Beck, 2016; MARGA, Andrei – *Ordinea viitoare a lumii.* București: Niculescu, 2017, which capture the uncertainties of the present world.

References

- AIKMAN, David – *Jesus in Beijing. How Christianity Is Transforming China and Changing the Global Balance of Power*. Washington DC: Regnery Publishing, 2006. p. 282-294.
- ANGANG, Hu – *China in 2020. A New Type of Superpower*. Washington DC: Brookings Institution Press, 2011. p. 95-120.
- ATKINSON, Anthony B. – *Inequality. What can be done?*. Harvard University Press, 2015.
- BAECKER, Dirk – *Studien zur nächsten Gesellschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2007. p. 7.
- BELL, Daniel A. – *China and Democracy. What America's flawed democracy could learn from China's one-party rule*, in "Christian Science Monitor". (December, 24, 2012).
- BERMAN, Harold – *Recht und Rechtsrevolution: die Bildung der westlichen Rechtstradition*, Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1991.
- BITTNER, Jochen – *So nicht Europa! Die drei grossen Fehler der EU* Deutscher München: Taschenbuch Verlag, 2010.
- BOBBIO, Norberto – *Il futuro della democrazia*. Torino: Einaudi, 1995.
- BRZEZINSKI, Zbigniew – *Strategic Vision. America and the Crisis of Global Power*, Basic Books, New York 2012, p. 22.
- CHAYES, Sarah – *Thieves of State. Why Corruption Threatens Global Security*. New York, London: W.W.Norton & Company, 2015.
- CLINTON, Hillary – *Hard Choices*. New York: Simon and Schuster, 2014.
- CROUCH, Colin – *Postdemokratie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2003. p. 30.
- DEWEY, John – *The Ethic of Democracy*. 1898. In DEWEY, John – *The Early Works 1882-1898*. Illinois University Press, 1969.
- FERGUSON, Nial – *Civilization. The West and the Rest*. Allen Lane, 2011. p. 277-288.
- GALBRAITH, James K. – *Wachstum neu Denken. Was die Wirtschaft aus der Krise lernen muss?*, Zürich: Rotpunkt Verlag: 2016.
- GEORGESCU-GORJAN, Sorana – *Așa grăit-a Brâncuși. Ainsă parlait Brâncuși. Thus spoke Brâncuși*. Bucharest: Scrisul Românesc, 2011. p. 143
- GIDDENS, Anthony – *Turbulent and Mighty Continent. What Future for Europe?*. Cambridge: Polity Press, 2014.
- GILBERT, Paul – *The Compassionate Mind. A New Approach to Life's Challenges*. New York: New Harbinger, 2009.
- GREENSPAN, Alan – *L'Era della turbolenza*. Milano: Sperling & Kupfer, 2005.
- HALPER, Stefan – *The Beijing Consensus. How China's Authoritarian Model Will Dominate the Twenty-First Century*. New York: Basic Books, 2010.
- HUBER, Johannes – *Länger leben. Medizinische Perspektiven und ihre Bedeutung für Gesellschaft*. In LIESSMANN, Konrad Paul – *Ruhm, Tod und Unsterblichkeit. Über der Umgang mit der Endlichkeit*. Wien: Zsolnay, 2004.
- JIE, Liu – *Human Rights. China's Road*. Beijing: China International Press, 2014.
- JUDT, Tony – *Postwar. A History of Europe since 1945*. New York: Penguin, 2005, p. 796
- KAROUÏ, Hakim El – *Reinventer l'Occident. Essai sur une crise économique et culturelle*. Paris: Flammarion, 2010.

- KEPING, Yu – *How to Achieve Orderly Democracy*, in “*Beijing News*”. (July 13, 2014).
- KRUGMAN, Paul – *The Return of Depression Economics and the Crisis of 2008*. New York; London: W.W.Norton & Company, 2009.
- LIESSMANN, Konrad Paul – *Theorie der Unbildung. Die Irrtümer der Wissensgesellschaft*. München, Zürich: Piper, 2008.
- LUHMANN, Niklas – *Die Gesellschaft der Gesellschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1998.
- MAALOUE, Amin – *Le Dérèglement du monde*. Paris: Grasset, 2009.
- MANNENT, Pierre– *La raison des nations. Reflexions sut la démocratie en Europe*. Paris: Gallimard, 2006.
- MARGA, Andrei – *Ascensiunea globală a Chinei*. București: Niculescu, 2015.
- MARGA, Andrei – *Guvernantă și guvernare. Un viraj al democrației?*. București: Compania, 2013. p.62-121.
- MARGA, Andrei – *Metanarativii actuali. Modernizare, dezvoltare, globalizare*. Cluj-Napoca: Gând Transilvan, 2015. p. 131-182.
- MARGA, Andrei – *Ordinea viitoare a lumii*. București: Niculescu, 2017.
- MARGA, Andrei– *Societatea nesigură*. București: Niculescu, 2016. p. 108-124.
- MARGA, Andrei – *The Destiny of Europe*. București: Editura Academiei Române, 2012.
- MARX, Reinhardt Cardinal – *Das Kapital. Ein Plädoyer für den Menschen*. München: Knaur, 2010. p.159-187.
- MASALA, Carlo – *Welt-Unordnung. Die globalen Krisen und das Versagen des Westens*. München: C.H.Beck, 2016.
- MATURANA, Humberto R. – *Kognition*. In SCHMIDT, Siegfried J. – *Der Diskurs des Radikalen Konstruktivismus*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1987. p.89-118.
- MORGAN, Glyn – *The Idea of an European Super State: Public Justification and European Integration*. Princeton University Press. 2007. p. 199-205.
- MÜNCH, Richard – *Globale Eliten, locale Autoritäten*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2009.
- MYERS, Steven Lee – *Putin – der neue Tsar. Seine Politik - Sein Russland*. Zürich: Orel Füssli, 2016. p. 232, 424.
- NALBANDOV, Robert – *Russian Foreign Policy under Putin. Not by Bread Alone*. Potomac Books, The University of Nebraska Press, 2016.
- NASSEHI, Armin – *Die letzte Stunde der Wahrheit. Warum rechts und links sind keine Alternative mehr und Gesellschaft ganz anders beschrieben werden muss*. Hamburg: Murmann, 2015. p. 66.
- NEIMAN, Susan – *Das Böse denken? Eine andere Geschichte der Philosophie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2006.
- NIDA-RÜMELIN, Julian; ZIERER, Klaus – *Auf dem Weg in eine neue deutsche Bildungskatastrophe. Zwölf unangenehme Wahrheiten*. Freiburg im Breisgau: Herder, 2015, p. 93-154.
- NYE, Joseph S. – *Is the American Century Over?*. Cambridge: Polity Press, 2015.
- O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.– *Transitions from Authoritarian Rule. Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1986.
- PIKETTY, Thomas – *Chronicles. On our troubled times*. New York: Viking, 2016.

- RATZINGER, Joseph / Benedikt XVII – *Jesus von Nazareth*. Herder, Freiburg, Basel, Wien, Band 1, 2007. p. 15-22.
- SACHS, Jeffrey D. – *The fine della poverta. Comme i paesi potrebbero definitivamente eliminare miseria dal pianeta*. Milano: Mondadori, 2005. p. 140-157.
- SAKWA, Richard – *Putin. Russia's Choice*. London: Routledge, 2008. Part 3.
- SASSEN, Saskia – *Territory – Authority – Rights. From Medieval to Global Assemblages*. Princeton University Press, 2006.
- SCHMIDT, Eric; COHEN, Jarel – *The New Digital Era. Reshaping the Future of People, Nations and Business*. London: John Murray, 2014.
- SCHMIDT, Helmut – *Die Mächte der Zukunft. Gewinner und Verlierer in der Welt von morgen*. München: Goldmann, 2006. p. 187.
- SIMMS, Brandan; ZEEB, Benjamin – *Europe am Abgrund. Plädoyer für die Vereinigten Staaten von Europe*. München: C.H.Beck, 2016.
- SMOLIN, Lee – *Time Reborn. From the Crisis in Physics to the Future of the Universe*. Harcourt: Houghton Mifflin, 2013. Part I, 5.
- STIGLITZ, Joseph – *La globalizzazione e suoi oppositori*. Torino: Einaudi, 2002. p.224.
- STIGLITZ, Joseph E.– *The Great Divide*. New York: Penguin, 2015.
- SUI, Yu – *China in a Changing World*. Beijing: Foreign Languages Press, 2015.
- TROUT, J.D. – *Why Empathy Matters. The Science and Psychology of Better Judgement*. New York: Penguin, 2008. p.21-55.
- WEIZSÄCKER, Carl von – *Die Einheit der Natur*. München: Carl Hanser, 1971.
- WILLKE, Helmut – *Demokratie in Zeiten der Konfusion*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2014. p. 95-98.
- YOVEL, Yirmiahu – *Dark Ridle: Hegel, Nietzsche and the Jews*. Cambridge: Polity, 1996.
- ZACHARIA, Fareed – *The Post-American World*. W.W.Norton & Company, 2012. p. 207.

Espanha, Agosto de 1936 – Henrique Galvão
enviado de Salazar à Guerra Civil

Spain, August 1936 – Salazar's envoy
Henrique Galvão to the Civil War

Mário Matos e Lemos

Mário Matos e Lemos, Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Investigador colaborador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, da Universidade de Coimbra. Email: matoselemos@gmail.com.

ESPAÑHA, AGOSTO DE
1936 – HENRIQUE GALVÃO
ENVIADO DE SALAZAR À
GUERRA CIVIL

No fim de Julho de 1936, logo no início da Guerra Civil de Espanha, Salazar quis saber, não apenas pelos jornais, mas por um seu homem de confiança, o então Capitão Henrique Galvão, o que se estava realmente a passar. Galvão está durante duas semanas no sul de Espanha, sob a capa de enviado do Diário da Manhã, a acompanhar uma das colunas dos sublevados, a do Comandante Castejón, e escreve sete cartas ou relatórios ao então chefe de gabinete do Presidente do Conselho, Antero Leal Marques dando conta do que ia vendo e emitindo algumas opiniões.

Palavras-chave: Henrique Galvão, Comandante Castejón, Queipo de Llano, Comunistas, Ephemera.

SPAIN, AUGUST 1936 –
SALAZAR'S ENVOY
HENRIQUE GALVÃO TO THE
CIVIL WAR

In late July 1936, at the beginning of the Spanish Civil War, Salazar wanted to know what was going on in Spain, not only through the newspapers, but from one of his trusted men, Captain Henrique Galvão. Galvão spent two weeks in the South of Spain, under the guise of Diário da Manhã's envoy, to accompany one of the rebels' groups, led by Commander Castejón, and thereafter wrote seven letters and reports to the then Chief of Staff of the President of the Council, Antero Leal Marques, reporting on what he saw and giving his opinion.

Keywords: Henrique Galvão, Commander Castejón, Queipo de Llano, Communists, Ephemera.

ESPAGNE, AOÛT 1936 -
HENRIQUE GALVÃO ENVOYÉ
DE SALAZAR À LA GUERRE
CIVILE

Fin juillet 1936, tout au début de la Guerre Civile d'Espagne, Salazar a voulu savoir, pas uniquement par les journaux, mais par l'un de ses hommes de confiance, l'alors Capitaine Henrique Galvão, ce qui se passait réellement. Pendant deux semaines, Galvão a accompagné dans le sud de l'Espagne, sous la couverture d'envoyé du Diário da Manhã, l'une des colonnes des soulevés, celle du Commandant Castejón, et écrit sept lettres ou rapports adressés à l'alors chef de cabinet du Président du Conseil, Antero Leal Marque en racontant ce qu'il voyait et émettant quelques opinions.

Mots clés: Henrique Galvão, Commandant Castejón, Queipo de Llano, Communistes, Ephemera.

Com a implantação da República em Espanha, em 1931, o Governo português passou a seguir com redobrada atenção, os acontecimentos políticos daquele país. Estava-se em plena Ditadura Militar e, por coincidência, na mesma altura em que a Espanha mudava de regime, os republicanos exilados na Madeira e na Guiné pegavam em armas contra o Governo de Lisboa. Vencida essa revolta, muitos exilaram-se no país vizinho e aí mantiveram intensa actividade conspiratória. O Estado Novo, que em 1933 sucedeu à Ditadura instalada em 1926, manteve uma atitude cautelosa face ao Governo de Madrid mas permitiu que os conspiradores espanhóis circulassem livremente em Portugal ou aqui se exilassem. O levantamento militar de Julho de 1936 despertou o maior interesse em Portugal, tanto no Governo como na imprensa, e todos os jornais diários da capital, com a única excepção do vespertino República, enviaram imediatamente correspondentes que foram acompanhando as operações militares dos «nacionais», como se dizia, e escreveram longos artigos sobre o que se passava, sempre, aliás, sob o olhar atento dos serviços de Censura. Embora, de maneira geral, os jornais fossem favoráveis aos insurrectos, a excepção, entre os diários, foi a República, nem por isso deixaram de relatar as atrocidades cometidas por ambas as partes e a que assistiram ou de que tiveram conhecimento, tendo ficado célebre a reportagem de Mário Neves, no Diário de Lisboa, sobre a queda de Badajoz.

Preocupado com a situação, talvez sem total confiança nas informações que lhe chegavam, por via diplomática ou pela imprensa, Salazar resolveu enviar um homem da sua total confiança, o Capitão Henrique Galvão, em busca de um conhecimento mais e seguro. Não terá havido qualquer contacto directo entre ambos, uma vez que as cartas, ou relatórios, como se lhes queira chamar, são dirigidas ao chefe de gabinete do Presidente do Conselho, Antero Leal Marques, com os devidos cumprimentos para Sua Excelência.

Estes documentos encontram-se no blog Ephemera, de José Pacheco Pereira, que se lhes referiu num programa transmitido pela TVI24 no dia 27 de Janeiro de 2018, recordando que os comprara juntamente com outra documentação, também fotográfica, relativa à Guerra Civil de Espanha. Originalmente, foram divulgados na newsletter semanal Ephemera Notícias da Semana (de 29 de Agosto a 4 de Setembro de 2016).

É bem sabido que o Governo de Oliveira Salazar, consciente de que muito provavelmente a vitória dos republicanos significaria a queda do ainda jovem Estado Novo, apoiou, desde o primeiro momento, a sublevação militar, em 1936, embora tivesse mantido alguma reserva e prudência. Terá sido essa prudência que, por exemplo, o levou a impedir que sáísse de um aeroporto militar a avioneta que deveria levar para Espanha o General Sanjurjo¹, exilado em Portugal desde 1932. A fim de chefiar o movimento, Sanjurjo, conspirador activo contra o Governo republicano, deveria partir para Burgos no dia 20 de Julho de 1936, numa pequena avioneta pilotada por Juan Antonio Ansaldo². Todavia, Lisboa ainda mantinha relações diplomáticas com

¹ José Sanjurjo Sacanell (1872-1936), Marquês de Rif em 1921, pela sua acção em Marrocos, deveria assumir o comando das forças sublevadas.

² Juan Antonio Ansaldo Vejarano (1901-1958) combateu pelos nacionalistas durante a Guerra Civil, foi adido militar de Espanha em Vichy nos anos 40 mas viria a afastar-se de Franco e exilar-se-ia, primeiro em Portugal, depois na Argentina.

Madrid³ e Salazar não autorizou que a avioneta saísse de um aeroporto militar, pelo que foi utilizado um quase improvisado aeródromo, em Cascais, um antigo hipódromo abandonado. A aeronave, a mesma com que Ansaldo levava o General Franco⁴, três dias antes, das Canárias para Marrocos, estava demasiadamente pesada e despenhou-se e incendiou-se pouco depois de tirar as rodas do chão, causando a morte do General e ferimentos no piloto. Um acidente que poderá ter mudado a história de Espanha.

Essa mesma prudência, deverá ter levado Salazar a querer informar-se directamente quanto à verdadeira situação militar em Espanha pelo que terá decidido enviar à zona de guerra alguém da sua confiança para examinar *in loco*, o andamento do conflito.

O escolhido foi o Capitão Henrique Galvão⁵, nessa altura director da estação de rádio oficial, a Emissora Nacional, que seguiu para o sul de Espanha sob a cobertura de enviado do *Diário da Manhã*, o órgão oficioso do regime. Nesse jornal – que já tinha como enviado especial o jornalista Costa Júnior (a quem se juntou no dia 12 de Agosto o seu colega de redacção Jorge Simões) – foram publicadas várias crónicas suas, embora não assinadas. Em nota à primeira crónica, enviada de Huelva, com data de 1 de Agosto, e publicada no dia 5, o jornal informa que «por expressa determinação do jornalista distinto que desinteressadamente nos quis prestar, neste momento tão preciosa colaboração, estas crónicas não saem assinadas». Galvão confirma na primeira carta que remete, como todas as outras, para o chefe de gabinete de Salazar, Antero

³ Portugal romperia as relações com a República espanhola no dia 23 de Outubro de 1936.

⁴ Francisco Franco Bahamonde (1892-1975).

⁵ Henrique Carlos da Mata Galvão (1895-1970), Cadete quando do movimento de Sidónio Pais, Tenente, no 28 de Maio de 1926, defensor da Ditadura nos violentos confrontos no Rato, em Lisboa, no 7 de Fevereiro de 1927, em Abril seguinte torna-se um dos redactores principais do diário *O Imparcial*, patrocinado pelo Ministério do Interior, mas em Agosto desse ano juntou-se ao movimento que ficou conhecido por revolta dos Fifis pelo que foi condenado a degredo em Angola, para onde partiu em Novembro. Aí, foi requisitado como chefe de gabinete do Alto-Comissário, então o Major de engenharia e antigo Ministro das Finanças António Vicente Ferreira (1871-1953) e depois nomeado governador da Huíla, cargo que desempenhou entre Fevereiro e Junho de 1929, até o novo Alto-Comissário, Filomeno da Câmara (Filomeno da Câmara de Melo Cabral, 1873-1934), o exonerar. Regressou a Lisboa, foi Comissário da Exposição Colonial do Porto, em 1934, e presidente da primeira comissão administrativa da Emissora Nacional (1935-1941). Deputado à Assembleia Nacional por Angola (1945-1949), cargo em que não foi reconduzido, apesar de indicado por Salazar, por oposição do Ministro da Colónias, Capitão Teófilo Duarte (1898-1958). Coloca-se depois contra o regime, apoia a candidatura do Almirante Quintão Meireles à Presidência da República, em 1951, e é preso no ano seguinte, acusado de «actividades conspiratórias». Julgado e condenado em Março de 1953, cumpriu um ano mas no dia em que foi libertado (8 de Outubro de 1954) a PIDE voltou a detê-lo, agora sob a acusação de, enquanto preso, ter escrito artigos «subversivos» para jornais brasileiros Julgado de novo, é condenado a 16 anos de prisão mas evade-se (Janeiro de 1959) e refugia-se na Embaixada da Argentina em Lisboa, de onde segue, em Maio, para a América do Sul. Organiza, com um grupo de espanhóis antifranquistas, o assalto ao navio de passageiros «Santa Maria», em Janeiro de 1961. Em 1963, presta declarações nas Nações Unidas sobre a questão ultramarina portuguesa mas desilude os opositoristas pois revelou-se defensor do Ultramar português. Entra depois em divergência com outros exilados portugueses, designadamente rompe com o General Humberto Delgado, até que a doença o afasta da actividade política. Como escritor, deixou uma importante obra sobre temas ultramarinos, designadamente sobre Angola.

Leal Marques⁶, datada de 2 de Agosto, que tem enviado crónicas para aquele jornal⁷ e organizado informações pela rádio acrescentando que nesse mesmo dia 2 forneceu, «às 13 horas, a primeira informação radiofónica que devia ter sido registada na Emissora, conforme as instruções e cifra que lá deixei». Garante também que conserva «a maior reserva» acerca da sua «posição oficial, actuando como um simples jornalista». Não tão «simples», dir-se-ia: ao chegar a Sevilha, dirige-se ao consulado, cujo titular, António de Cértima,⁸ em ofício dirigido ao Presidente do Ministério⁹, comunica que Galvão se encontra a acompanhar a coluna do comandante Castejón¹⁰ «destinada a submeter os grupos marxistas que dominam em Badajoz e a seguir em direcção a Madrid onde estabelecerá ligação com as forças do General Mola¹¹».¹²

No espaço de duas semanas, Henrique Galvão dirigiu sete cartas, todas manuscritas, a Leal Marques. Estão datadas de 2, 4, 6-7, 8, 9, 13 e 17 de Agosto¹³ e incluem, designadamente, relatos de conversas com os generais Queipo de Llano¹⁴ e Franco e

⁶ Antero Leal Marques (1880-1969), foi chefe de gabinete de Salazar entre 1928 e 1940, primeiro no Ministério das Finanças, depois na Presidência do Conselho.

⁷ Na carta do dia 9 pede mesmo a Leal Marques que mande «fornecer ao *Diário da Manhã* todas as notícias destes relatórios que não forem inconvenientes para publicação».

⁸ Jornalista e escritor (1894-1983) baptizado como António Augusto Gomes Cruzeiro. Em 1926 foi nomeado vice-Cônsul em Suez, tendo sido depois Cônsul em Dakar (1927-1932) e seguidamente em Sevilha, onde permaneceu até 1949. Combateu em África durante a primeira Guerra Mundial e sobre essa experiência publicou, em 1924, uma obra marcante: *Epopéia Maldita – O Drama da Guerra d'África*, em que relata as terríveis condições de vida dos expedicionários portugueses.

⁹ Era, desde 11 de Abril de 1933, António de Oliveira Salazar. Note-se que um Cônsul não se dirige directamente ao Chefe do Governo mas sim ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, que era Armindo Monteiro (1896-1955). Fê-lo, como ele próprio escreve, «por incumbência do sr. Capitão Henrique Galvão».

¹⁰ Antonio Castejón Espinosa (1896-1979) militar de Infantaria, chegara a Sevilha, vindo de Marrocos, de avião, com uma Companhia da Legião, entre 19 e 20 de Julho. É considerado um dos mais duros chefes militares nacionalistas. General no fim da guerra, foi, em 1957, designado Capitão-General da II Região Militar de Espanha, com sede em Sevilha.

¹¹ Emilio Mola Vidal, nascido em 1897, morreria num acidente aéreo em 1937.

¹² No mesmo ofício (ANTT – AOS//CO/NE – 9 I, pp.79-80), Cértima informa ter apresentado Galvão «ao enérgico General Queipo de Llano» e aproveita para informar Salazar sobre «os acontecimentos que se estão desenrolando em Espanha». Escreve: «Rogo a Vossa Excelência prévia autorização para ter a honra de informar que se prevê para muito breve a queda dos governos de Madrid e Barcelona, dando a vitória ao exército Nacionalista espanhol. Não poderei igualmente deixar de acentuar o entusiástico movimento de simpatia para com Portugal que se manifesta em toda a população desta cidade. Notas da imprensa têm chamado a atenção do público para a gratidão com que a Espanha deve receber neste momento todas as manifestações de amizade da Nação Portuguesa. E assim é que, desde alguns dias, um público numeroso, constituído por todas as classes sociais, desfila constantemente por este Consulado deixando cartões e cartas onde se lêem as frases mais carinhosas e vibrantes, tanto para com a Nação Portuguesa, como para com o glorioso creador do Estado Novo.»

¹³ Como se disse, estão publicadas no blog *Ephemerá*, do doutor José Pacheco Pereira, com uma nota de agradecimento a «Maria Faustino pelo trabalho realizado na transcrição» dos documentos e a promessa de serem «posteriormente anotados pela sua importância histórica como documentos oriundos de um observador privilegiado do lado dos sublevados».

¹⁴ Gonzalo Queipo de Llano y Sierra, Marquês de Queipo de Llano (1875-1951). No dia do levantamento, encontrava-se em Huelva, na qualidade de Inspector-Geral dos Carabineiros sem comando de tropas, portanto. Escapou para Sevilha, onde se apoderou do comando da guarnição, cuja oficialidade hesitou na atitude a tomar: pró ou contra os sublevados. Seria peça fundamental do *alzamiento* nos seus primeiros dias, tanto sob o ponto de vista militar como pelo seu papel na propaganda nacionalista.

referências a operações de guerra, não escamoteando a enorme violência da repressão nem poupando críticas à condução militar da guerra. Todavia, nas crônicas que envia para o *Diário da Manhã*, desenvolve muito mais os aspectos narrativos e insiste nas «atrocidades comunistas» e na ausência de operários entre os comunistas.

Na primeira carta, dirigida a Leal Marques «para conhecimento de S. Exa^a. O Presidente do Conselho», Henrique Galvão começa por pedir «desculpa» pelo «estilo necessariamente telegráfico», acrescentando: «Todo o tempo é pouco e resta muito pouco para escrever», o que não se coaduna muito bem com as extensas crônicas que envia para o jornal. Descreve, depois, como chegou a Sevilha, vindo de Vila Real de Santo António, no Algarve, fazendo parte do percurso de camioneta entre Ayamonte e Huelva onde, sem qualquer meio de transporte, conseguiu um cavalo para percorrer 30 quilómetros até apanhar um comboio de mercadorias que o deixara, nessa manhã, na capital andaluza. Explica que essa dificuldade de transporte «não reflecte exactamente a verdade do que se observa em tudo o mais: ordem, serenidade e absoluta confiança no triunfo do movimento» pois «ninguém duvida do êxito mas ninguém duvida também que levará o seu tempo porque o mal era já muito extenso e estava muito generalizado». Traça depois o perfil do General Queipo de Llano com quem conversou – diz - logo à chegada e que pôs à sua disposição «os microfones dos postos nas regiões libertadas»; salienta que «contra o [que] esperava» o General lhe deixou «a melhor das impressões», acrescentando: «Não sei porquê, através das proclamações que ouvia fiz uma ideia diferente daquela [com] que fiquei depois de ter falado com ele. São impressionantes a sua calma e confiança. Assisti a algumas das suas decisões: precisas, claras, rápidas. Pareceu-me, além disso, ser pessoa de vasta cultura e que sabe o que quer.» Essa conversa, foi publicada no *Diário da Manhã*, sob forma de entrevista, consideravelmente desenvolvida em relação ao que está na carta, nos dias 5 e 8 de Agosto, mas com datas de, respectivamente, 2 e 3 e em ambos os casos na primeira página do jornal.

Há ainda uma nota curiosa: observa Galvão que «o elemento operário passeia pela cidade fazendo manifestações e procurando convencer que o movimento é comunista mas não operário».

Na segunda carta, escrita de Llerena, com a data de 4 de Agosto, Galvão informa ter saído de Sevilha com a coluna do «célebre» Comandante Castejón (do *Tercio*¹⁵), que iria» pela fronteira portuguesa, concluir a ocupação da região de Mérida e Badajoz, seguindo imediatamente para Madrid onde completará o cerco da cidade para a ocupação decisiva». Galvão – tal como os seus interlocutores - mostra-se confiante na vitória dos sublevados: «Se quem está em Portugal pode ter quaisquer dúvidas sobre o resultado do movimento por causa da demora que tem havido em liquidá-lo – essas dúvidas são impossíveis aqui. O movimento está virtualmente triunfante e a tomada de Madrid pouco mais será do que a chancela posta sobre a vitória. De resto, nem sequer há inimigo que ofereça resistência. Nas cidades que os governamentais ainda ocupam o simples aparecimento da coluna fá-los entregar. E as manifestações das populações libertadas são delirantes.» Conclui mais adiante: «Creio que Madrid não será ocupada

¹⁵ Tipo de unidade militar criada por Carlos V em 1534. Voltou a ser usada esta designação, a partir da década de 20, do século xx, na Legião Espanhola.

antes da próxima semana – mas que na próxima semana será com certeza»¹⁶. Todavia, Galvão, na mesma carta, face ao que já ouvira e vira, afirma não acreditar «numa rendição fácil» da capital pois os seus defensores e «não só os comunistas propriamente ditos como também os esquerdistas menos avançados, sabem a sorte que os espera» pelo que «preferirão morrer lutando».

Propriamente sobre a tomada de Llerena – objecto de extensa crónica remetida ao *Diário da Manhã* pelo seu «enviado especial que segue com a coluna Castejón» – , datada de 5 e publicada no dia 12, Galvão limita-se a um parágrafo na sua carta de 4: «acabo de assistir à tomada de Llerena, nos arredores de Badajoz e no caminho de Madrid. Os comunistas foram completamente envolvidos. 300 presos que estão sendo revistados e a seguir serão fuzilados. Esperam-se mais pois há emboscadas nas estradas por onde poderiam fugir. Prometeram-me mostrar-me todos os papéis encontrados que refiram ligações com os comunistas portugueses. Sobre este assunto, o comandante da polícia de Sevilha fez-me revelações interessantes que não me atrevo a confiar a um relatório que pode não chegar ao seu destino.»

Testemunha da repressão

Ao referir que «as atrocidades cometidas são espantosas», acrescentando que «a repressão corresponde-lhes inteiramente», Galvão acolhe piamente as informações que lhe são dadas e informa, logo na primeira carta: «Como julgo útil dar-lhes a maior publicidade pô-las-ei em relevo nas crónicas para o D. (Diário) da Manhã.»

A duríssima repressão a que assiste a ele próprio impressiona, embora pareça concordar, numa lógica de «olho por olho»:

“A repressão é tremenda – escreve na carta do dia 4 - e corresponde inteiramente às atrocidades cometidas pelos comunistas. Basta uma simples suspeita de esquerdismo para que o fuzilamento seja inevitável [?]. Por sua vez, a série de fuzilamentos vai instituindo o hábito de matar. Tenho assistido a vários. Ontem, pouco depois de sairmos de Ronquillo ocupada, a coluna parou para executar 30 pessoas. As mulheres não são mais poupadas do que os homens. Há pouco foi presa a mulher dum tenente comunista que conseguiu escapar. Ela pagará por ele.»

Logo no dia 2 de Agosto refere a sorte do Governador de Huelva: «O grande amador do comunismo nesta cidade que tinha fugido, foi ontem preso. Será fuzilado amanhã de manhã, apesar da sua alta patente militar. A pena de fuzilamento é fatal para todos os que são encontrados com armas na mão. Em Sevilha, fuzilam-se todos os dias dezenas de pistoleiros.»¹⁷ No mesmo dia refere uma «operação importantíssima na direcção de Málaga com o objectivo de cortar o nó estratégico de comunicações», tendo sido mortos no combate «300 comunistas». No dia 6, está de novo em Sevilha,

¹⁶ Para esta prematura nota de optimismo sobre o rápido desfecho da guerra terá contribuído o facto de Galvão ter assistido à rendição, sem luta, de cidades cujas guarnições não se haviam revoltado .

¹⁷ Castejón, na entrevista que o *Diário da Manhã* publica, apresenta a razão, por que entende proceder a todos esses fuzilamentos «A verdadeira piedade consiste em poupar as vidas que a morte de cada pistoleiro vai poupar».

onde voltou, para tratar de um ferimento¹⁸ «deixando por uns dias a coluna Castejón». No dia 8, ainda em Sevilha, informa que «o número oficial de fuzilamentos no sul vai em 30.000 [e] não me repugna acreditá-lo em face do que vi» (na véspera, recorda, «numa hora vi fuzilar mais de cem. E com uma facilidade, *um prazer*, que garantem o número oficial»); acrescenta que «dizem que em toda a Espanha atinge já 80.000 só os realizados pelas forças do Exército» mas «apesar disto os focos comunistas que ainda existem não desarmam e resistem tenazmente».

No dia 9, relata novos fuzilamentos: «Hoje foram fuzilados em Sevilha 72 homens e entre eles advogados, médicos, jornalistas e militares das esquerdas», havendo casos em que «ficam umas horas em exposição para exemplo»; e comenta: «as atrocidades dos comunistas são horribéis mas a repressão corresponde-lhes inteiramente.»

Encontros com Franco

Francisco Franco desembarcou em Espanha, no dia 6 de Agosto, vindo de Marrocos, e dirigiu-se imediatamente a Sevilha. Galvão, na carta do dia 8, informa que se avistará nesse mesmo dia com o General, que – escreve – vinha para «se instalar definitivamente» acompanhado pelo seu Estado-Maior de que «fazem parte oito oficiais alemães que agem sem a menor reserva». Observa Galvão que «o acontecimento tem produzido um grande entusiasmo na população que, sem dúvida, vê em Franco o seu chefe de confiança; a chegada de Franco é tida por todos como decisiva para a liquidação do movimento.» Todavia – prossegue Galvão – «é voz corrente que ele e o General (Queipo de Llano já não se entendem, sendo um dos motivos da discórdia a excessiva loquacidade deste. O General Queipo de Llano está perdendo um pouco a popularidade. Acusam-no de ter sido maçom e ter trabalhado para a República. *A estrela* agora é o General Franco».

A entrevista com Franco parece só se ter concretizado no dia seguinte, pois é na carta do dia 9 que informa:

«Falei hoje com o General Franco durante uma hora. Está preparando as cousas para o ataque decisivo sobre Madrid. De Marrocos já vieram quase todas as tropas do Tercio. O objectivo é tomar Madrid com o mínimo de prejuízo para a cidade e para a população civil. Falou longamente do seu programa que segue de perto o das ditaduras europeias, sem nada mais de original como é natural e afirmou que se inspirava nos princípios corporativos do Estado Novo português.»

Relata depois a impressão que o General lhe causara:

«Embora mo não confessasse, percebi nitidamente que é um monárquico que dificilmente transige com o regime republicano. Mas percebe-se igualmente que é acima de tudo um militar a quem só têm interessado as questões militares. Claro e preciso – quase eloquente – quando fala das suas operações, é confuso e hesitante quando se refere ao seu pensamento político. Dá-me a impressão de que fala sobre leituras feitas à pressa e mal digeridas. Fiquei também com a impressão de que as operações dirigidas por ele ganharão em poder militar e em organização. O próprio Quartel-General que

¹⁸ Na sua carta de 13 de Agosto, Galvão afirma já estar «completamente curado do ferimento que recebi em Llerena».

instalou num magnífico palácio dá impressão de ordem e eficiência – ao contrário do Quartel-General de (Queipo de) Llano, que parece um formigueiro onde toda a gente entra e sai quando e como quer.»

Na carta remetida de Sevilha no dia 13 informa ter falado de novo com Franco: «Deu-me notícias acerca de Badajoz. Disse que esperava para hoje a queda da cidade e explicou que a razão da demora¹⁹ está no facto dos sitiados pretenderem evitar a todo o custo a destruição da cidade e o massacre da população civil indefesa. Os bombardeamentos têm incidido apenas sobre a fortaleza e a praça de touros, onde as informações dizem que os comunistas se concentravam.»

Acrescenta ter dado uma sugestão:

«Na conversa que tive com o General Franco disse-lhe o pouco que sabia da atitude das potências perante o caso espanhol e sugeri a vantagem que possivelmente existe para o governo militar em fazer larga e clara publicidade pela fotografia, pelo cinema e pela imprensa na Inglaterra sobre as atrocidades cometidas pelos comunistas. Julgo que a Inglaterra não está muito convencida da gravidade do caso espanhol e que uma acção sobre a opinião pública inglesa seria favorável aos revoltosos. O General mostrou-se interessadíssimo pela ideia que, disse, iria pôr imediatamente em prática.»

Não seria a primeira sugestão que dava. Na carta do dia 7, talvez por via da sua preocupação com a lentidão das operações, de que se queixa, como se verá abaixo, informa o seguinte:

«Em conversa com Queipo de Llano sugeri-lhe a vantagem de fazer ocupar quanto antes a pequena parcela de território que ainda está povoada por revoltosos, confinante com Portugal na província de Badajoz. O objectivo da coluna Castejón não compreendia a ocupação de toda esta região à qual, por via do isolamento em que está, não atribuíam grande importância. Insisti na minha sugestão pois julgo que seria preferível não haver qualquer solução de continuidade nas zonas ocupadas ao longo da fronteira nem corredores comunistas. O General concordou e mesmo na minha presença mandou expedir ordens terminantes a Castejón para que a cidade de Badajoz e Mérida (esta que já está investida) sejam tomadas e ocupadas. O acontecimento deve verificar-se hoje ou amanhã – talvez amanhã porque há muitas pontes destruídas na região.»²⁰

Crítica à condução das operações militares

Galvão é muito crítico relativamente à condução militar de guerra: «Noto uma certa desorganização nas forças militares o que também não explica a pouca eficiência destas operações» escreve logo no dia 2. Em 4, observa que «apesar de tudo», acha «francamente lentas as operações, lentidão que se justifica até certo ponto pelos motivos que já expliquei mas também é certo que se perde muito tempo». Dois dias depois observa ainda com maior contundência:

¹⁹ Badajoz caiu no dia 14 de Agosto. À chegada a Espanha. Galvão tivera uma informação errada e, na primeira carta, dera Badajoz como tomada, confirmando «a notícia que deu a Emissora»

²⁰ A conversa terá sido a do dia 2 pois no dia 4, como se diz acima, informa, de Llerena, ter saído com a coluna de Catejón para ocupar a região de Mérida e Badajoz.

«Cada vez tenho mais radicada a impressão de desorganização e de crise de comando. A coluna Castejón, por exemplo, que dispõe de todas as condições materiais de mobilidade e que representa hoje um elemento de primeira ordem entre os recursos militares dos revoltosos, não tem rendimento de avanço superior a 30 km por dia quando podia realizar sem dificuldade 80. Tudo é lento por desorganização e falta de comando. Não há um inimigo no sentido militar da palavra porque se houvesse as cousas seriam bastante duras [?]. Durante a marcha da coluna até Llerena, dezenas de vezes atravessámos situações em que um pelotão de desordeiros nos desbaratariam ... se tivessem umas luzes de conhecimentos militares.»

Volta ao assunto no relatório do dia 9: «Tudo é lento, infinitamente lento e sem razão para ser tão lento. Há cousas que quer sob o ponto de vista militar, quer sob o ponto de vista político, são incompreensíveis – e entre elas a falta de espírito ofensivo de certas colunas com todas as condições militares de progredirem rapidamente.»

Impressão que confirma no dia 13: «Continuo a observar a mesma lentidão por vezes inexplicável e nitidamente contrária a certos objectivos militares que desde o princípio tenho notado nas marchas e operações das colunas revoltosas.»

Na última carta, datada de 17, volta ao tema:

«As acções militares, na tomada de Badajoz e Mérida confirmam em absoluto tudo quanto tenho referido acerca do espírito de indecisão dos comandos. Não existe uma razão militar aceitável para a lentidão com que as operações decorrem. As colunas são dotadas de magníficos elementos de mobilidade e dispõem de material magnífico. Os seus trens de munições são abundantíssimos. As razões invocadas para justificar as demoras, tais como desejo de poupar as cidades e as populações só quem não viu o que se passa as pode aceitar. Têm que tomar-se como as razões políticas para o exterior e nada mais. Na prática, as cidades são destruídas da mesma forma e as populações sacrificadas – talvez mais (decerto mais) do que se as operações decorressem com a decisão própria das operações militares em casos análogos ao presente.» Sem modéstias, conclui: «Tenho verificado que com muito menos elementos não me seria difícil nem complicado agir mais eficazmente em muito menos tempo.»

Propõe, no dia 8, «a presença de um observador militar junto do General Franco e explica porquê: «O que tenho visto e observado nas operações militares a que tenho assistido é por vezes tão extraordinário e tão significativo que julgo o momento excepcional para uma observação que dificilmente nos seria dada noutras circunstâncias. Agora que se está a olhar a sério para as nossas cousas militares creio que nos interessa enormemente uma avaliação das possibilidades militares de Espanha [...] Estou convencido [de] que esse observador (uma espécie de adido militar) levaria daqui informações preciosas e, sob certos pontos de vista, talvez surpreendentes.»

O apoio alemão e italiano e o desejo de receber mais apoio de Portugal

Os relatórios que Galvão envia durante pelo menos duas semanas estão polvilhados de informações sobre o apoio que os sublevados recebiam da Alemanha e da Itália²¹.

²¹ Estes dois países reconheceram formalmente o Governo de Burgos em 18 de Novembro de 1936. Na carta do dia 9 de Agosto, Galvão informa terem chegado ao aeródromo de Tablada «cinquenta aviões

«Tenho a impressão - escreve Galvão logo no dia 2 - de que dispõem de bons e numerosos elementos materiais, apesar do que se crê lá fora. A Itália sobretudo auxilia com bastante clareza os revoltosos. O Cônsul de Itália está permanentemente no gabinete de Queipo de Llano e vêem-se numerosos italianos na cidade.»

No dia 6 insiste: «O Cônsul italiano está quase permanentemente junto do General Queipo de Llano. Vive no mesmo hotel em que me encontro e é frequentemente chamado pelo General a conferências telefónicas.» A carta do dia 17, a última, refere o «almoço oferecido pelos oficiais espanhóis à oficialidade do cruzador italiano *Antonio da Noli* que veio a Sevilha» e a que «assistiram os Generais Queipo de Llano (que presidiu) e Millan-Astray²², o comandante do cruzador e oficiais, o Cônsul de Itália, o Alcaide de Sevilha e numerosos oficiais». O almoço decorreu no Hotel Madrid, no qual Galvão se hospedava, e que por isso pôde acompanhar «sentado numa mesa próxima». Observa que «embora se pretendesse guardar fragilmente as aparências, apresentando o banquete como uma manifestação de solidariedade entre espanhóis e italianos, o que é certo é que a publicidade que se lhe deu, a presença dos generais e dos cônsules e, sobretudo os discursos pronunciados, constituíram um verdadeiro reconhecimento formal e entusiástico por parte da Itália». Refere os discursos proferidos, primeiro por Millan-Astray («discurso inflamado de legionário, um desses discursos que em Portugal seriam impossíveis sem cobrir o orador de ridículo»), depois pelo comandante do cruzador («embora mais sóbrio o discurso foi bastante lírico e provocou quentes manifestações a que se associaram os hóspedes, franceses, ingleses e italianos, que comiam noutras mesas»). Por fim, falou Queipo de Llano que «principiou por dizer que usava da palavra *a pedido do Cônsul de Itália*» e que terminou com «brindes à Itália, ao seu Rei, a Mussolini, de quem fez um elogio caloroso, e a Portugal». Cita misturando português e espanhol: «Durante este momento Espanha contrajo lazos de amistad entre la hermana Italia y la hermana Portugal, lazos que nunca mais se podem quebrar.» Enquanto os assistentes cantavam a *Giovinezza*,²³ Queipo de Llano levantou-se depois e dirigiu-se à mesa onde ele se encontrava «com alguns portugueses», oferecendo-lhes champagne e proferindo «palavras amáveis para nós», das quais destaca uma pergunta: «Quando permitem os senhores que lhes façamos uma festa como esta?»

Não era, segundo Henrique Galvão já referira, a primeira vez que Queipo de Llano manifestara interesse no empenhamento de Portugal ao lado dos revoltosos. Na primeira carta, a de 2 de Agosto, na conversa do português com o General, este perguntara: «Porque não reconhece o Governo português imediatamente a Junta Revolucionária?²⁴» e

alemães adquiridos pelos revoltosos» acrescentando um pormenor: «Os aviadores dizem que o seu objectivo imediato é a destruição dos aviões de Madrid para impedirem a fuga dos dirigentes. Não se pensa senão em liquidá-los. Ouvem-se ameaças por toda a parte - e o certo é que elas se cumprem sempre que é possível.»

²² José Millan-Astray y Terreros (1879-1954) oficial do Exército, grande mutilado de guerra, ajudou a fundar, em 1920, a Legião Espanhola (inspirado na Legião Estrangeira francesa, cuja organização foi estudar à Argélia), e de que foi o primeiro comandante, com a patente de Tenente-Coronel, tendo como ajudante o então Comandante (Major) Francisco Franco.

²³ Hino composto em 1909 que em 1925 se tornou no hino do Partido Fascista italiano.

²⁴ Em 24 de Julho de 1936, o General Mola constituiu a Junta de Defesa Nacional, com capital em Burgos. Portugal como se disse (Nota 3) só viria a cortar relações com o Governo de Madrid, três meses depois, em 23 de Outubro, só nomearia um Agente Especial, Pedro Theotónio Pereira, em 13 de Dezembro de 1937 e só reconheceria *de jure* o Governo de Burgos em 28 de Abril de 1938.

explicara: «Estamos combatendo um inimigo comum. Se os marxistas vencem, Portugal está seriamente ameaçado. Se não vencem (e não vencerão, afirmou) Portugal terá todas as vantagens da posição política que antecipadamente tinha tomado.» Face à reposta de Galvão («não conheço nem me compete conhecer as razões que levam Portugal à sua atitude. Sei que sejam quais forem acho que estão bem e sei que elas são sempre muito poderosas e justas»), Queipo de Llano teria então observado que Galvão não o compreendia «se julgava ver nas suas palavras qualquer censura», acrescentando: «era apenas um desejo» pois «ninguém melhor do que ele reconhecia os grandes serviços que Portugal estava prestando à sua causa e lhes enaltecia o valor, tanto assim que já mais que uma vez afirmara que um dos primeiros gestos do governo triunfante será elevar numa das principais praças de Sevilha²⁵ um monumento ao povo português». E terminara: «Assim nós encontremos também *nuestro Salazar*».

Galvão, aliás, mostra-se a favor do reconhecimento e na carta do dia 6 expõe a sua opinião: «Com os dados, certamente insignificantes, de que disponho, vejo grandes vantagens nesse reconhecimento. Creio que os dirigentes revoltosos, e que são fatalmente os dirigentes do governo espanhol de amanhã, concederiam vantagens importantes contra o seu reconhecimento. A posição política que marcaríamos junto da Espanha seria enorme, pelo menos durante algum tempo. E se esse reconhecimento fosse negociado contra vantagens estudadas e bem formuladas, creio que seria um golpe hábil.» Prudentemente, acrescenta: «Todavia, os elementos de formação de qualquer juízo de que disponho são insuficientes e compreendo que possa não ser bem visto o que daqui me parece tão claro.»

Os problemas políticos

Henrique Galvão várias vezes se refere aos problemas políticos resultantes da guerra.

Na carta de Sevilha datada de 6-7 de Agosto, observa:

«Continuo convencido de que a questão política que vai levantar-se a seguir à vitória será tremenda. A questão da abundância de chefes e da falta de um chefe. Depois, pelo que tenho ouvido, creio que a questão social ficará de pé. Por quanto tempo? Comunistas é natural que desapareçam de Espanha por algum tempo pois não é difícil crer em face do que tenho visto que o número de fuzilamentos já tenha excedido 30.000.» Esta ideia é reafirmada na crónica sobre a tomada de Llerena publicada no diário da Manhã no dia 11 de Agosto: «A repressão corresponde às violências marxistas. Em Llerena vi fuzilar cem homens. Não creio que fiquem em Espanha comunistas para fazer uma desordem de aldeia.»

Mais adiante, na mesma carta de 6-7, Galvão prevê problemas políticos futuros, salientando:

«A confusão política vai-se acentuando. Surge a questão monárquica. Enquanto uns desejam apenas considerar dois campos – o fascista e o comunista – independentemente

²⁵ Esta ideia, embora não exactamente com as mesmas palavras, será referida também na crónica para o *Diário da Manhã*. Na versão do jornal, Queipo de Llano propõe levantar o monumento não em Sevilha especificamente mas «numa das principais praças de Espanha», explicando: «Portugal e o seu povo compreendem bem que estamos aqui a combater um inimigo comum.»

da forma de regime e aceitando o actual porque é o que está, outros agitam-se para um regresso à monarquia.

Ainda na mesma carta:

«A confusão política de amanhã continua a desenhar-se cada vez melhor. Perante a chegada de Franco, discutem-se já questões de mando entre os chefes. Para se comporem as coisas, por agora não há um chefe do movimento – isto é: um chefe dos chefes – mas sim vários em funções independentes (como eles dizem) apesar de eu não compreender como essa independência possa existir. Mola será o comandante das forças que sitiam Madrid; Queipo de Llano o comandante da Divisão da Andaluzia; Franco o Comandante em Chefe das Forças Militares. Franco é o menos graduado dos generais mas é o mais prestigioso e o mais sabedor. Julga-se evitar conflitos dando a cada um títulos trabalhosamente imaginados e afirmando a independência das suas funções.

«Entretanto, embora todos clamem contra os políticos profissionais e digam que a nova Espanha tem que se organizar sem eles – os partidos começam a formar-se e a diferenciar-se [...]. Simplesmente aqui a questão monárquica assumirá uma importância maior: já aparecem nalguns automóveis pequenas bandeiras monárquicas e nas janelas vêem-se senhoras costurando (?) na bandeira bicolor da Espanha monárquica.»

A carta do dia 17, a última – a não haver mais, como o *Ephemer*a ressalva – termina assim:

«Diz-se que o Governo português entregou aos ocupantes de Badajoz os comunistas que fugiram para Portugal. Essa atitude tem sido enaltecida.»

Em conclusão: se da leitura destas cartas que a *Ephemer*a divulgou não se tiram quaisquer novidades, não quer dizer que sejam desprovidas de interesse. Muito pelo contrário: dá o clima que se vivia no sul de Espanha nesses primeiros dias da sublevação contra o Governo de Madrid. Galvão enganou-se quanto à queda de Madrid em pouco tempo, como, aliás, todos previam, mas as suas informações não só ajudaram, via *Diário da Manhã*, a modelar a opinião pública sobre a guerra, como poderão ter ajudado Salazar a formar uma opinião sobre o que deveria fazer relativamente ao conflito. Pelo menos, nessa altura, ele certamente gostaria de pensar que sim.

Nota – O autor não segue o AO 90.

Germanofilia em Portugal
durante a Grande Guerra
O caso do jornal *ABC*, de Madrid

Germanophilia in Portugal during the First World War
The case of the Madrid newspaper *ABC*

Miguel Dias Santos

Miguel Dias Santos, Doutorado em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Professor do ensino secundário, é Investigador no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, da Universidade de Coimbra. Email: miguelantoniosantos@sapo.pt.

GERMANOFILIA EM
PORTUGAL DURANTE A
GRANDE GUERRA: O CASO
DO JORNAL ABC,
DE MADRID

No conflito entre aliadófilos e germanófilos, que ocorreu na Europa durante a Grande Guerra, a imprensa teve um papel central nos debates culturais e ideológicos. O ABC de Madrid integrava o grupo da imprensa germanófila acusada de estar ao serviço da Alemanha para evitar a beligerância de Madrid. Em Portugal, o ABC era o jornal estrangeiro mais lido, penetrando sobretudo no campo monárquico e católico acusado de germanofilia. Era também lido nos meios militares hostis a uma participação na guerra e acabou por isso proibido em Portugal. A sua atitude perante a política interna e externa revelava um propósito claro: impedir a beligerância de Portugal. O seu discurso, através dos seus correspondentes, analisava criticamente os objectivos, a estratégia e a capacidade financeira e militar de Portugal para participar na contenda mundial ao lado dos aliados.

Palavras-chave: germanofilia, grande guerra, ABC, propaganda, iberismo

GERMANOPHILIA IN
PORTUGAL DURING THE
FIRST WORLD WAR: THE
CASE OF THE MADRID
NEWSPAPER ABC

In the conflict between alliedophiles and germanophiles, which occurred in Europe during the Great War, press played a central role in the cultural ideological debates. The ABC, from Madrid, was part of the germanophile press accused of servicing Germany to avoid Madrid entering the War. In Portugal, the ABC was widely read, especially by the monarchical and catholic faction, accused of germanophilia. It was also read by the militaries that were against the Portuguese participation in the War, so it was forbidden in Portugal. Its position concerning both internal and external affairs revealed a clear goal: to prevent Portugal's belligerency. Its speech, through its correspondents, critically analyzed the goals, the strategy and Portugal's financial and military capacity to participate in that worldwide conflict alongside the Allies.

Keywords: germanofilia, Great War, ABC, propaganda, Iberism

GERMANOPHILIE AU
PORTUGAL PENDANT LA
GRANDE GUERRE: LE CAS
DU JOURNAL ABC,
DE MADRID

Dans le conflit entre partisans des alliés et germanophiles qui a eu lieu en Europe pendant la Grande Guerre, la presse a eu un rôle central dans les débats culturels et idéologiques. L'ABC de Madrid intégrait le groupe de la presse germanophile accusée d'être au service de l'Allemagne pour éviter la belligérance de Madrid. Au Portugal, l'ABC était le journal étranger le plus lu, pénétrant surtout dans le camp monarchique et catholique accusé de germanophilie. Il était également lu dans les milieux militaires hostiles à une participation à la guerre et a donc fini interdit au Portugal. Son attitude face à la politique interne et externe révélait un objectif clair : empêcher la belligérance du Portugal. Son discours, par le biais de ses correspondants, analysait de manière critique les objectifs, la stratégie et la capacité financière et militaire du Portugal pour participer au conflit mondial du côté des alliés.

Mots clés: germanophilie, grande guerre, ABC, propaganda, ibérisme

1. Introdução

A Grande Guerra dividiu a sociedade portuguesa em intervencionistas e anti-intervencionistas. O campo favorável à beligerância incluía os republicanos do Partido Democrático e, mais tarde, do partido evolucionista, além da intelectualidade republicana; no campo contrário militavam os republicanos moderados e independentes, próximos de Brito Camacho e Machado Santos, o grupo socialista, o movimento anarco-sindicalista e, finalmente, o mundo conservador representado pelos monárquicos e pelos católicos.¹ O conflito agravaria as tensões político-sociais em torno da República, na medida em que as questões de política interna e política externa se misturaram de forma dramática e exacerbada. A declaração de guerra da Alemanha, em Março de 1916, agravou as tensões político-sociais, provocando uma aliança improvável entre os republicanos da União Republicana e os adversários da República.² Paradoxalmente, congregavam-se anti-intervencionistas aliadófilos, que admitiam a guerra para defesa das colónias, com germanófilos por convicção ou simples oportunismo³. O campo beligerante atacava o campo oposto, lançando-lhe o labéu de germanofilia e de antipatriotismo. Para os radicais, eram germanófilos todos os que se opunham ao esforço de guerra, facto que agravaria a crispação política e a divisão no seio da família republicana. Seguindo este critério, eram «germanófilos» partidos, movimentos e personalidades que eram abertamente aliadófilos, como eram os unionistas, os socialistas e alguns monárquicos.

Espanha, ao contrário de Portugal, declarou imediatamente a neutralidade através de uma declaração do primeiro-ministro Eduardo Dato, a 30 Julho de 1914. Apesar disso, a sociedade espanhola acabou dividida por uma encarniçada luta entre germanófilos e aliadófilos, e o país transformou-se num campo de batalha para as potências beligerantes, em especial Alemanha, Inglaterra e França.⁴ No centro dessa campanha aguerrida, cerzida em torno da propaganda e da contra-propaganda, a imprensa apressou-se a escolher um campo, a entrar em guerra pelas ideias.⁵ A imprensa era essencial ao esforço de guerra como instrumento de propaganda porque o soldado e o cidadão eram uma só pessoa: era preciso explicar e convencer a opinião pública da necessidade da guerra. A contra-propaganda, por seu lado, podia ser usada para estimular a beligerância num país, aumentar a moral das tropas em combate ou atacar a motivação do inimigo.⁶

¹ Cf. FRAGA, Luís Alves de – *Do intervencionismo ao sidonismo. Os dois segmentos da política de guerra na 1ª República: 1916-1918*. Coimbra: IUC, 2010. 418 p., 978-989-26-0184-7; SANTOS, Miguel Dias – *A Contra-revolução em Portugal (1910-1919)*. Coimbra: IUC, 2010. 511 p. ISBN 978-989-26-0076-5; SAMARA, Maria Alice – *Verdes e Vermelhos. Portugal e a Guerra no ano de Sidónio Pais*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002. 226 p. ISBN 972-46-1426-3.

² Cf. MENESES, Filipe Ribeiro de – *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000. 334 p, ISBN 972-762-198-8.

³ SANTOS, Miguel Dias – *A Contra-revolução...* pp. 320 e ss.

⁴ Leia-se CORDERO, Maximiliano Fuentes – *España en La Primera Guerra Mundial. Una movilización cultural Madri*. Madrid: Akal, 2014. 240 p., 978-84-460-3942-6.

⁵ RODRÍGUEZ-MORANT, Inmaculada – “La Gran Guerra en la revista La Esfera (1914-1931): ¿Información, opinión o propaganda?”. *Revista de Historiografía*. Madrid: uc3m. e ISSN: 2445-0057. N.º 24 (2016).

⁶ PADDOCK, Troy R. E. [et al.] – *A Call to Arms: Propaganda, Public Opinion, and Newspapers in the Great War*. Westport CT: Praeger (2004).

Como instrumento de contra-propaganda, a imprensa era por isso alvo da política de guerra dos governos e da diplomacia dos países beligerantes. É conhecido o esforço dos aliados e da Alemanha para ganhar a batalha da contra-propaganda em Espanha, no sentido de influenciar as elites e o centro de decisão política. Para a Inglaterra, e especialmente para a Alemanha, por causa da questão de Marrocos, tratava-se, pelo contrário, de evitar que Espanha rompesse a neutralidade para se coligar com o inimigo.⁷

A posição de Portugal e Espanha perante a guerra acicatou a intervenção da opinião pública. É sabido como a imprensa procurou, com pouco sucesso, interferir nas decisões políticas de Lisboa e Madrid⁸. A historiografia demonstrou entretanto que a imprensa favorável ao campo germanófilo espanhol procurou influenciar a opinião pública em Portugal para evitar a beligerância.⁹ A retórica política dos germanófilos iluminou a imprensa com uma releitura do ideal iberista, prenhe de novas propostas, no quadro de uma política externa agressiva que devia incluir Portugal.¹⁰ Os órgãos dessa campanha ideológica incluíam os jornais diários *ABC*, de Madrid, o *La Tribuna*, *El Debate*, *El Correo Español* e *El Mundo*, entre outros. A campanha açodou a reação portuguesa, das autoridades e da imprensa republicana do partido guerrista. Em 1917, o deputado evolucionista Eduardo de Sousa denunciava no parlamento a incapacidade da censura para impedir a circulação de vários jornais espanhóis que traziam “notícias desagradáveis e graves talvez propositadamente para circularem em Portugal, visto que não era permitido que elas circulassem na imprensa portuguesa”. O deputado acusava os jornais *ABC*, de Madrid, *La Tribuna*, *El Correo Español* e *El Mundo* de promoverem “campanhas” contra Portugal e de fazerem no país a propaganda germanófila.¹¹

Entre os jornais germanófilos contestados pontificava o *ABC*, de Madrid. Alvo da fúria republicana, o *ABC* tinha leitores ávidos no campo monárquico-católico e entre os conspiradores. O propósito deste artigo é compreender o lugar do *ABC* na luta pela opinião pública em Portugal, tendo como pano de fundo o conflito entre germanófilos e aliadófilos. Considerando que o principal objectivo do *ABC*, como aliás da imprensa germanófila, visava impedir a beligerância de Portugal, importa decifrar os liames que a prendiam aos projectos de ressurgimento de Espanha e a uma eventual pressão da Alemanha. E finalmente, perceber a sua ligação ao campo germanófilo português, protagonizado pelo mundo conservador de católicos e monárquicos que, com excepções, como aconteceu com D. Manuel, exilado em Londres, era geralmente antiguerrista.

⁷ CORDERO, Maximiliano Fuentes – “Germanofilia y neutralistas: proyectos tradicionalistas y regeneracionistas para España (1914-1918)”. *Ayer Revista de Historia Contemporánea*. ISSN Electrónico: 2255-5838. N.º 91(2013) p. 65.

⁸ Cf. GÓMEZ, Hipólito de la Torre – *Na Encruzilhada da Grande Guerra. Portugal-Espanha 1913-1919*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. 267 p. ISBN 972-33-1351-0.

⁹ ROSENBUSCH, Anne – “Guerra Total en territorio neutral: Actividades alemanas en España durante la Primera Guerra Mundial”. *Hispania Nova*. uc3m. ISSN 1138-7319. N.º 15 (2017).

¹⁰ GÓMEZ, Hipólito de la Torre – *Ob. cit.*, 97-196; FERREIRA, Paulo Bruno Rodrigues – *Iberismo, hispanismo e os seus contrários: Portugal e Espanha (1908-1931)*. Lisboa: Faculdade de Letras, 2016. Tese de doutoramento.

¹¹ Diário da Camara dos Deputados, sessão de 31.05.1917, p. 11.

2. O *ABC* e a imprensa germanófila espanhola

A guerra favoreceu o desenvolvimento de uma comunicação de massas em Espanha, em que aliadófilos e germanófilos disputaram a influência da opinião pública. A intelectualidade arvorou, na sua maioria, a causa dos aliados. A opinião pública conservadora apoiou as potências centrais.¹² A mobilização cultural dos espanhóis explica-se pelo facto de a Grande Guerra favorecer a emergência de um projecto regenerador, necessário para sacudir a crise de abatimento provocada pela crise de 1898. Para os progressistas, onde militava Miguel Unamuno e parte da geração de 98, francófila, a vitória dos aliados constituía uma oportunidade de modernização política e ideológica de Espanha¹³. José Maria Salaverría, que acusou a intelectualidade de se ter “desprendido de la realidad”, explicava no *ABC* o que dividia aliadófilos e germanófilos para refutar a acusação de que os últimos se tinham “vendido”. Para os germanófilos, escrevia Salaverría, a Alemanha significava “ambiçào”, “progresso” e “porvir”, enquanto “o espírito latino, no momento, seria fatal para o mundo se predominasse”.¹⁴

A simpatia pela Alemanha era muito forte na corte, incluía a aristocracia, o exército, a igreja católica e o belicoso carlismo¹⁵. Admirava-se a cultura alemã ancorada no seu génio científico e tecnológico, vista como símbolo do progresso do século xx, tal como a França o fora no século xviii e a Inglaterra no século xix¹⁶. Para o campo germanófilo, porém, a simpatia alemã era indissociável do projecto colectivo de ressurgimento espanhol. Uma nova era de prosperidade, associada a uma política de engrandecimento político e cultural, dependia de uma vitória da Alemanha, símbolo da força e da vontade. A intelectualidade germanófila, que incluía personalidades como Juan Vasquez de Mella (1861-1928)¹⁷, Vicente Gay (1876-1949)¹⁸ ou o próprio José Maria Salaverría, entre outros, sonhava recuperar para Espanha o estatuto de potência europeia, sonho que dependia de uma vitória das potências centrais. Eram sonhos de grandeza que arrastavam projectos de expansionismo no novo quadro geopolítico do pós-guerra. Para os mais radicais, uma política imperialista exigia uma política externa agressiva em Marrocos, Portugal, “la primera presa que tendríamos que devorar», e o Norte de África”.¹⁹ A concretização dessa política postulava uma união federalista com Portugal e a reconquista de Gibraltar à Inglaterra e, finalmente, uma confederação com os Estados Unidos da América do Sul²⁰. Para os mais moderados, o iberismo oferecia outras vias, de natureza mais espiritual ou cooperativa, que não ameaçavam a soberania de Portugal.

¹² SALAVERRIA, José Maria – “Explicación de la germanofilia”. *ABC*, 12.03.1916, p. 6.

¹³ CORDERO, Maximiliano Fuentes – *Germanofilia y neutralistas...*, p. 64.

¹⁴ *ABC*, 12.03.1916, pp.3-6.

¹⁵ ALONSO, Gregorio – ““Afectos caprichosos”: Tradicionalismo y germanofilia en España durante la Gran Guerra”. *Hispania Nova*, ISSN 1138-7319. n.º 15 (2017), p. 394-41.

¹⁶ *ABC*, 24.09.1915, pp. 5-6.

¹⁷ *El Ideal de España. Los tres dogmas nacionales*. Discurso pronunciado en el Teatro de la Zarzuela de Madrid el día 31 de mayo de 1915. Imp. Clásica Española. Madrid, 1915.

¹⁸ *El imperialismo y la guerra europea: los principios nacionalistas y el iberismo*, F. Beltran, 1915.

¹⁹ *España ante la Guerra. Discurso de Manuel Azana. Obras Completas*. Mexico: Oasis, 1966, vol. I, p. 154.

²⁰ Cf. CORDERO, Maximiliano Fuentes – “Imperialismo e Iberismo en España: Perspectivas regeneradoras frente a la Gran Guerra”. *Historia y Política*. Madrid. n.º 33(2015) pp. 21-48.

O tom de polémica e exaltação entre os dois campos, aliadófilo e germanófilo, pode deduzir-se da síntese com que o jornalista *Luis Araquistáin* cunhou a conjuntura de guerra: *la arqueología del odio*.²¹ No campo aliado filiavam-se os liberais, os republicanos e todos a casta de progressistas de esquerda, tendo como imprensa os jornais *El País*, *El Imparcial*, *El Sol* e *El Liberal*, entre outros. No campo germanófilo, dominante, pontificavam os jornais *ABC*, *La Tribuna*, *El Debate*, *EL Correo Español*, *El Mundo*, *El Día*, *El Universo* e *La Correspondencia Militar*.²² A influência da Alemanha no conjunto na imprensa espanhola foi muito discutida em 1916, depois de denunciada por Luis Araquistáin, correspondente do *El Liberal*, num artigo publicado no *Daily News*. Escreveu Araquistáin que “Los dedos de una sola mano pueden servir para contar los periódicos diarios que no han sido comprados en Madrid”.²³ A historiadora Anne Rosenbusch demonstrou já a existência de uma política alemã para controlar a elite espanhola e garantir a neutralidade de Madrid. Consequentemente, tratava-se de dominar a imprensa. Durante o conflito, cerca de 500 jornais espanhóis, em especial a imprensa da direita conservadora, estariam nas mãos das potências centrais. Os mais lidos eram o *ABC*, o maurista *La Accion*, o carlista *el Correo Español*, os católicos *El Debate* e *El Universo* e os conservadores *La Tribuna* e *La Nación*, estes dois supostamente vendidos ao “ouro alemão”.²⁴

A propaganda alemã estimulou então as ambições territoriais de Espanha em Marrocos, Gibraltar e Portugal. Não podemos esquecer os apetites anexionistas de Afonso XIII depois da instauração da República em Portugal. Essa hipótese foi analisada pela Inglaterra, em 1914, período em que Londres avaliou as vantagens de uma aliança com Madrid em detrimento de Lisboa.²⁵ Em 1914 e depois 1916, após a declaração de guerra, Berlim abriu as portas a uma intervenção de Espanha em Portugal.²⁶ A recusa de Madrid teve como consequência o recrudescimento da campanha germanófila no sentido de açodar o descontentamento da opinião pública espanhola: “Portugal’s entry into the war on the side of the Entente in March 1916 must have certainly played an important part in the decision to pursue a more aggressive campaign in Spain. Germany could not risk losing another neutral state to the Allies”.²⁷ O correspondente do *Temps* em Madrid testemunhou essa campanha, escrevendo que a beligerância portuguesa causou “alarme” em Espanha e que a Alemanha teria precipitado os acontecimentos para criar dificuldades entre os dois países ibéricos. A imprensa teve uma importância nuclear nesse processo de sedução da opinião pública, atacando a

²¹ GUÉGO, Christine Rivalau – “Mientras en Europa Mueren. La neutralidad a prueba de fuego”. Monteagudo. Murcia. ISSN electrónico: 1989-6166. 3ª época, nº 19 (2014), p. 115.

²² Cf. BARREIRO, Cristina – “La Prensa Española ante la Primera Guerra Mundial”. *Arbil*. Zaragoza. ISSN 1697-1388, nº 78.

²³ *ABC*, 26.01.1916, p. 11.

²⁴ Cf. ROSENBUSCH, Anne – art. cit., p. 364; CORDERO, Maximiliano Fuentes – *Germanofilia y neutralistas...*, pp. 64; CAMBRA, Ubaldo Cuesta; HERRERO, Sandra Gaspar – “La I Guerra Mundial y los orígenes de la Teoría de los Efectos. El caso de aliadófilos y germanófilos”. *Historia y Comunicación Social*. Madrid: ISSN-e 1988-3056, Vol. 18 (2013), p. 133.

²⁵ TELO, António José – *Primeira República I. Do sonho à Realidade*. Lisboa: Editorial Presença, 2010. p. 279-282.

²⁶ GÓMEZ, Hipólito de La Torre – *Ob. cit.*, p. 152.

²⁷ ROSENBUSCH, Anne – *Ob. cit.*, p. 356.

legitimidade da beligerância, como denunciava a *Capital*: “Esses jornais dedicam-se a censurar em termos ofensivos a conducta de Portugal indo até insinuar que é só o «oiro inglez» que guia esta. O «oiro inglez». Os germanophilos hespanhois teem a audácia de falar em tal quando se sabe com que impudência os allemaes fazem a sua propaganda em paizes neutros!”.²⁸

No centro da campanha germanófila espanhola encontrava-se o *ABC*, de Madrid. Nascido em 1903, sob a direção de Torcuato Luca de Tena, o jornal foi inovando no formato, no grafismo e na ruptura com o jornalismo político, promovendo o jornalismo empresarial.²⁹ No plano ideológico, o grupo reflectia uma visão liberal-conservadora, monárquica, tendo como público a aristocracia, a grande burguesia, parte do exército e parte da burguesia reacionária das províncias.³⁰ Quando irrompeu a guerra, em 1914, o *ABC* apressou-se a declarar apoio à neutralidade oficial de Madrid. A generalidade da historiografia, porém, não tem dúvida em afirmar que o *ABC* foi um dos primeiros jornais germanófilos, por “afinidade ideológica”.³¹ Acusado pelos coevos de germanofilia, Luca de Tena defendeu a imparcialidade do periódico invocando uma política editorial ecléctica. Intelectuais como Alberto Insúa (Paris), Azorín (Londres) e Manuel Bueno expressavam nas páginas do *ABC* o campo aliadófilo³². O escritor Afonso Vidal y Planas³³, que se refugiou em Portugal em 1916, traçou no jornal *O Mundo* um curioso perfil ideológico do *ABC*:

“O *ABC* só tem interesse em vender muitos milhares de exemplares. (...) O *ABC* declarou-se germanófilo sem deixar de ser às vezes francófilo, e quando lhe parece conveniente, neutral. E enquanto os aliadófilos compram El Liberal, e os germanófilos EL Correo Español, por exemplo, todos os espanhóis compram o *ABC*, os germanófilos por ser germanófilo, os aliadófilos por ser também às vezes aliadófilo, e os neutrais, por ser além de tudo isso, neutral”.³⁴

Este eclectismo ideológico pode explicar as tiragens do *ABC* e, por extensão, a sua influência na opinião pública espanhola: com uma tiragem média de 176 mil exemplares em 1915, chegaria a atingir por vezes os 200 mil exemplares.³⁵ Essa influência em Espanha foi testemunhada pelo artista Leal da Câmara, que em 1916 viajou para Espanha com o intuito de avaliar o sentimento dos espanhóis em relação à

²⁸ *A Capital*, 21.03.1916, p. 1.

²⁹ PÉREZ, Fernando Toribio – *ABC en Vocento: La Integración de un diario centenario en un grupo multimedia de comunicación*. Sevilla: Universidade de Sevilla, Trabajo Fin de Máster, 2011. pp. 51-52. Incluía outras publicações periódicas, como as revistas *Blanco y Negro*, *Cultural* e os jornais *ABC* de Sevilla e *ABC* de Córdoba.

³⁰ *Ibidem*, p. 53.

³¹ CAMBRA, Ubaldo Cuesta; HERRERO, Sandra Gaspar – cit., p. 132.

³² BARREIRA, Cristina – cit., p. 8. O escritor Alberto Insúa, aliadófilo, confirma o eclectismo do jornal. Cf. Santiago Fortuño Llorens – “Alberto Insúa, del folletín a corresponsal de guerra (1915-1917)”. *Cuadernos Hispanoamericanos*. Madrid. ISSN 0011-250X. N.º 778 (2015) p. 95.

³³ Cf. BARREIRO, Javier – *Cruces de Bohemia. Vidal y Planas, Noel, Retana, Gálvez, Dicenta y Barrantes*. Saragoça: Unaluna Ediciones, 2001. 978-8492268337. 224 p.

³⁴ *O Mundo*, 2.03.1016, p. 1.

³⁵ PÉREZ, Fernando Toribio – art. cit., p. 53.

participação de Portugal na guerra. No livro *Miren Ustedes. Portugal visto de Espanha*, publicado em 1917, atacou duramente a campanha ideológica da imprensa germanófila, referindo-se a “um destes jornais que, pelo seu nome, parece ter sido criado para meninos de aula infantil”.³⁶

3. O ABC em Portugal

Tal como em Espanha, o *ABC* era campeão de vendas entre a imprensa estrangeira lida em Portugal. Em 1915, o diário republicano *A Capital* procurou quantificar as vendas de jornais estrangeiros, especialmente franceses e espanhóis, em Lisboa. No Chiado, os jornais franceses *Le Matin*, *Le Journal* e os espanhóis *Heraldo*, *Imparcial*, *España Nueva* e o *El Liberal* vendiam um ou dois exemplares por dia; o *ABC* vendia 50 exemplares.³⁷ Os números fornecidos por uma distribuidora da imprensa em Lisboa reforçam as primeiras impressões colhidas entre os vendedores. A imprensa francesa venderia em Lisboa entre 30 a 190 exemplares diários, a imprensa espanhola entre 40 e 100 e o *ABC*, isolado, 380 exemplares diários.³⁸ Os números devem ser analisados com cautela, mas, ainda assim, não deixam dúvidas sobre a importância do *ABC* entre certa opinião pública portuguesa. A própria *Capital* esclarecia que “os hespanhoes residentes em Lisboa que se dão ao luxo de ler os grandes diários de Madrid teem assignaturas, não compram o jornal avulso. Ora os dois mil e pico do *ABC* que veem para Portugal são na totalidade lidos e saboreados pelos nossos compatriotas”.³⁹ Os números da *Capital*, indicando cerca de dois mil exemplares diários, parecem assim indiciar que a quantificação de Jaime Cortesão, estampada nas suas *Memórias da Grande Guerra*, pecam talvez por defeito:

“Todavia há quem afirme e deseje ainda a vitória da Alemanha. A propaganda germanófila continua a fazer-se descaradamente. Antes da declaração da guerra vendiam-se em Portugal 30.000 exemplares por mês do A. B. C, revista germanófila da Espanha. Diz-se que a venda diminuiu. Será. Mas vêem-se ainda por aí às dúzias os velhos fregueses deliciando-se na sua leitura”.⁴⁰

Quem eram os leitores portugueses do *ABC*? José Fernando de Sousa (Nemo), conhecido militante monárquico e dirigente católico, confirmou a existência de uma corrente germanófila em Portugal, constituída por “compatriotas nossos, especialmente

³⁶ Cf. DELGADO, Antonio Sáez – “Miren Ustedes. Portugal visto de Espanha. Leal da Câmara y España”. María Jesús Fernández García e Maria Luísa Leal – *Imagologías ibéricas: construyendo la imagen del otro peninsular*. Mérida: ERE, 2012. pp. 215-225. No *ABC*, o livro de Leal de Câmara foi recebido com azedume e o autor acusado de “injúrias” e de “difamador profissional”. *ABC*, 6.05.1917, p. 8.

³⁷ *A Capital*, 5.08.1915, p. 1. No Rossio, o proprietário afirmava supor que “o jornal mais vendido em Lisboa era o *ABC*”.

³⁸ De acordo com a distribuidora Messangerie, a venda média diária era a seguinte: (franceses) *Figaro*, 30; *Temps*, 30; *Echo de Paris*, 35; *Le Journal*, 150; *Le Matin*, 190, *Petit Journal*, 90; (espanhóis) *Correo Español*, 40; *Heraldo de Madrid*, 100; *Imparcial*, 90; *El Liberal*, 50; *ABC*, de Madrid, 380.

³⁹ Ibidem. *A Capital*, 5.08.1915, p. 1. A comunidade espanhola em Lisboa cifrava-se em cerca de 35 mil pessoas.

⁴⁰ CORTESÃO, Jaime – *Memórias da Grande Guerra*. Porto: Chardron, 1919. p. 19.

entre os chamados conservadores, católicos e monárquicos”. Escreveu ainda que a imprensa conservadora espanhola “tem tido larga circulação entre nós nestes últimos tempos e exercido certa influência”.⁴¹ A relação de proximidade entre os conservadores e os tradicionalistas espanhóis e a contra-revolução portuguesa começou em 1910, quando aqueles apoiaram o movimento de restauração do trono. O *Correo Español*, órgão do carlismo, recordaria a colaboração que os tradicionalistas espanhóis, desde

“Don Jaime de Borbón, nuestro Jefe supremo, hasta los más humildes aldeanos de los pueblos fronterizos á Portugal, prestaron decidido apoyo á las diversas intenciones eu favor de una restauración monárquica y de un cambio de régimen que salvase á los portugueses de las garras de los revolucionarios malandrines, vendidos á Inglaterra”.⁴²

Espanha acolheu a emigração política portuguesa e constituiu-se como uma importante base de organização da contra-revolução chefiada por Paiva Couceiro. Os tradicionalistas de D. Miguel tinham fortes ligações ao carlismo e à aristocracia do Paço de Madrid, evidenciando-se a acção do conde de Vilalobar. Em Portugal, a maioria da grei monárquica filiava-se no campo germanófilo - contrariando a estratégia de D. Manuel, que em Londres emprestava todo o apoio à causa dos aliados – e alimentava, simultaneamente, a contra-propaganda e a actividade conspiratória anti-republicana. Na verdade, a germanofilia seria também e sobretudo uma arma subversiva anti-republicana⁴³.

A disputa entre aliadófilos e germanófilos em Portugal, apesar das diferenças de escala, repetia os argumentos retóricos de outros espaços e contextos, reproduzindo muitas vezes uma cartilha propagandística. Os aliadófilos viam no expansionismo germânico um desastre para a civilização europeia e para os seus valores da democracia e da liberdade. Os germanófilos, pelo contrário, asseguravam que a vitória dos aliados promoveria os valores da “demagogia francesa”, isto é, plebeia, igualitária e subversiva⁴⁴. A pluma de José Fernando de Sousa registou estas idiosincrasias ideológicas:

“A França continua, pois, sendo, para a catholica Hespanha, a nação representante e propagandista, hoje como ha um século, de idéas revolucionarias, enquanto a Alemanha é considerada o prototype da ordem, da disciplina, da organização, da sabia conciliação do principio de auctoridade com a legitima liberdade. Uma insistente propaganda germânica e a presença de milhares de allemães teem contribuído para engrossar essa corrente de idéas, radicando-as na maioria dos espíritos”⁴⁵.

⁴¹ SOUSA, J. Fernando de (Nemo) – *A Grande Guerra (Aspectos christãos e patrióticos)*. Lisboa, 1918. p. 249.

⁴² *El Correo Español*, 11.03.1916, p. 1.

⁴³ Sobre o papel dos monárquicos durante a Guerra leia-se SANTOS, Miguel Dias – *A Contra-Revolução...* pp. 243-366; SANTOS, Miguel Dias – “The monarchists and the Great War: the practices and representations of counterpropaganda”. *e-Journal of Portuguese History*. Vol. 11, number 2. Winter 2013; pp. 29-49.

⁴⁴ SANTOS, Miguel Dias – “Patriotismo e propaganda na acção da elite intelectual republicana durante a grande guerra”. *Biblos*. Coimbra: UC. n. s. VIII (2010) 157-174.

⁴⁵ SOUSA, J. Fernando de (Nemo) – *ob. Cit.*, pp. 251-252.

O germanofilismo português filiava-se, por um lado, nas virtudes do conservadorismo germânico, elitista e antidemocrático; por outro lado, na crença algo pueril de que a vitória da Alemanha trazia no bojo a restauração da realeza conservadora.⁴⁶

As afinidades políticas e ideológicas entre os dois campos germanófilos peninsulares explicam o êxito da sua imprensa em Portugal, e em especial do *ABC*. O diário madrileno facultava o acesso a informação do lado alemão, em assuntos de política, militares e diplomáticos, que dificilmente circulavam na imprensa nacional. O agravamento das tensões entre intervencionistas e intervencionistas e o crescente radicalismo do campo republicano justificavam um radicalismo de direita: “O germanophilismo, mais ou menos accentuado, de certos jornaes hespanhoes não podia deixar de influenciar, entre nós, os espíritos, que a situação interna fazia propender para o campo opposto ao dos dominadores da hora presente em Portugal”.⁴⁷ Consciente dessa realidade, Norton de Matos iniciou um primeiro ataque ao *ABC*, logo a seguir ao 14 de Maio, acusando o periódico madrileno de mentir aos portugueses para enfraquecer a sua posição externa. O comunicado à imprensa do ministério da guerra, refutando uma notícia sobre o apoio do general Botha⁴⁸ ao esforço de guerra português em África, deu ao jornal madrileno a medida da sua importância. O correspondente do *ABC* em Lisboa respondeu às críticas de Norton de Matos, figura de proa do democratismo, escrevendo que o “*ABC* tiene más público en Portugal que todos los demás periódicos extranjeros juntos y que algunos portugueses” e que “muchísimo portugueses que leem el *ABC*, y toman suas palabras como la verdad que la niegan casi todos los periódicos de su país”.⁴⁹

4. O *ABC* e a neutralidade colaborante

A historiografia tem chamado a atenção para o facto de que “a primeira vítima quando a guerra começa é a verdade”, na medida em que o jornalismo não reproduz a realidade, opera uma reconstrução da realidade.⁵⁰ Na troca de palavras entre Norton de Matos e o *ABC*, através do seu correspondente em Lisboa, torna-se evidente que as duas partes defendiam, perante a opinião pública, uma “verdade” antagónica sobre a guerra. Tornava-se transparente, também, que o *ABC* se posicionava numa trincheira oposta àquela que ocupava o partido da guerra português, lutando ao lado do campo antibeligerante. Com que objectivos? A quem servia a campanha desenvolvida pelo *ABC* em Portugal?

Quando irrompeu a guerra, o *ABC* era um dos poucos jornais preparados para fazer a cobertura do conflito. Possuía, anterior à guerra, uma rede de correspondentes nas principais capitais europeias que tinham a vantagem de estar “familiarizados con el medio y con las costumbres”.⁵¹ Durante o período que serve de estudo para este

⁴⁶ MAGALHÃES Luís de – *Portugal perante a Guerra*. Porto, 1915. pp. 18-19.

⁴⁷ SOUSA, J. Fernando de (Nemo) – *ob. cit.*, p. 252.

⁴⁸ Louis Botha (1862-1919) foi general Boer e primeiro ministro da África do Sul.

⁴⁹ *ABC*, 31.08.1915, p. 12.

⁵⁰ NOVAIS, Noémia Malva – *A Imprensa Portuguesa e a Guerra. 1914-1918. Os jornais intervencionistas e anti-intervencionistas*. Lisboa: FCSH, 2013. Tese de doutoramento. p. 22.

⁵¹ Veja-se *ABC*, 4.08.1915, p. 5.

artigo, entre 1914 e 1917, o periódico madrileno teve em Lisboa três correspondentes: Afonso Gaio, desde 1906 até 1915, Vasco de Leiria, entre 1915 e 1916 e A. Pimentel, no início de 1916. Afonso Gaio (1872-1941) era o escritor dramático português, autor de textos como *O Condenado* (1916)⁵², *O Calvário* (1919) e de romances como *Os Novos: romance da vida boémia* (1913). Maçon da loja de rito francês *A Irradiação*, criada em Lisboa em 1910, ano em que fez a sua iniciação⁵³, integrou a comissão nomeada pela República, em 1914, para analisar a situação do teatro em Portugal.⁵⁴ Vasco de Leiria, sobre quem existe pouca informação, era um jornalista espanhol que rapidamente mostrou hostilidade para com os republicanos e o Partido Democrático. Finalmente, A. Pimentel surgiu no momento de agudização das relações luso-germânicas, com o aprisionamento dos navios alemães, em Fevereiro de 1916. Ao contrário de Vasco de Leiria, conhecido nos meandros lisboetas, e que apesar da “má vontade à república” possuía “elevação e cultura”, A. Pimentel era desconhecido nos meios políticos e jornalísticos. Este facto e a estrutura da sua narrativa anti-intervencionista levantaram suspeitas na imprensa nacional. Na *Capital* lavrou-se o libelo acusativo, congeminando-se que por trás da assinatura “A. Pimentel” se escondia um jornalista português, monárquico, ligado ao jornal *O Dia*.⁵⁵ A desconfiança não é totalmente infundada ou absurda. A aparição de “A. Pimentel”, em Fevereiro de 1916, coincidindo com a fase crucial da beligerância de Portugal, é seguida da “emigración forzosa” de Vasco de Leiria.⁵⁶

Ao contrário do que sucedeu em Portugal, o *ABC* contava nas principais capitais europeias com um grupo de intelectuais e escritores que, como cronistas ou correspondentes de guerra, alimentaram o combate de ideias entre aliadófilos e germanófilos. Intelectuais como Alberto Insua (Paris)⁵⁷, José Martínez Ruiz (Azorín)⁵⁸, Miguel de Zarraga e Sofia Casanova (Rússia)⁵⁹ defenderam a causa aliada, enquanto outros, como José María Salaverria⁶⁰, Juan Pajol (Londres), Julio Camba (Berlim) e Pio Baroja⁶¹ integravam o campo germanófilo. Parte importante da disputa ideológica e cultural era sobretudo assumida por intelectuais conhecidos do público.⁶² A escolha de Vasco

⁵² Filmado em 1920.

⁵³ Cf. Actas da Loja Irradiação, INTT.

⁵⁴ Cf. VASCONCELOS, Ana Isabel – “A legislação teatral da Primeira República”. *Sinais de Cena*. N.º 14 (2010).

⁵⁵ *A Capital*, 21.02.1916, p. 1.

⁵⁶ *ABC*, 13.12.1917, p. 4.

⁵⁷ LLORENS, Santiago Fortuño – art. cit., p. 95.

⁵⁸ Cf. CUADRA, Pino Valero – “José Martínez Ruiz “Azorín”, para alemanes”. *Las letras valencianas en la literatura universal. Problemas de recepción y traducción: el paisaje y el tiempo*. Sevilla: Bienza, 2012.

⁵⁹ CRESPO, Pedro Ochoa – “Sofia Casanova y la narración de la Revolución Soviética en *ABC*”. *Historia y Comunicación Social*. ISSN 1137-0734. Vol. 21. Núm. 2 (2016) 463-476.

⁶⁰ ORDONO, Andru Navarra – “José María Salaverria: escritor y periodista (1904-1940)”. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2010. Tesis doctoral.

⁶¹ JUAN, Miguel Ángel García de – “Pío Baroja y su germanofilia en la conflictiva segunda década del siglo xx”. *Revista de Literatura*. vol. LXXVII, n.º 154 (2015). pp. 399-42.

⁶² O jornal defendia-se das acusações de germanofilia escrevendo que “artículos de los Sres. Insua, Azorín, Zarraga, Sofia Casanova, Franco Franchi, etcetera, ofrecen al lector el punto de vista de los países aliados, en contraste con la opinión de otros notables escritores que sostienen criterio distinto”. *ABC*, 7.07.1916, p. 12.

de Leiria e A. Pimentel para Lisboa, pouco conhecidos ou encobertos pelo anonimato, corresponde portanto a uma opção editorial do proprietário e diretor, Luca de Tena.

Portugal assumiu, em Agosto de 1914, uma posição ambígua que ficou definida como neutralidade colaborante. Esta ambiguidade, provocada pela Inglaterra⁶³, agravou a tensão entre intervencionistas e anti-intervencionistas ao longo de meses e provocou uma reacção política e militar contrária à guerra na Europa. Indiferente aos objectivos do partido guerrista, os antiguerristas admitiam apenas lutar em África para defender as colónias. Para o partido beligerante, por outro lado, a guerra oferecia oportunidades em matéria de política interna e externa: internamente, tratava-se de unir o campo republicano; externamente, o apoio à Grã-Bretanha dava continuidade à política externa de Portugal e, por essa via, devia garantir a soberania sobre as colónias. A luta ao lado dos aliados devia ainda consolidar a jovem República e, considerando a neutralidade espanhola, podia reforçar o papel internacional de Portugal no contexto da Península Ibérica⁶⁴.

A intervenção de Portugal no conflito jogou-se, numa fase inicial, em África. Mas apesar das expedições para Angola e Moçambique, tendo como objectivo conter a ameaça alemã, a atenção do público centrava-se na indefinição interna. A imprensa referia-se a uma mobilização iminente que a Alemanha e o *ABC* também admitiam.⁶⁵ É deste período a informação do embaixador alemão em Madrid de que, em face do desejo do governo português, Espanha estaria livre de «proceder como quisesse» em relação a Portugal e Gibraltar. O *ABC* dava destaque aos pedidos de António José de Almeida e Brito Camacho para que reunisse o Congresso e se informasse o país sobre os pedidos da Inglaterra.⁶⁶ Recordamos que, pressionado pela França, a Inglaterra invocou a aliança, a 10 de Outubro, para que Portugal enviasse para França 36 baterias de peças de 75 mm, sem artilheiros e sem uma divisão militar, como pretendia o governo.⁶⁷ A ambiguidade inglesa forçou a cisão no campo republicano e foi alargando o lastro de indecisões e animosidades nas esferas das instituições políticas e da oficialidade do exército, que aproveitou a conjura restauracionista que espreitava para se manifestar contra a guerra, o que fez a 21 de Outubro com o movimento de Mafra e Bragança.⁶⁸

O correspondente do *ABC* neste período, Afonso Gaio, não escondia o seu republicanismo. Apesar da crítica à falta de informação do governo, pela indecisão que provocava na opinião pública, o escritor não deixava de justificar a intervenção bélica:

“Algunos portugueses non son partidarios de la intervención directa en el conflicto europeo; mas está fuera de duda que todos por igual reconocen las consecuencias que tendria para el patrimonio nacional una victoria definitiva de Alemania. No era posible,

⁶³ A Inglaterra solicitou a Portugal que não declarasse a neutralidade, mas não pretendia a sua participação no conflito. Cf. TELO, António José – *ob. cit.*, pp. 306 e ss.

⁶⁴ Cf. TEIXEIRA, Nuno Severiano – *O Poder e a Guerra 1914-1918. Objectivos na entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996, 418 p. ISBN 972-33-1204-2.

⁶⁵ *O Século*, 15.10.1914, p. 1; *ABC*, “Los preparativos portugueses”, 15.10. 1914, pp. 2-3.

⁶⁶ *ABC*, “Los preparativos portugueses”, 15.10. 1914, p. 2.

⁶⁷ Cf. TELO, António José – *ob. cit.*, pp. 308-309.

⁶⁸ Cf. SANTOS, Miguel Dias – *A contra-revolução...*, pp. 284-285.

por consiguiente, mantener la neutralidade, non sólo por los compromisos de nuestra vieja alianza con Inglaterra, sino por la seguridad de nuestros intereses en territorio africano, donde tenemos la peligrosa vecindad alemana.”⁶⁹

O discurso antigermânico e pró-Inglaterra valeu a Gaio o fim de uma colaboração que se estendera por uma década.⁷⁰ A chegada ao poder do velho general Pimenta de Castro e do campo contrário à intervenção operou uma mudança importante na estratégia do *ABC* em Portugal.⁷¹ Por um lado, a imprensa germanófila em Espanha fazia eco da oferta alemã de Portugal e Gibraltar. Por outro, agudizava-se, na imprensa germanófila mais radical, a defesa de uma imperialismo expansionista que incluía Portugal, Gibraltar e Marrocos. O governo de Madrid reagiu com azedume aos excessos da campanha iberista, denunciando a inexistência de um “peligro Español” que apenas servir para excitar a disputa política interna de Portugal.⁷² No *ABC*, as teses iberistas radicais, que aqui obtiveram publicidade, foram submetidas à crítica de Vasco de Leiria e do escritor “lusófilo” F. Llanos y Torriglia.⁷³ Sustentaram ambos uma política de cooperação, essencial para a defesa dos interesses vitais comuns da península. Crítico do iberismo expansionista e do perigo espanhol defendido pelo partido da guerra em Portugal⁷⁴, Vasco de Leiria preocupava-se sobretudo com o impacto do pós-guerra. Considerava que “los intereses portugueses sufrirán de todas formas, *cualquiera que sea el vencedor*” e que só a cooperação impediria uma catástrofe:

“La única solución contra esa fuerza está en esa fuerza misma. Hay que organizarla si se encuentra dispersa; hay que imponerla si se desconfía de su manera de aparecer; hay que crearla se no existe. Y la solidaridad de los intereses nacionales de los estados de la Península ibérica exige que las fuerzas de España y Portugal aparezcan unidas, compactas, ante la paz como un solo factor capaz de defender derechos iguales”.⁷⁵

A cooperação ibérica, “el profundo fundamento del iberismo actual”, era defendida pelo iberismo moderado que em Espanha não aceitava as teses da monarquia dual.⁷⁶ Entretanto, a violenta revolução de 14 de Maio abortou a experiência “conciliadora” de Pimenta de Castro e colocou no poder o partido da guerra, sob a chefia de José de Castro e Norton de Matos. O enviado especial do *ABC* a Lisboa ouviu da boca de Leotte do Rego, um dos revolucionários do 14 de Maio, o essencial do programa do governo da república: Portugal ia para a guerra.⁷⁷ A definição da política externa

⁶⁹ *ABC*, 4.12. 1914, p. 7.

⁷⁰ “No es, pues, extraño que hayan fracasado los esfuerzos de los jefes en lo tocante á ciertas medidas transcendentales para llevar al país a una oportuna política internacional, como, por ejemplo, la intervención en la guerra europea, en torno de la cual se han tejido los mayores absurdos y disparates”. *ABC*, 4.02.1915, p. 6.

⁷¹ Leia-se BRUNO, José Navarro Marçal – *Governo de Pimenta de Castro Um General no Labirinto da I República*. Lisboa: Faculdade de Letras, 2010.

⁷² *ABC*, 27.03. 1915, p. 12.

⁷³ *ABC*, 11.05. 1915, p. 16 e 11.06.1915, p. 8.

⁷⁴ *ABC*, 27.04. 1915, p. 9.

⁷⁵ *ABC*, 9.05. 1915, p. 5.

⁷⁶ *ABC*, 9.05. 1915, p. 6.

⁷⁷ *ABC*, 22.05. 1915, p. 22.

provocou uma mudança inequívoca no tema Portugal, tendo o periódico madrileno assumido, sem reservas, uma postura de hostilização do governo e da sua política intervencionista. Com que objectivos? Aparentemente, tratava-se de dificultar a política externa de Portugal.

Os ataques ao democratismo tinham como antecedente o diferendo sobre a edificação da igreja espanhola de Lisboa. No final de 1914, Madrid solicitara a Lisboa autorização para abrir uma igreja católica na Capital para servir a vasta comunidade espanhola. Lisboa assistiria a uma manifestação de cidadãos espanhóis contra a igreja espanhola, que o *ABC* denunciou como estando instigados por Afonso Costa, “inducidos y protegidos por el Partido Democrático, que es el partido del carbonaria, de las bombas, de la indisciplina del Ejército, de las fingidas conspiraciones monárquicas, de los escándalos financieros, de los encarcelamientos arbitrarios, de la ruina y el descrédito de Portugal ante el mundo”.⁷⁸ Neste ataque ao democratismo e à república encontramos a mesma retórica oposicionista da contra-revolução, que já então estabelecera a tese da república como “balbúrdia sanguinolenta”, como um regime de desordem permanente dominado por uma minoria radical que impunha pela violência a sua vontade a um país conservador.⁷⁹

A campanha contra a beligerância portuguesa aproveitou a cisão interna, facto que seria sempre vincado ao longo de dois anos. O *ABC* não se cansava de recordar aos seus leitores portugueses e espanhóis que a beligerância era um projecto partidário imposto pelos radicais do Partido Democrático a uma maioria “oculta, numerosa, pero atemorizada”, argumento que repetia o que escreviam os germanófilos portugueses: “Entre tanto el país, amedrentado, no manifiesta ni son asentimiento ni son repulsa”. O medo legitimava portanto a acção do *ABC* no sentido de procurar a “verdade”. E a verdade, que a república não podia admitir publicamente, era que a Inglaterra não desejava a beligerância de Portugal. A sua ambiguidade diplomática resultava afinal do conhecimento que tinha da situação política e financeira de Portugal e da falta de preparação e de meios do exército português, profundamente dividido sobre a empresa belicista.⁸⁰

O *ABC* haveria de explorar a divisão do exército português, começando por citar o coronel Gomes da Costa, que numa entrevista polémica à *Capital*⁸¹ afirmou: “«Lo que el Ejército sabe, y muy bien, es que no dispone de medios para batirse con honra, porque non posce preparación alguna, no tiene armamento, ni municiones, ni material, ni calzado»!». Para o jornal madrileno, “Inglaterra no pidió el auxilio portugués porque el Ejército lusitano carecia de armamento, municiones y zapatos, cosas todas que están resultando más útiles que los hombres”.⁸² Afirma ainda o periódico que Portugal já tinha colaborado com os aliados, respondendo, no final de 1914, ao pedido francês para que o país enviasse material de artilharia. Essa circunstância servia ainda para

⁷⁸ *ABC*, 4.04. 1915, p. 14.

⁷⁹ Cf. SANTOS, Miguel Dias – “Violência Política na I República: memória e historiografia”. Fragmentos de um Tempo Movente. A propósito da República. Maia: Edições ISMAI. pp.11-25.

⁸⁰ Cf. TELO, António José – ob. Cit.

⁸¹ Veja-se *A Capital*, 7.06.1915, p. 1. Gomes da Costa respondia a uma afirmação do democrático Alexandre Braga, que teria acusado o exército de “não querer ir para a guerra”.

⁸² *ABC*, 16.06. 1915, p. 5.

desvalorizar, no plano militar, o envolvimento de Portugal no conflito, considerando o propalado envio de 30 mil homens. Tanto ao nível do que o país podia oferecer, como ao nível dos ganhos, o sacrifício de Portugal era tido como inconsequente: “Se va á hacer una sangría al país si ningún resultado práctico”, lançando o país na “ruína”⁸³. Os argumentos intelectuais dos aliadófilos, justificando a guerra com os progressos culturais e civilizacionais, eram ridicularizados diariamente, explorando-se as debilidades da propaganda republicana.⁸⁴ Para o *ABC*, os soldados portugueses, a “fuente más pura de la raza”, eram mobilizados para os campos de batalha enquanto “unos políticos e algunos diarios les hablan de los derechos *do povo*, de la defensa de la civilización contra la barbárie y d ela gloria de los elegidos. Y por todo eso estos pobres soldados den con sus huesos en una trinchera”.⁸⁵ Antecipando uma catástrofe colectiva, o jornal madrileno acusava o Partido Democrático de perseguição política – como a lei garrote, que facilitava o despedimento dos funcionários do Estado sobre quem recaíssem desconfianças de comportamento antipatriótico – a todos os que se opunham ao projecto intervencionista, identificando os “talassas” e todo aquele “simplesmente conservador ó sospechoso”.⁸⁶

A campanha provocou uma reação da imprensa e do governo português através de Norton de Matos, referida atrás. O ministério da guerra explicava que “como de costume, se trata de una noticia do *ABC* em que no hay una palabra de verdade desde el principio hasta el fin, lo que, por outra parte, es característico en las informaciones de aquel periódico referentes a nuestro país”.⁸⁷ Neste combate pela “verdade”, o *ABC* reclamava defender o direito informativo da opinião pública contrária ao Partido Democrático, isto é, contrária à guerra: “Por sus merecimientos *ABC* ejerce justa influencia y eso parece molestar en este país á las personas que comulgan en la comunidad democrática. Para los cultos en evidencia del Partido Democrático, no hay más verdad que lo que dicen *O Mundo*, *A Capital*, *O Povo* y otras hojas por el estilo”.⁸⁸ A defesa intransigente do campo anti-intervencionista, isto é, monárquico e católico, que o jornal reclamava estar do seu lado, deve ser entendido como tentativa de ingerência na política interna e externa de Portugal. Tanto poderia servir a causa do campo germanófilo espanhol como os interesses bélicos dos países das potências centrais. Ou ambos. Seja como for, tratava-se de evitar o fim da neutralidade portuguesa e o reforço do campo aliado.

5. Portugal vai à Guerra

A chegada dos democráticos ao poder, mesmo sem Afonso Costa, recentrou a política interna e externa de Portugal nos preparativos para uma intervenção militar. A ascensão de Afonso Costa ao governo, em Dezembro de 1915, reforçou este objectivo nuclear do radicalismo democrático. A diplomacia procurava que a Inglaterra solicitasse a entrada de Portugal na guerra ao abrigo da Aliança. A oportunidade chegou com a

⁸³ *Ibidem*, p. 6.

⁸⁴ Cf. CORDERO, Maximiliano Fuentes – “Imperialismo e Iberismo en España...”, p. 27.

⁸⁵ *ABC*, 16.06. 1915, p. 6.

⁸⁶ *ABC*, 16.08. 1915, p. 12.

⁸⁷ *ABC*, 31.08. 1915, p. 12.

⁸⁸ *Ibidem*.

crise dos transportes. Londres foi forçado a negociar com Lisboa o aprisionamento dos 70 barcos alemães e dois austríacos estacionados em portos portugueses. Negociador arguto, Afonso Costa, com Augusto Soares e Norton de Matos, não cedeu às manobras diplomáticas de Londres, mantendo-se firme na pretensão de que o pedido invocasse a aliança.⁸⁹

Apesar das negociações decorrerem dentro de um quadro de secretismo, a imprensa europeia referia-se com frequência a negociações diplomáticas entre Lisboa e Londres a propósito dos barcos alemães. No dia 3 de Fevereiro de 1916, o *ABC* transcreveu um telegrama de Genebra para a imprensa francesa, com origem na imprensa alemã, que abordava o assunto: “Portugal declarará la guerra á Alemania para permitir á Inglaterra la confiscación de los 57 transatlánticos alemanes que se hallan en el puerto de Lisboa y en otros puertos, tanto de Portugal como de las colonias portuguesas”.⁹⁰ A possibilidade de Portugal declarar unilateralmente guerra à Alemanha, sem o apoio de Inglaterra, foi sempre recusada por Afonso Costa, que temia as consequências. Mais do que nunca, a política interna e externa de Portugal interessava o governo alemão. Não terá sido coincidência a publicação, em Janeiro de 1916, do livro de Pimenta de Castro, *O Dictador e a Affrontosa Dictadura*, impresso em Weimar “como convinha ao admirador do Kaiser e leitor assíduo do «ABC»”.⁹¹ A *Capital* publicou trechos do livro do “ditador germanófilo” para provar que a política de Pimenta de Castro era germanófila: não só questionava as condições da aliança com a Inglaterra – que tratava Portugal com “desdém e sobrançeria”⁹² – como tecia grandes elogios à Alemanha e a Guilherme II, o “pacifista por índole e por feição” que ergueu a espada “antes que os invejosos lhe cravassem a delles”.⁹³

O livro e os jornais que o transcreveram foram de imediato apreendidos, facto que provocou uma reacção tempestiva da União Republicana, pela voz do deputado Mesquita de Carvalho.⁹⁴ No *ABC*, pelo contrário, foi dada a maior publicidade ao “folheto” de Pimenta de Castro, pela pluma do novo correspondente em Lisboa, que assinava “A. Pimentel” e que teve a “sorte” de um exemplar lhe ter ido parar à mão. Pimentel contestou a apreensão do folheto como necessário à verdade e invocou o direito de defesa do velho general, acusado pelos radicais de “politica antipatriótica y antinacional”: “De qué le acusan? [...] Por haberse opuesto a los manejos ocultos que tendían á levar Portugal á cooperar en la guerra europea contra la voluntad de la mayoria de la nación?”.⁹⁵

O livro do general constituiu pois uma derradeira oportunidade para o campo germanófilo questionar a beligerância portuguesa através de três argumentos essenciais: a beligerância como iniciativa do republicanismo radical, a falta de condições do exército,

⁸⁹ MENESES, Filipe Ribeiro de – *A Grande Guerra de Afonso Costa*. Lisboa: D. Quixote, 2015. ISBN 9789722058773. p. 169.

⁹⁰ *ABC*, 3.02.1916, p. 11.

⁹¹ *A Capital*, 22.01.1916, p. 1.

⁹² CASTRO, Joaquim Pimenta de - *O Dictador e a Affrontosa Dictadura*. Weimar: Waghner j. Hmbold, p. 56. A edição parece pouco cuidada, o que pode indiciar pressa em trazer o livro ao público.

⁹³ *A Capital*, 23.01.1916, p. 1.

⁹⁴ *A Capital*, 25.01.1916, p. 2.

⁹⁵ *ABC*, 18.02.1916, p. 7.

desorganizado, sem dinheiro nem armamento, e a atitude submissa de Portugal face à Inglaterra. Sobre o primeiro argumento escreveu o *ABC*: “El gobierno de D. Bernardino Machado fue el que tomó la iniciativa estúpida de pedir en secreto á Inglaterra que solicitase, en nombre de la antigua alianza, la intervención de Portugal en la guerra”.⁹⁶

As relações institucionais entre Portugal e Inglaterra tornaram-se o eixo nodal da retórica germanófila, que acusava Portugal de ser uma colónia da Inglaterra.⁹⁷ A aliança luso-inglesa não passava de um instrumento de divisão da Península Ibérica que favorecia a política imperialista da Grã-Bretanha.⁹⁸ A política beligerante de Portugal reforçava portanto uma política externa que ameaçava a independência de Espanha.⁹⁹ No *Correo Español* escrevia-se que Portugal, “feudo inglese en incessante lucha intestino”, “se há llevado casi el ano declarando guerra á Alemania, y esta sin hacerle caso”.¹⁰⁰

Era uma leitura dos acontecimentos que estava em linha com a tese de Berlim. Na declaração de guerra que entregou ao governo português, a Alemanha acusou Portugal de ser “vassalo de Inglaterra” e de colocar os interesses de Londres acima de tudo.¹⁰¹ No *ABC*, A. Pimentel denunciava a iminência de uma catástrofe colectiva, prevendo “el fin, porque yo creo que esta nacionalidade no pued resistir una crisis de esta orden”.¹⁰² O aprisionamento dos barcos era descrito como provocação da “fracción revolucionaria que domina o país”, desrespeitando “la gran masa del país” e incorrendo no “tremendo disparate de forzar á entrar en la guerra á una país que de ello jamás ha querido oír hablar”.¹⁰³ A. Pimentel descreveu os factos que conduziram ao conflito tendo como pano de fundo a resistência de Inglaterra à beligerância de Portugal. Citou a propósito um “ilustre português” que parecia conhecer os meandros diplomáticos das negociações: “Yo creo firmemente que Inglaterra no ha querido que as cosas pasaran así. Los barcos alemanes han podido muy bien ser requeridos á Alemania pacíficamente. [...] Pero la fracción revolucionaria que domina al país ha querido á toda costa exteriorizar su antigermanismo, hacer un acto que provoque el rompimiento de relaciones con Berlín”.¹⁰⁴ O correspondente do *ABC* terminaria a sua última crónica reafirmando que “la gran masa del país es contraria á la guerra. Se puede decir más: que hay hoy una mayoría de portugueses que atribuye á Inglaterra la decadencia de Portugal”.¹⁰⁵

Após a declaração de guerra da Alemanha, a 9 de março, o ministro dos negócios estrangeiros alemão chamou o embaixador espanhol em Berlim para lhe repetir o convite

⁹⁶ *ABC*, 18.02.1916, p. 7.

⁹⁷ Na verdade, um dos objectivos do partido da guerra era libertar Portugal da tutela e dependência da Inglaterra. Cf. FRAGA, Luís Alves de - ob. Cit., pp. 49 e ss.

⁹⁸ *El ano Germanófilo*, prologo de Jacinto Benavente, 1916, p. 47.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 65.

¹⁰⁰ *El Correo Español*, 4.01.1916, p. 2.

¹⁰¹ *ABC*, 11.03.1916, p. 9.

¹⁰² *ABC*, 15.03.1916, p. 7.

¹⁰³ *ABC*, 15.03.1916, p. 7.

¹⁰⁴ *ABC*, 15.03.1916, p. 5.

¹⁰⁵ *Ibidem*. “Portugal tiene el Pueblo más sufrido y fatalista del mundo, después de Turquía; estoy convencido que lo suportaría todo, iría á la guerra como dócil criado da Inglaterra, para satisfacer los caprichos de grandeza de los políticos de esta republica”. *ABC*, 18.02.1916, p. 8.

para anexar Portugal, manifestando-lhe que “gostosamente a veria unida à Espanha”.¹⁰⁶ O governo de Romanones não aceitou a sugestão da Alemanha e publicou uma nota na imprensa, a 14 de março, reforçando a política de neutralidade em face do estado de guerra entre Portugal e Alemanha.¹⁰⁷ Isso não impediu, porém, que a Alemanha intensificasse a sua campanha na imprensa germanófila em Espanha. Tratava-se, como escreveu, Torre Gomez, de explorar as desconfianças de Madrid e arrastar Espanha, afastando-se qualquer possibilidade deste país se colocar ao lado dos aliados.¹⁰⁸

A historiografia tem procurado compreender de que modo a estratégia da Alemanha, através das campanhas de imprensa e da espionagem, procurou intervir na política interna de Portugal e criar constrangimentos à organização e mobilização do exército. Nos arquivos alemães, Filipe de Meneses confirmou os indícios de que Berlim teria uma rede de contactos em Espanha, com ligações a Portugal, através dos monárquicos.¹⁰⁹ Há provas suficientes de que a espionagem alemã apoiou ou financiou grupos monárquicos mais activos, facilitando a produção e distribuição de contra-propaganda subversiva.¹¹⁰ Tais provas e factos não são suficientes, porém, para atribuir à política alemã as principais responsabilidades pela conjuntura de crise e pelos movimentos antibeligerância, como foram os movimentos de Machado Santos e Sidónio Pais.¹¹¹

Mais evidente era, porém, a campanha jornalística da imprensa germanófila, que se apressou a registar – ou a sugerir – que a política de guerra seguida por Lisboa haveria de fomentar a actividade conspiratória e a revolução.¹¹² O jornal monárquico-tradicionalista, O *Correo Español*, não se coibiu de exortar os portugueses à insurreição em nome da Pátria:

“Pero los patriotas portugueses no deben resignarse á consentir que su nación sucumba enterrada en ignominia. Jamás el derecho y el deber de sublevarse fue tan evidente y manifesto; la moral más estrecha obliga al ciudadano a rebelarse contra un gobierno que ha comprometido la vida e y honor de la patria. (...) Por la independencia y por la honra de Portugal, caballeros portugueses, hay que insurreccionarse”.¹¹³

Enquanto os “caballeros portugueses” não se insubordinavam, a imprensa germanófila ia especulando em torno da mobilização de tropas em Portugal, fantasiando sobre o perigo português. Um dos boatos referia-se ao pedido da Inglaterra a Romanones para que Madrid autorizasse a passagem de duas divisões portuguesas por território espanhol em direção a França.¹¹⁴ No *ABC*, o “perigo português” teve direito a novela dramática pela acção de um germanófilo exaltado, Juan Pujol. Antigo correspondente em Londres, de onde foi expulso, Pujol apareceu a analisar a política externa de Portugal

¹⁰⁶ GOMEZ, Hipólito de La Torre – ob. cit., p.177.

¹⁰⁷ *ABC*, 14.03.1916, p. 5.

¹⁰⁸ *Ob. Cit.*, p. 177; ROSENBUSCH, Anne, art. cit., p. 356.

¹⁰⁹ Cf. MENESES, Filipe Ribeiro de – *A Grande Guerra ...* pp. 306 e ss.

¹¹⁰ SANTOS, Miguel Dias – *A Contra-Revolução...*, pp. 332 e ss.

¹¹¹ Opinião diferente tem FRAGA, Luís Alves de – *Do Intervencionismo ao Sidonismo...*

¹¹² *A Capital*, 21.03.1916, p. 1.

¹¹³ *El Correo Español*, 11.03.1916, p. 1.

¹¹⁴ *A Lucta*, 26.05.1916, p. 1.

para reforçar o argumento da vassalagem de Portugal face à Inglaterra.¹¹⁵ Mais tarde, durante os preparativos de Tancos, Juan Pujol viajou para Badajoz e outras praças fronteiriças com o objectivo de avaliar a mobilização das duas divisões portuguesas em exercícios na região do Entroncamento. Deambulando por Badajoz e Cáceres, Pujol descreveu a fronteira desguarnecida, em tom grave e sério, afirmando que Badajoz podia ser “facilmente ocupada”. Ouvindo uma pessoa “calificada” de Cáceres, isto é, ouvindo os populares da rua, sublinhava que em Portugal “la idea de la guerra contra España está ya en circulación”.¹¹⁶ Havia na sua encenação dramática um exagero que não pode desligar-se do propósito do campo germanófilo de, cerzindo um perigo artificial, criar dificuldades à organização e mobilização do exército português ou, como sugeriam muitos observadores, pressionar Madrid para uma política beligerante.

A imprensa republicana respondeu à campanha do *ABC* através dos jornais *O Mundo*, *O Século*, *A República* e *A Capital*. O jornal afecto ao Partido Democrático publicou, em março de 1916, um conjunto de artigos do escritor e intelectual espanhol Afonso Vidal y Planas que visava desacreditar o *ABC* perante a opinião pública nacional. Afonso Vidal y Planas era um escritor boémio e polémico, antigo colaborador do jornal católico *El Debate*, onde conheceu o intelectual Luís Antón de Olmet, que assassinou em 1923. Afonso Planas procurou refúgio em Portugal para fugir à justiça espanhola, supostamente por publicar o folheto *España Republicana*. Hospedou-se no Hotel Palace e em Lisboa iniciou colaboração com *O Mundo*, para além de editar a revista *Península Ibérica*. Regressou a Madrid depois de sete meses, beneficiando de uma amnistia.

O objectivo do poeta anarquista de Madrid visava atacar a reputação do *ABC* e do seu diretor e proprietário, Luca de Tena. Acusou a imprensa germanófila de forjar um retrato falso de Portugal para que a opinião pública espanhola visse um país atormentado pela violência de uma “uma anarquia espantosa”: “E entre todos estes jornais injustos, de censurável proceder, o que mais se tem esforçado por ludibriar a opinião espanhola é o *ABC*. Para os leitores deste jornal espanhol, efectivamente é Portugal um país com o coração alvoraçado pelos lampejos da revolução latente”.¹¹⁷ Contou mais tarde o *Mundo* que Vidal Y Planas ofereceu os seus serviços assim que chegou a Lisboa, com o argumento de que “o *ABC* odeia a República Portuguesa e aproveita todos os pretextos para ser hostil ao nosso país”. Na verdade, a colaboração de Vidal Y Planas serviria apenas para, aproveitando o seu estilo polémico e verrinoso, *O Mundo* contra-atacar a imprensa germanófila. Sobre os leitores do jornal espanhol, afirmou que “eram em regra quasi absolutamente caluniadores da república, inimigos profissionais da república e em regra quasi geral antipatriotas, desdenhosos da nossa independência e da nossa dignidade nacional. Todos esses leitores, em suma, eram germanófilos, inimigos dos aliados”.¹¹⁸ A restante imprensa intervencionista, em especial *A República* e *O Século*, foi denunciando a “campanha germanófila” cerzida em território vizinho. *O Século*, por outro lado, explorava as ligações entre os germanófilos dos

¹¹⁵ *ABC*, 13.03.1916, p. 3.

¹¹⁶ *ABC*, 17.06.1916, p. e 25.06.1916, p. 3; *El Correo Español*, 25.05.1916.

¹¹⁷ *O Mundo*, 2.03.1916, p.1

¹¹⁸ *O Mundo*, 23.03.1916, p.1

dois países, que responsabilizava pelos boatos. A “ameaça portuguesa”, ou a “ameaça inglesa”, resultava da participação dos germanófilos portugueses, “fornecendo indicações militares de que se servem para tirar falsas conclusões”. Para *O Século*, os germanófilos portugueses comportavam-se como “verdadeiros espões alemães”.¹¹⁹ A *República*, por seu lado, denunciava as ligações da imprensa germanófila espanhola a Berlim, citando os escritores Imbart de La Tour e Louis Arnould para provar que o *ABC* apresentava “tendências germanófilas”. Já os jornais *El Correo Español* e *La Tribuna* eram, de acordo o porta-voz de António José de Almeida, “puramente alemães”, acusação que repetia a imprensa republicana do país vizinho.¹²⁰

Entretanto, o governo reforçava os mecanismos da censura de guerra alegando-se a defesa do interesse nacional face ao inimigo externo mas também a um inimigo interno que se identificava com os germanófilos. Através do Decreto de 12 de Março de 1916, as autoridades policiais e administrativas podiam apreender as publicações que atentassem contra a segurança e defesa nacionais, perturbassem as operações relativas à guerra ou publicassem propaganda antibeligerante.¹²¹ É nesse contexto que deve enquadrar-se a decisão de proibir a venda, em Portugal, dos jornais *ABC*, *La Tribuna*, *El Debate* e *El Mundo*.¹²² O *ABC*, pelo número de vendas que tinha em Portugal, era objecto da fúria e do ódio dos portugueses mais radicais, que assaltavam os pontos de venda da imprensa¹²³ e afixavam cartazes pelas ruas de Lisboa onde se lia: “Trata como traidor à tua pátria a todo o leitor do *ABC*, periódico germanófilo e detractor da República”.¹²⁴ O diário madrileno queixava-se da «injunta persecución» movida pela imprensa portuguesa contra o *ABC* para impedir a sua circulação, e reafirmava a sua isenção jornalística, já que acolhia posições aliadófilas e “pró-Alemanha”.¹²⁵

A partir de meados de 1916, o interesse do *ABC* pela situação portuguesa esmoreceu, no momento em que recrudescia a actividade da espionagem alemã em Espanha e Portugal.¹²⁶ Aparentemente, a inevitabilidade da beligerância portuguesa esvaziara Lisboa de interesse jornalístico em matéria de política externa. Restava por isso a grave crise económica e social associada à guerra mas que o *ABC* identificava com o rol de crimes da República e da sua política beligerante. A propósito da chamada revolta das batatas, em que a população de Lisboa atacou e destruiu armazéns e casas de comércio, de que resultaram 18 mortos e 56 feridos¹²⁷, escreveu o *ABC*:

“Una vez más [...] las calles de Lisboa están siendo teatro de sangrientos disturbios y tumultuários alborotos. [...] Esta es la situación de Lisboa y esta es la situación á que

¹¹⁹ *O Século*, 27.05.1916, p. 1.

¹²⁰ *República*, 23.05.1916, p. 1. O jornal citava o livro de Imbart de La Tour, *La opinion Catholique et la guerre*, 1915, e o livro de Louis Arnould - *Le Duel franco-allemand en Espagne*, de 1914.

¹²¹ NOVAIS, Noémia - ob. Cit., pp. 118-119.

¹²² *El Correo Español*, 7.07.1916, p. 1.

¹²³ *ABC*, 7.07.1916, p. 2.

¹²⁴ FERREIRA, Paulo Bruno Rodrigues – ob. Cit., p. 202.

¹²⁵ *ABC*, 7.07.1916, p. 2.

¹²⁶ Cf. Meneses, Filipe – ob. Cit., pp. 306 e ss.

¹²⁷ Cf. IANTT/TT, MI, Direção Geral de Administração Política e Civil, maço 74. *A Capital*, de 21 de maio, listava 21 mortos, enquanto o *ABC* indicava 25 mortos e 250 feridos.

han conducido á Portugal, primero, los falsos apóstolos que hicieran creer al pueblo que la República era la felicidad, el bienestar y la opulencia, y después, los que le sacaran de su neutralidad para llevarle á los horrores de la guerra. Exhausto, agotado, sacudido por sus constantes convulsiones políticas, en plena indisciplina social, Portugal, por su vassallage á Inglaterra, se vió precipitada en el conflicto europeo. Las consecuencias se están tocando ya, ahí están: la ruina, la miseria, el hambre, el motin, el saqueo, la lucha en las calles. Este es el resultado que han obetenido con su patrotica labor los intervencionistas portugueses”.¹²⁸

No mesmo período, o jornal entrevistou os primeiros prisioneiros portugueses da Alemanha, em Maio. A entrevista foi aproveitada para reafirmar a separação entre a política de guerra e o sentimento nacional, expresso na posição dos soldados em cativeiro. Os prisioneiros explicaram então que estavam preparados para o conflito armado,

“lo único que les faltaba era entusiasmo por la guerra. [...] Ninguno ha sabido definir el ideal que les guiaba en la pelea; los más dicen que vinieron porque de Lisboa los mandaron, y otros, más avispados ó más ingenuos, declaran que están en el campo de batalla porque Inglaterra así lo dispuso. Oyendo á estos últimos, parece como que Portugal fuera una colonia inglesa”.¹²⁹

Conclusão

O *ABC* integrou os dispositivos da imprensa germanófila que se empenharam no conflito ideológico com o campo aliadófilo. Em Portugal, tinha grande audiência entre a forte comunidade espanhola de Lisboa e no seio do campo germanófilo ligado aos monárquicos e católicos. Entre 1915 e 1916, o jornal desenvolveu através dos seus correspondentes em Lisboa uma campanha contra a beligerância portuguesa que fez eco sobretudo da retórica do campo germanófilo português: a guerra era uma imposição do Partido Democrático, que tudo fez para forçar a entrada num conflito em que a Inglaterra não queria Portugal; finalmente, o país e o exército não queriam a beligerância na Europa por falta de capacidade militar e de condições financeiras. Em 1916, depois da declaração formal de guerra, a campanha centrou-se nos interesses geoestratégicos da Grã-Bretanha, de que Portugal seria vassalo, e num putativo “perigo português”.

O facto de o *ABC* ser um jornal estrangeiro levanta interrogações naturais sobre os objectivos que norteavam essa campanha, na medida em que era visível a tentativa de interferir na política interna e na soberania de Portugal. Assumindo, conscientemente, a defesa da opinião pública portuguesa que se opunha à intervenção, o *ABC* tomava partido na contenda de um país independente e soberano. Em 1915, a sua posição parece enquadrar-se na campanha iberista desenvolvida pela imprensa germanófila espanhola. Mas em vez do radicalismo daqueles que sonhavam com a grandeza imperial de antanho, o *ABC* oferecia um iberismo moderado, pautado por relações de cooperação entre estados soberanos. Na verdade, ao defender a neutralidade de Portugal, o *ABC* estava

¹²⁸ *ABC*, 25.05.1917, p. 7.

¹²⁹ *ABC*, 6.07.1917, p. 5.

em sintonia com sectores políticos que em Espanha pugnavam pelo aprofundamento das relações ibéricas em contexto de guerra, para definição de uma política externa comum durante o conflito e no pós-guerra, numa Península Ibérica unida.

Esta posição, sendo moderada, era porém incompatível com a hostilidade e os excessos de linguagem com que se feriam os principais políticos republicanos. A aproximação ao campo germanófilo português sugere que o *ABC* preferia negociar com uma monarquia os termos de um novo ciclo de relações político-diplomáticas com Portugal.

Finalmente, a partir de 1916, com a beligerância definida, o *ABC* alinhou com os restantes jornais germanófilos na criação de um “perigo português” ou “inglês”. Essa campanha seria provavelmente o resultado da “guerra total” que a Alemanha decidiu levar a cabo em Espanha, com o objectivo de levar Madrid a romper a neutralidade a favor das potências centrais. Ou, pelo menos, a evitar uma aproximação aos países aliados.

Fontes e Bibliografia

ABC, Madrid, 1914-1917.

A Capital, Lisboa, 1914-1917.

A Lucta, Lisboa, 1916-1917.

Diário da Camara dos Deputados, 1914-1917.

El Correo Español, 1915-1916.

O Mundo, Lisboa, 1914-1916.

República, Lisboa, 1916-1917.

ALONSO, Gregorio – ““Afectos caprichosos”: Tradicionalismo y germanofilia en España durante la Gran Guerra”. *Hispania Nova*. ISSN 1138-7319, n.º 15 (2017).

BARREIRO, Cristina – “La Prensa Española ante la Primera Guerra Mundial”. Arbil. Zaragoza: ISSN 1697-1388, n.º 78.

BARREIRO, Javier – *Cruces de Bohemia. Vidal y Planas, Noel, Retana, Gálvez, Dicenta y Barrantes*. Saragoça: Unaluna Ediciones, 2001. 224 p. 978-8492268337.

BENAVENTE, Jacinto – *El ano Germanófilo*, 1916.

BRUNO, José Navarro Marçal – *Governo de Pimenta de Castro Um General no Labirinto da I República*. Lisboa: Faculdade de Letras, 2010.

CAMBRA, Ubaldo Cuesta; HERRERO, Sandra Gaspar – “La I Guerra Mundial y los orígenes de la Teoría de los Efectos. El caso de aliadófilos y germanófilos”. *Historia y Comunicación Social*. Madrid. ISSN-e 1988-3056, Vol. 18 (2013).

CASTRO, Joaquim Pimenta de – *O Dictador e a Affrontosa Dictadura*. Weimar: Waghner j. Hmbold, 2015.

CORDERO, Maximiliano Fuentes – *Espana en La Primera Guerra Mundial. Una movilización cultural Madri*. Madrid: Akal, 2014. 240 p. 978-84-460-3942-6.

CORDERO, Maximiliano Fuentes – “Imperialismo e Iberismo en España: Perspectivas regeneradoras frente a la Gran Guerra”. *Historia y Política*. Madrid. N.º 33(2015).

- CORDERO, Maximiliano Fuentes – “Germanofilia y neutralistas: proyectos tradicionalistas y regeneracionistas para España (1914-1918)”. *Ayer Revista de Historia Contemporánea*. ISSN Electrónico: 2255-5838. N.º 91(2013).
- CORTESÃO, Jaime – *Memórias da Grande Guerra*. Porto: Chardron, 1919. p. 19.
- CRESPO, Pedro Ochoa – “Sofía Casanova y la narración de la Revolución Soviética en *ABC*”. *Historia y Comunicación Social*. ISSN 1137-0734. Vol. 21. Núm. 2 (2016).
- CUADRA, Pino Valero – “José Martínez Ruiz ‘Azorín’, para alemanes”. *Las letras valencianas en la literatura universal. Problemas de recepción y traducción: el paisaje y el tiempo*. Sevilla: Bienza, 2012.
- DELGADO, Antonio Sáez – “Miren Ustedes. Portugal visto de Espanha. Leal da Câmara y España”. FERNÁNDEZ GARCÍA, María Jesús e LEAL, Maria Luísa – *Imagologías ibéricas: construyendo la imagen del otro peninsular*. Mérida: ERE, 2012. pp. 215-225.
- FERREIRA, Paulo Bruno Rodrigues – *Iberismo, hispanismo e os seus contrários: Portugal e Espanha (1908-1931)*. Lisboa: Faculdade de Letras, 2016. Tese de doutoramento.
- FRAGA, Luís Alves de – *Do intervencionismo ao sidonismo. Os dois segmentos da política de guerra na 1ª República: 1916-1918*. Coimbra: IUC, 2010. 418 p. 978-989-26-0184-7.
- GÓMEZ, Hipólito de la Torre – *Na Encruzilhada da Grande Guerra. Portugal-Espanha 1913-1919*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. 267 p. ISBN 972-33-1351-0.
- GUÉGO, Christine Rivalau – “Mientras en Europa Mueren. La neutralidad a prueba de fuego”. *Monteagudo*. Murcia. ISSN electrónico: 1989-6166, 3.ª época, n.º 19 (2014).
- JUAN, Miguel Ángel García de – “Pío Baroja y su germanofilia en la conflictiva segunda década del siglo XX”. *Revista de Literatura*. vol. LXXVII, n.º 154 (2015).
- LLORENS, Santiago Fortuño – “Alberto Insúa, del folletín a corresponsal de guerra (1915-1917)”. *Cuadernos Hispanoamericanos*. Madrid. ISSN 0011-250X. N.º 778 (2015).
- MAGALHÃES Luís de – *Portugal perante a Guerra*. Porto, 1915.
- MENESES, Filipe Ribeiro de – *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000. 334 p. ISBN 972-762-198-8.
- MENESES Filipe Ribeiro de – *A Grande Guerra de Afonso Costa*. Lisboa: D. Quixote, 2015. ISBN 978-972-205-877-3.
- NOVAIS, Noémia Malva – *A Imprensa Portuguesa e a Guerra. 1914-1918. Os jornais intervencionistas e anti-intervencionistas*. Lisboa: FCSH, 2013. Tese de doutoramento.
- ORDONO, Andru Navarra – “José María Saleverría: escritor y periodista (1904-1940)”. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2016, 2 vols. Tesis doctoral.
- PADDOCK, Troy R. E. [et al.] – *A Call to Arms: Propaganda, Public Opinion, and Newspapers in the Great War*. Westport CT: Praeger, 2004.
- PÉREZ, Fernando Toribio – *ABC en Vocento: La Integración de un diario centenario en un grupo multimedia de comunicación*. Sevilla: Universidade de Sevilla, 2011. Trabajo Fin de Máster.
- RODRÍGUEZ-MORANT, Inmaculada – “La Gran Guerra en la revista La Esfera (1914-1931): ¿Información, opinión o propaganda”. *Revista de Historiografía*. Madrid: uc3m. eISSN 2445-0057. N.º 24 (2016).
- ROSENBUSCH, Anne – “Guerra Total en territorio neutral: Actividades alemanas en España durante la Primera Guerra Mundial”. *Hispania Nova*. uc3m. ISSN 1138-7319. N.º 15 (2017).
- SAMARA, Maria Alice – *Verdes e Vermelhos. Portugal e a Guerra no ano de Sidónio Pais*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002. 226 p. ISBN 972-46-1426-3.

- SANTOS, Miguel Dias – *A Contra-revolução em Portugal (1910-1919)*. Coimbra: IUC, 2010. 511 p. ISBN 978-989-26-0076-5.
- SANTOS, Miguel Dias – “The monarchists and the Great War: the practices and representations of counterpropaganda”. *e-Journal of Portuguese History*. Vol. 11, number 2 (Winter 2013) pp. 29-49.
- SANTOS, Miguel Dias – “Patriotismo e propaganda na acção da elite intelectual republicana durante a grande guerra”. *Biblos*. Coimbra: UC. n. s. VIII (2010) 157-174.
- SANTOS, Miguel Dias – “Violência Política na I República: memória e historiografia”. *Fragments de um Tempo Movente. A propósito da República*. Maia: Edições ISMAI. pp.11-25.
- SOUSA, J. Fernando de (Nemo) – *A Grande Guerra (Aspectos christãos e patrióticos)*. Lisboa, 1918.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano – *O Poder e a Guerra 1914-1918. Objectivos na entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996. 418 p. ISBN 972-33-1204-2.
- TELO, António José – *Primeira República I. Do sonho à Realidade*. Lisboa: Editorial Presença, 2010.
- VASCONCELOS, Ana Isabel. “A legislação teatral da Primeira República”. *Sinais de Cena* (2010), n.º 14.

Os agremiados, os contribuintes
e o tecido comercial

Os Grémios do Comércio
de Braga e Guimarães, 1944-1955

Guild members, taxpayers and the business fabric.

Trade Guilds in Braga and Guimarães, 1944-1955

Jorge Mano Torres

Jorge Mano Torres, Investigador do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Email: jorgemanotorres@hotmail.com.

OS AGREMIADOS, OS
CONTRIBUÍNTES E O TECIDO
COMERCIAL. OS GRÊMIOS DO
COMÉRCIO DE BRAGA
E GUIMARÃES, 1944-1955

Os grêmios, organismos corporativos patronais, surgiram enquadrados no corporativismo e na sua organização, instituído pelo Estado Novo, como uma resposta política e económico-social a uma situação de crise e com perigos à espreita (crise de 1929 e II Guerra Mundial), numa economia com vulnerabilidades estruturais. O regime instaurado defendia uma lógica de organização económica e social, privilegiando o interesse geral, através de uma harmonia entre os vários intervenientes do mercado, que o próprio Estado controlava. É neste contexto político-ideológico que surgem as corporações e os grêmios, que iriam controlar as decisões económicas nacionais, constituindo os grêmios (a par dos sindicatos nacionais, casas do povo e casas dos pescadores) a base da organização corporativa, tendo como principais funções a representação profissional e a defesa de categoria económica.

Os grêmios do comércio de Braga e Guimarães foram oficialmente instituídos em Junho e Abril de 1940, respetivamente, resultando da transformação das anteriores associações comerciais, que estavam ameaçadas de dissolução caso optassem por não aderir à política corporativa instaurada pelo Estado Novo, vindo a desaparecer após a Revolução de 25 de Abril de 1974, e do consequente dismantelamento da estrutura corporativa. Com recurso aos arquivos de ambos os organismos, na posse das associações comerciais de Braga e Guimarães, tem-se como objectivo analisar o tecido comercial criado pelos organismos bracarense e vimaranense, nas suas dimensões, diversidade e peso económico.

Palavras-chave: Estado Novo, Corporativismo, Organismos Corporativos, Autoritarismo, Grêmios do Comércio.

GUILD MEMBERS, TAXPAYERS
AND THE BUSINESS FABRIC.
TRADE GUILDS IN BRAGA AND
GUIMARÃES, 1944-1955

The guilds, corporative employers' organizations, emerged within the framework of corporatism and its organization, instituted by the Estado Novo, as a political and economic-social response to a crisis situation and with dangers lurking (crisis of 1929 and World War II), in an economy with structural vulnerabilities. The regime established was based on a logic of economic and social organization, giving priority to the general interest, through a harmony between the various market players, which the State itself controlled. It is in this political-ideological context that the corporations and the federations, that would control the national economic decisions, emerge, constituting the guilds (along with the national trade unions, houses of the people and houses of fishermen) the basis of the corporate organization, having as main functions the professional representation and the defence of economic category.

Braga and Guimarães commercial guilds were officially established in June and April 1940, respectively, resulting from the transformation of previous trade associations, which were threatened with dissolution if they chose not to adhere to the corporate policy established by Estado Novo, coming to disappear after the Revolution of April 25, 1974, and the consequent dismantling of the corporate structure. With the use of the archives of both organizations, in possession of the trade associations of Braga and Guimarães, respectively, the objective is to analyse the commercial fabric created by both organisms, in their dimensions, diversity and economic weight.

Keywords: Estado Novo, Corporatism, Corporate Organisms, Authoritarianism, Commercial Guilds.

LES ASSOCIÉS, LES
CONTRIBUABLES ET LE TISSU
COMMERCIAL. LES CERCLES
DU COMMERCE DE BRAGA ET
GUIMARÃES, 1944-1955

Les cercles, organismes corporatifs patronaux, sont nés encadrés dans le corporatisme et son organisation, institué par l'État Nouveau, en tant que réponse politique et économique-sociale à une situation de crise et avec des dangers qui guettent (crise de 1929 et Deuxième Guerre Mondiale), dans une économie ayant des vulnérabilités structurelles. Le régime instauré défendait une logique d'organisation économique et sociale, privilégiant l'intérêt général, grâce à une harmonie entre les différents intervenants du marché que l'État lui-même contrôlait. C'est dans ce contexte politico-idéologique que sont nés les corporations et les cercles qui allaient contrôler les décisions économiques nationales, les cercles (avec les syndicats nationaux, les maisons du peuple et les maisons des pêcheurs) constituant la base de l'organisation corporative, leurs principales fonctions étant la représentation professionnelle et la défense d'une catégorie économique. Les cercles du commerce de Braga et de Guimarães ont officiellement été institués en juin et avril 1940, respectivement, et étaient le résultat de la transformation des associations commerciales précédentes qui étaient menacées de dissolution si elles ne choisissaient pas d'adhérer à la politique corporative instaurée par l'État Nouveau. Ils ont disparu après la Révolution du 25 avril 1974 et le démantèlement conséquent de la structure corporative. À l'aide des archives des deux organismes, détenues par les associations commerciales de Braga et de Guimarães, l'objectif est d'analyser le tissu commercial créé par les organismes de Braga et de Guimarães, dans ses dimensions, diversité et poids économique.

Mots clés: État Nouveau, Corporatisme, Organismes corporatifs, Autoritarisme, Cercles du commerce.

1. Das associações comerciais de Braga e Guimarães aos Grémios do Comércio dos Concelhos de Braga e Guimarães

A Associação Comercial de Braga (ACB) nasceu em 1863, por iniciativa de um grupo de comerciantes. Pouco se sabe acerca dos primeiros anos da ACB, já que um violento incêndio, em 1905, destruiu praticamente toda a documentação original. No momento da fundação da ACB, e de acordo com Eduardo Pires de Oliveira, Braga estava em pleno desenvolvimento e que “com a renovação que se sentira na década anterior tinham sido inauguradas, ou dado início, a um conjunto de obras relevantes [...] Teatro S. Geraldo, o Jardim Público, a conclusão do edifício da Câmara Municipal, a iluminação pública com candeeiros a gaz, a Biblioteca Pública, o cemitério, um novo depósito de águas e, sobretudo, um conjunto de estradas que passaram a permitir uma fácil ligação com a cidade do Porto, com o Alto-Minho e com a vizinha Guimarães”¹.

Guimarães, “núcleo mercantil e manufactureiro de uma das mais activas regiões minhotas (...) que durante longos séculos manteve uma organização corporativa exemplar”², desde cedo se destacou a nível industrial, com os seus industriais e artesãos a marcarem presença em grandes feiras industriais um pouco por todo o mundo, tendo estas actividades³ um grande destaque no concelho, ao ponto de se ter ali realizado a primeira exposição industrial concelhia do país, em 1884. Para uma regulação eficaz das actividades ligadas ao comércio dos produtos industriais, foram criadas “estruturas associativas capazes de defender os interesses da classe”⁴, sendo a Associação Comercial de Guimarães (ACG) a terceira no norte do país (atrás apenas das associações de Porto, 1834 e Braga, 1863), o que sugere, além de uma intensa actividade industrial e comercial, uma forte tradição associativa no concelho vimaranense.

É em 1865 que a ACG dá os seus primeiros passos. As associações comerciais – associações de classe patronais – tinham objectivos de representação, promoção e defesa dos interesses colectivos, neste caso específico, dos interesses do comércio. As primeiras associações patronais estavam precisamente ligadas à actividade comercial (Lisboa e Porto, 1834)⁵, sendo estas que dominavam o panorama associativo patronal.

Numa reunião organizada em Março de 1865 compareceram 97 comerciantes, motivados pelo desejo de criar uma associação comercial que defendesse os seus interesses. A criação oficial da ACG só viria a acontecer a três de Outubro, por alvará régio, subscrito pelo rei D. Luís e pelo Ministro e Secretário de Estado das Obras Públicas, Comércio e Indústria.

No início da década de 1920 presidia à Direcção Eduardo D’Almeida, com ideias concretas para a reorganização associativa, com destaque para uma nova reforma dos

¹ OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *História da Associação Comercial de Braga*. Braga: Associação Comercial de Braga, 2000. p. 39

² BASTOS, Carlos – *Livro de Ouro do Comércio e Indústria de Portugal*. Porto: Edição de autor, 1957. p. 49.

³ Os principais produtos eram os linhos, as cutelarias, os curtumes, a ourivesaria, o vinho, o papel, as sedas, fruta seca e doce, sabões, colas, pentes, licores e a arboricultura.

⁴ CACHADA, Armindo – *Associação Comercial e Industrial de Guimarães, Subsídios para a sua história. Boletim Informativo Edição Especial, 125 anos*. (1990) p. 18.

⁵ Entre 1834 e 1891 surgem 14 associações comerciais, entre as quais se conta a de Guimarães (1865).

Estatutos, tendo por objectivo a inclusão da classe industrial na associação, dando origem à Associação Comercial e Industrial de Guimarães (ACIG).

Entre 1936 e 1939, parece não existir qualquer actividade da direcção, indicador de um período de crise associativa. A 25 de Maio de 1939 é convocada a Direcção, para uma reunião extraordinária, na sequência de uma reunião dos credores que tinham subscrito a compra do edifício sede. Aí é dado conhecimento aos sócios de uma reunião a realizar a 26 de Junho, com vista à transformação da ACIG no Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães (GCCG). A 30 desse mês decorre a última reunião da ACIG, que marca também o final da sua primeira fase de actividade, depois de 74 anos de vida, “integrando-se na evolução social do País que preconizava quadros económicos modelados sob concepções de novo carácter, a colectividade ia transformar-se em grémio patronal, aderindo assim à estrutura do Estado Corporativo saído da Revolução de 28 de Maio”⁶.

A 31 de Julho de 1939 teve então lugar a primeira reunião da Comissão Organizadora do GCCG (composta por membros das extintas ACIG e da Associação Comercial de Revendedores de Vinhos e Víveres). A principal preocupação dos organizadores era a elaboração de um projecto de Estatutos enquadrado na organização corporativa instaurada pelo Estado Novo. A 20 de Abril de 1940 os Estatutos foram aprovados por alvará do Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, criando-se oficialmente o GCCG. Segundo Carlos Bastos, este organismo continuou a ser “o porta-voz dos interesses regionais e o propulsor das energias mercantis e industriais da sua terra”⁷, tratando de questões relativas ao progresso da cidade e dinamizando as suas empresas mais importantes, sempre em colaboração com entidades superiores, subordinado às instituições vigentes.

Também em Braga a transformação da ACB em Grémio do Comércio do Concelho de Braga (GCCB) decorreu de forma tranquila, em Maio de 1939, com a Assembleia-geral a aprovar a proposta do Presidente da Direcção, Casimiro Cunha e Silva, para a adopção dos princípios do Estado Corporativo.

2. O Estado Novo e o Corporativismo

Em 1926 um golpe militar pôs fim à Primeira República e instaurou uma Ditadura Militar que culminou com a implementação do Estado Novo em 1933. Foi Salazar quem conseguiu criar as condições de estabilidade política e ideológica para que as diferentes direitas se unissem no compromisso de estabelecer um regime autoritário estável e duradouro.

A Constituição de 1933, que marca o início do regime, proclamava uma república unitária e corporativa, entre princípios liberais e corporativos. O corporativismo, enquanto instrumento de controlo e disciplina social do movimento operário e sindical e “principal quadro orgânico de regulação e equilíbrio entre os diversos sectores da

⁶ BASTOS, Carlos – *Livro de Ouro do Comércio e Indústria de Portugal*, p. 52.

⁷ *Ibidem*.

classe dominante”⁸, representa, de acordo com Fernando Rosas na sua obra *Salazar e o Poder...*, um dos principais factores de longevidade política do Estado Novo.

O estudo do corporativismo tem vindo a ser, predominantemente, alvo de trabalhos centrados no seu carácter ideológico e doutrinário, seguindo as fontes legadas pelo regime⁹. O corporativismo, afirma Lucena, constrói-se pelo *telhado*, apoderando-se do Estado, fabricando “um corporativismo de coacção, lacunar, distorcido, ostensivamente autoritário (...) fatalmente subordinado: praticamente, senão também doutrinariamente, será do Estado”¹⁰. E na prática foi-o: um corporativismo estatal, parcial e subordinado¹¹. O estudo do corporativismo deve ter em conta, assim, o discurso ideológico e realização prática¹². As incoerências entre teoria e prática estão já identificadas, faltando estudos que permitam compreender o funcionamento da dinâmica corporativa e o seu impacto na sociedade, designadamente como esta reagiu à organização corporativa, de *baixo para cima*¹³; ainda que mais recentemente tenham surgido novos contributos ao nível do que foi a construção do direito público do regime e do lugar que aí ocupou o referencial corporativo¹⁴.

O corporativismo português surgiu enquadrado numa vaga corporativa onde se destacaram os casos da Itália de Mussolini e da Espanha de Franco. O corporativismo italiano – uma versão possível de actuação¹⁵ – teria servido de inspiração para as ditaduras corporativas ibéricas e latinas. Vários autores defendem que a *Carta del Lavoro* é a base do *Estatuto do Trabalho Nacional* e do *Fuero del Trabajo*, apesar de o corporativismo português se distinguir destas formas de corporativismo pelo próprio Estatuto do Trabalho Nacional e também pela organização corporativa do trabalho. No caso português o regime criou organismos distintos dos casos italiano ou espanhol – além dos sindicatos, foram criados grémios, casas do povo e dos pescadores – regulados/fiscalizados pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP), que reunia todas as competências públicas de administração e inspecção do trabalho, exercendo o controlo do Estado sobre as relações laborais¹⁶.

O propósito do corporativismo era constituir um meio de atingir “objectivos de equilíbrio e harmonia social”¹⁷, ambicionados pelos seus mentores, com o Estado

⁸ ROSAS, Fernando – *Salazar e o poder: a arte de saber durar*. Lisboa: Tinta-da-China, 2012. p. 281.

⁹ Cfr. ROSAS, Fernando; GARRIDO, Álvaro – *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra: Almedina, 2012.

¹⁰ LUCENA, Manuel de – *A evolução do sistema corporativo português*. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1976. p. 105.

¹¹ Cfr. ESTÊVÃO FERREIRA, Nuno – “O corporativismo e as instituições do salazarismo: a Câmara Corporativa (1935-1945)”. In *O Corporativismo em Português*. Lisboa: Imprensa da Ciências Sociais, 2008.

¹² Cfr. ROSAS, Fernando – *Salazar...*

¹³ Cfr. GARRIDO, Álvaro – “Estado corporativo, economia institucionalizada”. In *Estado, Regimes e Revoluções: Estudos em homenagem a Manuel de Lucena*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 2012.

¹⁴ Cfr. SANTOS, Paula Borges – “O modelo político do Estado autoritário Português: A ideia corporativa na constitucionalização do regime (1931-1933)”. *Espacio Tiempo y Forma. Serie V, Historia Contemporánea*. Vol. 0, n.º 27 (2015) p. 59-84.

¹⁵ Cfr. GAGLIARDI, Alessio – *Il corporativismo fascista*. Bari: Gius, Laterza & Fligi, 2010.

¹⁶ Cfr. RODRIGUES, Cristina – *Portugal e a Organização Internacional do Trabalho (1933-1974)*. Porto: Afrontamento, 2013.

¹⁷ CARDOSO, José Luís – “Corporativismo, Instituições Políticas e Desempenho Económico”. Em *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra: Almedina, 2012. p. 102.

a desempenhar um papel fulcral, tendo-se como indispensável na sua função de regulação e controlo da vida económica e social do país, visto como “um conjunto coeso e organizado”¹⁸.

Era assim defendida uma lógica de organização económica e social que privilegiava o interesse geral, através da harmonia entre os vários intervenientes do mercado, controlado pelo próprio Estado. As corporações e os grémios arrogavam as decisões económicas nacionais (fixação de preços, entrada de novas empresas no mercado, regulação das condições de trabalho, etc.) possuindo “capacidade e garantias de representatividade nacional e sectorial das actividades económicas”¹⁹. O Estado (através do corporativismo) sobrepunha-se ao indivíduo – que se submetia aos desígnios da nação, deixando de existir livre concorrência em prol dos ideais de cooperação e solidariedade – subjugando a luta de classes. O modelo corporativo impõe um sistema de valores que interfere no modo de organização da vida económica e, mais do que *sistema*, é *organização*. Tendo sido à partida definido como instrumento de prevenção da conflitualidade social, jamais essa posição vem a ser corrigida. Assim, trata-se de uma forma de disciplinar o *capital* e o *trabalho*, subjugando os interesses económicos aos interesses nacionais, tornando-o um poderoso instrumento do Estado sobre a sociedade.

O nacionalismo corporativo foi um dos grandes princípios positivos do Estado Novo. Os interesses do indivíduo ficavam sujeitos aos interesses e objectivos da nação (nacionalismo), sujeição conseguida através da construção do Estado social corporativo, legitimado nos “organismos componentes da nação”²⁰ – as famílias, freguesias, municípios e corporações – com intervenção directa na constituição do Estado.

É no sentido desta política que é instituída a organização corporativa. Predominantemente económica, tendo motivações políticas, isto é, “a reorganização da economia participou do processo de reconstrução do Estado”²¹, esta organização corporativa da economia, instituída de baixo para cima, como afirma Manuel de Lucena²², revelou-se um dos mais fortes componentes do Estado Novo. Estruturada em três planos: organismos primários (sindicatos, grémios, casas do povo e casas dos pescadores); organismos intermédios (federações e uniões); e corporações. “Na base da pirâmide encontravam-se os (...) grémios (...) sindicatos nacionais, casas do povo e casas dos pescadores. Num segundo nível, estes organismos podiam constituir, de acordo com o respectivo modelo institucional, federações ou uniões”²³.

Os grémios²⁴, elementos primários da organização corporativa patronal, surgiam assim como órgãos de intervenção económica com vastos poderes de regulação nos

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ *Ibid.*, p. 103.

²⁰ ROSAS, Fernando – “Portugal e o Estado Novo”. In *Nova História de Portugal*. Lisboa: Presença, 1987, p. 97.

²¹ GARRIDO, Álvaro – “Contexto, fundamentos e lógicas de construção da economia nacional corporativa”. In *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra: Almedina, 2012. p. 152.

²² Cfr. LUCENA, Manuel de – *A evolução do sistema corporativo português*.

²³ FREIRE, Dulce; ESTÊVÃO FERREIRA, Nuno; RODRIGUES, Dulce – *Corporativismo e Estado Novo. Contributo para um roteiro de arquivos das instituições corporativas (1933-1974)*. Lisboa: ICS Working Papers, 2014. p. 13.

²⁴ Existem três tipos de grémios com regimes jurídicos próprios, mas disposições comuns, os grémios obrigatórios (presentes em todos os sectores da economia), os facultativos do comércio e indústria (no qual se encaixa o GCCG) e os da lavoura.

respectivos sectores, com o objectivo de regular as relações entre capital e trabalho (do lado dos patrões), tendo a sua origem da necessidade de cartelização patronal como resposta a situações sectoriais de crise. Controlados rigorosamente pelo Estado, através do INTP ou dos organismos sectoriais de coordenação económica, os primeiros grémios do comércio, indústria ou de produtos agrícolas (que são também os principais) tinham inscrição obrigatória, sendo criados pelo Governo; a sua área de actuação e funções eram determinados pelo Estado, que designava os respectivos corpos gerentes. Ainda assim, também os grémios facultativos funcionavam na mesma linha dos grémios obrigatórios (transformando-se muitas vezes em organismos obrigatórios). A gestão destes organismos dependia de aprovação governamental prévia, com o Governo a vigiar e orientar a sua actividade através do INTP e dos organismos de coordenação económica.

O sistema gremial fica marcado por uma grande complexidade, consequência de diversos factores: as principais funções que lhes eram atribuídas – representação profissional e defesa da categoria económica – implicavam uma grande variedade de tarefas relacionadas com a contratação colectiva, a previdência e a acção social, a realização de estudos e o fomento das actividades e também da disciplinação do próprio sistema económico que os grémios representavam, já que o seu raio de acção variava de acordo com as exigências de cada ramo de actividade, existindo grémios distritais, concelhios (mais limitados), pluriconcelhios²⁵ e até nacionais, dando-se também a separação entre grossistas e retalhistas (existindo ainda organismos mistos); e a coexistência de grémios facultativos e obrigatórios, os primeiros criados pelos interessados sem inscrição obrigatória, os segundos criados pelos ministérios económicos, com inscrição obrigatória para o exercício da actividade (no entanto, em muitos grémios facultativos o Estado substitui a iniciativa privada, instituindo a inscrição obrigatória).

Com a nova ideologia política e económica defendida pelo Estado Novo a existência das associações comerciais era posta em xeque por uma legislação de carácter *obrigacionista*, que impunha a *mão* do Estado na administração das várias associações comerciais existentes, assumindo o Estado um papel cada vez mais presente e, podemos mesmo dizer, dominador.

As mudanças foram muitas, e a orientação dos novos organismos passavam por alterações de fundo relativamente ao momento anterior. No caso da ACIG, por exemplo, se até 1939 a sua preocupação havia sido sempre a defesa dos interesses do comércio/indústria, dos seus comerciantes/industriais e a promoção do desenvolvimento do concelho, com o surgimento do Grémio, o comércio e os comerciantes ficam em segundo plano, ao passo que os interesses industriais desaparecem por completo. O organismo passa a constituir um *braço* do Estado, com o principal objectivo de disciplinar as actividades comerciais que representa, estando constantemente subordinado (e subordinando os seus afiliados) aos interesses do Estado e da política nacional, através da organização corporativa, da qual os grémios constituem elemento primário.

²⁵ No distrito de Braga, dos seis grémios comerciais existentes, apenas os Grémios de Braga e Fafe diferem desta configuração, tendo carácter pluriconcelhio (abarcam vários concelhos no seu raio de acção). Esteve prevista a adopção deste estatuto para o GCCG, que passaria a abranger os concelhos de Póvoa de Lanhoso e de Vieira do Minho, mas a vontade dos comerciantes daqueles concelhos ditou a sua inclusão no GCCB.

Em 1939, dá-se então uma importante mudança no associativismo comercial, com a transformação das associações comerciais em grêmios do comércio retalhista misto, na sequência do Decreto-Lei n.º 29232 de 8 de Dezembro de 1938 que definiu os moldes da integração das associações patronais na organização corporativa. Este Decreto-Lei tinha a finalidade de regular a integração na organização corporativa das associações patronais constituídas ao abrigo do decreto de 9 de Maio de 1891, surgindo na sequência da impossibilidade de adaptação das associações com uma estrutura heterogénea (associações comerciais e industriais, como era o caso da ACIG).

Nesse sentido, as associações deveriam requerer autorização do Governo para se integrarem na organização corporativa, devendo para tal organizar novos estatutos, sob pena de dissolução. As associações que agrupassem empresas exercendo a sua actividade apenas no ramo do comércio ou apenas no ramo da indústria, e que não se encontrassem ainda organizadas corporativamente podiam transformar-se em grêmios distritais ou concelhios. Já as associações que agrupassem empresas exercendo a sua actividade em vários ramos de comércio ou indústria podiam transformar-se em uniões de grêmios ou podiam pedir a criação de grêmios respeitantes a cada um dos ramos, desde que estes não se encontrassem organizados corporativamente, ficando os grêmios constituídos ao abrigo deste Decreto-Lei sujeitos ao regime jurídico presente no Decreto-Lei n.º 24715, de 3 de Dezembro de 1934.

As associações que reunissem as condições para a integração na organização corporativa (onde se incluíam a ACIG e a ACB), teriam que elaborar novos Estatutos até 30 de Junho de 1939, submetendo-os à aprovação do Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, sob pena de dissolução. É também definido neste decreto que apenas se podiam intitular como grêmios, “os organismos constituídos em harmonia com as disposições do Estatuto do Trabalho Nacional e legislação complementar”²⁶.

O Decreto-Lei n.º 24715, de 8 de Dezembro de 1934, ao qual os grêmios do comércio de Braga e Guimarães estavam sujeitos, estabelece “o regime jurídico da organização facultativa das actividades comerciais e industriais”²⁷.

No distrito de Braga foram criados quatro grêmios do comércio, resultados da reconversão de associações comerciais: Guimarães (Abril de 1940); Fafe (Abril de 1940); Braga (Junho de 1940); Barcelos (Agosto de 1940). São ainda criados os Grêmios e Eposende (Abril de 1940) e de Vila Nova de Famalicão (Outubro de 1941).

3. Os Grêmios do Comércio dos Concelho de Braga e Guimarães

A conversão de associação comercial para grémio do comércio implicou mudanças substanciais, visíveis nos novos estatutos dos organismos, em tudo semelhantes. Estes são emblemáticos dos fundamentos formativos do Estado Novo na organização e regulação das actividades económicas. Os objectivos das instituições gremiais consistiam, de acordo com os estatutos, na “disciplina das actividades comerciais que representa,

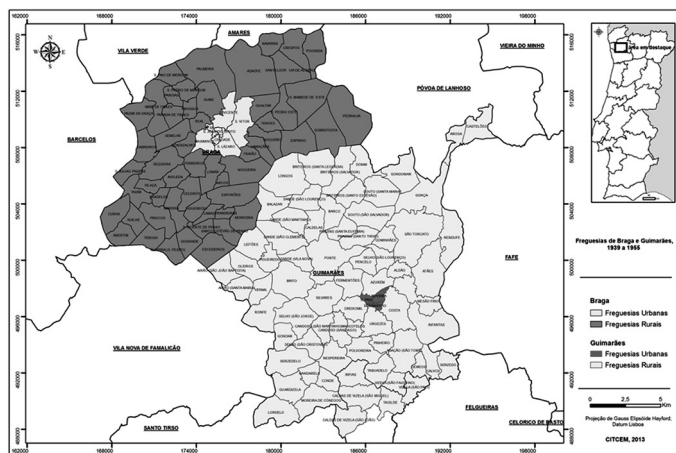
²⁶ Decreto-Lei 29232, oito de Dezembro de 1938, art.º 11.º.

²⁷ Cal. Alexandre Herculano da. *Legislação Corporativa. Grêmios...* p. 9.

repudiando simultaneamente a luta de classes e o predomínio das plutocracias”²⁸ – em vez do destaque anteriormente atribuído aos interesses do comércio e ao desenvolvimento da região e dos associados (no caso da ACIG, por exemplo). As competências dos grêmios estavam subordinadas à organização corporativa, em articulação directa com os órgãos corporativos superiores do Estado e de acordo com o Regimento das Corporações (art.º 6.º).

As mudanças em termos orgânicos institucionais também são notórias. As antigas Assembleias Gerais, que correspondiam ao poder supremo das associações, lideradas pelos sócios, perdem esse estatuto, constituindo apenas, de acordo com o artigo 5º dos Estatutos, uma “reunião dos sócios no pleno gozo dos seus direitos”²⁹. O número de reuniões diminui significativamente: de duas sessões anuais, de acordo com os Estatutos de 1925 da ACIG, a periodicidade torna-se bienal. Da mesma forma, as competências e funções dos órgãos directivos registam mudanças relacionadas com a extinção da dinâmica participativa dos sócios nas deliberações dos organismos, que redundam no seu relativo esvaziamento. Em contrapartida, são criados os Conselhos Gerais que absorvem parte das competências das antigas Assembleias Gerais. Por sua vez, as direcções são reduzidas a três elementos e começam a desempenhar o papel mais activo na consolidação e liderança dos organismos (art.º 24.º). A enumeração das competências atribuídas sinaliza a materialização da orgânica corporativa que passa, entre outras atribuições, pela harmonização de contratos colectivos e acordos de trabalho e outros compromissos corporativos; pela organização dos grupos comerciais de acordo com o universo dos sócios; e pela elaboração anual da lista de sócios.

Mapa I – Área territorial dos concelhos de Braga e Guimarães



Fonte: Lei n.º 63/98, de 1 de Setembro de 1998; Lei n.º 62/2003, de 22 de Agosto de 2003.

²⁸ GRÊMIO DO COMÉRCIO DO CONCELHO DE GUIMARÃES (ed.) – *Estatutos do Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães*. [S.l.: s.n.], 1940. p. 6.

²⁹ *Ibid.*, p. 11

O concelho de Guimarães correspondia à área administrativa abrangida pelo GCCG, compreendendo um total de 73 freguesias, e uma área aproximada de 256,05 km² (dos quais apenas cerca de 1,43 km² correspondem a área urbana), existindo três freguesias urbanas e 70 rurais³⁰. O recenseamento de 1940 regista 82 120 residentes no concelho, 70 784 (86%) em meio rural e 11 336 (14%) em meio urbano. No início da década de 1950, de acordo com o recenseamento da população, o concelho contava já 97064 residentes, dos quais apenas 11909 (12%) se encontravam em contexto urbano.

Já o grémio bracarense abrangia, inicialmente, o concelho de Braga³¹, composto por 61 freguesias – 7 urbanas e 54 rurais – correspondendo a uma área de cerca de 183,4 km² (171,86 km² de área rural e 11,64 km² de área urbana). Segundo o recenseamento de 1940 Braga contava 75 846 residentes, 29 362 (39%) dos quais em contexto urbano. Já no recenseamento de 1950, existiam no concelho de Braga 84 412 residentes, 32 153 (38%) em meio urbano, revelando-se o concelho bracarense com uma maior percentagem de residentes urbanos face a Guimarães na ordem dos 25%.

O GCCG abrangia assim uma área administrativa mais vasta relativamente ao seu homólogo bracarense, no entanto, é no concelho de Braga que se regista uma maior percentagem de urbanização, conforme se pode observar no Mapa I.

3.1. Os sócios efectivos

Os sistemas de admissão dos sócios tornaram-se aparentemente mais simples: a ACIG, por exemplo, exigia a boa reputação moral e civil do candidato para a adesão, bem como a maioria ou equivalente legal; com a conversão em GCCG, o estatuto de sócio efectivo dependia apenas de o candidato ser proprietário de um estabelecimento e estar colectado para efeitos de contribuição industrial.

Os Grémios definiam nos seus Estatutos, duas categorias de sócios: efectivos e auxiliares. O estatuto de sócio efectivo era atribuído, segundo o artigo 9.º do Capítulo II dos Estatutos, a “empresas singulares ou colectivas que exerçam o comércio de retalho e não estejam representadas por outro grémio de ramo diferente”³², estando obrigadas a cumprir determinadas condições, como a posse de estabelecimento próprio e estar colectado pela contribuição industrial.

Os livros de registos do GCCG apresentam 1329 destes sócios efectivos inscritos entre 1939 e 1955. Já os sócios auxiliares, admitidos pela Direcção e em número praticamente irrisório (50), vão desaparecer a partir de 1946 por imposição superior. O GCCB, por sua vez, regista a entrada de 2813 sócios efectivos em igual período.

Com base nos livros de registos dos organismos e nas fichas individuais dos associados é possível contabilizar o movimento associativo, a nível de entradas, saídas e tempos de permanência.

³⁰ A Lei n.º 63/98, de 1 de Setembro de 1998, cria o concelho de Vizela, que absorve cinco freguesias, nomeadamente: São João das Caldas de Vizela, São Miguel das Caldas de Vizela, São Paio de Vizela, Infias e Tagilde que, à época em estudo, se encontram integradas no concelho de Guimarães.

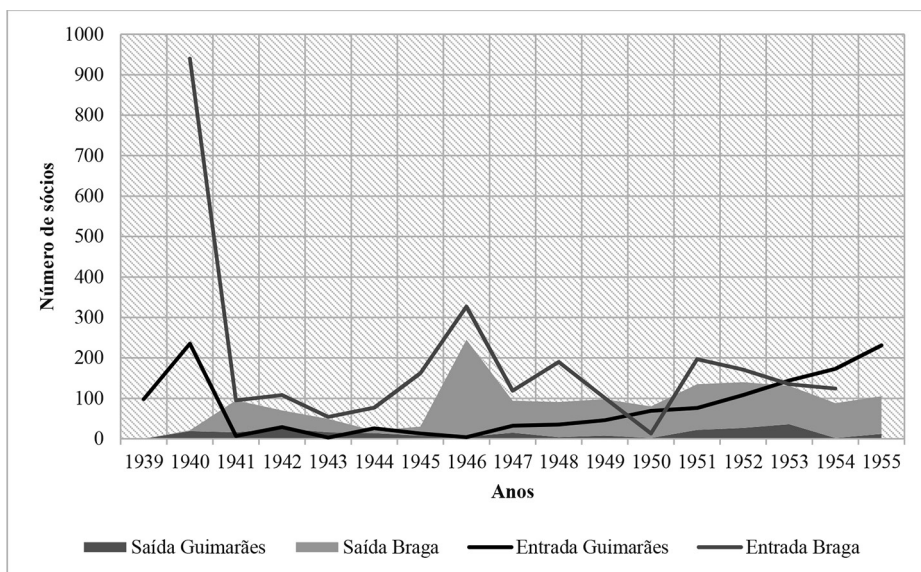
³¹ A partir de 1944, passa à designação de pluriconcelhio, abrangendo os concelhos de Amares, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Verde e Terras de Bouro, representando uma área total de 1120,33 km².

³² GRÉMIO DO COMÉRCIO DO CONCELHO DE GUIMARÃES (ed.) – *Estatutos...*, p. 8.

Relativamente à entrada de sócios efectivos, os primeiros registos acontecem a 1 de Julho de 1939 (em Guimarães), apesar de o Grémio ter sido apenas oficialmente criado no ano de 1940 (por alvará de 20 de Abril). Tal deve-se ao facto de as primeiras movimentações no sentido da criação do organismo se realizarem nesse ano através da criação da Comissão Organizadora (que existe entre Julho e Agosto) e da Comissão Directiva, que se manterá em vigor entre Setembro de 1939 e Março de 1942. Em Braga, as primeiras inscrições acontecem a 5 de Junho de 1940.

Guimarães alcança o maior número de inscrições em 1940 e 1955; já em Braga, é o ano de 1940 que se destaca, com a inscrição de 940 sócios efectivos, conforme se pode observar no gráfico I.

Gráfico I – entrada/saída de sócios dos GCCG e GCCB, 1939-1955

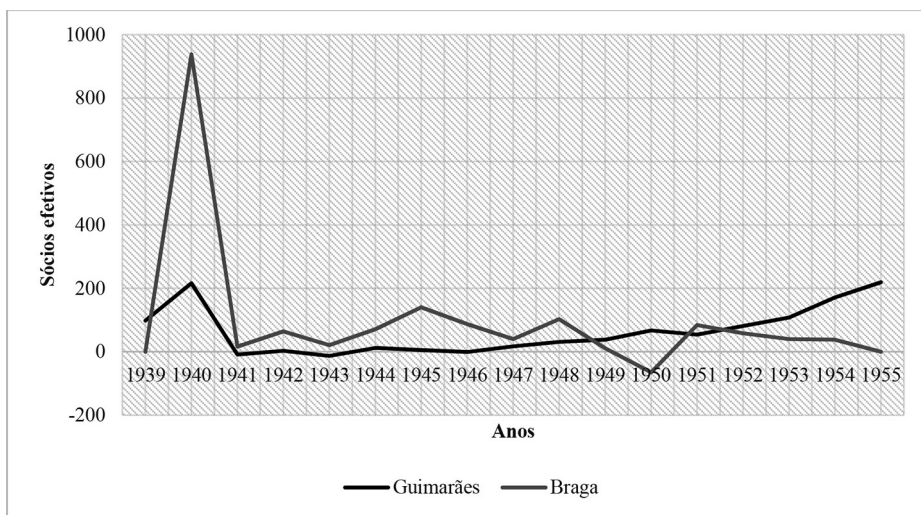


Fonte: livros de registos do GCCG, 1939-1955; fichas individuais dos sócios do GCCB, 1940-1955.

Guimarães apresenta um aumento significativo em 1940, vindo a registar um aumento acentuado e gradual a partir de 1947. Já Braga regista uma evolução inconstante, verificando-se uma tendência de perda a partir de 1951, ainda que, durante a maior parte do período em estudo, apresente valores muito superiores relativamente ao GCCG.

Relativamente à saída de sócios, o GCCG apresenta uma evolução muito regular, registando um aumento entre 1950 e 1953, nunca ultrapassando a marca dos 40 sócios/ano. O GCCB, à semelhança da entrada de sócios, apresenta uma evolução inconstante, atingindo o valor máximo em 1946, quando perde 240 sócios. Depois desse ano, a saída de associados estabiliza, verificando-se um aumento ligeiro entre 1951 e 1952.

Gráfico II – evolução do saldo de entrada/saída sócios dos GCCG e GCCB, 1939-1955



Fonte: livros de registos do GCCG, 1939-1955; fichas individuais dos sócios do GCCB, 1940-1955.

A informação da entrada de novos associados, em conjugação com os dados disponíveis das saídas, permite estabelecer a evolução do movimento dos sócios em ambos os organismos³³, através da comparação anual das entradas e saídas (gráfico II).

A tendência que se verifica nos dois organismos é algo diferente. Em 1940 regista-se o maior saldo positivo dos dois grémios (216, Guimarães e 938, Braga). A partir daqui a tendência dos dois grémios segue percursos diferentes. Guimarães regista um saldo sempre positivo, experienciando um crescimento gradual. O GCCB, por sua vez, conhece uma evolução inconstante, atingindo mesmo um saldo negativo (-65 sócios) em 1950, recuperando apenas no ano seguinte da tendência de perda.

A conjugação da informação de entrada e saída permite também fazer uma estimativa do tempo que os sócios efectivos permaneceram vinculados aos organismos, ainda que de forma aproximada, já que grande parte da informação relativa à saída dos sócios de Guimarães se encontra incompleta.

Ainda assim, como se pode observar no quadro I, com base nas informações que efectivamente estão disponíveis, é possível concluir que a grande maioria dos sócios efectivos estaria ligada aos Grémios por um período até cinco anos (260, Guimarães; 666, Braga). Muitos associados bracarenses abandonavam ainda no primeiro ano (289); existe ainda um número razoável situado entre os 6 – 10 anos (Guimarães, 100; Braga, 385). Entre 11 e 15 anos, ambos os grémios apresentam percentagens muito semelhantes, sobressaindo o GCCB, com um ponto percentual a mais que o GCCG. Os sócios que permaneceram vinculados aos organismos por mais de 15 anos são

³³ Os cálculos apresentados representam uma estimativa, já que a maior parte dos registos não apresentam data de saída.

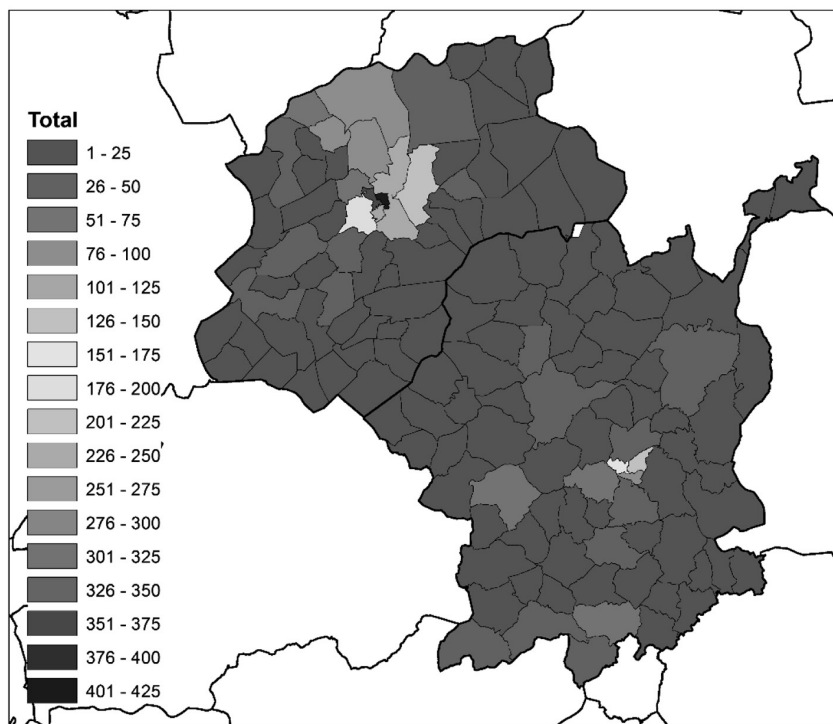
bastante significativos em Braga, com uma percentagem de 17%; já Guimarães, conta apenas com 3% (no entanto, convém destacar, que muitos desses sócios terminam a sua ligação ao GCCG/ACIG já em pleno século XXI).

Quadro I – média de permanência dos sócios efectivos

Médias de Permanência	Guimarães	Braga
Menos de um ano	62 (5%)	289 (11%)
1 a 5 anos	260 (20%)	666 (25%)
6 a 10 anos	100 (7%)	385 (14%)
11 a 15 anos	37 (3%)	120 (4%)
Mais de 15 anos	39 (3%)	466 (17%)
Sem Informação	810 (62%)	792 (29%)

Fonte: livros de registos do GCCG, 1939-1955; fichas individuais dos sócios do GCCB, 1940-1955.

Mapa II – distribuição dos associados dos GCCB e GCCG por freguesia, 1940-1955



Fonte: livros de registos do GCCG, 1939-1955; fichas individuais dos sócios do GCCB, 1940-1955.

O Mapa II representa a distribuição do número de associados por freguesia inscritos nos grémios de ambos os concelhos, comparando-os directamente. A análise do mapa permite concluir que a grande maioria das freguesias de ambos os concelhos registam apenas entre um a 25 associados; de igual forma, é possível perceber a existência de algumas freguesias com valores ligeiramente superiores (entre 26 e 75 associados), na periferia da zona urbana e, no caso particular de Guimarães, nas margens do rio Vizela e nas freguesias correspondentes às vilas de Taipas e de Pevidém. Bem visível é o predomínio das freguesias rurais no número de associados, especialmente no concelho bracarense, registando aquelas entre 176 e 425 sócios inscritos no GCCB. Já no concelho de Guimarães, é também nas freguesias urbanas (ainda que apenas em duas das três existentes) que se encontra uma maior densidade de associados, não obstante os valores mais reduzidos, entre 126 e 175 sócios.

3.2. Os ramos de actividade

Estes sócios efectivos representavam, em cada um dos Grémios, mais de mil diferentes tipos de actividade/comércio, sendo por isso, os respectivos ramos de comércio exercidos por esses associados agrupados de acordo com o tipo de comércio exercido. Desse agrupamento resultou a criação de 10 grupos de classes, seguindo a classificação das *Comissões de Fixação da Contribuição Industrial e de Reclamações, Grupos B e C*, em vigor a partir de 1964, inscritas nos livros de Actas da Direcção do GCCG. Os dez grupos distribuíam-se de acordo com o Quadro II.

Quadro II – distribuição dos sócios efectivos por grupo de comércio/Grémio, 1940-1955

Grupos de Comércio	GC Braga		GC Guimarães	
I – Vestuário e têxteis	237	8,4%	109	7,9%
II – Géneros alimentícios	1694	60,2%	765	55,4%
III – Drograria e ferragens	297	10,6%	96	7,0%
IV – Agentes/Comissários (a)	26	0,9%	64	4,6%
V – Electricidade/Electrodomésticos	23	0,8%	11	0,8%
VI – Móveis	35	1,2%	6	0,4%
VII – Peles	5	0,2%	10	0,7%
VIII – Papelaria	55	2,0%	19	1,4%
IX – Quinquilharia e outros	55	2,0%	36	2,6%
X – Comércio não especificado (b)	385	13,6%	26	1,9%
Sem Informação	1	0,0%	239	17,3%
Total	2813		1381	

(a) Por agentes/comissários entendem-se aqueles que representam os interesses de outrem.

(b) Neste grupo são colocados todos os negócios que não se enquadram nos restantes grupos.

Fonte: livros de registos do GCCG, 1939-1955; fichas individuais dos sócios do GCCB, 1940-1955.

Cada um destes grupos englobava uma diversidade de actividades³⁴, relacionada com o respectivo sector. Assim, a título de exemplos, o Grupo I – *Vestuário, têxteis e calçado*, tinha duas vertentes de negócio: o comércio de tecidos e o comércio de vestuário e calçado; já no Grupo II – *Géneros Alimentícios*, encontramos desde Mercarias, Casas de Pasto até à venda de frutas e legumes; e o Grupo X – *Comércio não especificado*, engloba vendedores cujos produtos comercializados não eram discriminados, como bicicletas e motocicletas; comércio de jogos (bilhares, alugador de *foot-ball de mesa*); sector automóvel; música (aluguer de instrumentos musicais); estabelecimento de decorações, oficinas, alugadores de balanças, *prédios de revenda; indústria e acessórios; artigos confeccionados e ambulância mista*.

Uma ressalva para o grupo *Sem Informação*, praticamente apenas presente no GCCG, que, como o título indica, é relativo a associados sem dados relativamente ao tipo de actividade/comércio exercido.

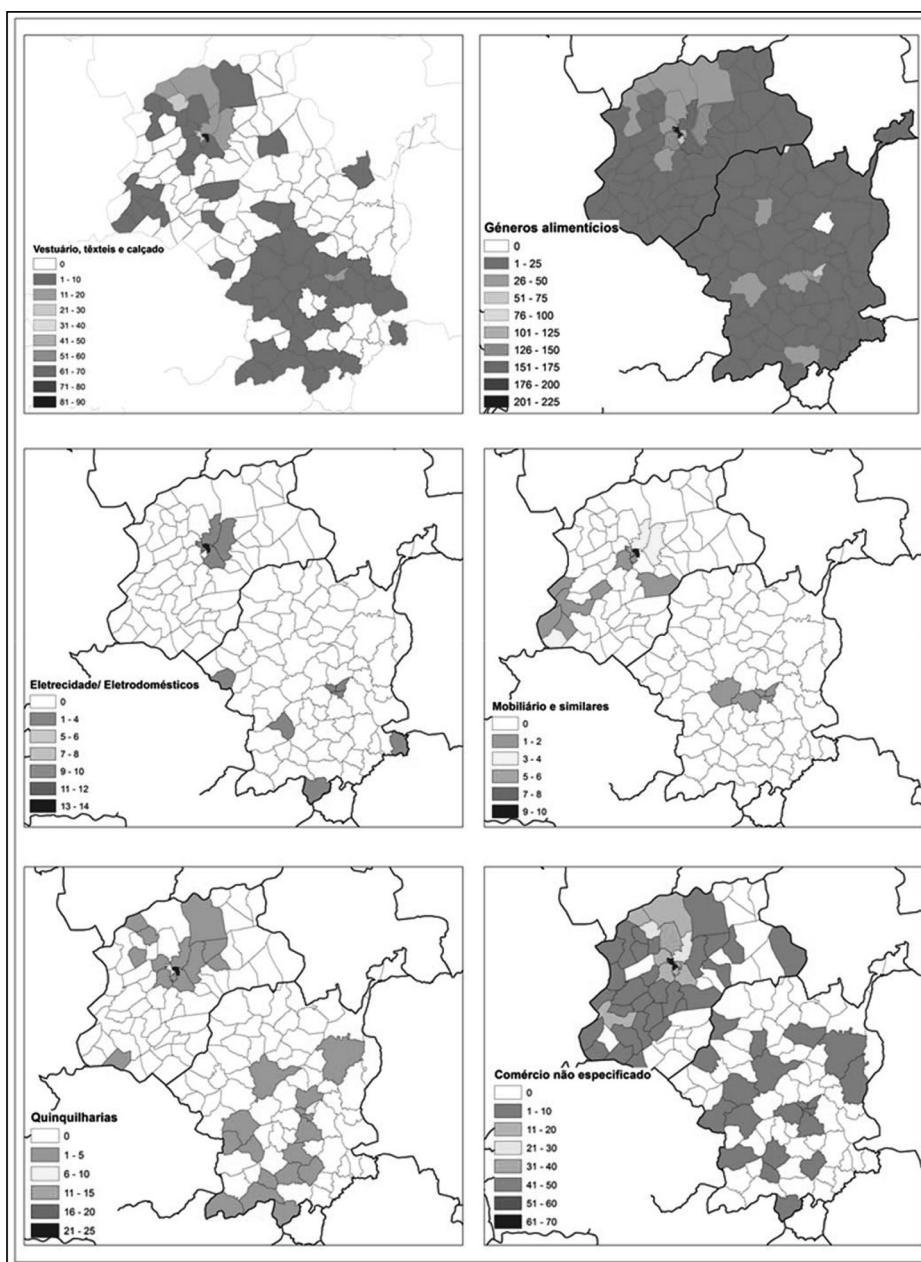
Uma breve análise do quadro II revela o domínio do grupo II relativamente a todos os outros, quer no CGGB, quer no GCCG, representando 60% e 55%, respectivamente, de todos os associados recenseados. No entanto, a realidade nos concelhos vizinhos difere de forma clara: se no caso bracarense, o grupo II está instalado de forma mais ou menos igualitária entre o meio rural e o meio urbano (com percentagens de 41% e 59%, respectivamente), no concelho de Guimarães essa distribuição revela valores bastante distintos, predominando o meio rural com 79% dos comerciantes da categoria, em relação aos 21% instalados nas freguesias urbanas do concelho.

Destaque também para as proximidades dos valores de cada grupo no âmbito dos dois organismos, casos dos grupos I e V a IX, com percentagens iguais ou de apenas um ponto percentual de diferença. E se no caso do GCCG a distribuição pelos grupos não apresenta variações de grande ordem (excepção para os grupos II e *Sem Informação*), no GCCB, além do grupo II, outros dois grupos apresentam percentagens superiores aos 10%, III – *Drogaria e ferragens* e X – *Comércio não especificado*, com 11% e 14%, respectivamente.

Os mapas IIIa e IIIb, analisam a implantação de cada um dos grupos de comércio, além do grupo *Sem Informação* nas freguesias dos dois concelhos, fazendo uma comparação directa dos dados recolhidos em ambos os grémios, sendo possível verificar geograficamente a predominância e a difusão do grupo II, presente, praticamente, na totalidade do território em estudo. Em contraponto, registre-se a pouca difusão do grupo VII, presente em menos de 10 freguesias e com números cuja expressão é residual. Merecem ainda destaque os grupos I e III, difundidos por um número considerável de freguesias de ambos os concelhos, tendo o primeiro particular incidência no concelho vimaranense, de forte tradição industrial têxtil.

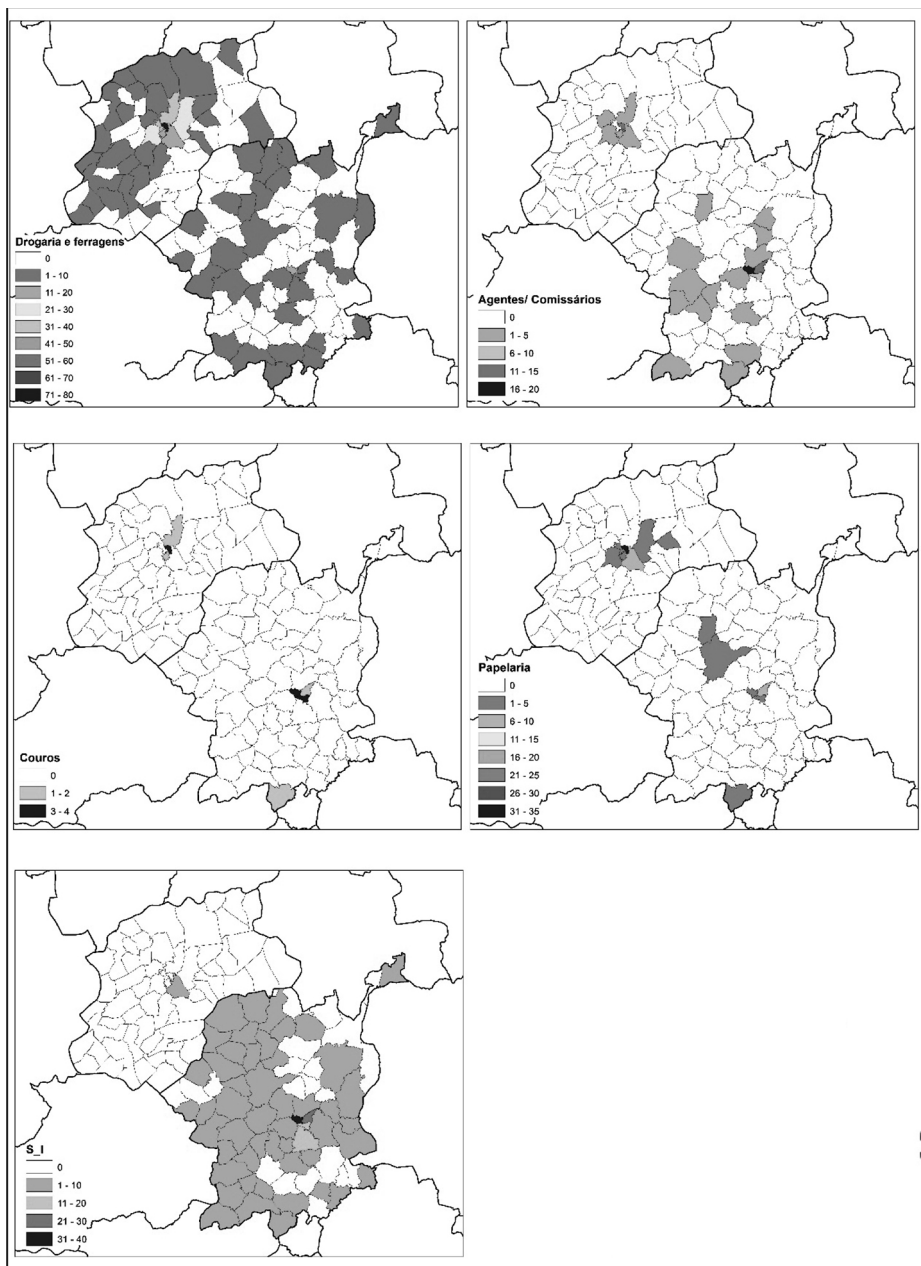
³⁴ De ressaltar que em várias ocasiões as actividades que os sócios do Grémio exercem são bastante variadas, englobando vários dos grupos criados. Nesses casos, o critério de inserção num grupo específico foi a proeminência de um determinado grupo, ou seja, o grupo que estivesse mais representado seria aquele em que a actividade desse sócio seria colocada.

Mapa IIIa – distribuição dos grupos de comércio I, II, v, VI, IX e X por concelho, 1940-1955



Fonte: livros de registos do GCCG, 1939-1955; fichas individuais dos sócios do GCCB, 1940-1955.

Mapa IIIb – distribuição dos grupos de comércio III, IV, VII, VIII e SI por concelho, 1940-1955



Fonte: livros de registos do GCCG, 1939-1955; fichas individuais dos sócios do GCCB, 1940-1955.

Todos os comerciantes (sócios ou não) estavam obrigados ao pagamento de quotas mensais para além do pagamento inicial da jóia de inscrição no Grémio (com um valor fixo de 10\$00 (Capítulo II, artigo 14.º), para efectivos e auxiliares). Já o valor da quota correspondia, para os efectivos, “a 1 por milhar sobre o lucro tributável atribuído para efeito da contribuição industrial paga ao Estado, arredondada em escudos”³⁵, oscilando entre uma quota mínima de 2\$50 e uma máxima de 30\$00. A informação relativamente ao pagamento de quotas está apenas disponível no caso do GCCG. Ainda assim, a informação deste grémio pode contribuir para uma melhor compreensão destes organismos a um nível mais vasto.

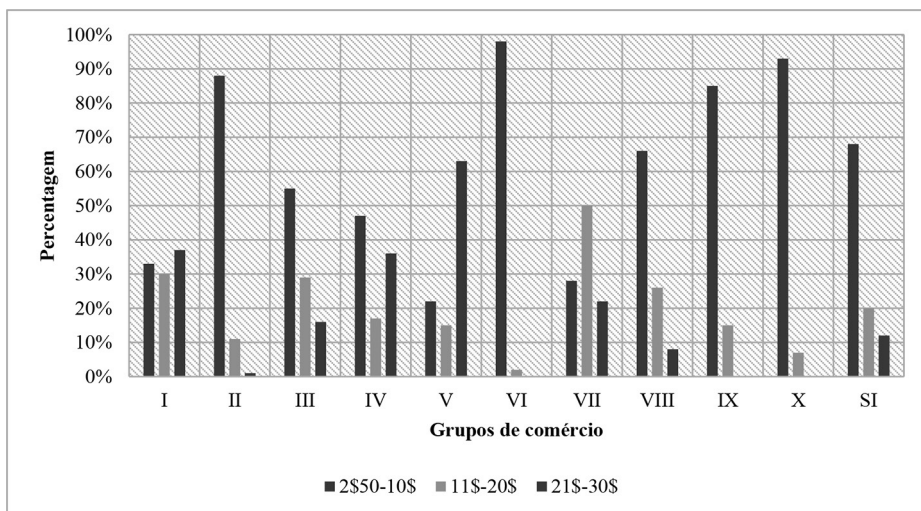
Os livros de registo da cobrança de quotas do GCCG analisados estendem-se desde 1940 até ao final da década de 1950, exceptuando o ano de 1954 sobre o qual não existem registos. No total existiam 31 escalões, o mais baixo no valor de 2\$50, o escalão seguinte era o de 3\$00, sendo que a partir daqui os escalões aumentam um escudo cada até se chegar aos 30\$00.

O cruzamento da informação da cobrança de quotas com a informação dos grupos de comércio permite observar quais os escalões de quotas que predominavam nos diferentes grupos, bem como os montantes movimentados, conseguindo dessa forma, aferir quais os negócios mais lucrativos à época, uma vez que o escalão atribuído a cada contribuinte derivava do lucro que este alcançava. Para isso, e para facilitar a leitura da informação, os vários escalões de quotização foram agrupados em três intervalos: 2\$50–10\$00; 11\$00–20\$00; e 21\$00–30\$00.

Com base no gráfico III, facilmente se verifica que o primeiro intervalo é o mais representado, na maioria dos grupos, com percentagens em muito superiores aos demais; apenas nos grupos *Vestuário e têxteis*, *Electricidade/Electrodomésticos* e *Peles* não se verifica essa situação. Nos dois primeiros é o terceiro intervalo (21\$00–30\$00) o mais representado (sendo que no grupo V, este intervalo corresponde a 63%); já no grupo VII, é o segundo intervalo (11\$–20\$) o mais destacado. Este segundo intervalo surge ainda com uma presença relativamente sólida em quase todos os grupos, excepção para os grupos *Géneros alimentícios*, *Móveis* e *Comércio não especificado*. Já o terceiro intervalo não está presente nos grupos VI, IX e X, com uma representação residual nos grupos II e VIII.

³⁵ GCCG. *Estatutos*, p. 11.

Gráfico III – representatividade dos escalões de quotização nos grupos de comércio do GCCG, 1940-1959



Fonte: livros de registos do GCCG, 1939-1955; fichas individuais dos sócios do GCCB, 1940-1955.

Assim, pode concluir-se que os grupos mais lucrativos eram os relacionados com os têxteis e a electricidade; por sua vez, o grupo menos lucrativo seria o dos *Móveis*, com o primeiro intervalo a representar 98%, seguido do *Comércio não especificado*, com 93%. O sector alimentar, apesar de ser de todos aquele com mais contribuintes, era também dos menos lucrativos, com o primeiro intervalo a representar 88% dos seus contribuintes.

4. Conclusão

A instituição dos grémios do comércio veio trazer alterações de fundo ao panorama associativo patronal português, sobretudo no caso das associações comerciais e industriais, como era o caso da ACIG. O foco das preocupações destas instituições deixa de estar, pelo menos estatutariamente, voltado para a defesa do comércio [e da indústria] e dos seus associados, ficando subjugadas à orientação política imposta pelo Estado Novo, integrando a organização corporativa enquanto elementos primários, sob orientação directa do delegado distrital do INTP.

As realidades associativas de ambos os organismos (analisando apenas a situação nos concelhos sede) revelam situações distintas, desde logo pelo número de associados registados em ambos os organismos no período em estudo: o GCCB regista mais 34% do que o seu homólogo vimaranense, ainda que o concelho de Guimarães fosse descrito em 1940 pelo Delegado do INTP em Braga, Henrique Cabral Noronha e

Menezes, como “o principal centro de vida corporativa e de trabalho deste Distrito”³⁶ e o GCCG fosse, naquele ano, o grémio do comércio do distrito com o maior número de associados e aquele com os maiores valores de receita e despesa (sendo ultrapassado nos anos seguintes pelo GCCB). O movimento associativo dos dois organismos conheceu tendências e momentos distintos, registando-se, simultaneamente, tendências de crescimento e de perda de sócios, em especial na década de 1950.

Relativamente às dinâmicas comerciais, aí o panorama já se apresenta de outra forma, sendo evidentes as semelhanças entre os dois organismos, com os 10 grupos do comércio a apresentarem valores muito semelhantes no nível de sócios registados e na sua distribuição a nível urbano/rural.

Os grémios do comércio de Braga e Guimarães surgiram no advento do lançamento da organização corporativa patronal – ainda que com passados e trajetórias distintas – e ainda que assumindo diferentes características, sobretudo pela tipologia de que é revestido o GCCB (dotado de carácter pluriconcelhio), as semelhanças entre os dois organismos, por força de imposição superior, serão maiores que as diferenças ditas pelos diferentes contextos administrativos e espaciais.

Ainda assim, para uma melhor compreensão do funcionamento destes organismos, seria importante conhecer um pouco mais da sua realidade, decorrendo sobre a sua própria actividade e a sua intervenção na vida concelhia (através da análise das actas e da imprensa local, por exemplo), e dos corpos gerentes que os compunham, tendo em conta não só a sua presença no plano político, civil e social das respectivas localidades, mas também tendo em conta a sua actividade comercial, na sua dimensão e valor económico³⁷.

Importaria ainda uma análise mais abrangente, em especial com organismos congéneres de outras regiões do País (como as Beiras ou o Alentejo), onde a realidade da organização corporativa comercial patronal adoptou formas distintas, sobretudo pela área administrativa atribuída aqueles grémios, mas também aos grémios de Coimbra, Porto e Lisboa, de carácter distinto dos restantes grémios comerciais facultativos do país (grémios de comércio retalhista diferenciado).

Bibliografia

- AMARAL, Diogo Freitas do – “Corporativismo, Fascismos e Constituição”. In *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra: Almedina, 2012. p. 81-98.
- BASTOS, Carlos – *Livro de Ouro do Comércio e Indústria de Portugal*. Porto: Edição de autor, 1957.
- CACHADA, Armindo – “Associação Comercial e Industrial de Guimarães, Subsídios para a sua história”. *Boletim Informativo Edição Especial, 125 anos*. (1990).

³⁶ Arquivo da unidade local da Autoridade para as Condições do Trabalho de Braga [ACT Braga], *Relatório 1940*, fl. 4.

³⁷ Cfr. TORRES, Jorge Mano – *Os comerciantes e o Grémio do Comércio de Guimarães : dinâmicas associativas, corporativas e comerciais (1939-1969)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2013.

- CARDOSO, José Luís – “Corporativismo, Instituições Políticas e Desempenho Económico”. In *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra: Almedina, 2012.
- FERREIRA, Nuno Estêvão – “O corporativismo e as instituições do salazarismo: a Câmara Corporativa (1935-1945)”. In *O Corporativismo em Português*. Lisboa: Imprensa da Ciências Sociais, 2008.
- FREIRE, Dulce; ESTÊVÃO FERREIRA, Nuno; RODRIGUES, Dulce – *Corporativismo e Estado Novo. Contributo para um roteiro de arquivos das instituições corporativas (1933-1974)*. Lisboa: ICS Working Papers, 2014.
- GAGLIARDI, Alessio – *Il corporativismo fascista*. Bari: Gius, Laterza & Fligi, 2010.
- GARRIDO, Álvaro – “Contexto, fundamentos e lógicas de construção da economia nacional corporativa”. In *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra: Almedina, 2012. p. 143-164.
- GARRIDO, Álvaro – “Estado corporativo, economia institucionalizada”. In *Estado, Regimes e Revoluções: Estudos em homenagem a Manuel de Lucena*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 2012.
- GRÊMIO DO COMÉRCIO DO CONCELHO DE GUIMARÃES (ed.) – *Estatutos do Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães*. [S.l.: s.n.], 1940.
- LUCENA, Manuel de – *A evolução do sistema corporativo português*. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1976.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *História da Associação Comercial de Braga*. Braga: Associação Comercial de Braga, 2000.
- RODRIGUES, Cristina – *Portugal e a Organização Internacional do Trabalho (1933-1974)*. Porto: Afrontamento, 2013.
- ROSAS, Fernando – “Portugal e o Estado Novo”. In *Nova História de Portugal*. Lisboa: Presença, 1987.
- ROSAS, Fernando – *Salazar e o poder: a arte de saber durar*. 1.^a ed. Lisboa: Tinta-da-China, 2012.
- ROSAS, Fernando; GARRIDO, Álvaro – *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra: Almedina, 2012.
- SANTOS, Paula Borges – “O modelo político do Estado autoritário Português: A ideia corporativa na constitucionalização do regime (1931-1933)”. *Espacio Tiempo y Forma. Serie V, Historia Contemporánea*. Vol. 0, n.º 27 (2015) p. 59–84.
- TORRES, Jorge Mano – *Os comerciantes e o Grémio do Comércio de Guimarães: dinâmicas associativas, corporativas e comerciais (1939-1969)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2013.

A participação dos estudantes no ERASMUS
a conceção europeia à implementação nas universidades

The participation of Portuguese students
in ERASMUS

From its European conception
to its implementation in universities*

Alice Cunha
Yvette Santos

Alice Cunha, Investigadora do Instituto de História Contemporânea. Email: alice.cunha@fcsh.unl.pt

Yvette Santos, Investigadora do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Email: yvettedossantos@gmail.com.

* This work is funded by national funds through FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia under the project UID/HIS/04209/2013

https://doi.org/10.14195/1647-8622_18_5

A PARTICIPAÇÃO DOS
ESTUDANTES NO ERASMUS:
DA CONCEÇÃO EUROPEIA
À IMPLEMENTAÇÃO NAS
UNIVERSIDADES

O Programa ERASMUS, criado em junho de 1987, tem sido considerado como um dos programas europeus de educação mais popular, na medida em que favorece a mobilidade científica de milhares de estudantes. Dada a relevância do ERASMUS na construção de uma Europa do conhecimento, pretendemos, com este artigo, analisar a importância do ERASMUS para Portugal desde a sua implementação. O estado da arte nacional sobre o assunto não é exaustivo. Apesar de a investigação sobre mobilidade estudantil a nível europeu, com enfoque no ERASMUS, ter uma expressão relevante – sendo inclusive difícil de a resumir dada a diversidade de estudos –, esta não é, contudo, acompanhada a nível nacional, uma vez que os trabalhos existentes sobre o país são sobretudo dissertações de mestrado, de índole qualitativa, muito suportadas por entrevistas a antigos estudantes ERASMUS e sobre os últimos anos do Programa. Neste sentido, neste artigo de fundo, além de identificarmos as principais etapas que levaram à instauração do Programa e de evidenciarmos os contornos da aplicação do ERASMUS em Portugal, pretendemos sobretudo analisar a tendência participativa dos estudantes portugueses do primeiro ciclo universitário (os chamados *outgoings*), desde 1987 a 2014, ano em que iniciou o ERASMUS+.

Palavras-chave: ERASMUS, mobilidade estudantil, Portugal, União Europeia

THE PARTICIPATION OF
PORTUGUESE STUDENTS
IN ERASMUS: FROM ITS
EUROPEAN CONCEPTION
TO ITS IMPLEMENTATION
IN UNIVERSITIES

The ERASMUS Programme, established in June 1987, is considered one of the most popular European education programmes as it favours the academic mobility of thousands of students. Given the importance of ERASMUS in building a Europe of knowledge, this article aims to analyse the importance of ERASMUS to Portugal since its implementation. The state of the art on the subject is not exhaustive. Although much research on student mobility with a focus on ERASMUS at the European level has been undertaken – albeit difficult to summarise given the diversity of studies – Portuguese literature has not kept pace since existing studies are mainly Masters dissertations of a qualitative nature, supported by interviews with former ERASMUS students and covering the recent years of the Programme. Bearing this in mind, this article, in addition to identifying the main stages that led to the establishment of the Programme and highlighting the contours of its implementation in Portugal, seeks to analyse the participatory trends of Portuguese students attending the first university cycle (the so-called *outgoings*) from 1987 to 2014, the year ERASMUS+ started.

Keywords: ERASMUS, student mobility, Portugal, European Union

LA PARTICIPATION DES
ÉTUDIANTS À ERASMUS: DE
LA CONCEPTION
EUROPÉENNE À LA MISE EN
ŒUVRE DANS LES
UNIVERSITÉS

Le Programme ERASMUS, créé en juin 1987, est considéré comme l'un des programmes européens d'éducation les plus populaires dans la mesure où il favorise la mobilité scientifique de milliers d'étudiants. Compte tenu de l'importance du Programme dans la construction d'une Europe de la connaissance, nous souhaitons, dans cet article, analyser l'importance d'ERASMUS pour le Portugal depuis sa mise en œuvre. L'état de l'art national sur ce thème n'est pas exhaustif. Bien que la recherche sur la mobilité des étudiants au niveau européen, en particulier sur ERASMUS, ait une expression importante – il est d'ailleurs difficile de la résumer compte tenu de la diversité des études – elle n'est cependant pas suivie au niveau national, car les travaux existants sur le pays sont surtout des dissertations de master, à caractère qualitatif, réalisés sur la base d'entretiens d'anciens étudiants ERASMUS et sur les dernières années du Programme. De ce fait, nous prétendons identifier les principales étapes qui ont amené à l'instauration du Programme et mettre en évidence les différents aspects de son application au Portugal. D'autre part, nous allons analyser la tendance participative des étudiants portugais du premier cycle universitaire (les *outgoings*) de 1987 jusqu'en 2014, lorsque s'initie le Programme ERASMUS+.

Mots clés: ERASMUS, mobilité étudiante, Portugal, Union Européenne

The history of the construction of Europe is the sum of many narratives, policies, actors and programmes; and universities and their students also have a place in this same history. In relation to the latter in particular, the 1980s gave rise to the idea that universities might well be considered a means to create a stronger European identity with student mobility seen as an instrument to achieve this. This then became the target for some “rare political promotion”¹ that was reflected particularly in the creation of the ERASMUS Programme, which now, some thirty years after its inception, has become the most well-known, the most popular and the most emblematic programme² of the present-day European Union (EU).

Unlike the general European panorama where research on student mobility with a focus on ERASMUS is fairly abundant, the state of the art in Portugal is relatively incipient and consists primarily of Masters dissertations of a qualitative nature, mainly supported by interviews with former ERASMUS students and covering the last few years of the Programme³. The reason for this could be, in our opinion, that the quantity

¹ PAPATSIBA, Vassiliki – «Political and Individual Rationales of Student Mobility: a case-study of ERASMUS and a French regional scheme for studies abroad». *European Journal of Education*. Chichester: Wiley. ISSN 0141-8211. Vol. 40, No. 2 (2005) p. 173.

² TEICHLER, Ulrich (ed.) – *Erasmus in the Socrates Programme. Findings of an Evaluation Study*. Bonn: Lemmens Verlags & Mediengesellschaft mbH, 2002. ISBN 3-932306-41-4.

³ VIEIRA, Maria Manuel – «Das disposições cosmopolitas à mobilidade como competência? Ensino superior, Programa Erasmus e mobilidade estudantil». In *Revista Educação em Foco*, Ano 18, n.º 26, 2015. pp. 15-42; COSTA, Lara Sofia de Sousa Barbosa e Dias - *Os Gabinetes de Relações Internacionais e o seu contributo para a promoção da Internacionalização do Ensino Superior: o Caso do GRI da ESEC*. Coimbra: Superior de Educação de Coimbra, 2015. Dissertação de Mestrado em Marketing e Comunicação; MONTEIRO – Anabela Figueiredo Machado – *A mobilidade académica europeia e o turismo educativo e cultural: Fatores de decisão e de motivação*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014. Tese de Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura; CAROÇO, Inês Raquel Freixo – *Sexualidade, Amor e Cosmopolitismo no Programa Erasmus*. Lisboa: FCSH, 2014. Dissertação de Mestrado em Migrações, Inter-Etnicidades e Transnacionalismo; GOUVEIA, Regina [et. al.] – «A importância das TIC na integração/inclusão de alunos ERASMUS em institutos politécnicos». In *Atas do XII Congresso da SPCE*, 2014, pp. 979-991; TRANFAGLIA, Ludovica – *O desafio para o multilinguismo: o projecto Erasmus*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2014. Dissertação de Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa; SILVA, Sandra Isabel Costa – *Saudades de casa e estratégias de adaptação em estudantes em mobilidade internacional: determinantes e consequências*. Lisboa: Faculdade de Psicologia, 2013. Dissertação de Mestrado em Psicologia; LEMOS, Sofia Maria dos Reis Ferreira Correia – *O Programa Erasmus na Universidade da Beira Interior (UBI)*. Covilhã: UBI, 2012. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais; BOA-VENTURA, Ana Cecília de Oliveira Gândara - *O Impacto da Comissão Europeia nas Dinâmicas de Mudança no Ensino Superior da UE*. Coimbra: Faculdade de Economia, 2012. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais; DALCIN, Vânia Leticia – *A mobilidade dos estudantes universitários: contribuição para o desenvolvimento da interculturalidade*. Lisboa: Instituto de Educação, 2011. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação; JORGE, Ana Patrícia Gaspar – *Erasmus abrindo a porta ao(s) mundo(s): percepções e expectativas de estudantes Erasmus na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2010. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação (Pedagogia Universitária); ANDRADE, José Romão Costa - *A Universidade e o seu contributo para o desenvolvimento da União Europeia*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2010. Tese de Doutoramento em Ciência Política; GONÇALVES, Ramiro José Henriques Pinto Ribeiro – *ERASMUS: Uma experiência para toda a vida*. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 2009. Dissertação de Mestrado em Psicologia; ALBUQUERQUE, Alexandra; CARVALHO, Milena e BARROS, Teresa – «Can ERASMUS mobility really help crossing borders? The in and out of a case-study». [S.l.]: SPACE, Higher Education Press, 2008; LOURO, Lília Maria Gonçalves – *A mobilidade de estudantes no Espaço de Ensino Superior*

and quality of the data is not well balanced for all the phases of the Programme together with the fact that consultation of primary sources, both institutional and administrative, is still not available⁴.

The process by which the European mobility programme was designed and consolidated went through various stages and many alterations were made in order for a European consensus to be reached at the end of the 1980s. In fact, in 1957 when the Treaty of Rome, which led to the constitution of the European Economic Community, was signed, cooperation at the level of Education was not one of the concerns of the signatory-States even though vocational training was envisaged. This state of affairs gradually changed and advances in this area were made, driven first by the political will of the Member States and later by the conclusions reached by several studies⁵. These were all convergent on the idea that there should be greater integration in education through the promotion of student mobility, inter-university cooperation and recognition of higher education diplomas.

Even then, the decisive step would only be taken in the mid-1980s with the adoption of the ERASMUS (*European Community Action Scheme for the Mobility of University Students*) Programme⁶ on 15 June 1987. However, this continued not to find favour with all the Member States as bringing education into the sphere of community competences was not on the agenda, nor in the interests of many of them. This reticence existed in spite of the fact that the principal objective of the Programme went far beyond the scope of education since the aim was that it would serve as an instrument to stimulate the process of European integration by strengthening integration among Europeans, who should recognise the cultural heritage and common values shared by the different European countries.

Europeu como forma de construção de uma identidade europeia. Estudo de caso da Universidade de Lisboa. Lisboa: Universidade Aberta, 2007. Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais; PINHO, Maria de Fátima Duarte de Almeida – *Mobilidade transnacional e competências profissionais: Um estudo de caso com alunos envolvidos no Programa Erasmus.* Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2002. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Educação e Desenvolvimento.

⁴ As is the case for the documentation held by the Ministry of Education and the ERASMUS+ National Agency.

⁵ EUROPEAN COMMISSION – «For a Community policy on education. Report by Henri Jannes». Bulletin of the European Communities [online] Supplement 10/73. [Consulted 25 September 2017]. Available at: <<http://aei.pitt.edu/5588/1/5588.pdf>>; COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES - «L'éducation dans la Communauté européenne». Bulletin des Communautés européennes, supplément 3/74. Luxembourg: Office des Publications Officielles des Communautés Européennes, 1974; EUROPEAN COMMUNITIES. COMMISSION – «Report on European Union. Report by Mr Leo Tindemans, Prime Minister of Belgium, to the European Council». Bulletin of the European Communities, Supplement 1/76, Bruxelles: European Communities, 1976; EUROPEAN COUNCIL - «Ad Hoc Committee 'on a people's Europe'. Report to the European Council». Milan: European Council, 1985, A 10.04 COM 85, [online] [Consulted 25 September 2017]. Available at: <https://www.ombudsman.europa.eu/en/resources/historicaldocument.faces/en/4659/html.bookmark>.

⁶ Decision of the Council of 15 June 1987 which adopts the community action programme in the matter of student mobility (ERASMUS) (87/327/CEE). On the history of ERASMUS, consult: PAOLI, Simone – *Il sogno di Erasmo. La questione educativa nel processo di integrazione europea.* Milano: Franco Angeli, 2010. ISBN 978-88-56-82434-6.

Over the last thirty years, since the moment it was created, the ERASMUS Programme has known various different phases, all of which reflect its constant evaluation and the search to optimise it. In the initial phase up to 1995, a period that saw new countries joining, two objectives guided the Programme: on the one hand, the promotion of student mobility, and on the other, the strengthening of university cooperation among European Union countries. In parallel, there were also other programmes that enhanced student mobility in specific areas of study. One such programme was the LINGUA Programme that was reserved for language students and teachers who wished to improve their language level through a stay abroad.

In 1995, the ERASMUS Programme was officially integrated into the SOCRATES I Programme, which centralized the various mobility programmes offered by the EU and in particular the LINGUA programme mentioned above. In an attempt to embrace various areas, it sought to encourage student and teacher mobility, develop curricula and intensive programmes, and create the European Credit Transfer System (ECTS). During this phase, the Programme was extended to the countries of Central and Eastern Europe, among which Poland and the Czech Republic. Shortly afterwards, in the year 2000, a new seven-year programme was started. Influenced by a desire to strengthen the internationalisation of European universities, SOCRATES II (2000-2007) was defined by its effort to reform higher education, characterised by standardising it through the Bologna process, and by its promotion of both learning and lifelong learning. During the period when it was in force, SOCRATES II was further extended to include other European countries, including Turkey, so that in 2002 there were already thirty participating countries.

Finally, between 2007 and 2014, the Lifelong Learning Programme (LLP) – whose basic premise, as the name itself indicates, was learning throughout one's lifetime – included ERASMUS as one of its sectorial programmes. Like the previous programmes, the aim of this one continued to be to promote cooperation, exchange and mobility among European universities, but it also included administrative staff working in higher education.

Taking this evolution into account, and although the Programme caters for different types of recipients⁷, this article focuses on the participation of Portuguese students – outgoing students in the Programme's jargon – between the academic years 1987/1988 and 2013/2014, thus covering the four first phases of ERASMUS. By adopting this approach, we seek not only to understand how the Programme was implemented in Portugal over the years, but also to look at it from the perspective of those who directly benefitted from it so as to rank Portugal on the European level as well as to discover what national and university dynamics were associated to it. In concrete terms, we wish to ascertain how many students participated in ERASMUS, what their university of origin was, what destinations were chosen and their reasons for taking part in the Programme as well as the difficulties they encountered.

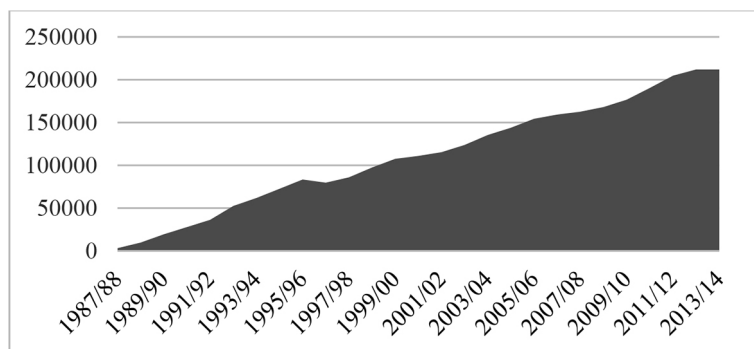
⁷ Higher education institutions, students, teachers, researchers and administrative staff.

Participation trends

Ever since its implementation, ERASMUS has achieved its successive targets and grown in size and impact. During its history, its objectives have been altered and/or complemented, with a view to creating a European “conscience”, developing a European labour market, allowing the transfer of competences and technologies within Europe, and helping students acquire social skills such as independence and intercultural respect and improve their language competences.

Furthermore, the implementation of ERASMUS saw a new era begin in the field of European inter-university cooperation and student mobility. Looking back at the thirty years of the Programme, 3244 students undertook a stay abroad in the first academic year of its implementation while in the academic year 2013/2014 this initial figure increased to 200 000 in an almost uninterrupted rise in the number of participants (Figure 1).

Figure 1 – Total number of outgoing students by academic year, 1987-2014

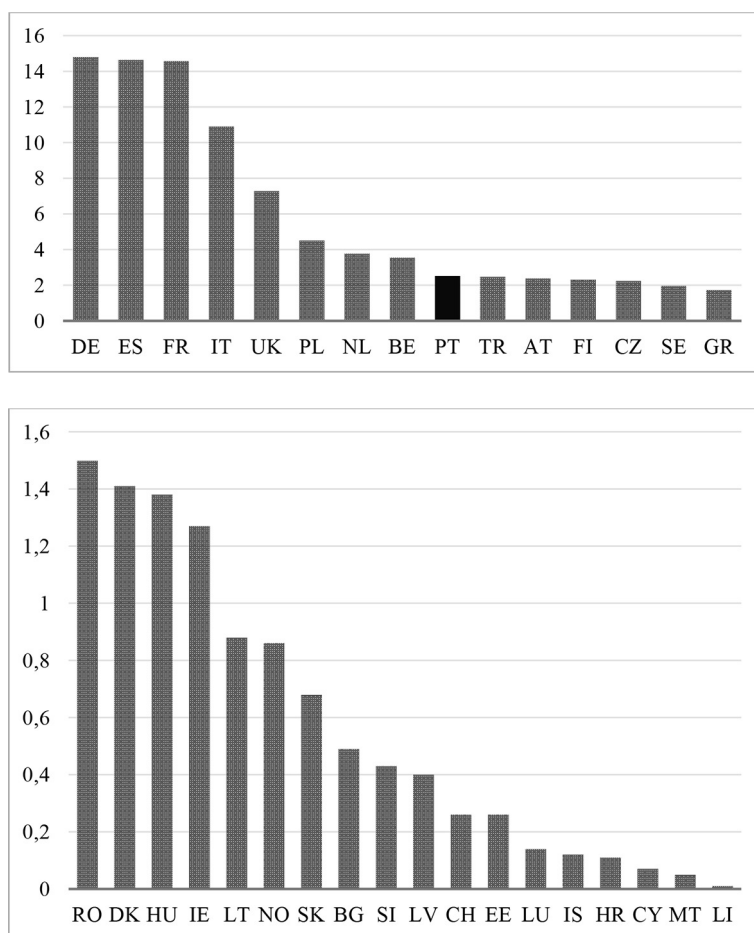


Sources: Calculations based on data collected from EUROPEAN COMMISSION – On the way to Erasmus+.

A Statistical Overview of the Erasmus Programme in 2012-13. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2015, ISBN 978-92-79-46581-9, pp. 216-217; EUROPEAN COMMISSION – Erasmus. Facts, Figures & Trends. The European Union support for student and staff exchanges and university cooperation in 2013-2014. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2015, ISBN 978-92-79-52814-9, p. 31.

From the beginning and until the academic year 2013/2014, Germany stood out as the main sending country, followed by Spain, France, Italy and the United Kingdom. Here Portugal ranks in ninth place among the countries that first adhered to the ERASMUS Programme as can be seen in the figure below.

Figures 2 and 3 – Total number of outgoing students by country of origin (%), 1987-2014



Note: Although not included in the figure above, Liechtenstein recorded a figure of 0.01%.

Legend: AT (Austria); BE (Belgium); BG (Bulgaria); CH (Switzerland); CY (Cyprus); CZ (Czech Republic); DE (Germany); DK (Denmark); EE (Estonia); ES (Spain); FR (France); GR (Greece); HR (Croatia); HU (Hungary); IE (Ireland); IS (Iceland); IT (Italy); LT (Lithuania); LU (Luxembourg); LV (Latvia); MT (Malta); NL (Netherlands); NO (Norway); PL (Poland); PT (Portugal); RO (Romania); SE (Sweden); SF (Finland); SI (Slovenia); SK (Slovakia); TR (Turkey); UK (United Kingdom).

Sources: Calculations based on data collected from EUROPEAN COMMISSION – On the way to Erasmus+..., pp. 216-217; EUROPEAN COMMISSION– Erasmus. Facts, Figures & Trends..., p. 31.

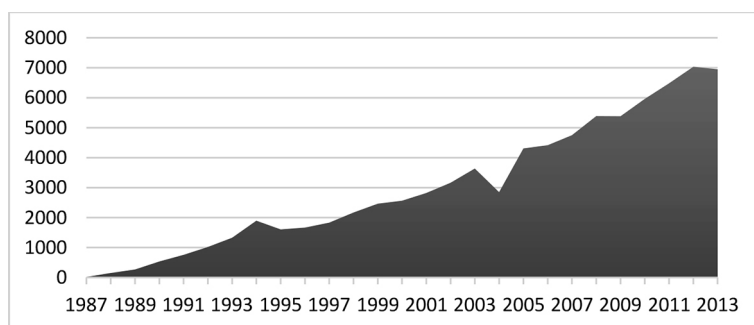
As can be seen above, there was a constant increase in the mobility flow at the European level with the trio Germany-France-United Kingdom remaining from the start of the programme as the main sending and receiving countries. However, whereas

in 1988/89 this trio accounted for 62% of students, within one decade the attraction of these countries had fallen to 49%. Moreover, there was a drop in the number of incoming students in the United Kingdom while Spain (especially) and Sweden became the new large sending and receiving countries as from 1995.

In fact, during the SOCRATES II phase, Spain, France and Germany were the main countries sending and receiving ERASMUS students, followed by Italy and the United Kingdom. For LLP, until 2014 Spain would continue to be the main country providing outgoing ERASMUS students followed by France, Germany, Italy and Poland, countries with the highest number of students in proportion to their respective populations. With the exception of Poland, these countries were also, in parallel, the main receiving countries.

Portugal followed the European trend by showing a steady increase in outgoing students (Figure 4). Although in the first year of the programme Portugal registered only 25 outgoing students, 1609 students participated in the academic year 1995/96 and in 1999/2000 they were already 2472⁸. In 2013 over 7000 Portuguese students left to go on ERASMUS. In this aspect, the highest average growth rate in national outgoing students, around 71.86%, was seen at the time of the Programme's start-up phase between 1987 and 1995, with this figure stabilizing in the following phases at 8.97%, 8.07% and 5.59% for SOCRATES I, SOCRATES II and LLP respectively.

Figure 4 – Year-on-year growth of outgoing Portuguese students, 1987-2014



Source: Calculations based on official data from the ERASMUS+ National Agency.

In 1993, however, departures peaked followed by a slowdown in the years 1994 and 1995, which coincides with the ERASMUS Programme passing over to the SOCRATES I Programme; furthermore, there was a significant drop in numbers of outgoing students in 2004 that might correspond to a year when fewer mobility grants were awarded.

Over the last thirty years, the majority of Portuguese students have chosen as their destination some of the Programme's original countries – Spain, Italy, France, Germany and the United Kingdom – followed by countries in Central and Eastern Europe – Poland and the Czech Republic. Through the web of relationships woven by teachers and researchers, Portuguese universities have developed and maintain

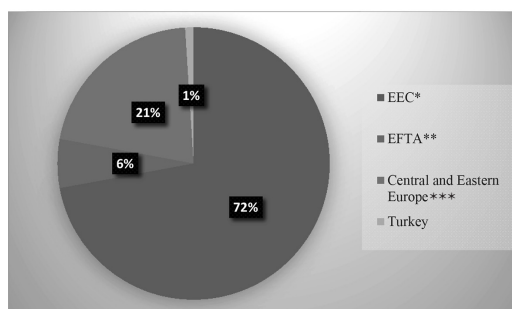
⁸ Data from the ERASMUS+ National Agency.

contact networks with their European counterparts, especially those that have been participating the longest in the Programme, although this network expanded when the Programme was extended to include countries of Central and Eastern Europe at the beginning of the 2000s.

Apart from the importance of university networks, the student's choice of destination country is in response to other factors such as language, the institution's academic quality, geographical distance, climate and also tourism and leisure opportunities; however, despite the EU's financial support, cost of living and geographical proximity continue to be important factors to explain the choice of certain destinations⁹.

In the period 1995/2000, Spain, France and the United Kingdom were the main countries attracting Portuguese students¹⁰. On the other hand, Estonia, Lithuania and Iceland received almost no Portuguese students. The principal reasons that led students to choose Spain as the main destination country would seem to be its geographical proximity, language facility and cultural affinity¹¹. What should also be highlighted is the steady increase in outgoing students going to countries that were former members of EFTA (Sweden and Finland) and to Central and Eastern European countries (Czech Republic, Hungary, Lithuania, Poland, Romania, Slovenia, Slovakia and Latvia) when these countries joined the ERASMUS Programme in 1998/99 to the detriment of France, Germany and the United Kingdom (see Figure 5 below).

Figure 5 – Principal destination country groups for Portuguese students (%), 1995-2014



* EEC: BE, DE, DK, ES, FR, GR, IE, IT, LU, NL, UK

** EFTA: CH, NO, SE, SF, LI, IS

*** Central and Eastern Europe: AT, BG, CY, CZ, EE, LT, LV, MT, PL, RO, SI, SK, HR

Sources: Calculations based on data collected from EUROPEAN COMMISSION – On the way to Erasmus+..., pp. 216-217; EUROPEAN COMMISSION - Erasmus. Facts, Figures & Trends..., p. 31.

⁹ GONZÁLEZ, Carlos Rodríguez, MESANZA, Ricardo Bustillo and MARIEL, Petr – «The determinants of international student mobility flows: an empirical study on the Erasmus programme». *Higher Education*. Local: Editor. ISSN. Vol. 62 (2011) p. 417, p. 427.

¹⁰ The destinations of Portuguese students in the first phase of the programme cannot be accurately ascertained from official national statistics.

¹¹ AGÊNCIA NACIONAL SÓCRATES E LEONARDO DA VINCI - Estudo sobre a Evolução da Acção. Programa Sócrates 2000-2004. Lisboa: Agência Nacional Sócrates e Leonardo da Vinci, 2005. p. 39. No ISBN.

During the LLP, the number of outgoing Portuguese nationals followed the general trend. This rose from 5000 students in 2008 to over 7000 in 2012, but slightly fell again at the end of the programme. For the first time, Portugal recorded a significant difference between incoming and outgoing students as from the academic year 2007/08 with the number of incoming students being much higher than that of the outgoing. For example, in the 2011/12 academic year, 5269 Portuguese students went on ERASMUS while the country received 8087 foreign students.

From 2007/08 to 2013/14, Spain remained the main destination country for Portuguese students, followed by Italy and Poland. Meanwhile, the remaining order of preference changed, with the Czech Republic coming in at fourth place, with France in fifth, followed by the traditional receiving countries (i.e. Germany and the United Kingdom). The countries that were less attractive to Portuguese students were Malta, Luxembourg, Cyprus, Iceland and Liechtenstein.

Outgoing students by area of study

Besides destination preference, the last thirty years have also been marked by a diversity in areas of study. Portugal followed the European trend in which Management, Social Sciences, Languages and Engineering stand out the most. However, the areas that only had a small number of students also grew, thereby ensuring greater representation of all areas of study, with Medical Sciences particularly becoming important as from the late 1990s in comparison with the European trend.

In the start-up phase, little is known about the areas of study in which Portuguese ERASMUS students were matriculated. From an analysis of 29 bilateral agreements in which Portugal figured as the coordinating country of the Inter-University Cooperation Programme (ICP)¹², it was found that the main areas of study represented were Management, Languages, Engineering, Social Sciences and Law¹³. Progressively, and in consonance with the areas of study at the European level, Management, Social Sciences, and Languages and Philology became predominant in Portugal up to the 2000s.

During SOCRATES II, in the case of Portugal the main areas were: Management and Social Sciences (25%), Architecture and Engineering (18%), Art, Humanities and Languages (14%) and Medical Sciences (12%). This also followed the European trend. With the adoption of a new classification of areas of study by the National Agency in 2007, aggregating Social Sciences, Management and Law into one single area, the official data available makes it impossible to desegregate the number of outgoing students by area of study and so guarantee a reliable comparison with the previous phases. At the European level up to 2014, Social Sciences, Management and Law were the most representative areas of study (30-40%), followed by Humanities

¹² The coordinating country, through the universities, is responsible for the coordination of the Inter-University Cooperation Programme and of the partner countries associated to this ICP. An Inter-University Cooperation Programme determines which higher education institutions are involved as well as the participation modalities of each university in the ERASMUS mobility.

¹³ From the report: COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES – Action Scheme for the Mobility of University Students, Erasmus Directory/Répertoire Erasmus, 1989/90. Bruxelles: Task Force: Human Resources, Education, Training and Youth, 1990. ISBN 92-826-1408-5. pp. 703-719.

and the Arts, which were steadily increasing (20-30%), and by Engineering (12-16%). In the case of Portugal, Social Sciences, Management and Law was also the main area of study of Portuguese students (35%), followed by Engineering, Manufacturing and Construction (19%) and by Health and Welfare (18%). Contrary to the European trend, Humanities and the Arts were below 10% in Portugal¹⁴.

The provenance of Portuguese students according to area of study also depends on the higher education institution to which they belong as well as on the dynamic the institution has built up to favour student mobility. Portuguese institutions have contributed differently, revealing disparities in their participation in the Programme from the beginning. This is in accordance with the type of institution as well as geographical disparities with there being a different dynamic operating between the coast and the interior.

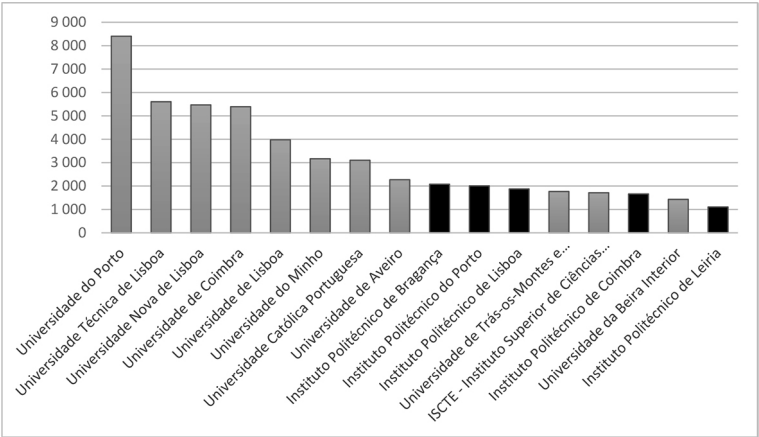
On the national level between 2000 and 2014¹⁵, universities clearly stood out as being the higher education institutions that supplied the greatest number of Portuguese students to the programme. The University of Porto clearly set itself apart and outranked other universities and polytechnics as a sending university. The Technical University of Lisbon and the NOVA University of Lisbon were in second and third position. The University of Coimbra, which had provided the most students at the start of the ERASMUS Programme¹⁶, found itself in fourth place. At the level of polytechnics, the Polytechnic Institute of Bragança was first, closely followed by those of Porto, Lisbon and Coimbra. It should be noted, however, that the polytechnics had made a considerable effort from the late 1990s on to attract students not only in the large student centres on the coast but also in the interior in both the north and the south of the country. What should also be underlined is the dynamism shown by the University of Trás-os-Montes and Alto Douro and the University of Beira Interior when compared to other higher education institutions of the interior as well as that shown by the Polytechnic Institute of Bragança, which had a higher number of outgoing students than the University of Trás-os-Montes and Alto Douro (Figure 6).

¹⁴ Statistics from the ERASMUS+ National Agency.

¹⁵ The data from the National Agency only refers to universities as from the year 2000.

¹⁶ The University of Coimbra was the main university in the 29 bilateral agreements that existed in the first years of the Programme when Portugal was the coordinating country.

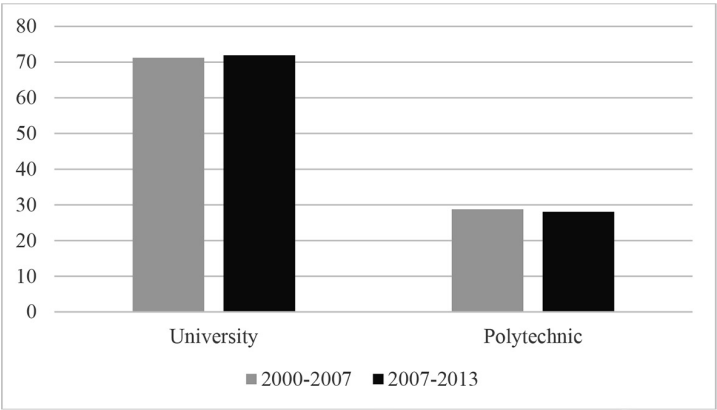
Figure 6 – Total number of outgoing students, equal or greater than 1000, by higher education institution of origin, 2000-2014



Source: Calculations based on official data from the ERASMUS+ National Agency.

However, looking at the evolution of the numbers of outgoing students from higher education institutions during SOCRATES II and LLP, there was only a slight increase in the number of outgoing students from universities (+ 0.70%) and a slight decrease from polytechnic institutes (- 0.70%). With regard to institutions that recorded a very limited number of outgoing students (less than five a year), participation in the Programme tends to be irregular.

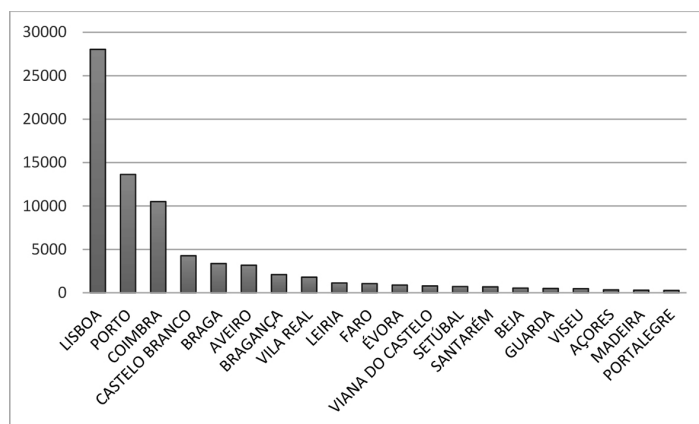
Figure 7 – Growth in total number of outgoing students from universities and polytechnic institutes (%), 2000-2014



Source: Calculations based on official data from the ERASMUS+ National Agency.

However, in relation to departures at the district level, the large number coming from the district of Lisbon is the result of the large concentration of higher education institutions there. This is followed by the districts of Porto and then Coimbra. This data further confirms that it is the country's large university centres and those on the coast that provide the majority of ERASMUS students, as the following figure shows.

Figure 8 – Total number of outgoing Portuguese students by district, 2000-2014



Source: Calculations based on official data from the ERASMUS+ National Agency.

What should then be considered key factors to explain the degree of involvement of higher education institutions and their active promotion of the Programme, which is consequently reflected in the volume of outgoing students, are the following: the importance and maturity of university cooperation networks between Portugal and other European countries, the extension of the Programme to different types of student (the three cycles and vocational training), the capacity of the university to attract a greater number of students, and the offer of mobility grants to supplement the European grant.

Motivations and constraints

Despite the flow and volume of outgoing students, their socio-economic environment as well as the amount of the grant offered under the scope of the Programme must also be considered.

The initiative was conceived and designed to be as inclusive as possible. However, despite the genuine intention to widen the range of beneficiaries to include students from every socio-economic background and not only those from privileged educational environments, in the Programme's first years the educational level and

the income of the parents of ERASMUS students were in effect considered to be medium-high¹⁷.

Data referring to the academic year 1990/91 show that 35% of the parents of these students had a university degree, with this percentage rising in those countries where the democratization and massification of higher education occurred in the decades prior to the implementation of ERASMUS. In SOCRATES I, although difficult to validate, the ERASMUS students generally continued to belong mainly to the upper-middle class¹⁸, but with an increase in the number of students from the middle and lower class compared to the start-up phase.

Up to 2006, at the European level the participation of a large proportion of students who were children of executives, liberal professionals and senior administrative staff (38%) and university graduates (60%) continued to be confirmed¹⁹. In the period 2005-2008, the social status of the students' parents still affected the decision to undertake a stay abroad²⁰.

In reality, the socio-economic origin of the parents continued to determine the type of student who participated in the Programme, with the economically poorer European countries, like Portugal, sending abroad students from a high socio-economic background. Although an effort was made to increase the grants in certain phases of the Programme, especially in Portugal's case, the value of the ERASMUS grants awarded was considered the main obstacle for outgoing students, irrespective of the country of origin and the year of departure. Currently, the demand for ERASMUS grants is by far greater than the offer, which has led to a "growth crisis" for the Programme even though back in 1990 the risk of it "becoming the victim of its own success"²¹ had already been admitted.

Looking at the value of grants awarded by the National Agency, we can see that, in the initial phase of the programme, Portuguese and Greek students received the biggest grants in terms of value compared to other countries so as to provide an incentive for students to leave²². Nevertheless, from 1993 to 2005 the value of the total average monthly grant fell relative to previous years, but then rose and remained stable until 2014 when there was a steady increase in outgoing students (Figure 9). The extension of the Programme to Central and Eastern European countries and Turkey could partially explain this fall. In comparison with the other European countries,

¹⁷ TEICHLER, Ulrich and MAIWORM, Friedhelm – The ERASMUS Experience. Major Findings of the ERASMUS Evaluation Research Project. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 1997. ISBN 9282806669. pp. 71-72.

¹⁸ MAIWORM, Friedhelm and TEICHLER, Ulrich – «The Students' Experience». In TEICHLER, Ulrich (ed.) – Erasmus in the Socrates Programme. Findings of an Evaluation Study. Bonn: Lemmens Verlags & Mediengesellschaft mbH, 2002. ISBN 3-932306-41-4. p. 87.

¹⁹ OTERO, Manuel Souto – «The socio-economic background of Erasmus students: A trend towards wider inclusion?». International Review of Education. UK: Springer. ISSN 0020-8566. Vol 54 (2008) pp. 146-147.

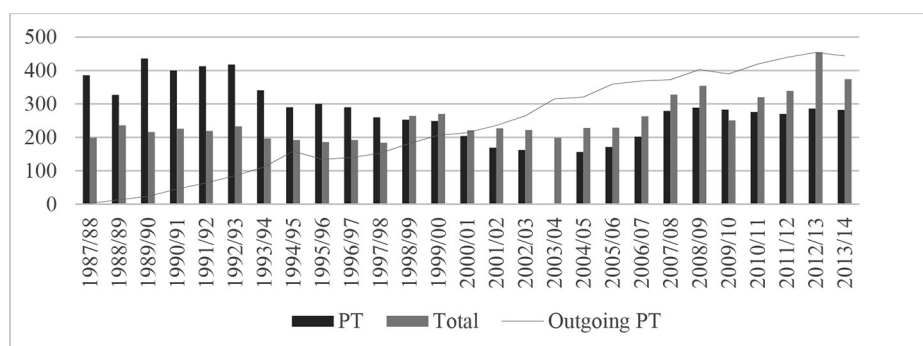
²⁰ GONZÁLEZ, Carlos Rodríguez, MESANZA, Ricardo Bustillo and MARIEL, Petr – «The determinants of international student mobility flows...», p. 420.

²¹ ERASMUS: Information Bulletin. Brussels: ERASMUS Bureau. ISSN 1012-9081. Volume 1990, n.º 9 (1990) p. 1.

²² This also happens when European countries enter the ERASMUS Programme.

the average annual value of grants remained higher than the European average until 1998, the year Portugal had a value below the average even though this value had risen in comparison with the previous period²³.

Figure 9 – Total average monthly value of grants by academic year, 1987-2014



Source: Own calculations based on official data from the ERASMUS+ National Agency.

Faced with financial difficulties and although the European Commission has made an effort to increase the value of grants, the decision to leave has to be carefully considered taking into account the expense required. Some universities as well as other entities have created grants to complement the ERASMUS grant. However, this is not the generalised practice either in Portugal or in other countries²⁴, and at times the support offered is not extended or adapted to the different socio-economic situations of the students. Hence one can distinguish mobility seen as “consumption” by students belonging to higher socio-economic groups from countries with high salaries, as opposed to mobility seen as “investment” by students with lower incomes from countries with lower salaries²⁵.

In addition to the financial difficulties relating to participation in this Programme, other issues are generally pointed out as well, such as the poor dissemination of the Programme to students or the preparation of students for their stay abroad, particularly through language courses or institutional help to find accommodation at an accessible price in those countries where the cost of living is higher than in Portugal.

²³ Data from the ERASMUS+ National Agency.

²⁴ TEICHLER, Ulrich (ed.) – *Erasmus in the Socrates Programme...*, p. 65.

²⁵ OTERO, Manuel Souto – «The socio-economic background of Erasmus students...», p. 137.

However, one of the Programme's greatest complexities lies with the varied system of cycles or levels of education²⁶ which makes it difficult to recognise diplomas at the European level. At the same time, the fact that students are free to choose their subjects – inscribed in one of the principles relating to the discovery of new methods and new knowledge that guides the ERASMUS Programme – makes it difficult to standardise diplomas at the European level and to accept the period of study outside as an integral part of the course in which the student is matriculated. This ambiguity was reflected in preparing the stay in the receiving institution since, until the Bologna Declaration, the majority of students were given the freedom to choose which subjects they wished to take²⁷.

In this respect and although an improvement was gradually seen in the percentage of stays abroad recognised from the mid-1990s²⁸, the students who took subjects their institution of origin did not offer, or did not recognise, were obliged to prolong their course to finish their degree. In the 2000s, and especially with the Bologna Declaration, universities sought solutions to enhance the Programme and guarantee the greater recognition of subjects taken abroad. Meanwhile, some problems persisted particularly in regard to administrative formalities (e.g. waiting time for grant requests, guidance about academic programmes at the receiving institution), financial issues, accommodation, recognition of diplomas and credit transfers.

Reach and future potential

Although ERASMUS is not the only student exchange programme – close international collaboration also exists between many European universities and their counterparts in the United States of America and Japan, for example – this Programme has, since the beginning, been an important instrument to help the Europeanisation and internationalisation of both students and Portuguese and European universities.

In fact, Portugal has actively participated in this Programme since it was first implemented in 1987. This can be seen from the increase in the number of participants and in the diversification of destinations, participating higher education institutions and student profiles. However, many shortcomings and weaknesses that are difficult to resolve still persist, especially in terms of the effort that higher education institutions and also national state entities need to make in order to reduce national and local imbalances in student participation.

Evaluating the Programme's true impact – besides the broader objectives of acquiring greater knowledge of other European countries and peoples, and developing a European conscience – is difficult to determine since it varies depending on the degree of motivation and academic and personal involvement of the students, the areas of study, the degree of internationalisation and the level of difficulty recent graduates face when entering the job market, but also because it depends on the perception

²⁶ AMORIM, Fernando – «O sistema europeu de transferência de créditos (ECTS)». Janus. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa. e-ISSN 1647-7251 (2006) pp. 3-4.

²⁷ TEICHLER, Ulrich; MAIWORM, Friedhelm – *The ERASMUS Experience...*, p. 142.

²⁸ MAIWORM, Friedhelm; TEICHLER, Ulrich – «The Students' Experience», pp. 108-110.

of employers themselves and the value they give (or not) to this Programme and the extra advantages it brings.

If, in the early years of the ERASMUS Programme, having taken part in the Programme was an important selection criteria when graduates applied for a job, today this is only considered important when applying for the first job, and even then not in all areas since if international experience (not necessarily European) for graduates in Languages or International Relations is valued, this does not carry the same weight for Medicine or Law.

Even so, it is indisputable that participation in ERASMUS enhances the acquisition of personal and professional skills that should be considered positive employability factors²⁹ such as tolerance towards the other, ability to adapt to challenges posed by a foreign environment, a sense of responsibility, confidence and the ability to manage and solve problems. In addition to this, by providing an internationalised academic curriculum, personal development, the acquisition of much broader cultural knowledge and improved language skills, the ERASMUS experience is a factor that has a positive impact on entry into the job market.

Despite this positive impact – and because the number of people who did not consider participating in ERASMUS a positive experience is residual (a view not always related to academic issues but more often than not to personal ones) – the other side of the coin is in fact the reduced number of participants if we take into account the universe of university students. Going on ERASMUS has associated financial costs and the value of the grant is not always sufficient to bear those costs. There is also a limited number of grants available, which drives away many potential candidates who are highly motivated but do not have the financial capacity. This has, moreover, been one of the limitations of the programme over the years. However, in some countries this has been offset at the regional and national level by awarding grants and additional support precisely to encourage broader participation. And although this is a flagship programme of the EU, no increase in its budget is foreseen so that this weakness is likely to remain.

What is more, those who end up participating in the ERASMUS Programme are above all those who consider themselves to be tolerant and pro-European, and who already have a European conscience. Therefore, there is also work to be done by the EU at this level so as to encourage and support those who are not part of this group, in particular by giving them the tools they need to get to know better the EU and its people, the ultimate beneficiaries of this project for peace and economic progress.

²⁹ EUROPEAN COMMISSION – The Erasmus Impact Study. Effects of mobility on the skills and employability of students and the internationalisation of higher education institutions. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2014. ISBN 978-92-79-38380-9. p. 142.

Da “Débil Presença” ao *Fait Accompli*
A Organização das Nações Unidas
e a Descolonização Portuguesa

From “Weak Presence” to *Fait Accompli*
The United Nations and the Portuguese Decolonization

Aurora Almada e Santos

Aurora Almada e Santos, Investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Email: auroraalmada@yahoo.com.br.

DA “DÉBIL PRESENÇA” AO
FAIT ACCOMPLI:
A ORGANIZAÇÃO DAS NA-
ÇÕES UNIDAS E A
DESCOLONIZAÇÃO
PORTUGUESA

Ao envolver-se na questão colonial portuguesa, a Organização das Nações Unidas intensificou as suas iniciativas com o início da guerra em Angola e, posteriormente, nas vésperas da descolonização. Sem negar a importância de outros fatores, pretendemos estudar o impacto das ações desenvolvidas pelas Nações Unidas na independência das colónias portuguesas. O núcleo central do artigo será constituído pelo intervalo de tempo compreendido entre a mudança de regime em Portugal com o 25 de Abril e a admissão de Angola, em dezembro de 1976, como membro da Organização. A análise reportar-se-á num primeiro momento ao interesse das Nações Unidas em participar no processo de descolonização e à recusa do seu contributo por Portugal e pelos movimentos de libertação. O segundo momento remeter-nos-á para o período em que o governo português passou a solicitar a intervenção da Organização e em que foi confrontado com os receios do secretário-geral, Kurt Waldheim, quanto a um eventual comprometimento com a situação em Timor e Angola. Subjacente ao artigo estará a tentativa de desmistificar o entendimento que tem sido propagada segundo o qual as Nações Unidas não participaram no processo de descolonização português.

Palavras-chave: Organização das Nações Unidas; Portugal; Colónias Portuguesas; Autodeterminação; Independência

FROM “WEAK PRESENCE”
TO *FAIT ACCOMPLI*: THE
UNITED NATIONS AND THE
PORTUGUESE
DECOLONIZATION

After being engaged in the Portuguese colonial issue, the United Nations increased its initiatives with the beginning of the war in Angola and, later on, on the eve of independence. Without disregard for other deciding factors, I intend to study the impact of the United Nations activities in the independence of Portuguese colonies. The core of the article will address the period between the overthrow of the Portuguese regime after the 25 April and the admission of Angola, in December 1976, as United Nations member state. First, the study will address the United Nations willingness to take part in the decolonization process and the refusal of its involvement by Portugal and the national liberation movements. Next, will be studied the moment when the Portuguese government decided to request the United Nations intervention and was confronted with the Secretary-General Kurt Waldheim hesitations to become involved in Timor and Angola. Underlying the article is the attempt to counter the prevailing idea that the United Nations did not play any role in the Portuguese decolonization.

Keywords: United Nations; Portugal; Portuguese Colonies; Self-determination; Independence

DE LA “FAIBLE PRÉSENCE”
AU *FAIT ACCOMPLI*:
L'ORGANISATION DES
NATIONS UNIES ET LA
DÉCOLONISATION
PORTUGAISE

En s'impliquant dans la question coloniale portugaise, l'Organisation des Nations Unies a intensifié ses initiatives avec le début de la guerre en Angola et, plus tard, à la veille de la décolonisation. Sans vouloir nier l'importance d'autres facteurs, nous souhaitons étudier l'impact des actions développées par les Nations Unies dans l'indépendance des colonies portugaises. Le noyau central de l'article sera constitué de l'intervalle entre le changement de régime au Portugal avec le 25 avril et l'admission de l'Angola en décembre 1976 en tant que membre de l'Organisation. L'analyse se référera d'abord à l'intérêt des Nations Unies à participer au processus de décolonisation et au refus de sa contribution par le Portugal et les mouvements de libération. Le deuxième moment nous renverra à la période où le gouvernement portugais a commencé à demander l'intervention de l'Organisation et où il a été confronté aux craintes du Secrétaire général, Kurt Waldheim, quant à un éventuel compromis avec la situation au Timor et en Angola. Sous-jacent à cet article sera la tentative de démystifier la compréhension qui a été propagée selon laquelle les Nations Unies n'ont pas participé au processus de décolonisation portugaise.

Mots-clés: Organisation des Nations Unies; Portugal; Colonies Portugaises; Autodétermination; Indépendance

O processo de descolonização português tem vindo a ser crescentemente valorizado enquanto objeto de estudo. A afirmação de José Medeiros Ferreira em 1994 segundo a qual «Escrever sobre a descolonização é operar num domínio ainda sacralizado da história nacional»¹ já não se aplica, uma vez que se verificou uma consolidação da bibliografia analítica sobre a temática. Pese embora a comparação com os demais aspetos da história de Portugal possa demonstrar que a descolonização continua a ser estudada por uma minoria a produção de literatura científica e memorialística tem-se consolidado. A história da descolonização portuguesa tem gerado obras genéricas e de síntese, que detalham os desenvolvimentos ocorridos até 1975. Outra tendência destaca a intervenção de alguns países, em particular dos Estados Unidos da América e do Reino Unido, no processo. O comportamento dos protagonistas da descolonização tem de igual modo merecido atenção no âmbito de estudos biográficos. Em alternativa algumas das mais recentes abordagens que de alguma forma tocam o tema têm optado por examinar a vertente dos movimentos de libertação, procurando demonstrar como desenvolveram esforços para atingir os seus objetivos.

Esta literatura distingue-se pelo estudo de algumas problemáticas, com os autores a avançarem diferentes interpretações para o fenómeno da descolonização portuguesa. A título de exemplo, existem aqueles que entendem que foi a metrópole a conceder a independência às colónias, ou seja, o centro a dispensar a periferia². Outros argumentam que a periferia teve um papel fundamental, tendo sido os movimentos de libertação a conquistarem a independência. Existem também os que afirmam que a independência das colónias portuguesas esteve intimamente associada ao desenrolar do processo de transição para a democracia em Portugal³. Uma interpretação bastante difundida conjuga fatores como a situação militar nas colónias, a existência de pressões internacionais e o surgimento de opiniões favoráveis à independência entre os membros do novo governo português⁴. Numa perspetiva diferente, o debate tem enfatizado que a utilização do termo descolonização enquanto política adotada ativamente pela potência colonial tem uma aplicação problemática no caso português, uma vez que as colónias se teriam tornado independentes de forma não planeada⁵.

Estas interpretações, embora contribuam para uma melhor compreensão da temática, apresentam limitações que evidenciam que a descolonização portuguesa necessita de investigações mais aprofundadas para se responder às questões ainda em aberto. Para ilustrar esta afirmação basta referir a forma como a relevância das pressões internacionais na descolonização portuguesa tem sido estudada. Existem estudos que quase

¹ FERREIRA, José Medeiros – “A Descolonização: Seu Processo e Consequências”. In MATTOSO, José – *História de Portugal: Portugal em Transe (1974-1985)*. Vol. VIII. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. p. 54.

² PINTO, António Costa; LLOYD-JONES, Stewart – *The Last Empire. Thirty Years of Portuguese Decolonization*. Bristol: Intellect, 2003. p. 21.

³ PIMENTA, Fernando – “Descolonização Portuguesa. Estado da Arte, Problemáticas e Fontes”. *Estudos do Século XX*. Coimbra: IUC. N.º 11 (2011) p. 153-157.

⁴ FERREIRA, José Medeiros – *Ob. Cit.* p. 58.

⁵ MACQUEEN, Norrie – “Portugal”. In THOMAS, Martin; THOMPSON, Andrew – *The Oxford Handbook of the Ends of Empire*. Reino Unido: Oxford University Press, 2015. p. 1.

não contemplam a dimensão internacional, enquanto outros referem-na de maneira incompleta⁶. Na maior parte dos casos estudam-se as pressões exercidas sobre Portugal para a independência das colónias e a influência da Guerra Fria na descolonização de Angola, onde o processo foi marcado pela intervenção das grandes potências.

O papel da Organização das Nações Unidas (ONU) tem sido pouco referido quando se equaciona a dimensão internacional. O envolvimento das Nações Unidas (NU) na questão colonial portuguesa é analisado sobretudo no que se refere ao período entre 1955-1974, destacando-se o diferendo entre Portugal e a Organização. Para o período pós-25 de Abril são escassas as referências, limitando-se a declarações segundo as quais o processo de descolonização foi «...ponto de honra das NU e outras instituições internacionais»⁷ ou que «...a ação da ONU sobre o poder político português, no respeitante à questão colonial, começa logo após a investidura do general Spínola como presidente da República»⁸. Tais afirmações não são aprofundadas, sendo superficiais e carecendo da devida problematização. O pouco que se tem escrito sobre a questão não está isento de generalizações e de afirmações pouco fundamentadas. Um exemplo é a ideia que defende que a Organização não participou no processo de descolonização por o governo português ter recusado essa possibilidade⁹.

Podemos concluir que até ao momento não existe um estudo satisfatório sobre o papel desempenhado pelas NU no processo de descolonização português. Esta é indiscutivelmente uma das linhas de investigação a ser aprofundada para se avançar o conhecimento quanto à independência das colónias portuguesas. Este artigo tem como objetivo centrar-se nesse tema, com recurso a fontes ainda não exploradas. O núcleo central do artigo será constituído pelo período entre o 25 de Abril e a admissão de Angola, em dezembro de 1976, como membro da Organização. Num primeiro momento, analisaremos o interesse das NU em participar no processo de descolonização e a recusa do seu envolvimento pelas partes interessadas. Em seguida, abordaremos o período em que o governo português passou a solicitar a intervenção da Organização e em que foi confrontado com a rejeição do secretário-geral (SG). A argumentação subjacente ao artigo procurará evidenciar que as NU não estiveram ausentes da descolonização portuguesa, uma vez que influenciaram o processo.

“Uma Débil Presença”

No seguimento do 25 de Abril, após 13 anos de um conflito marcado por diferentes níveis de intensidade, a questão da descolonização ganhou centralidade na política portuguesa. A solução a implementar em relação às colónias não foi no entanto claramente definida no programa do Movimento das Forças Armadas (MFA), que propôs objetivos vagos, como a procura de uma solução política, a realização de um debate nacional e a promoção da paz. No momento da redação do documento, o

⁶ MACQUEEN, Norrie – “Portugal”... p. 1-20.

⁷ PINTO, António Costa – *A Cena Internacional, a Guerra Colonial e a Descolonização. 1961-1975*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. p. 66.

⁸ FERREIRA, José Medeiros – *Ob. Cit.* p. 56.

⁹ *Idem*, p. 59.

general António de Spínola tinha conseguido que não houvesse referências ao direito à autodeterminação¹⁰. Defendendo que primeiramente se implementasse um cessar-fogo e que a decisão quanto ao futuro das colónias obedecesse a um calendário alargado, Spínola era partidário de um modelo federalista. Considerava que a autodeterminação não poderia conduzir necessariamente à independência e que as populações deveriam ter a oportunidade de exprimir-se através de referendos¹¹. Prevendo a consciencialização e o esclarecimento das populações como condição prévia a qualquer ação, Spínola rejeitou a ideia da realização de negociações imediatas com os movimentos de libertação.

O programa do I Governo Provisório não colocou entraves ao modelo spinolista, significando que num primeiro momento prevaleceu a tendência para se evitar um compromisso explícito com a autodeterminação e a independência¹². Mas, rapidamente assistiu-se ao falhanço do projeto concebido por Spínola, o que poderá ser atribuído a uma conjugação de fatores. Desde logo, temos a divergência de opiniões entre Spínola e o MFA, sendo que o último defendia uma rápida descolonização, com negociações imediatas para a transferência do poder¹³. Por outro lado, surgiram na sociedade portuguesa, nomeadamente entre os partidos políticos, outros entendimentos quanto ao modelo e ao ritmo da descolonização, que propunham o fim imediato da guerra, a abertura de negociações com os movimentos de libertação e o reconhecimento do direito à autodeterminação¹⁴. Os movimentos de libertação igualmente exprimiram a sua discordância quanto a Spínola, opondo-se ao cessar-fogo e, em alguns casos, redobrando as suas atividades militares¹⁵. A somar a estes fatores, as tropas portuguesas que estavam nos teatros das operações, como davam primazia ao fim do conflito armado, crescentemente demonstravam defender a independência das colónias em detrimento de outras soluções.

Para a não implementação do modelo spinolista terá igualmente contribuído as pressões internacionais, não somente dos aliados portugueses e de outros países, mas também de organizações internacionais como a ONU e a Organização de Unidade Africana (OUA)¹⁶. Efetivamente, com as reticências portuguesas a motivarem desconfianças, as NU desencadearam iniciativas para assegurar que o modelo a implementar

¹⁰ RODRIGUES, Luís Nuno – *Spínola: Biografia*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.

¹¹ Arquivo Histórico Diplomático (AHD), Fundo Política e Organismos Internacionais (POI), Assembleia-Geral (AG), Mç. POI 699, Colonialismo: Generalidades, *Apontamento Elaborado por José Maria Aleixo, Datado de Junho de 1974: “As Resoluções dos Órgãos da ONU e o Problema dos Territórios Ultramarinos Portugueses: Uma Tentativa de Interpretação”*, p. 16-17, 29-30.

¹² RUIVO, Francisco Beirão – *Spínola e a Revolução. Do 25 de Abril ao 11 de Março de 1975*. Lisboa: Bertrand Editora, 2014. p. 179-180.

¹³ REIS, Bruno Cardoso – “Visões das Forças Políticas Portuguesas sobre o Fim do Império, Dois Planos em Confronto e uma Política Exemplar de Descolonização (1974-1975)”. In ROSAS, Fernando; MACHAQUEIRO, Mário; OLIVEIRA, Pedro Aires – *O Adeus ao Império: 40 Anos de Descolonização Portuguesa*. Lisboa: Veja, 2015. p. 95.

¹⁴ *Idem*, p. 85-94.

¹⁵ RODRIGUES, Luís Nuno – *Spínola...* p. 358.

¹⁶ RODRIGUES, Luís Nuno – *Marechal Costa Gomes. No Centro da Tempestade*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008. p. 149; OLIVEIRA, Pedro Aires – “A Descolonização Portuguesa: O Puzzle Internacional”. In ROSAS, Fernando; MACHAQUEIRO, Mário; OLIVEIRA, Pedro Aires – *O Adeus ao Império: 40 Anos de Descolonização Portuguesa*. Lisboa: Veja, 2015. p. 60-77.

não se afastasse dos pressupostos que defendiam. Como explicar esse envolvimento da ONU? Pensamos poder atribuí-lo à instigação da OUA, da maioria afro-asiática e dos movimentos de libertação, que solicitaram à Organização que mantivesse a vigilância sobre Portugal. Havendo a expectativa que a mudança de regime em Portugal conduzisse à independência imediata das colónias, a ação da ONU revelou-se particularmente intensa durante o mês de maio. Para conhecer a posição portuguesa, um apelo à clarificação foi lançado pelo SG Kurt Waldheim, que enviou um emissário especial, Hans Janitschek, líder da Internacional Socialista, a Lisboa para conversações com representantes portugueses¹⁷.

As iniciativas das NU ganharam maior atualidade com a investidura de António de Spínola como presidente da República (15 de maio), quando Kurt Waldheim entregou uma nota à representação portuguesa apelando à autodeterminação, que foi interpretada como sinónimo de independência, e indicando que as negociações deveriam ter como interlocutores os movimentos de libertação¹⁸. Numa declaração publicada pelo Comité de Descolonização, as NU ressaltaram o facto de as afirmações do governo português não estarem em conformidade com as suas resoluções e voltaram a exigir o reconhecimento imediato do direito das colónias à autodeterminação e à independência, a adoção de medidas concretas para a descolonização e o início de negociações com os movimentos de libertação reconhecidos pela OUA¹⁹. Disponibilizando-se a ajudar no processo de descolonização, Kurt Waldheim chamou posteriormente a atenção num comunicado para a necessidade de implementar as resoluções das NU e o consequente reconhecimento por Portugal do direito à autodeterminação e à independência²⁰.

Estando sob o efeito destas e de outras pressões, o governo português contrariou a posição de Spínola quanto aos contactos com os movimentos de libertação, iniciando ainda em maio conversações preliminares com o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) em Dakar e em Londres. Não pretendendo fazer concessões, o movimento solicitou o reconhecimento da proclamação unilateral de independência da Guiné-Bissau e do direito de Cabo Verde a tornar-se independente. O PAIGC utilizou ativamente as NU para condicionar Portugal, designadamente com ameaças de que tinha a intenção de solicitar a admissão da Guiné-Bissau na Organização²¹. As NU foram constantemente informadas sobre o desenrolar das conversações e o SG realizou inúmeras reuniões individualmente com emissários portugueses e com representantes do PAIGC. Nesses encontros, a situação da Guiné-Bissau foi enquadrada pela Organização num contexto diferente do das restantes colónias portuguesas por se considerar que se tratava de um Estado com parte do

¹⁷ RODRIGUES, Luís Nuno – “António de Spínola e o Contexto Internacional da Descolonização”. In REZOLA, Maria Inácia; OLIVEIRA, Pedro Aires – *O Longo Curso: Estudos em Homenagem a José Medeiros Ferreira*. Lisboa: Tinta-da-China. p. 575-601. p. 581.

¹⁸ FERREIRA, José Medeiros – *Ob. Cit.* p. 57.

¹⁹ SANTOS, Aurora Almada e – *O Comité de Descolonização da Organização das Nações Unidas e os Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas: 1961-1976*. Lisboa: Texto Policopiado, 2009. p. 95

²⁰ RODRIGUES, Luís Nuno – “António de Spínola...” p. 581.

²¹ AHD, Fundo POI, AG, Mç. POI 699, Colonialismo: Estatuto de Observador Permanente junto da ONU, *Carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE) para o Director do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério da Coordenação Inter-Territorial, Datada de 5 de Julho de 1974*, p. 1-2.

território ocupado por outro país. Como reconhecido pelo governo português, esse enquadramento secundarizou a necessidade de consultar as populações e legitimou o PAIGC como o único interlocutor das negociações²².

Pressionado pelos militares que estavam em Moçambique, Portugal iniciou igualmente encontros exploratórios com a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) em Lusaca, no mês de junho. A FRELIMO exigiu o reconhecimento da independência de Moçambique, a aceitação do movimento como o único representante do território e a transferência da soberania²³. Tendo Portugal visado primeiramente alcançar o cessar-fogo, a ideia da transferência dos poderes foi rejeitada, propondo-se em troca um calendário que incluía um referendo. Opondo-se ao cessar-fogo e intensificando as suas ações militares, a FRELIMO recorreu ao SG para resolver o impasse. Apoiando incondicionalmente a FRELIMO, tanto mais que não respondera a um telegrama da Frente Comum de Moçambique a solicitar um referendo, o SG questionou sobre a possibilidade da realização de uma eleição sob a supervisão das NU²⁴. Com o apoio da Zâmbia e da Tanzânia, a FRELIMO indicou que esperava que o SG contribuísse para a retoma das negociações, mas recusou a hipótese de as NU servirem como mediadoras²⁵. Para o movimento, uma eventual participação da ONU deveria ser solicitada por ambas as partes e unicamente após ter sido alcançado um acordo²⁶.

Dado que as conversações com o PAIGC e a FRELIMO foram inconclusivas, a Organização exigiu continuamente um maior esclarecimento, confrontando o governo português com as suas objeções²⁷. Com o anúncio da visita de Mário Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros, à sede das NU, o SG assumiu como objetivo pessoal pressionar o governo português para que realizasse negociações diretas com os movimentos de libertação²⁸. No encontro com o SG em junho, Mário Soares, indicando ser favorável à independência imediata, ressaltou contudo que as dificuldades políticas internas em Portugal não permitiam no momento a concretização desse objetivo²⁹. Para que exercesse influência sobre as autoridades portuguesas e convencesse alguns setores da necessidade da descolonização, Mário Soares convidou o SG a se deslocar a Lisboa. Como indicado pelo próprio, Soares pretendia que a visita do SG resultasse na alteração da posição de

²² AHD, Fundo POI, AG, Mç. POI 700, Eventual Declaração de Independência da Guiné pelo PAIGC, *Apontamento Elaborado por Sacadura Cabral, do MNE, Datado de 12 de Junho de 1974: "Considerações Gerais sobre o Problema da Autodeterminação dos Territórios Ultramarinos Portugueses"*, p. 3.

²³ United Nations Archives Record Management Section (UNARMS), S-0904-0017-04, Country Files of the Secretary-General (SG) Kurt Waldheim, Guinea-Bissau, *Notes on a Meeting between the SG and the Minister of Foreign Affairs of Portugal, Saturday, 22 June 1974, 3:30 p.m.*, p. 3.

²⁴ UNARMS, S-0987-0004-05, SG Trips, Portugal, London, Bucharest and New York, 13 May-23 Aug 1974, *Notes of a Meeting Held in the Office of the SG, 23 July 1974*, p. 1-4.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ Pelas implicações que poderia ter para a imagem do país, uma forma adicional de pressão das NU resultou da ação da comissão de inquérito estabelecida em 1973 para analisar os massacres de Wiriyamu, em Moçambique. FERREIRA, José Medeiros – *Ob. Cit.* p. 119.

²⁸ UNARMS, S-0984-0001-01, SG Meetings, Confidential Notes and Minutes, 26 Dec 1973-24 May 1974, *Notes on a Meeting Held in the SG Office on Thursday, 16 May 1974, 12:30 p.m.*, p. 1.

²⁹ UNARMS, S-0984-0001-04, SG Meetings, Under-Secretaries-General and Assistant Secretaries-General Meetings, 9 Jan 1974-27 Aug 1975, *Note on the SG Meeting with the Under-Secretaries General and Assistant Secretaries-General on Wednesday, 26 June 1974, 10 a.m.*, p. 3.

Spínola, a cuja intransigência atribuía o falhanço das primeiras reuniões com o PAIGC³⁰. Tendo uma outra reunião, ocorrida em junho, também se revelado inconclusiva, as conversações com o PAIGC foram condicionadas pelas exigências do general quanto à realização de um referendo e à definição de um período transitório. Estas questões somente foram ultrapassadas após a decisão tomada por uma assembleia do MFA na Guiné-Bissau, que reconheceu a legitimidade do PAIGC enquanto representante do povo guineense e exigiu o recomeço das negociações com o movimento.

Tendo a Guiné-Bissau solicitado a admissão como membro da ONU, a posse do II Governo Provisório (18 de julho), resultando num maior envolvimento do MFA na questão da descolonização, produziu o aceleração do processo³¹. Spínola acabou por fazer concessões, publicando a Lei 7/74, de 26 de julho, que reconheceu o direito à autodeterminação e à independência das colónias. De forma adicional, Portugal reavaliou a sua posição relativamente às NU, ultrapassando a rejeição que o Estado Novo sempre manifestara quanto à competência da Organização para analisar a sua política colonial³². Ao ter havido uma adequação formal da política portuguesa aos princípios das NU, o SG realizou em agosto a visita a Lisboa, o que tem sido considerado uma etapa relevante nas pressões internacionais para a aceleração da descolonização³³. Previamente à visita, os movimentos de libertação tentaram assegurar, com o envio de emissários e de telegramas, que o SG estivesse consciente das suas exigências³⁴. Na agenda das conversações foi previsto um item sobre o eventual envolvimento das NU nas negociações enquanto garante do cessar-fogo, mediador, fiscalizador da manifestação da vontade das populações e avalizador dos acordos de independência³⁵.

Em Lisboa, o SG explicou a posição das NU e da OUA relativamente aos territórios portugueses, aconselhando o reconhecimento imediato da independência da Guiné-Bissau e a procura de soluções para as outras colónias. No comunicado publicado após as conversações, Portugal assumiu o compromisso de respeitar as resoluções das NU e de aplicar a Lei 7/74, reforçou o reconhecimento do direito à autodeterminação e à independência e garantiu que respeitaria a unidade e a integridade territorial das colónias³⁶. Decorrente do compromisso foram retomadas as negociações com o PAIGC, o que conduziu à assinatura do Acordo de Argel em agosto. Quase em simultâneo, por ocasião da discussão do pedido de admissão da Guiné-Bissau como Estado membro, a ONU voltou a vincar a sua posição. A Organização apelou a negociações com os movimentos de libertação, entendendo que os poderes deveriam ser-lhes transmitidos

³⁰ FERREIRA, José Medeiros – *Ob. Cit.* p. 60.

³¹ RUIVO, Francisco Beirão – *Ob. Cit.* p. 197.

³² SANTOS, Aurora Almada e – *Ob. Cit.* p. 96.

³³ FERREIRA, José Medeiros – *Ob. Cit.* p. 121.

³⁴ A título de exemplo temos o telegrama do PAIGC ao SG. Cf. UNARMS, S-0904-0017-04, Country Files of the SG Kurt Waldheim, Guinéa-Bissau, *Telegrama de Aristides Pereira, SG do PAIGC, para Kurt Waldheim, Datado de 27 de Julho de 1974*, p. 1.

³⁵ Não foi possível confirmar se o item foi discutido. AHD, Fundo POI, AG, Mç. POI 705, Visita do SG da ONU a Portugal, *Agenda para as Conversas com o SG das NU*, p. 1.

³⁶ Aquando da visita do SG, os representantes portugueses solicitaram que o relatório da comissão de inquérito sobre os massacres em Moçambique não tivesse qualquer seguimento. Cf. AHD, Fundo POI, AG, Mç. POI 699, Campanha do Times contra Portugal: Massacres Moçambique, *Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MINE, Datado de 20 de Novembro de 1974*, p. 1-2.

sem referendos³⁷. O facto de ter rejeitado eventuais referendos estava em concordância com as opiniões dos movimentos de libertação e de países africanos, que tinham informado o SG que a hipótese era inaceitável³⁸.

Não obstante estes desenvolvimentos, Spínola procurou manter o controlo sobre o processo de descolonização, ensaiando algumas iniciativas nesse sentido. Em agosto, apresentou um plano para Angola que deveria ser concretizado em várias fases e num período de três anos³⁹. Do plano constavam o cessar-fogo com os movimentos de libertação, a criação de um governo provisório de coligação, a realização de eleições para uma Assembleia Constituinte e uma Assembleia Legislativa e o envolvimento da ONU no processo, com o envio de observadores para acompanharem a consulta popular⁴⁰. Outra iniciativa de Spínola consistiu na criação da Comissão Nacional de Descolonização, que foi mandatada a intensificar e coordenar o planeamento do processo de descolonização⁴¹. A Comissão ficou sob a sua alçada, cabendo ao general tomar decisões sobre eventuais problemas que surgissem e coordenar todos os órgãos do governo envolvidos na descolonização⁴².

Com os acontecimentos a contrariarem as intenções de Spínola, no seguimento do Acordo de Argel o governo português reconheceu em setembro a República da Guiné-Bissau como Estado independente. Deste modo, ficou implicitamente estabelecido que a descolonização deveria ter por base negociações diretas com os movimentos de libertação, sem consultas populares. Ainda assim, os representantes portugueses continuaram a demonstrar não ter uma posição inequívoca relativamente à independência dos restantes territórios. Na sequência da retoma das negociações com a FRELIMO, Spínola insistiu que os moçambicanos tivessem direito a escolher o seu regime político, num processo supervisionado por observadores internacionais⁴³. Com o MFA a pressionar para que houvesse resultados imediatos, em setembro o governo português assinou o Acordo de Lusaca, que definiu as condições para a independência de Moçambique. Tendo havido uma tentativa de revolta, a FRELIMO denunciou a situação à ONU, atribuindo a ação do governo português para reprimir a rebelião à circunstância do movimento ter invocado as garantias dadas ao SG em Lisboa⁴⁴.

Entretanto, devido ao diferendo que vinha mantendo com o MFA, verificou-se a substituição de Spínola por Francisco Costa Gomes enquanto presidente da República. Assumindo a descolonização como prioridade, Costa Gomes, que inicialmente fora partidário do modelo spinolista, afirmou no entanto que o processo não deveria ser

³⁷ SANTOS, Aurora Almada e – *Ob. Cit.* p. 97.

³⁸ UNARMS, S-0904-0069-18, SG Kurt Waldheim, Mozambique, 28 Jun 1973-20 Dec 1976, *Memorando de Tang Ming-Chao, Subsecretário-Geral para os Assuntos Políticos e Descolonização, para George Henning, Assistente Executivo do SG, Datado de 3 de Julho de 1974*, p. 1.

³⁹ PIMENTA, Fernando Tavares – *Angola, Os Brancos e a Independência*. 2ª Edição. Porto: Edições Afrontamento, 2016. p. 372.

⁴⁰ *Ibidem*.

⁴¹ RODRIGUES, Luís Nuno – *Marechal Costa Gomes...* p. 184.

⁴² RODRIGUES, Luís Nuno – *Spínola...* p. 462.

⁴³ *Idem*. p. 449.

⁴⁴ UNARMS, S-0904-0030-01, Country Files of the SG Kurt Waldheim, Mozambique, *Notes of a Meeting Held in the SG Office, on 4 October 1974*, p. 1-2.

conduzido segundo esquemas rígidos e predeterminados⁴⁵. Defendeu o respeito pelos interesses das populações e a realização de consultas populares em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor. Tendo contribuído, em associação com outros elementos, para o falhanço do projeto federalista de António Spínola, as pressões das NU explicam também em parte o desvio em relação aos objetivos de Costa Gomes e a aplicação aos territórios onde não tinha havido luta armada de critérios semelhantes aos utilizados para a Guiné-Bissau, Moçambique e Angola⁴⁶.

No Acordo de Argel foram aprovadas disposições relativas a Cabo Verde, considerando-se que a sua população tinha direito à autodeterminação e à independência. Ainda assim, as negociações para a independência de Cabo Verde foram conduzidas de forma separada das da Guiné-Bissau, devido às objeções levantadas por Portugal quanto à associação que o PAIGC pretendia estabelecer entre os dois territórios⁴⁷. O PAIGC desenvolveu iniciativas junto da ONU e em particular do SG para chamar a atenção para as condições de vida nas ilhas, alegando a morosidade na descolonização e o não cumprimento por Portugal do Acordo de Argel⁴⁸. Em setembro, comunicou a ocorrência de incidentes em São Vicente, acusando Portugal de ter disparado contra a população e de ter reforçado a presença militar⁴⁹. Tendo tido a preocupação de continuar a explicitar publicamente a aceitação do direito à autodeterminação e à independência, nomeadamente aquando do discurso de Costa Gomes na Assembleia-Geral (AG) da ONU, o governo português apresentou em dezembro o Estatuto Orgânico para Cabo Verde, que previa a eleição de uma assembleia constituinte com poderes para determinar o futuro político do arquipélago⁵⁰. De forma a acelerar a independência, o PAIGC convidou as NU a enviar uma missão ao território, o que teve lugar entre fevereiro e março de 1975. A missão de visita concluiu que a população estava determinada a tornar-se independente e a estabelecer uma união com a Guiné-Bissau sob a liderança do PAIGC, considerado como o seu único representante⁵¹.

Solução idêntica à de Cabo Verde foi adotada quanto a São Tomé e Príncipe, para cuja descolonização tem sido considerado que a visita do SG, Kurt Waldheim, a Lisboa teve um papel fundamental⁵². Com efeito, no seguimento da visita o governo português reconheceu o direito do povo são-tomense à autodeterminação e à independência. Os pronunciamentos das NU, em conjunto com a decisão adotada pelos militares portugueses presentes no território, possibilitaram a legitimação do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) como representante das populações e interlocutor das negociações com Portugal. Sendo acompanhadas de perto

⁴⁵ RODRIGUES, Luís Nuno – *Marechal Costa Gomes...* p. 182.

⁴⁶ MACQUEEN, Norrie – *Ob. cit.* p. 12.

⁴⁷ AHD, Fundo POI, AG, Mç. POI 699, Colonialismo: Generalidades, *Apointamento Elaborado por Luís Crucho de Almeida, do MNE, Datado de Julho de 1974: "Comunicação de Informações sobre os Territórios Não Autónomos nos Termos do Artigo 73 e) da Carta"*, p. 5-6.

⁴⁸ AHD, Fundo POI, AG, Mç. POI 699, Descolonização de Cabo Verde, *Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, Datado de 22 de Outubro de 1974*, p. 1.

⁴⁹ UNARMS, S-0904-0017-04, Country Files of the SG Kurt Waldheim, Guinea-Bissau, *Tradução não Oficial do Telegrama Enviado por Aristides Pereira, SG do PAIGC, a Kurt Waldheim [Setembro de 1974]*, p. 1.

⁵⁰ RODRIGUES, Luís Nuno – *Marechal Costa Gomes...* p. 186; FERREIRA, José Medeiros – *Ob. cit.* p. 62.

⁵¹ SANTOS, Aurora Almada e – *Ob. Cit.* p. 100-101.

⁵² FERREIRA, José Medeiros – *Ob. Cit.* p. 63-64.

pela Organização, a quem o governo português informou sobre os desenvolvimentos verificados, as negociações relativas a São Tomé e Príncipe conduziram à assinatura de um protocolo entre Portugal e o MLSTP⁵³. Com a rejeição da realização de um referendo, foi contemplada a eleição de uma assembleia constituinte, que ficaria encarregue de conduzir o território à independência.

Que ilações podem ser retiradas dos factos acima expostos? Desde logo, pode-se destacar que tanto os movimentos de libertação como alguns setores do governo português recorreram às NU para utilizar a sua pressão como ferramenta de persuasão. Em alguns momentos, o SG e o general Spínola demonstraram o desejo que as NU intervissem diretamente no processo de descolonização. Estas intenções não se concretizaram por o MFA e Costa Gomes terem entendido que um eventual envolvimento da Organização seria desprestigiante para o país e os movimentos de libertação não terem mostrado interesse nos seus bons ofícios⁵⁴. Ainda assim, pensamos poder contrariar a ideia segundo a qual verificou-se “Uma Débil Presença” da ONU no processo de descolonização português⁵⁵. A influência da Organização pode ser atestada pela circunstância de Portugal ter acabado por aceitar que a autodeterminação fosse equivalente à independência, que os movimentos de libertação eram os únicos interlocutores das negociações e que a realização de referendos não tinha cabimento.

Fait Accompli

Tendo as NU, com o voto unânime do Conselho de Segurança (CS), admitido Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe como estados membros, desde meados de 1975 foram as situações de Timor e de Angola a dominarem a sua atenção. No quadro da Lei 7/74, o governo português planeava que Timor alcançaria a independência em 1978, mas a situação deteriorou-se rapidamente, com a ocorrência de conflitos armados entre diferentes grupos. Na iminência de uma guerra civil, Portugal solicitou o envolvimento pessoal do SG na descolonização de Timor, procurando a internacionalização da questão⁵⁶. Organizações timorenses, como a União Democrática de Timor (UDT), a Associação Popular Democrática Timorense (APODETI) e a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), tentaram igualmente envolver as NU na disputa, visando a legitimação das suas pretensões.

Com o Comité de Descolonização a deslocar-se em junho a Lisboa, onde realizou um conjunto de reuniões, o órgão exprimiu a esperança que fossem adoptadas medidas necessárias para permitir ao povo timorense alcançar a autodeterminação e a independência. Verificando-se as primeiras acções violentas, em agosto a UDT desencadeou um golpe militar e a FRETILIN assumiu o controlo sobre os quartéis militares. Alertado pelo governo português, o SG lançou um apelo à cessação das

⁵³ *Idem*, p. 64.

⁵⁴ *Idem*, p. 59.

⁵⁵ *Ibidem*.

⁵⁶ AHD, Fundo POI, AG, Mç. POI 740, Descolonização de Timor, *Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, Datado de 23 de Dezembro de 1975*, p. 1.

hostilidades, ao respeito pelas vidas humanas e ao início de negociações⁵⁷. Para ajudar na clarificação da situação e na restauração da ordem, Portugal entendeu propor a participação da ONU na criação de uma comissão de bons ofícios, na realização de uma intervenção multilateral humanitária e, posteriormente, na promoção de uma conferência entre as organizações timorenses⁵⁸. Face às propostas portuguesas, os conselheiros do SG entenderam que um eventual envolvimento das NU deveria resultar de um mandato oficial do CS e da AG, sendo que a Organização somente poderia ser útil em termos humanitários⁵⁹.

Em novembro, realizaram-se conversações em Roma entre o governo português e a Indonésia sobre o futuro de Timor, com ambas as partes a se comprometerem a manter uma cooperação estreita⁶⁰. Com o aprofundamento das divergências, a FRETELIN proclamou a independência unilateral a 28 de novembro e a UDT e outras organizações anunciaram a integração na Indonésia. Sem que Portugal tivesse reconhecido as declarações, a IV Comissão analisou em dezembro a situação nas colónias portuguesas, com a questão de Timor a ser o tema central. Antes de as NU terem concluído as deliberações, a Indonésia invadiu o território, numa ação que conduziu ao corte das relações diplomáticas entre Portugal e o país⁶¹. Reconhecendo os poderes de Portugal enquanto potência administrante, a AG, na resolução 3485 (XXX), de 12 de dezembro, lamentou profundamente a invasão e solicitou a retirada das forças invasoras. Ainda que tivesse ficado estabelecido que o Comité de Descolonização deveria enviar uma missão de inquérito ao território, a resolução não foi demasiado penalizadora para a Indonésia. A linguagem empregue traduziu uma certa moderação, uma vez que a atuação do governo indonésio não foi condenada e não lhe foram impostas quaisquer exigências⁶². A explicação para a moderação reside na polarização das posições entre os estados membros, por terem sido apresentados vários projectos de resolução, acabando por ser aprovado um texto que fora sujeito a emendas que desvirtuaram algumas das suas afirmações.

O governo português, que não dispunha de outras alternativas além do recurso às NU, desenvolveu esforços para que o CS adoptasse uma posição que salvaguardasse os princípios da autodeterminação e da não-agressão⁶³. Solicitou ainda a assistência do SG para a libertação dos soldados portugueses capturados pela UDT, tendo havido

⁵⁷ UNARMS, S-0904-0039-02, Country Files of the SG Kurt Waldheim, Timor, *Press Release SG/SM/2236*, 26 August 1975, p. 1.

⁵⁸ UNARMS, S-0904-0039-02, Country Files of the SG Kurt Waldheim, Timor, *Note on Meeting with Mr. António Leal da Costa Lobo, Chargé d'Affaires of Portugal, in Rafeeuiddin Ahmed's Office*, 11:30 a.m., on 3 September 1975, p. 1.

⁵⁹ UNARMS, S-0984-0001-04, SG Meetings, Under-Secretaries-General and Assistant Secretaries-General Meetings, 9 Jan 1974-27 Aug 1975, *Note on the SG Meeting with the Under-Secretaries General and Assistant Secretaries-General*, 27 August 1975, 10 a.m., p. 1.

⁶⁰ PINTO, António Costa – *A Cena Internacional*...p. 31.

⁶¹ *Ibidem*.

⁶² <http://www.un.org/en/sections/documents/general-assembly-resolutions/index.html>.

⁶³ AHD, Fundo POI, AG, Mç. POI 740, Descolonização de Timor, *Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, Datado de 17 de Dezembro de 1975*, p. 1-2.

diligências do Secretariado nesse sentido⁶⁴. No seguimento da convocação do CS, foi aprovada a 22 de dezembro a resolução 384 (1975) que, dadas as divisões havidas entre os afro-asiáticos e a insistência de alguns países em criticar Portugal, reprovou tanto o comportamento indonésio quanto o português. O texto deplorou a intervenção da Indonésia, solicitando novamente a retirada das suas forças, e lamentou que Portugal não tivesse desempenhado as suas funções de potência administrante⁶⁵. Ao contrário do desejado pelos representantes portugueses, não ficou previsto o envolvimento das NU na supervisão do cumprimento pela Indonésia do pedido de retirada. A resolução determinou unicamente o envio de um representante especial do SG a Timor para examinar a situação no terreno e estabelecer contactos com as organizações timorenses e os países interessados na questão.

Com a concordância do governo português, o SG em dezembro encarregou Vittorio Guicciardi, diretor do Gabinete das NU em Genebra, a empreender uma visita a Timor. O SG demonstrou possuir uma avaliação pouco realista da situação por acreditar que a Indonésia estava interessada em promover uma consulta às populações e em fazer concessões⁶⁶. O envolvimento pessoal do SG pretendido pelo governo português não se concretizou, tendo Kurt Waldheim se limitado a transmitir ao CS o relatório elaborado por Guicciardi. Com a análise do referido relatório, o CS adotou em abril de 1976 a resolução 389 (1976), que na sua substância não apresentava novidades. Foi novamente solicitado à Indonésia que retirasse as suas forças e o SG foi encarregue de pedir ao representante especial que continuasse a sua missão⁶⁷. Tendo Kurt Waldheim sido igualmente mandatado a seguir a aplicação da resolução, a sua passividade provocou algum descontentamento, com a União Soviética a considerar que a Organização demonstrara a tendência para aceitar um *Fait Accompli*⁶⁸. Sem que a Indonésia tivesse sido penalizada, Timor foi mantido na lista dos territórios não autónomos, ficando a questão em aberto uma vez que a independência não teve lugar.

A par de Timor, o problema angolano foi objeto de grande atenção nas NU, com representantes do governo português, dos movimentos de libertação e da OUA a recorrerem constantemente à Organização. Tendo a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento para a Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), reconhecidos como interlocutores para as negociações, concordado com o cessar-fogo foi assinado, em janeiro de 1975, o Acordo de Alvor. Apresentando um modelo para a independência assente no entendimento entre os três movimentos, o Acordo estava em concordância com a visão de Costa Gomes, que pretendia uma política de consenso⁶⁹. Aceitando de início uma plataforma de compromisso, os movimentos de libertação rapidamente

⁶⁴ UNARMS, S-0904-0030-01, Country Files of the SG Kurt Waldheim, Mozambique, *Note for the File, Elaborado por Rafeeuddin Ahmed, Datado de 27 de Dezembro de 1975*, p. 1.

⁶⁵ <http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/>.

⁶⁶ UNARMS, S-0904-0030-01, Country Files of the SG Kurt Waldheim, Mozambique, *Notes on a Meeting between the SG and the Permanent Representative of Portugal, 8 January 1976, 1 p.m.*, p. 1.

⁶⁷ <http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/>.

⁶⁸ UNARMS, S-0984-0001-08, SG Meetings, Minutes on Meetings, SG Kurt Waldheim, 24 Sept-17-Dec 1975, *Meeting between the SG and Ambassador Malik, on 24 December 1975, 10 a.m.*, p. 1.

⁶⁹ RODRIGUES, Luís Nuno – *Marechal Costa Gomes...* p. 188.

tentaram no entanto conquistar pontos estratégicos, favorecendo a internacionalização do conflito com a procura de apoios externos. Como solicitara para ser informado sobre os acontecimentos, o SG, a pedido do governo português, enviou em abril a Luanda um enviado pessoal, Abdulrahim Farah, subsecretário-geral para as Questões Políticas Especiais, acompanhado por um representante da OUA, para conversações⁷⁰. Com Portugal a adotar uma posição de “neutralidade ativa” e temendo-se a declaração unilateral de independência por um dos movimentos, as NU exprimiram em junho a esperança de que se conseguisse uma solução para assegurar a unidade e a solidariedade.

Em agosto teve início a evacuação de um número indeterminado de pessoas (da minoria branca e não só) com destino a Portugal, através de uma ponte aérea estabelecida pelas autoridades portuguesas com a ajuda de outros países. Esta questão mereceu a preocupação da ONU, motivando o envio de uma nota pelo Alto Comissariado para os Refugiados (ACNUR) ao SG⁷¹. A posição do ACNUR foi a de que a Organização não deveria se envolver na evacuação, pois a situação legalmente não recaia no âmbito das suas competências, e que as ajudas deveriam ser canalizadas para o desenvolvimento de Angola⁷². Ainda assim, crescentemente várias agências da ONU participaram na assistência aos chamados “retornados”, fornecendo-lhes víveres e bens materiais, nomeadamente em Luanda e Nova Lisboa. As considerações políticas estiveram sempre subjacentes a esse envolvimento, dado o receio de que a Organização pudesse ser chamada a assumir responsabilidades numa escala superior aos seus recursos⁷³.

Em virtude da perda do controlo sobre a situação e da existência no seio do V Governo Provisório de elementos com simpatia em relação à FNLA e à UNITA, Portugal tentou também, por sua vez, internacionalizar a questão angolana. Costa Gomes, em setembro, instruiu Almeida Santos, enquanto enviado especial, a questionar o SG sobre a possibilidade das NU, caso os desentendimentos entre os movimentos de libertação continuassem, assumirem a responsabilidade pelo território⁷⁴. Tendo sido informado que tal cenário era impossível, o governo português acabou por suspender o Acordo de Alvor devido ao estado de guerra. Informando que pretendia organizar uma conferência para definir as modalidades para a transferência do poder em Angola, solicitou novamente em outubro o apoio do SG e do Comité de Descolonização para contornar as divergências entre os movimentos. Ao indicar que a situação dificilmente poderia ser resolvida no quadro da ONU, o SG remeteu a procura de soluções para a

⁷⁰ AHD, Fundo POI, AG, Mç. POI 741, Descolonização de Angola, *Apointamento do MNE, Datado de 3 de Abril de 1975: “A Visita do Embaixador Abdulrahim Farah, como Representante do SG da ONU, a Luanda”*, p. 2.

⁷¹ UNARMS, S-0904-0033-06, Country Files of the SG Kurt Waldheim, Portugal-Portuguese Territories, *Note pour le Secrétaire Général (Préparée par le Haut-Commissariat des Nations Unies pour les Réfugiés)*, Genève, le 15 Août 1975, p. 1.

⁷² UNARMS, S-0984-0001-07, SG Meetings, Minutes on Meetings, SG Kurt Waldheim, 10 Jan-23 Sept 1975, *Notes on a Meeting between the SG and Messrs. Homann-Herimberg and Opdahl (UNHCR), Held at Hilton Hotel Zurich, on 17 August at 10:30 am*, p. 1.

⁷³ UNARMS, S-0984-0001-06, SG Meetings, Confidential Notes, SG Kurt Waldheim, 30 Dec 1975-19 Sept 1975, *Nota para o SG, Datada de 13 de Setembro de 1975 e Elaborada por Abdulrahim Farah*, p. 4.

⁷⁴ UNARMS, S-0904-0030-01, Country Files of the SG Kurt Waldheim, Mozambique, *Minutes of a Meeting Held in the Office of the SG, on 24 September 1975*, p. 1.

OUA enquanto entidade regional⁷⁵. Quando questionado por representantes da OUA sobre a eventualidade das NU participarem na restauração da paz, Kurt Waldheim voltou a indicar que qualquer iniciativa deveria partir dos países africanos⁷⁶. Como os movimentos angolanos não solicitaram a intervenção das NU como mediadora, acabou por ser decidido que a OUA não proporia que a Organização analisasse a questão antes da data prevista para a independência⁷⁷.

Evitando comprometer-se, a atitude da ONU foi determinada pelo receio que a Organização fosse confrontada com uma situação semelhante à do Congo no início dos anos 60. Respondendo a pedidos de assistência militar, as NU tinham estado envolvidas numa tentativa para solucionar os problemas decorrentes da independência do Congo, o que teve custos assinaláveis para a Organização⁷⁸. Pelas suas implicações, a operação das NU no Congo esteve presente nas considerações de Kurt Waldheim, condicionando as suas opções quanto a Angola⁷⁹. Com medo que houvesse um “segundo Congo”, o SG foi bastante cauteloso em salvaguardar a posição da ONU, exprimindo preocupação por a responsabilidade pela receção da ajuda humanitária a Angola ter sido atribuída ao MPLA⁸⁰. O SG temia que a assistência da Organização fosse interpretada como um reconhecimento de facto do MPLA enquanto autoridade competente na matéria. Para evitar qualquer embaraço, Kurt Waldheim aconselhou o representante em Angola do Programa das NU para o Desenvolvimento (PNUD) a abandonar o território antes da declaração de independência, pois a sua presença poderia envolver politicamente a Organização no diferendo⁸¹.

Apesar da posição assumida, o SG manteve-se em contacto com o governo português e com representantes da OUA, esperando que fosse encontrada uma solução antes da independência. A OUA manifestou ao SG ter grandes preocupações, receando que a qualquer momento pudesse haver uma declaração unilateral de independência. O seu Conselho de Ministros e a sua Comissão de Defesa envolveram-se na questão, procurando nomeadamente determinar a necessidade do envio a Angola de uma força de manutenção da paz da ONU⁸². Uma vez que, além da resistência da ONU, os movimentos de libertação não estavam disponíveis para concertar posições, os esforços da OUA não

⁷⁵ AHD, Fundo POI, AG, Mç. POI 750, Debate Geral, *Apontamento Elaborado por Sacadura Cabral, Datado de 14 de Outubro de 1975: “Tópicos da Conversa do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal com o Secretário-Geral da ONU Realizada em Nova Iorque em 9 de Outubro de 1975”*, p. 3.

⁷⁶ UNARMS, S-0972-0001-04, Organization of African Unity, SG Kurt Waldheim, 10 Jan-31 Dec 1975, *Meeting with the SG of the Organization of African Unity, 10 October 1975*, p. 1.

⁷⁷ AHD, Fundo POI, AG, Mç. POI 753, 30.ª AG, 4.ª Comissão: Territórios Portugueses, *Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, Datado de 25 de Setembro de 1975*, p. 1.

⁷⁸ KENT, John – *America, the UN and Decolonization. Cold War Conflict in the Congo*. Londres: Routledge, 2010.

⁷⁹ UNARMS, S-0904-0030-01, Country Files of the SG Kurt Waldheim, Mozambique, *Memorando de Erik Suy, do Legal Counsel, para o SG, Datado de 2 de Setembro de 1975*, p. 1-2.

⁸⁰ UNARMS, S-0904-0030-01, Country Files of the SG Kurt Waldheim, Mozambique, *Notes of the SG to Abdulrahim Farah, Datada de 7 de Dezembro de 1975*, p. 2.

⁸¹ UNARMS, S-0984-0001-08, SG Meetings, Minutes on Meetings, SG Kurt Waldheim, 24 Sept-17 Dec 1975, *Notes on the SG Meeting with Mr. Jaime Balcazar, UN Development Program Resident Representative in Angola, 6 November 1975*, p. 2.

⁸² UNARMS, S-0972-0001-04, Organization of African Unity, SG Kurt Waldheim, 10 Jan-31 Dec 1975, *Note for the SG, Elaborado por Abdulrahim Farah, a 10 de Novembro de 1975*, p. 1.

produziram resultados. A 11 de novembro, o MPLA proclamou a República Popular de Angola e a FNLA e a UNITA instituíram a República Democrática de Angola. Sem que tivesse reconhecido qualquer dos governos devido a uma decisão do Conselho da Revolução, Portugal entregou ao SG o texto da declaração de independência, indicando que não tinha interesse numa eventual convocação do CS para debater a situação⁸³.

Prontificando-se unicamente a fornecer assistência técnica às populações, independentemente do movimento que controlasse as áreas onde residiam, a ONU decidiu aguardar que a OUA assumisse a iniciativa não obstante as tentativas de alguns sectores do governo norte-americano para transformarem a Organização no principal fórum para se abordar o problema angolano⁸⁴. Ainda em janeiro de 1976, o SG indicou estar à espera dos resultados de uma reunião em Addis-Abeba, após o que pretendia enviar apoio humanitário a Angola⁸⁵. Sujeito a pressões de vários países e ao que tudo indica da própria ONU, Portugal acabou por reconhecer em fevereiro a República Popular de Angola⁸⁶. O reconhecimento por parte da ONU ocorreu aquando da aceitação em finais de 1976 do pedido de admissão apresentado pelo MPLA. Mesmo se anteriormente, em junho, as divisões no CS tivessem impedido os passos necessários à admissão do país, em novembro foi decidido recomendar à AG a aprovação do pedido. Tendo-se recusado a comprometer-se com a situação que conduziu à guerra civil, com a aceitação de Angola enquanto Estado membro as NU voltaram uma vez mais a encontrar-se na posição de ter legitimado um *Fait Accompli*⁸⁷.

Face ao exposto, voltamos à questão acima levantada sobre as ilações a retirar quanto a estes acontecimentos? Consideramos que será seguro afirmar que, mesmo se as NU não estiveram diretamente envolvidas nas questões de Timor e de Angola, as suas ações não podem ser ignoradas. Como explicado, as razões da não participação direta das NU nos acontecimentos deveram-se aos receios do SG em comprometer-se com situações eventualmente difíceis de solucionar. As inúmeras reuniões realizadas em Nova Iorque em paralelo ao desenrolar dos acontecimentos no terreno tornaram ainda assim as NU num ator relevante. No fundo, foram responsáveis pela definição do enquadramento normativo, defendendo a independência, que deveria resultar na preservação da unidade nacional e da integridade territorial. Mesmo se esse enquadramento não foi aplicado na íntegra e se possa questionar a conduta das NU quanto à invasão de Timor e ao início da guerra civil em Angola, o papel desempenhado pela Organização na descolonização portuguesa foi no entanto inquestionável.

⁸³ UNARMS, S-0904-0030-01, Country Files of the SG Kurt Waldheim, Mozambique, *Notes on a Meeting between the SG and the Permanent Representative of Portugal to the UN*, 12 November 1975, 5 p.m., p. 1.

⁸⁴ SCHNEIDMAN, Witney – *Confronto em África: Washington e a Queda do Império Colonial Português*. Lisboa: Tribuna da História, 2005. p. 280.

⁸⁵ UNARMS, S-0904-0030-01, Country Files of the SG Kurt Waldheim, Mozambique, *Notes on a Meeting between the SG and the Permanent Representative of Portugal to the UN*, 8 January 1976, 1 p.m., p. 1.

⁸⁶ RODRIGUES, Luís Nuno – *Marechal Costa Gomes...* p. 335.

⁸⁷ UNARMS, S-0984-0001-08, SG Meetings, Minutes on Meetings, SG Kurt Waldheim, 24 Sept-17 Dec 1975, *Notes on a Meeting between the SG and the Permanent Representative of France to the UN*, 8 December 1975, 1 p.m., p. 2.

Considerações finais

Faz sentido estudar a influência da ONU na descolonização portuguesa? Este artigo não pretende afirmar que esta dimensão da descolonização portuguesa deverá ser estudada de forma isolada. Pelo contrário, procurou-se dar um contributo para a consolidação das leituras que têm sido efetuadas sobre o tema, para que o envolvimento da ONU na descolonização portuguesa possa ser integrado de forma mais detalhada nas tentativas de compreensão do processo que conduziu à independência das colónias. Entendendo que Portugal deveria realizar a descolonização total, a Organização contribuiu para a definição do modelo e do ritmo para solucionar a questão colonial portuguesa. A sua influência foi sentida designadamente na afirmação da necessidade da independência e da realização de negociações diretas, com a transferência dos poderes sem referendos. Desempenhou igualmente um papel na identificação dos interlocutores para as negociações, que solicitou que fossem as organizações envolvidas na luta armada e que tinham sido previamente reconhecidas pela OUA.

Tendo havido especificidades próprias em relação a cada um dos territórios, podem ser destacados dois momentos distintos na forma como a Organização contribuiu para a descolonização portuguesa. Esses momentos foram o culminar de um processo que se desenrolou desde a admissão de Portugal como Estado membro das NU em finais de 1955 e testemunham a importância que a Organização assumiu no desmantelamento dos impérios coloniais europeus no pós-II Guerra Mundial. Com efeito, a ONU constituiu um dos principais fóruns de confrontação entre as potências coloniais e os opositores anti-coloniais, sendo que o caso português foi um exemplo paradigmático das inúmeras contradições às quais a intervenção da Organização na autodeterminação dos povos colonizados esteve sujeita.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Arquivo Histórico-Diplomático

Fundo Política e Organizações Internacionais (POI)

Assembleia-Geral, Mç. POI 699, 700, 705, 740, 741, 750, 753.

Conselho de Segurança, Mç. POI 751.

United Nations Archives Record Management Section

S-0904-0017-04, Country Files of the SG Kurt Waldheim, Guinea-Bissau.

S-0904-0030-01, Country Files of the SG Kurt Waldheim, Mozambique.

S-0904-0033-06, Country Files of the SG Kurt Waldheim, Portugal-Portuguese Territories.

S-0904-0039-02, Country Files of the SG Kurt Waldheim, Timor.

S-0904-0069-18, SG Kurt Waldheim, Mozambique, 28 Jun 1973-20 Dec 1976.

S-0972-0001-04, Organization of African Unity, SG Kurt Waldheim, 10 Jan-31 Dec 1975.

S-0984-0001-01, SG Meetings, Confidential Notes and Minutes, 26 Dec 1973-24 May 1974.

- S-0984-0001-02, SG Meetings, Confidential Notes and Minutes, 1974.
- S-0984-0001-04, SG Meetings, Under-Secretaries-General and Assistant Secretaries-General Meetings, 9 Jan 1974-27 Aug 1975.
- S-0984-0001-06, SG Meetings, Confidential Notes, SG Kurt Waldheim, 30 Dec 1975-19 Sept 1975.
- S-0984-0001-07, SG Meetings, Minutes on Meetings, SG Kurt Waldheim, 10 Jan-23 Sept 1975.
- S-0984-0001-08, SG Meetings, Minutes on Meetings, SG Kurt Waldheim, 24 Sept-17 Dec 1975.
- S-0987-0004-05, SG Trips, Portugal, London, Bucharest and New York, 13 May-23 Aug 1974.

Estudos

- FERREIRA, José Medeiros – “A Descolonização: seu Processo e Consequências”. In MATTOSO, José – *História de Portugal: Portugal em Transe (1974-1985)*. Vol. VIII. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. p. 53-101.
- KENT, John – *America, the UN and Decolonization. Cold War Conflict in the Congo*. Londres: Routledge, 2010.
- MACQUEEN, Norrie – “Portugal”. In THOMAS, Martin; THOMPSON, Andrew – *The Oxford Handbook of the Ends of Empire*. Reino Unido: Oxford University Press, 2015. p. 1-20.
- OLIVEIRA, Pedro Aires – “A Descolonização Portuguesa: O *Puzzle* Internacional”. In ROSAS, Fernando; MACHAQUEIRO, Mário; OLIVEIRA, Pedro Aires – *O Adeus ao Império: 40 Anos de Descolonização Portuguesa*. Lisboa: Veja, 2015. p. 60-77.
- PIMENTA, Fernando Tavares – *Angola, Os Brancos e a Independência*. 2ª Edição. Porto: Edições Afrontamento, 2016.
- PIMENTA, Fernando – “Descolonização Portuguesa. Estado da Arte, Problemáticas e Fontes”. *Estudos do Século XX. Coimbra: IUC. Nº 11 (2011)* p. 151-166.
- PINTO, António Costa; LLOYD-JONES, Stewart – *The Last Empire. Thirty Years of Portuguese Decolonization*. Bristol: Intellect, 2003.
- PINTO, António Costa – *A Cena Internacional, a Guerra Colonial e a Descolonização. 1961-1975*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- REIS, Bruno Cardoso – “Visões das Forças Políticas Portuguesas sobre o Fim do Império, Dois Planos em Confronto e uma Política Exemplar de Descolonização (1974-1975)”. In ROSAS, Fernando; MACHAQUEIRO, Mário; OLIVEIRA, Pedro Aires. *O Adeus ao Império: 40 Anos de Descolonização Portuguesa*. Lisboa: Veja, 2015. p. 78-101.
- REZOLA, Maria Inácia – “Melo Antunes e a Descolonização: Uma História de Paixões”. In REZOLA, Maria Inácia; OLIVEIRA, Pedro Aires – *O Longo Curso: Estudos em Homenagem a José Medeiros Ferreira*. Lisboa: Tinta-da-China, 2010. p. 517-538.
- RODRIGUES, Luís Nuno – *Spínola: Biografia*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.
- RODRIGUES, Luís Nuno – “António de Spínola e o Contexto Internacional da Descolonização”. In REZOLA, Maria Inácia; OLIVEIRA, Pedro Aires – *O Longo Curso: Estudos em Homenagem a José Medeiros Ferreira*. Lisboa: Tinta-da-China, 2010. p. 575-601.
- RODRIGUES, Luís Nuno – *Marechal Costa Gomes. No Centro da Tempestade*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008.

- RUIVO, Francisco Beirão – *Spínola e a Revolução. Do 25 de Abril ao 11 de Março de 1975*. Lisboa: Bertrand Editora, 2014.
- SANTOS, Aurora Almada e – *O Comité de Descolonização da Organização das Nações Unidas e os Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas: 1961-1976*. Lisboa: Texto Policopiado, 2009.
- SCHNEIDMAN, Witney – *Confronto em África: Washington e a Queda do Império Colonial Português*. Lisboa: Tribuna da História, 2005.

O intelectual, o artista e as massas na cultura portuguesa finissecular

The intellectual, the artist and the masses in
Portuguese culture at the end of the century

Ana Teresa Peixinho
Luís Augusto Costa Dias

Ana Teresa Peixinho, Doutorada em Ciências da Comunicação pela Universidade de Coimbra. Investigadora Integrada do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX e Investigadora colaboradora do Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra. Email: apeixinho71@gmail.com.

Luís Augusto Costa Dias, Doutorado em História da Cultura pela Universidade de Coimbra. Investigador do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Biblioteca Nacional de Portugal. Email: lcostadias@outlook.pt.

Durante o século XIX, as elites cultas europeias participaram amplamente das querelas e debates fomentados na e pela imprensa, não sendo possível fazer uma história da cultura contemporânea sem a pensar à luz da evolução do espaço público ao longo desse século e na sua transição para o século XX. Contudo, esta aliança entre o homem de letras e a imprensa – expediente característico da esfera pública oitocentista que, aliás, deu origem à designação de «publicista» na segunda metade do século, correspondendo a uma metamorfose do estatuto do «escritor público» do romantismo clássico – rapidamente começou a dar sintomas de rutura, à medida que aquela esfera sofria a influência da industrialização e massificação dos objetos culturais, processo iniciado nos Estados Unidos na segunda metade do século e cujo eco em França foi acompanhado de perto pela evolução histórica em Portugal. Foi neste contexto conjugado, a partir do último quartel do século XIX português, de alteração do mercado dos bens culturais, de emergência de uma cultura urbana de massas e de crise das elites cultas, em especial no campo literário, que lentamente surgiu a figura do «artista» como alternativa à figura difusa do «homem de letras», espoletada na última década de oitocentos. Numa leitura de Fradique Mendes – meio personagem, meio autor, proto-heterónimo na ficção queiroziana – e sobre o fradiquismo como ideologia, destaca-se o seu valor simbólico, como derradeira tentativa de superação da morte do intelectual oitocentista através da afirmação do papel do artista. Dito de outro modo, Fradique Mendes constitui-se, num contexto de massificação emergente, como metáfora da crise do velho paradigma de intelectual do século XIX que, perseguindo uma «aura perdida da cultura», oscila entre o silêncio de uma desistência, afinal pugnada pelo próprio Eça de Queirós que assim se revia como uma espécie de «cenobita», e a hipótese da figura do artista construir uma nova expressão da elite culta.

Palavras-chave: Intelectual; espaço público; cultura; século XIX; Fradique Mendes

During the 19th century, educated European elites participated extensively in the squabbles and discussions promoted in and by the press, and we cannot write the history of contemporary culture without relating it to the development of public space over that century and in its transition to the 20th century. However, this alliance between the man of letters and the press – a typical device of the 19th century public sphere that, in fact, would give rise to the name “publicist” in the second half of the century, corresponds to a metamorphosis of the “public writer” status in classical romanticism – soon began to creak as the public sphere was influenced by the industrialisation and massification of cultural objects, a process initiated in the United States in the second half of the century, the echo of which in France was closely accompanied by the historical evolution in Portugal. It was against this combined backdrop, from the last quarter of the Portuguese 19th century, of a change in the market of cultural assets, of the appearance of a urban culture of the masses and of crisis of affecting the educated elites, especially in the literary field, that the figure of the “artist” slowly emerged as an alternative to the diffused figure of the “man of letters” triggered in the last decade of the 19th century. The reading of Fradique Mendes – half character, half author, proto-heteronym in Eça de Queirós’s fiction – and of Fradiquism as an ideology, we note its symbolic value as the last attempt to overcome the death of the 19th century intellectual through the affirmation of the artist’s role. In other words, Fradique Mendes appears, in a context of emerging massification, a metaphor of the crisis affecting the old intellectual paradigm of the 19th century, which, pursuing a “lost aura of culture”, wavers between the silence of giving up, as defended by Eça de Queirós, who saw himself as a kind of “cenobite”, and the chance of the artist building a new expression of the educated elite.

Keywords: Intellectual; public sphere; culture; 19th century; Fradique Mendes

Au XIXe siècle, les élites européennes cultivées ont largement participé aux querelles et débats fomentés dans et par la presse et il est impossible de faire une histoire de la culture contemporaine sans penser à l'évolution de l'espace public tout au long de ce siècle et à sa transition vers le XXe siècle. Cette alliance entre l'homme de lettres et la presse, – expédient caractéristique de la sphère publique du XIXe siècle, qui donna d'ailleurs lieu à la désignation de «publiciste» dans la seconde moitié du siècle, correspondant à une métamorphose du statut d'«écrivain public» du romantisme classique – a cependant rapidement commencé à montrer des symptômes de rupture, au fur et à mesure que cette sphère était influencée par l'industrialisation et la massification des objets culturels, un processus commencé aux États-Unis au cours de la seconde moitié du siècle et dont l'écho en France a été suivi de près par l'évolution historique au Portugal. C'est dans un contexte conjugué, à partir du dernier quart du XIXe siècle portugais, de changement du marché des biens culturels, d'émergence d'une culture de masse urbaine et de crise des élites cultivées, en particulier dans le domaine littéraire, qu'a lentement émergé la figure de l'«Artiste» comme alternative à la figure diffuse de l'«homme de lettres», déclenchée au cours de la dernière décennie du XIXe siècle. Dans une lecture de Fradique Mendes – mi-personnage, mi-auteur, protohétéronome dans la fiction de Queirós – et concernant le «fradiquismo» comme idéologie, nous soulignons sa valeur symbolique comme ultime tentative de surmonter la mort de l'intellectuel du XIXe siècle grâce à l'affirmation du rôle de l'artiste. En d'autres termes, Fradique Mendes s'assume, dans le contexte de massification, comme une métaphore de la crise du vieux paradigme intellectuel du XIXe siècle qui, poursuivant une «aura perdue de la culture», oscille entre le silence d'un abandon, soutenu, d'ailleurs, par Eça de Queirós lui-même, qui se revoyait ainsi comme une sorte de «cenobite», et l'hypothèse de la figure de l'artiste pour construire une nouvelle expression de l'élite cultivée.

Mots-clé: Intelectuel; espace public; culture; XIX^{ème} siècle; Fradique Mendes

Homens de letras e espaço público

Durante o século XIX, as elites cultas europeias participaram amplamente das querelas e debates fomentados na e pela imprensa, não sendo possível fazer uma história da cultura contemporânea sem a pensar à luz da evolução do espaço público ao longo desse século e na sua transição para o século XX, isto é, em última instância, integrando o cultural no social. Tais elites não só promoviam as suas publicações no espaço impresso, como a própria dinâmica do debate público se nutria de cartas, panfletos, textos escritos e publicados por esses mesmos agentes culturais (PEIXINHO 2011).

Contudo, esta aliança entre o homem de letras e a imprensa – expediente característico da esfera pública oitocentista que, aliás, deu origem à designação de «publicista» na segunda metade do século, correspondendo a uma metamorfose do estatuto do «escritor público» do romantismo clássico, segundo expressão de Garrett (DIAS 2014a: 1114-17) – rapidamente começou a dar sintomas de rutura, à medida que aquela esfera sofria a influência da industrialização e massificação dos objetos culturais, processo iniciado nos Estados Unidos na segunda metade do século (BALLE 1997: 76-77)¹. Embora, em Portugal, esse cenário seja um pouco mais tardio e de penetração mais lenta (DIAS 2014b: 370-373)², não deixa de ser verdade que os nossos intelectuais oitocentistas deram múltiplos sinais de constrangimento face às transformações do espaço público. O alargamento dos públicos, a abertura às massas, a importação de fórmulas feitas e rentáveis para a imprensa foram fatores que, progressivamente, empurraram ainda mais para as margens do campo impresso esses homens de letras, alargando a territorialidade do jornal e cedendo a novos produtos culturais mais acessíveis, apelativos e, no retorno, lucrativos (PEIXINHO 2013: 192).

A imprensa de massas, como explica João Carlos Correia, «chama a si conceitos novos que até aí eram na sua maioria desconhecidos pelo jornalismo de opinião: mais do que a urgência ideológica da mensagem veiculada contava a sua atualidade, isto é, o seu caráter de acontecimento novo, tendencialmente inesperado e recente; mais do que a mobilização dos leitores para uma cruzada, importava proporcionar-lhes informações sobre o mundo que fossem simultaneamente úteis e agradáveis, ou seja, suscetíveis de serem consumidas.» (CORREIA 1998: 94-95) Face a estas mudanças, escritores e jornalistas europeus, formados numa arreigada tradição histórica segundo a qual literatura, política e jornalismo viviam numa harmoniosa comunhão, recusaram em geral ceder à incomodidade causada por essa massificação³.

¹ Falamos do auge da imprensa de massas, cuja eclosão se fica a dever à convergência de inúmeros fatores, entre eles os progressos técnicos que permitiram uma revolução do impresso, em particular na capacidade das tiragens, a expansão da instrução que potenciava o número de leitores, sobretudo nos meios urbanos, e a consequente massificação do público que levava a uma forte concorrência entre as publicações e ao recurso a estratégias comerciais que influenciavam tanto os formatos como as linguagens e os conteúdos.

² Se 1836 foi, em França, o ano I da era mediática, com o aparecimento de *La Presse* de Girardin (THÉRENTY; VAILLANT 2001), só em 1864 apareceria o *Diário de Notícias* como fenómeno equivalente (MIRANDA 2002). Todavia, quando falamos da decisiva entrada na era mediática, no último quartel do século XIX, a realidade portuguesa segue já de perto a francesa (DELPORTE 1999; KALIFFA 2001).

³ José-Luis Diaz mostra como Balzac, em *Monographie de la Presse Parisienne*, denunciou alguns vícios do jornalismo, como o industrialismo, o arrivismo, o cinismo, a sujeição ao poder e ao dinheiro, etc. (conjunto de defeitos que o romancista já havia abordado em romances como *Un grand homme de province à Paris* e

Uma das características identitárias da imprensa portuguesa moderna é precisamente o estreito vínculo estruturante ao campo literário, ao longo de todo o século XIX, à semelhança do que sucedeu em França (CHALABY 2003; PEIXINHO 2013). Antes da autonomização da profissão de jornalista, para os finais de Oitocentos, os jornais eram dirigidos e redigidos em grande parte por homens de letras (escritores propriamente ditos ou figuras do campo cultural a eles ligados) que viam na imprensa um meio de conquistar público e de compensar o parco sustento conseguido com a venda dos livros, num espaço editorial muito limitado pelo menos até ao último quartel do século, altura em que teve início no nosso país a *Era dos Editores* modernos, distinta do heroico *Mundo dos Livreiros*, coincidindo com o aparecimento do jornalismo de massas (DIAS 2017). Porém, diversas vezes se levantaram contra esta relação entre o campo literário e os jornais, considerada perversa para a qualidade estético-literária das publicações, antes de mais por cercear a liberdade intelectual dos escritores, submetendo-os às novas lógicas do mercado cultural que se sobrepunham ao elitismo seletivo e à desejável independência que uma produção artística deveria exigir.

Já no contexto finissecular em que vamos particularmente incidir⁴, a leitura de uma das cartas ficcionais de Fradique Mendes, endereçada “A Bento de S.” – texto que, aliás, resultou do reaproveitamento de uma crónica já antes publicada pelo próprio Eça de Queirós na *Gazeta de Notícias*⁵ – legitima a defesa de um certo ideal de imprensa que entendia incompatível com a massificação e a industrialização dos jornais, uma imprensa que deveria ainda contar com os homens de letras, num quadro em que o estatuto intelectual estava em crise no final do século. Assim se entende que Eça tenha emprestado à pena desse seu proto-heterónimo (o cético elitista e dândi Fradique Mendes) as mesmas críticas que o escritor então subscreveu sobre o jornalismo. Se atentarmos na ampla e acesa discussão que envolveu os intelectuais franceses no fim do século, perceberemos que a visão crítica de Eça de Queirós, dispersa nas suas crónicas de imprensa, não é isolada nem original⁶. Mas há toda uma originalidade na criação dessa figura ficcional – meio personagem, meio autor – e na importância simbólica que resulta da estratégia ideológica construída pelo fradiquismo.

Illusions Perdues, em que compôs um quadro pessimista do panorama do jornalismo da época): “l’écriture automatique qu’engendre la press est, selon lui, une trahison de l’originalité littéraire, qualité suprême aux yeux des romantiques.” (DIAZ 2005: 31-50). A propósito de *Illusions Perdues*, Ruth Rodríguez Martínez insiste: “Una de las causas de la visión crítica que tuvo Balzac del periodismo se debe en gran medida a la convicción de que el trabajo periodístico degrada, agota el ingenio y distrae del ejercicio literario.” (RODRÍGUEZ MARTÍNEZ 2006: 450).

⁴Tomamos essa aceção de arrastamento das tendências finisseculares nos princípios do século seguinte, estudada, por exemplo, por José Carlos Seabra Pereira (PEREIRA 1999; 1995).

⁵Inicialmente publicada na *Gazeta de Notícias* em 26 a 28 abr. 1894, saiu finalmente na *Revista Moderna* em 25 jul. 1897 e ainda, segundo Guerra da Cal, reeditada no *Jornal do Comércio* em 2 out. 1897 (QUEIRÓS 2014: 307-316).

⁶Segundo Thomas Ferenzi, entre 1897 e 1898, a *Revue Bleue* desenvolveu um largo debate sobre o papel da Imprensa, em que se destacaram duas concepções antagónicas de jornalismo: uma concepção de matriz pedagógica que entendia o jornalismo como uma prática com deveres públicos e edificantes, capaz de traduzir ideias e defender princípios, por um lado; por outro, uma concepção mais moderna e consentânea com as inovações importadas do jornalismo americano, que colocava a ênfase na vertente lúdica e lucrativa do jornal.

Não esqueçamos, porém, que, em 1841, António Feliciano de Castilho, no programa da *Revista Universal Lisbonense* em que o poeta se revelou interessante cronista do quotidiano (VENÂNCIO 1995), embora reconhecendo uma prevacente missão educativa e pedagógica do jornal, não escondia já alguma desconfiança:

Este século, tão destruidor como criador, matou a Livraria, e pôs no seu lugar o Jornalismo. Assim devia ser, porque este século é popular. Os livros eram a muita ciência para poucos homens; os jornais são um pouco de pouca ciência para todos (apud SANTOS 1985: 165)⁷.

Opiniões como esta inscrevem-se numa discussão de maior latitude que, a partir dos meados do século, ocupou o universo dos escritores e que se prende com a tensão criada pelo aumento exponencial do público leitor e pela sujeição a novas regras de mercado. Notemos também que, quando da discussão de legislação sobre propriedade literária, em 1851, a voz cética de Alexandre Herculano se insurgiu contra aquilo que ele considerava ser a *prostituição do escritor* e a consequente perda de qualidade da obra (HERCULANO 1982: 233)⁸. O que estava em causa era, por um lado, a manifestação de resistência do homem de letras que, cedo, percebeu que a evolução do mercado, bem como o alargamento do público, que rapidamente acarretariam consequências sérias para a qualidade artística das obras e para o estatuto tradicional do intelectual; por outro lado, a cultura deixava progressivamente de estar reservada a uma elite restrita e, ampliando-se a todos os que franqueavam essa porta da cultura, descia da torre de marfim para as ruas. Cedo, portanto, Herculano reagia à mudança de paradigma que se anunciava a partir do momento em que os bens culturais passariam a ser necessariamente mediados. Pois, como acentua Christophe Charle: “A imprensa é, com efeito, a mediação essencial entre essas mutações culturais e sociais e as transformações, a diversos níveis, na produção literária.” (CHARLE 1979: 47) Porém, a fratura entre literatura e jornalismo, que começou a dar sinais pelos meados do século, tornou-se particularmente visível no seu último quartel (PEIXINHO 2013: 203-204).

Quase no final do século, numa carta-prefácio à obra *Azulejos* do Conde de Arnoso, Eça de Queirós alargava-se em interessante reflexão sobre as novas tensões que regiam a relação entre o escritor e os seus novos públicos, constatando que o aparecimento de “uma multidão azafamada e tosca que se chama o ‘público’” vinha alterar radicalmente o papel do «homem de letras» num campo cultural em rápido crescimento e diversificação. Foi este o diagnóstico:

⁷ A citação de Castilho foi retirada do programa da *Revista Universal Lisbonense*, publicado em *O Recreio*, n.º 8, agosto de 1841 (SANTOS 1985: 261). O «século popular» de Castilho compagina-se com a noção romântica também inscrita por Almeida Garrett na fórmula «século democrático», ao apresentar o drama *Frei Luís de Sousa*, em 1844, com a memória «Ao Conservatório Real»: em meados do século, o «povo» era, no fundamental, a classe média proprietária, instruída e politizada (DIAS 2010: 85).

⁸ Embora por motivos conservadores que o opunham à novidade da legislação sobre direitos de autor, da lavra de Almeida Garrett, Herculano assinalava o espectro do que designava por «literatura-mercadoria» ou «literatura-agiotagem» e o perigo de com elas se corromperem os «ministros» da verdadeira «religião» pública que «são os homens de letras ou de ciência».

Essa coisa tão maravilhosa, de um mecanismo tão delicado, chamada o indivíduo, desapareceu; e começaram a mover-se as multidões, governadas por um instinto, por um interesse ou por um entusiasmo. Foi então que se sumiu o leitor, antigo leitor, discípulo e confidente, sentado longe dos ruídos incultos sob o claro busto de Minerva, o leitor amigo, com quem se conversava deliciosamente em longos, loquazes «Proémios»: e em lugar dele o homem de letras viu diante de si a turba que se chama o público, que lê alto e à pressa no rumor das ruas (QUEIRÓS 2009: 189).

Fradique Mendes e a metáfora da desistência

A lucidez destas considerações, reveladoras, antes de mais, da aguda consciência que o escritor tinha do seu tempo, nomeadamente do contexto cultural em que vivia, permite ilustrar o que temos vindo a descrever: no último quartel do século XIX, o «homem de letras» – velho guardião da cultura – percebeu com acuidade que o amplo movimento de mediação desencadeado pela erupção da imprensa industrial veio revolucionar o campo cultural, cindindo-o. O *leitor* foi substituído pelo *público*; a relação intimista entre autor e leitor passou a ser aberta e mediada; a leitura perdeu a dimensão de recolhimento e a rua, o café, a esplanada e o parque passaram a ocupar o lugar, outrora privilegiado, da livraria...⁹ O resultado, segundo Eça de Queirós reproduzia de uma pretensa carta de Fradique a Carlos Mayer, era a «camada de Lugar-Comum» que ao público, «todos os dias, através da vida, o Jornal, a Revista, o Folheto, o Livro lhe vão atochando no espírito até lho empastarem todo em banalidade» (QUEIRÓS 2014: 143).

E o escritor? Restava-lhe, em geral, perseguir uma «aura perdida da cultura» que Eça apontou «como uma consolação e uma esperança» do seu Fradique Mendes (*id.*: 197), o pretenso poeta de umas *Lapidárias* juvenis que entretanto se entregou a «um tão constante e claro propósito de abstenção e silêncio» (*id.*: 189). Para o assunto que nos interessa, Fradique deve ser lido como metáfora da crise de estatuto intelectual em final de século, remetido o homem de letras a uma atitude de desistência seletiva e *blasée*. Neste sentido, *A Correspondência de Fradique Mendes* criada por Eça de Queirós pode ser vista como peça fundamental do processo final de esgotamento da figura de intelectual que dominou o longo século XIX.

Não muitos anos após, foi Sampaio Bruno, um dos mais representativos intelectuais desse século, quem assinou, na introdução a um seu ensaio sobre *Os Modernos Publicistas Portugueses*, já em 1906, a derradeira peça desse processo que arrastou a «crise finissecular» para os inícios do século seguinte, com um olhar nostálgico para a sua pena de escritor (na forma de interrogações que a si mesmas se respondem):

Olho para a minha pena. Trouxe-me ela a riqueza, a posição definida, a independência, a fortuna, a rutilância social, as considerações sociais? Granjeou-me o descanso para meus

⁹ Ainda sem publicação, Luís Augusto Costa Dias abordou recentemente as condições históricas de formação de uma «cultura de rua» em *La calle y la «masa semiletrada»: reconstitución de itinerarios populares en la transición del siglo XIX al XX*, Seminario Anual *De la casa a la calle: lugares, usos y apropiaciones de la cultura escrita (siglos XVI-XX)*, Universidade de Alcalá de Henares, 2017.

velhos dias, a segurança na vida? Libertou-me da apreensão do amanhã? Favoreceu-me com a tranquilidade de espírito, indispensável (se delas fosse capaz) às cogitações altas e desinteressadas, que, honrando o cismador, dignificam as sociedades e enobrecem as literaturas? Conquistou-me a amizade dos meus patrícios, a estima de meus concidadãos? (BRUNO 1906: XIX-XX).

Ora, a construção de Fradique Mendes, tributária de tendências e fontes muito diversificadas, até por vezes antagónicas, como sublinham muitos dos estudiosos de Eça de Queirós, produz um efeito de «montagem intencional» (LIMA 1987: 338), capaz de traduzir o seu espírito como uma «colcha de retalhos» (MOSER 1945: 391). Personagem compósita, portanto, complexa, construída com elementos de proveniência muito diversa, aponta, antes de mais, para as características físicas e intelectuais de alguns membros da Geração de 70, tal como se apresentaram na década de oitenta, com quem Fradique comunga do mesmo espaço e tempo culturais e com os quais afirma ter-se correspondido¹⁰. Porém, como ideologia, a que se tem chamado *fradiquismo*, estamos perante um conjunto de ideias que se nos afiguram muito importantes no contexto finissecular português, devedoras da aguda crise de valores que marcou esse tempo, prolongando-se no início do século seguinte, conforme viu Lourenço: «Se identificamos o Fradiquismo já não com a ideologia particular de uma personagem de ficção criada por Eça de Queirós mas com uma ideologia de algum modo representativa de uma época, verificamos que esta perdura após o desaparecimento da Geração de Eça penetrando de forma decisiva no século XX.» (LOURENÇO 1986: 47-48)

Quer isto dizer, portanto, que *A Correspondência de Fradique Mendes* encerra uma ideologia que, não sendo alheia à evolução do seu autor, não deixa também de dialogar com o tempo em que se integra. Já Guerra da Cal afirmara: «Fradique é a encarnação abstrata, e impossível, dum ideal de época, e mais concretamente do ideal da Geração de Eça. Um super-homem estético, levemente atingido pela abulia requintada do 'mal du siècle', que 'flirtou' com a ideia de escrever uma *Teoria da Vontade*.» (CAL 1994: 350). Seguindo este raciocínio, a criação de Fradique Mendes, por Eça de Queirós, vem responder à necessidade sentida pelo autor de promover uma entidade capaz de projetar novos valores, tanto ideológicos como estéticos. O ecletismo errante, o pessimismo inquietante, o ceticismo irónico, a desistência, o individualismo e um certo dandismo aristocrático são marcas de Fradique Mendes que projetam um conjunto de atitudes dos intelectuais finisseculares, transformando a criação queirosiana numa «ilustração quase programática de um conjunto de valores» típico da modernidade (PIEDE 2003: 283).

Fradique é composto por Eça como a figuração de um ideal, através de um conjunto de atributos que o transformam, mais que num tipo, em arquétipo. Junte-se-lhe a excentricidade, a aura de mistério, a tónica das viagens, o gosto requintado e excêntrico, a sofisticação da *toilette*; enfim, características físicas e psicossociais que o elevam a um patamar quase sobre-humano, como se ele fosse, antes que tudo, uma utopia:

¹⁰ Diversos estudiosos comungam desta opinião, lendo Fradique como um símbolo da desapontada Geração de 70 que, no final do século, se autointitula de *Vencidos da Vida* (MOOG 2006: 272; LIMA 1987: 336; MONTEIRO: 222).

«falava a língua dos deuses; recebia deles a inspiração.» (QUEIRÓS 2014: 116) Era a utopia da recuperação do restrito espaço de uma elite que o homem de letras havia perdido pela abertura do campo cultural, tanto à rua e ao público como, sobretudo, ao número crescente de agentes no campo literário e, entre eles, os intelectuais reunidos nessa ampla designação de «publicistas», numa pirâmide em cuja base estavam os recém-chegados e em cujo topo se tornavam proeminentes figuras que acumulavam o alarde regular na imprensa com a intriga nos partidos, a exibição parlamentar, o assento no governo, as ações nas companhias, os empregos públicos, o reconhecimento nas Academias e a aura diletante. Mariano de Carvalho, fundador do *Diário Popular*, em 1868, por onde entrou na notoriedade pública como «publicista», foi um caso limite de exemplar sucesso dessa figura ou estatuto (FERNANDES 2010); e neste exemplo poderia o nosso Fradique Mendes estar a pensar quando visava os «homens de letras, esticados nas gravatas e nas ideias que toda a Europa usa», com destaque para o ódio ao «tipo uniforme (representado pelo *sujeito utilitário e sério* de sobrecasaca preta)» (QUEIRÓS 2014: 162).

Ora, se à construção plástica de Fradique falta vida e humanidade, é, por isso, muito mais do que uma personagem, afirmando-se como uma existência figurada capaz de transportar uma ideologia com a qual o Eça autor tenta um diálogo virtual, sem no entanto o levar às últimas consequências. O adiamento do projeto heteronímico e as hesitações que conduziram o autor a protelar a publicação de *A Correspondência de Fradique Mendes* são até fatores sintomáticos de um tempo de charneira e de transição, em que o intelectual procurava ainda um novo estatuto para a elite¹¹. Aliás, este valor representativo de Fradique Mendes está intimamente ligado ao processo de amadurecimento intelectual e estético do seu criador, pois que, como é sabido, a partir da década de oitenta, Eça de Queirós entra num processo de revisão de valores que o afasta progressivamente da ideologia de índole positivista e da estética naturalista, numa busca de novos caminhos estético-ideológicos¹². Fradique, portanto, é um projeto de escritor ou «artista» (de pena) que, apesar de ter biografia, nome e ideias, nunca chega a publicar-se, ficando «para sempre inédito e mudo», como comenta o narrador. Para Fradique, a escrita tornara-se perfeitamente inútil, não apenas porque duvidasse da utilidade e validade das suas ideias, mas sobretudo porque, como o próprio afirma: «Eu não sei escrever! Ninguém sabe escrever!»

¹¹ Inclino-nos a sustentar, numa perspectiva analítica em vias de exploração, que a designação de «geração», que a si mesmos deram, prolongadamente, os intelectuais agrupados nas Conferências do Casino de 1870, representou um estatuto «intermédio» na genealogia das elites intelectuais de que adiante falaremos (cf. CHARLE 1990: 24 ss.).

¹² Ora, segundo alguns estudiosos, nomeadamente Carlos Reis, Fradique Mendes deve entender-se à luz deste contexto de revisão de valores, característico daquilo que é comum chamar-se o último Eça: «Por agora, Fradique interessa-me como estratégia literária de feição anti-realista: figura pré-heteronímica e não personagem de romance, Fradique significa, como estratégia literária, algo mais do que o Carlos da Maia com quem mantém afinidades ideológicas. O que ele traz à cena literária queirosiana é uma voz outra, claramente autonomizada em relação a Eça; com ela, advém o implícito reconhecimento da impossibilidade (estética e também ética) de reduzir a escrita literária a uma poética de certa forma fechada como era a do Realismo.» (REIS 1999: 159).

Nem mesmo as grandes referências literárias passadas e contemporâneas – explicitamente Bossuet, Beaumarchais, Hugo, Taine, Balzac ou Flaubert – escapam ao estreito e utópico crivo fradiquiano que anseia, na escrita, afinal, por

[...] alguma coisa de cristalino, de aveludado, de ondeante, de marmóreo, que só por si, plasticamente, realizasse uma absoluta beleza – e que expressionalmente, como verbo, tudo pudesse traduzir desde os mais fugidios tons de luz até os mais subtis estados de alma... (QUEIRÓS 2014: 187)

Distantes estamos, portanto, da concepção utilitarista e militante da literatura realista (mais ainda da concepção romântica do poeta cidadão a que faremos adiante referência); Fradique assumia agora a defesa impossível de um parnasianismo levado ao extremo, não sem uma costela decadentista, acabando mesmo por reconhecer a incapacidade de a linguagem traduzir o real ou o belo:

Só se podem produzir formas sem beleza: e dentro dessas mesmas só cabe metade do que se queria exprimir, porque a outra metade não é redutível ao verbo. (*id.*: 188)

Perante a inexistência de obra (sintomaticamente enterrado o «poeta» que Fradique fora na sua juventude), o narrador-biógrafo toma a decisão de publicar o único legado fradiquiano que estaria ao seu alcance: as suas pretensas cartas particulares, entendidas como «leves migalhas desse ouro de que fala Alceste e onde se sente o brilho, o valor intrínseco, e a preciosidade do bloco rico a que pertenceram.» (*id.*: *ibid.*) Quer isto dizer, portanto, que, desfrutando destas características, o discurso fradiquiano assume-se, assim, não como o discurso acabado e fechado de uma voz autoritária e definitiva, mas antes como o resultado de um pensamento em construção, relativamente ao qual o próprio não tinha nem certezas nem grandes expectativas. Como intelectual cético e extremamente crítico, mesmo em relação a si mesmo, Fradique Mendes não acreditava, como dissemos, no valor definitivo das suas ideias, nem publicava por considerar que não acrescentaria, com a sua obra, nada que valesse a pena, atitude sintomaticamente caracterizada por alguns autores como uma «hibernação» (DIOGO; SILVESTRE 1993: 103).

Recordemos, contudo, que é o próprio Fradique a legitimar a publicação das correspondências como forma de perpetuar as ideias de um homem; e, ao fazê-lo, apresenta como principal argumento o facto de, nelas, o «valor das ideias» ser decidido por terceiros e não pelos sujeitos de escrita (QUEIRÓS 2014: 190-191). Desta forma, ao decidir apresentar publicamente esse homem de letras através do seu epistolário, Eça de Queirós desencadeia uma dupla mistificação: não só responsabiliza uma entidade discursiva pela revisão de ideias e valores que ele próprio não assumia, como o faz por meio da publicação póstuma e parcelar, com tudo o que ela representa de inacabado, fragmentário e provisório. Por outro lado, dispensando o «revestimento» literário, as cartas situam-se num espaço de marginalidade requintada e esteticizante que combina com a figura de Fradique. Um homem diferente, profundamente crítico relativamente à massificação das sociedades modernas gerada «nestas Democracias industriais e materialistas» em que «as almas cada dia se tornam mais secas» (*id.*: 174), situado na

charneira entre dois tempos e dois séculos, requintadamente aristocrático e dândi, Fradique tem da esfera literária e do campo cultural uma imagem extremamente disfórica e desiludida, chegando mesmo a simbolizar «o homem de letras em estado de nostalgia irremediável» (DIOGO; SILVESTRE 1993: 107).

Quando, no final do século XIX, Eça de Queirós se dedicou ao projeto de Fradique, incompleto e inacabado pela morte prematura do escritor, estava longe de imaginar (ou talvez não) o valor simbólico que aquela sua figura traria para a cultura portuguesa na viragem do século. Mais do que uma personagem queirosiana, Fradique Mendes é a figuração de um certo ideal, utópico e abstrato, do intelectual oitocentista finissecular, a braços com a aguda crise do seu estatuto simbólico e perante as transformações profundas do espaço público português. A modernidade desta criação representou, simultaneamente, a defesa tipicamente finissecular de um esteticismo como «a suprema liberdade junta à suprema audácia» (QUEIRÓS 2014: 141) e, portanto, a reclamação do estatuto de *artiste* (sublinhado pelo próprio autor) que opunha, a esses «tempos de abstrata e cinzenta intelectualidade, a religião verdadeira da Linha e da Cor!» (*id.*: 117)

Trata-se do *artista*, fosse ele artista de pena ou de pincel, criador apenas de beleza plástica, desvinculado de qualquer compromisso ou utilitarismo; por isso, ao final, acabava por desconfiar da eficácia que o «escritor e criador duma Prosa, que só por si própria, e separada do valor do pensamento, exercesse sobre as almas a ação infável do absolutamente belo» (*id.*: 184). As cartas de Fradique representam precisamente um testamento – errante, disperso e assistemático, como «a distância mais curta entre dois pontos é uma *curva* vadia e delirante!» (*id.*: 141) – do intelectual oitocentista em crise de estatuto simbólico, cujo último reduto seria a desistência compaginável, no caso de Fradique, com a atitude de elitismo snobe e desinteressado, remetido em *flâneur* a que mais não restava que ser «um homem que passa, infinitamente curioso e atento.» (*id.*: 147)

Uma genealogia sumária do «poeta» ao «artista» de Oitocentos

Não obstante a admiração que Fradique Mendes afirma desde jovem nutrir por «Victor Hugo, a quem chamávamos já “papá Hugo” ou “Senhor Hugo Todo-Poderoso” [que] não era para nós um astro – mas o Deus mesmo, inicial e imanente, de quem os astros recebiam a luz, o movimento e o ritmo» (*id.*: 80) – essa figura profética do poeta romântico não passava já, então, de um vento soprado do passado. Tal como, aliás, fora para o próprio Eça, nos tempos juvenis, o grande romântico português: «Garrett tinha-se separado de nós, tomando pelo atalho que leva a Deus, e legando à geração presente a pouca alma que ela ainda tem.» (QUEIRÓS 2009: 89)

A figura do *poeta que se fez cidadão*¹³, combatendo como arauto das grandes causas públicas, esgotara-se em meados do século. Se o combativo escritor Rodrigues Sampaio, ao cabo das lutas liberais (isto é, no seu epílogo, com a impossibilidade derradeira do liberalismo se concretizar na rua, representada pelo desfecho do episódio *patulêu*),

¹³ A expressão em itálico pertence a Garrett, no prefácio (verdadeiro manifesto) à sua *Lírica de João Mínimo*, em 1828; num outro prefácio, igualmente doutrinário, ao tomo I do romance *O Arco de Santana*, em 1845, temia já o ocaso simbólico desses «poetas – grandes profetas e grandes missionários do século».

admitia em 1847 que «já não temos objeto que defender, nem inimigo a quem atacar», convidava então: «Cidadãos, toca a ensarilhar armas e a descansar!»¹⁴ De outro modo, mas no mesmo tom, António de Serpa (irmão do dramaturgo e também poeta Serpa Pimentel) declarava, em 1851, no epílogo à leitura das suas *Poesias*, o que considerava já «repetir uma banalidade», isto é que «a época não vai poética» (SERPA 1851: 226).

Com efeito, instalara-se uma «quadra adormecida» onde, segundo ainda acrescentava Lopes de Mendonça em 1852, «nenhum acontecimento notável inspiraria a imaginação dos poetas» (MENDONÇA 1855: 22). E com o fim dessa época, a figura do «poeta» – que para si tomara a missão de *escritor público*, com o objetivo militante de formar uma *opinião pública* de burgueses cultos, proprietários e intervenientes (GARRETT 1990), numa esfera política definida à partida por regras censitárias – esse *poeta* perdeu o seu valor simbólico na segunda metade do século XIX... salva a sobrevivência tardia em Guerra Junqueiro, enfim saudado nos primeiros anos do século seguinte como «profeta da república». O próprio Antero de Quental era, nessa altura, mais «santo» que poeta, representava o «sábio». Enfim, certamente por considerar incapaz de resgatar-se, em fim de século, essa figura visionária do poeta, o Fradique Mendes queirosiano despiu definitivamente a roupagem poética.

A partir de meados de Oitocentos, a atividade dos poetas fixou-se no domínio da língua, do estilo, da retórica, com os seus tratados, polémicas e sociedades de «elogio mútuo»; e, no lugar que outrora o «poeta» ocupara na praça pública, veio a instalar-se na tribuna da imprensa uma outra figura que Camilo Castelo Branco, já em 1849, intuía sarcasticamente destinada a adquirir uma presença duradoura:

O folhetinista é a essência da literatura do século – é a expressão mais simples, quero dizer, é a parte volátil, diáfana, palpitante, que se ergue deste cadinho onde fervem as inteligências ao lume da regeneração intelectual (BRANCO 1924: 474).

A figura do *folhetinista* não constituiu propriamente um estatuto simbólico, certo, mas ajuda-nos a perceber o alargamento do campo intelectual oitocentista e como a corrida à oportunidade de exibição em público, através da crónica social, política ou literária, contribuiu no limite da figura do *publicista* para um «cinismo carreirista» por parte de alguns homens de letras (CHARLE 2001: 161). Não obstante não ser este o lugar para desenvolver a questão, o assalto a uma presença no espaço público derivou de inúmeras causas: antes de mais, a diversidade de formação intelectual, num mundo que até meados do século fora domínio dos homens de leis e passava a ter homens de letras oriundos das novas escolas superiores e técnicas (lentamente saídas das reformas de Passos Manuel), engenheiros de diversas especialidades, médicos, professores, enfim jornalistas, e, já para o último quartel do século, o aumento dos autodidatas de extração pequeno-burguesa que, além de um crescimento das profissões intelectuais, ampliaram o universo das letras e das artes. Neste cenário, o *folhetinista* constituiu uma figura que depressa se confundiu não tanto com o que publicava prosa narrativa (ou a tradução de alheia, que a partir de então também se vulgarizou) como, num sentido mais amplo, com todo aquele que tomou a tribuna da imprensa

¹⁴ [Rodrigues Sampaio: «Editorial»]. *O Espectro*. Lisboa: s.n., 63 (3 jul. 1847).

para se afirmar no espaço público sob a designação genérica de «publicista». Foi o que Luciano Cordeiro identificou quando, em 1869 – num campo intelectual em que cresciam «renomes que todos sabem como se hão feito entre nós, modernamente, tantos e tantos» –, apontou o caso de Pinheiro Chagas como «mediocre romancista, não melhor poeta e detestável crítico» cuja saída estava «no *folhetim* [que] é onde mais distintamente poderá conservar-se.» (CORDEIRO 1869: 234)

Esta foi a época de explosão da imprensa portuguesa: só nas duas décadas finais do século XIX, publicou-se quase 55% dos títulos periódicos criados em toda a centúria; e, se a essas juntarmos as duas décadas imediatamente anteriores, o número de jornais, revistas e outras folhas periódicas criadas entre 1861 e 1900 corresponde a mais de 78% do total publicado nesse século (DIAS 2017). A entrada de Portugal na era mediática situa-se entre 1865 e 1867, quando o número de publicações ultrapassou em média os 50 títulos fundados por ano em todo o país; foi então que surgiram os grandes jornais diários com tiragens de largos milhares e a baixo preço por número, isto é imediatamente posterior à saída do *Diário de Notícias*, em 1865. Esta «era dos jornais», que teve no «império d'O Século» o momento decisivo, foi um fenómeno que se compagina com uma fase de crescimento dos principais centros urbanos, nomeadamente nos níveis de acesso à leitura por parte de uma população que já não era apenas burguesa e tocava as franjas populares no acesso aos objetos de cultura: por volta de 1880, o recenseamento da população urbana portuguesa situada num eixo litoral atlântico registava índices que rondavam 50% dos indivíduos residentes nas cidades com capacidade de leitura (DIAS 2014b: 370-373). Os intelectuais da época acompanharam (ou seguiram) esta explosão da imprensa de massas que lhes permitia um lugar de relevo público, sendo claro que a entrada no vértice superior das elites da época, incluindo a elite do poder, se fez em grande parte pela porta da cultura.

Sem um tipo de intelectual concorrente do «poeta», até então, o «publicista» constituiu uma metamorfose do «escritor público» (DIAS 2014a: 1114-17); adquiriu um novo capital simbólico publicando, com ou sem talento, mas compulsivamente, insistentemente, na imprensa da época e, granjeando desse prestígio público, fez a sua entrada numa ou em várias academias e associações reais, ao mesmo tempo que se acercou das elites políticas e com elas se confundiu e acedeu ao poder¹⁵. Pinheiro Chagas, já que acima falámos nele, foi justamente um dos exemplares típicos desse publicista: com formação na Escola Politécnica de Lisboa, cedo trocou a carreira militar pelo investimento nas letras, cumprindo o percurso do publicista encartado que o conduziu do jornalismo ao caciquismo partidário, ao parlamento em sucessivas legislaturas, finalmente ao ministério na pasta cuja política colonial conduziria ao chamado «*ultimatum* inglês» e, enfim, reconhecido este trajeto eficaz, tornou-se sócio da Academia Real das Ciências e foi elevado ao pariató vitalício. Ordenado nas letras sob protetorado do velho Feliciano de Castilho, Chagas foi justamente o autor do

¹⁵ Exceção, do ponto de vista ético, deve ser feita a casos (poucos) como os de Ramalho Ortigão e Sampaio Bruno, «publicistas» que aliaram (monárquico e tradicionalista, um; o outro, republicano e progressivo) a erudição e o gosto pelas letras, as artes e as ciências ao culto aristocrático da elite. Para além destes, o reduzido número estendeu-se aos que suicidaram, como Antero de Quental ou Trindade Coelho, num mal de século ou, melhor, de fim-de-século demissionário.

Poema da Mocidade, em 1865, que imediatamente despoletou essa revolução intelectual conhecida por *Questão Coimbrã* ou polémica do *Bom senso e bom gosto*.

Ora, a entrada em cena da Geração de 70, para além do vigor crítico e a contun-
dência polémica sobre a decadência ou crise do pensamento, trouxe consigo um
combate ao intelectual instalado em que o homem de letras se convertera; no pano
de fundo de uma querela literária, a si mesma (e longamente no tempo, aliás) se
designou «a geração» – sintoma da necessidade de afirmação (a que a nomenclatura
não era estranha) de uma nova e expurgada elite culta que procurou um novo estatuto
intelectual capaz de substituir a vulgaridade, a banalização e a reprodução de gente e
de valores que representava a «escola do elogio mútuo» dominada pelos «homens de
letras» tradicionais. Desde o começo da polémica que Antero de Quental o afirmou:

O que se ataca na escola de Coimbra [...] não é uma opinião literária menos provada,
uma conceção poética mais atrevida, um estilo ou uma ideia. Isso é o pretexto, apenas.
Mas a guerra faz-se à independência irreverente de escritores, que entendem fazer por
si o seu caminho (FERREIRA; MARINHO 1985: 235).

Passados os anos (brevíssimos) de fulgor do seu aparecimento, a chamada Geração
de 70 (na sua maior parte) rendeu-se *progressivamente* ao «vencidismo», conforme a
sintomática designação de *Vencidos da Vida* que os seus protagonistas a si mesmos se
deram, rodeados de aristocratas de cepa e rodeando o poder num convívio áulico. Por
certo não convencidos, mas vencidos no palco intelectual da época, restou-lhes insistir
na aristocracia do espírito; ao fundar a *Revista de Portugal*, em 1889, Eça de Queirós
insistia nostalgicamente no perfil desse título como revista da «geração», nomenclatura
genérica ou imprecisa de uma elite intelectual a que caberia, no mínimo, um lugar
entre os melhores espíritos europeus.

Dos tempos da «geração», mas sem a ela ter pertencido, ao menos formal ou
explicitamente, um artista de pincel deu o primeiro sinal de transgressão do estatuto
reservado aos «homens de letras»: trata-se de Rafael Bordalo Pinheiro que, em 1871,
enquanto decorriam as Conferências do Casino organizadas pelos escritores da Geração
de 70, publicou a sua «conferência» gráfica numa prancha em quadradinhos¹⁶. Para
além do seu enorme talento artístico, Bordalo trazia a novidade da eficácia de um
discurso artístico no espaço público, explorando o prisma visual da comunicação:
sem reclamar propriamente um estatuto diferenciado, num discurso alinhado pela
estética realista de crítica político-social, abriu no entanto, pela primeira vez, a porta
à afirmação social do artista e ao seu reconhecimento público.

Contemporâneos do Realismo em Portugal, os poetas parnasianos, a partir do jornal
A Folha dirigido entre 1868 e 1873 por João Penha, não tiveram força para afirmar
na época a «arte pela arte», mesmo nas suas aproximações impressionistas, como em
Cesário Verde. Foi o último Eça de Queirós – esse que se revia no papel de «cenobita»
no mundo-à-parte de «uma vida delirante e grandiosa», confidenciou a Oliveira Martins
(QUEIRÓS 1986: 2; 312-313) – quem sacralizou a figura do *artista*, despidendo-se da
pretensão a exercer uma influência exterior e refugiando-se na sua arte, mesmo em

¹⁶ Referimo-nos à prancha nº 8 do álbum *A Berlinda* (PINHEIRO 1870).

estilo de vida de artista, como campo simbólico diferenciado das restantes elites, mais depurado e elitista. Seriam os «*touristes* da inteligência», dizia o biógrafo de Fradique Mendes (QUEIRÓS 2014: 147). Mas seria necessário esperar pela geração modernista da revista *Orfeu*, em 1915, para assistir à consagração desse *artista*, avesso a todo o academismo das letras e das artes tanto quanto alheado das massas. E, curiosamente, em 1915 desapareciam, como que marcando o fim de uma época, Ramalho Ortigão, Sampaio Bruno e França Borges, os três últimos grandes publicistas.

Referências e bibliografia

- ADORNO, Theodor – *Sobre a Indústria da Cultura*. Org. de A. Sousa Ribeiro. Coimbra: Angelus Novus, 2003. 198 p. ISBN 972-8827-20-2.
- BALLE, Francis – *Médias et sociétés, de Gutenberg à internet*. 8ª ed. Paris: Monchrétien, 1997. 821 p. ISBN 2-7076-0783-5.
- BOURDIEU, Pierre – «Une révolution conservatrice dans l'édition». *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris. ISSN 0335-5322 [em linha]. Nº 126-127 (mar. 1999), p. 3-28. Disponível em <https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1999_num_126_1_3278>.
- BRANCO, Camilo Castelo – *Dispersos*. Compil. e notas de Júlio Dias da Costa. Vol. I. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924. 589 p.
- BRUNO, Sampaio – *Os Modernos Publicistas Portugueses*. Porto: Chardron, 1906. XVI, 425 p.
- CHALABY, Jean – «O Jornalismo como invenção anglo-americana. Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920)». *Media & Jornalismo*. Coimbra: Minerva. ISSN 1645-5681. A. 2, n.º 3 (out.-inv. 2003). p. 29-50.
- CHARLE, Christophe – *Le Siècle de la Presse (1830-1939)*. Paris: Seuil, 2004. 399 p. ISBN 2-02-036174-4.
- – *Les intellectuels en Europe au XIXe siècle. Essai d'histoire comparée*. 2ª ed. Paris: Seuil, 2001, 452 p. ISBN 2-02-050050-7.
- – *Naissance des «Intellectuels». 1880-1900*. Paris: Minuit, 1990. 271 p. ISBN 2-7073-1325-4.
- – *La Crise Littéraire à l'Époque du Naturalisme*. Paris: Presse de l'École Normale Supérieure, 1979. 207 p. ISBN 2-7288-0055-3.
- CORDEIRO, Luciano – *Livro de Crítica: arte e literatura portuguesa de hoje*. Porto: Tip. Lusitana, 1869. 319 p.
- CORREIA, João C. – *Jornalismo e Espaço Público*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1998. 186 p. ISBN 972-9209-59-6.
- DELPORTE, Christian – *Les Journalistes en France : 1880-1950*. Paris: Seuil, 1999. 449 p. ISBN 2-02-023509-9.
- – *Histoire du Journalisme et des Journalistes en France (du XVII^e siècle à nos jours)*. Paris: P.U.F., 1995. 127 p. ISBN 2-13-046778-4.
- DIAS, Luís Augusto Costa – «Personagens inventadas: jornalismo e ficção na I Grande Guerra mediática (1914-1918)». *Mediapolis*. Coimbra: IUC. ISSN 2183-5918. Nº 6 (2018), p. 41-59.
- – *Do claro busto de Minerva à dupla face de Jano, ou os anos dourados da imprensa*. In GOUVEIA, Cristina (coord.) – *Roque Gameiro na Imprensa*. Amadora: Casa Roque Gameiro, 2017. ISBN 978-972-8284-84-8, p. 7-17.

- — «Imprensa e espaço Público»; «Jornalismo moderno». In ROLLO, Maria Fernanda (coord.) – *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Vol. II. Lisboa: Assembleia da República, 2014. ISBN 978-972-556-558-2, p. 370-373. p. 539-541.
- — «Elites intelectuais». In ROLLO, Maria Fernanda (coord.) - *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Vol. I. Lisboa: Assembleia da República, 2013. ISBN 978-972-556-557-5. p. 1114-17.
- — *No século do povo: a perspetiva liberal e romântica de Garrett e Herculano*. In NEVES, José (coord.) – *Como se Faz um Povo*. Lisboa: Tinta da China / Fundação EDP, 2010. ISBN 978-989-671-040-8. p. 85-92.
- — «O papel do impresso. A imprensa e a transformação do espaço público em Portugal (último quartel do século XIX – primeiro quartel do século XX)». *Estudos do Século XX*. Coimbra: IUC. ISSN 1645-3530. N.º 7 (2007) p. 307-317.
- DIAZ, Brigitte – *Stendhal face à la presse de son temps*. In THERENTY, Marie-Ève; VAILLANT, Alain (dir.) – *Presse et Plumes : journalisme et littérature au XIX^e siècle*. Paris: Nouveau Monde, 2004. ISBN 2-84736-045-X. p. 17-29.
- DIAZ, José-Luis – «L'esprit sous presse. Le journal et le journaliste selon la littérature panoramique». In THERENTY, Marie-Ève; VAILLANT, Alain (dir.) – *Presse et plumes: journalisme et littérature au XIX^e siècle*. Paris: Nouveau Monde, 2004. ISBN 2-84736-045-X. p. 31-50.
- DIOGO, Américo Lindeza; SILVESTRE, Osvaldo – *Les Tours du Monde de Fradique Mendes. A roda da história e a volta da manivela*. Sintra: Câmara Municipal, 1993. 148 p. Dep. Legal PT – 66556/93.
- — *O Espectro*. Dir.: [António Rodrigues Sampaio]. Lisboa, 1 (16 dez. 1846) – 63 (3 jul. 1847) [nova ed. Lisboa: Tip. Diário da Manhã, 1880].
- FERENCZI, Thomas – *L'Invention du Journalisme en France. Naissance de la presse moderne à la fin du XIX^e siècle*. Paris: Plon, 1993. 275 p. ISBN 2-259-02605-2.
- FERNANDES, Paulo Jorge – *Mariano Cirilo de Carvalho. O «poder oculto» do liberalismo progressista (1876-1892)*. Lisboa: Texto Editores, 2010. 478 p. ISBN 978-972-47-4158-1.
- FERREIRA, Alberto; MARINHO, Maria José (ed.) – *Bom Senso e Bom Gosto. A Questão Coimbrã*. Vol. 1. Lisboa: IN-CM, 1985. 646 p. Dep. Legal 35318-X-85 PT.
- GARRETT, Almeida – *Doutrinação Liberal*. Sel. Textos, introd. e notas de Luís Augusto Costa Dias. Lisboa: Alfa, 1990. 163 p. Dep. Legal 43225/91 PT.
- HERCULANO, Alexandre – «Da propriedade literária e da recente Convenção com França». In *Opúsculos*. Org., introd. e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia. Vol. I. Porto (imp.): Presença, 1982. p. 221-274.
- KALIFA, Dominique – *La Culture de Masse en France. 1860-1930*. Paris: La Découverte, 2001. 122 p. ISBN 2-7071-3515-1.
- KALIFA, Dominique [et al.] (dir.) – *La Civilisation du Journal. Histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIX^e siècle*. Paris: Nouveau Monde, 2011. 1762 p. ISBN 978-2-84736-543-6.
- LOURENÇO, A. Apolinário – «De Fradique Mendes a Fernando Pessoa. A aventura interminável», *Cadernos de Literatura*. Coimbra: C.L.P. / I.N.I.C. Dep. Legal -2895/83 . N.º 25 (Dez. 1986). p. 45-52.

- MENDONÇA, A. P. Lopes de – *Memórias de Literatura Contemporânea*. Lisboa: Tip. do Panorama, 1855. 388 p.
- MIRANDA, Paula Cristina – *As Origens da Imprensa de Massa em Portugal: o Diário de Notícias (1864-1889)*. Dissertação de Mestrado em Estudos Históricos Europeus. Évora: Universidade de Évora, 2002. Polic. 305 p.
- PEIXINHO, Ana Teresa – «Cânone realista e discurso de imprensa». In LOURENÇO, António Apolinário et al (dir.). *O Século do Romance. Realismo e Naturalismo na Ficção Oitocentista*. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa, 2013. ISBN 978-972-9126-28-4. p. 191-208.
- – *A Epistolaridade nos Textos de Imprensa de Eça de Queirós*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / F.C.T., 2011. 568 p. ISBN 978-972-31-1346-4.
- PEIXINHO, Ana Teresa; DIAS, Luís Augusto Costa – «A cidade e as suas personagens em fim-de-século no quadro de emergência de uma cultura urbana de massas em Portugal». *Mediapolis*. Coimbra: IUC. ISSN 2183-5918. N.º 1 (1.º sem. 2015) p. 91-105.
- PEREIRA, José Carlos Seabra – «Do Fim-de-Século ao Modernismo». In REIS, Carlos (dir.) – *História Crítica da Literatura Portuguesa*. Vol. 7. Lisboa: Verbo, 1995. 460 p. ISBN 972-22-2473-5.
- – *O Neo-Romantismo na Literatura Portuguesa. 1900-1925*. Tese de Doutoramento, polic., Coimbra: FLUC, 1999.
- PIEIDADE, Ana Nascimento – *Fradiquismo e Modernidade no último Eça*, Lisboa: IN-CM, 2003. X, 332 p. ISBN 972-27-1157-1.
- SERPA, António de – *Poesias*. Lisboa: Tip. da Revista Popular, 1851. 233 p.
- PINHEIRO, Rafael Bordalo – *A Berlinda: reproduções dum álbum humorístico ao correr do lápis*. Lisboa: s.n., 1870 [edição fac-similada, Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2005. 8 f. desdobradas. Dep. Legal PT – 232837/05. Disponível em <http://purl.pt/23524/1/1385504_PDF/1385504_0000_tE.pdf>].
- QUEIRÓS, Eça de – *A Correspondência de Fradique Mendes*. Edição Crítica de Carlos Reis, Irene Fialho, Maria João Simões. Lisboa: INCM, 2014. 436 p. ISBN 978-972-27-2085-4.
- – *Cartas Públicas*. Edição Crítica de Ana Teresa Peixinho. Lisboa: INCM, 2009. 239 p. ISBN 978-972-27-1800-4.
- – *Textos de Imprensa IV (da Gazeta de Notícias)*. Edição Crítica de Elza Miné e Neuma Cavalcante. Lisboa: INCM, 2002. 685 p. ISBN 972-27-1125-3.
- – *Textos de Imprensa VI (da Revista de Portugal)*. Edição Crítica de Helena Santana. Lisboa, INCM, 1995. 147 p., 4 f. ISBN 972-27-0718-3.
- – *Correspondência*. Org. Guilherme de Castilho. 2 vols. Lisboa: IN-CM, 1983. 640; 622 p. Dep. Legal PT - 2622-83.
- – «Uma circular de E. Q.». In ANDRADE, M. – «Eça de Queiroz e a Revista de Portugal». *Ocidente*, Lisboa: Edição de Álvaro Pinto. Suplemento ao Vol. XLIV, N.º 177 (1953) p. 30.
- RAFAEL, Gina Guedes; SANTOS, Manuela (org.) – *Jornais e Revistas Portugueses do Século XIX* [catálogo]. 2 vols. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001. 480; 432 p. ISBN 972-565-229-0. ISBN 972-565-314-9.
- REIS, Carlos – *Estudos Queirosianos. Ensaios sobre Eça de Queirós e a sua obra*. Lisboa: Presença, 1999. 194 p. ISBN 972-23-2473-X.
- RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, Ruth – «Balzac, una visión crítica y contemporánea del periodismo». *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*. Madrid: Universidade Complutense de Madrid. ISSN

- 1134-1629. Vol. 12 (2006). p. 443-455. Disponível em <<http://revistas.ucm.es/index.php/ESMP/article/view/ESMP0606110443A/12382>>.
- RODRIGUES, Ernesto – *O Mágico Folhetim. Literatura e Jornalismo em Portugal*. 1.^a ed. Lisboa: Editorial Notícias, 1998. 496 p. ISBN 978-972-46-0954-6.
- SANTOS, Maria de Lurdes Lima dos – *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*. Lisboa: Presença, 1988. 356 p. Dep. Legal – 21832.
- TENGARRINHA, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2.^a ed. rev. Lisboa: Caminho, 1989. 352 p. ISBN 972-21-0396-2.
- THÉRENTY, Marie-Ève; VAILLANT, Alain – *1836, l'an I de l'ère médiatique*. Paris: Nouveau Monde, 2001. 388 p. ISBN 2-84736-002-6.
- VENÂNCIO, Fernando – *Concepções de Língua Literária em Portugal na Época de Castilho: 1835-1875*. Tese de doutoramento, polic. Universidade de Amsterdão, 1995. 268 p.

O teatro como manifesto político
no advento do salazarismo

O caso da peça *O Estandarte*, em 1932

The theatre as a political manifesto
in the advent of the salazar regime

The case of the play *O Estandarte (the banner)*, in 1932

José Guilherme Victorino

José Guilherme Victorino, Doutor em Ciências da Informação pela Universidade Complutense de Madrid, Professor na Universidade Autónoma de Lisboa, Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20. Email: zeguiv@gmail.com.

O TEATRO COMO
MANIFESTO POLÍTICO NO
ADVENTO DO
SALAZARISMO: O CASO DA
PEÇA *O ESTANDARTE*, EM
1932

O presente estudo tem por objeto a análise do enredo e dos múltiplos contornos de uma obra nunca publicada, julgada como perdida, *O Estandarte*, original de António Ferro, levada à cena em 1932. Para além da polémica que rodeou a estreia, examinam-se outros elementos, como as motivações do autor ao ter baseado a peça em factos reais, incidindo sobre a vida de Homem Cristo Filho, não só pretendendo reabilitar a sua memória, como aproveitando para clamar sobre a necessidade de um apaziguamento entre facções em conflito no mesmo campo político. Além da imprensa da época, esta pesquisa incluiu a consulta de correspondência inédita, entre ambos, de onde também se colocam hipóteses sobre as motivações e antecedentes que terão levado Ferro a estreitar a peça naquele momento político e a probabilidade de, através de *O Estandarte*, ter pretendido contribuir para a criação de um ambiente favorável à ascensão de Salazar, perante a opinião pública, demarcando-se, em simultâneo, de um passado extremista, da maior conveniência perante o advento da nova ordem que começava a prefigurar-se.

Palavras-chave: Teatro; António Ferro; Homem Cristo Filho; Oliveira Salazar; Propaganda.

THE THEATRE AS A
POLITICAL MANIFESTO IN
THE ADVENT OF THE
SALAZAR REGIME: THE CASE
OF THE PLAY *O ESTANDARTE*
(THE BANNER), IN 1932

This study aims to analyse the plot and the multiple contours of *O Estandarte*, an original unpublished work, considered as lost, by António Ferro, which premiered in April 1932. In addition to examining the atmosphere of animosity that surrounded the first showing, it studies other aspects, such as the author's motivations for having based the play on real facts, focusing on the life of Homem Cristo Filho, not only in order to rehabilitate his memory, but also to claim the need for appeasement between factions within the same political sector. In addition to analysing the press of that period, this research also studied the original correspondence between the two men, examining the motivations and previous circumstances that led Ferro to debut the play at that political moment, and the possibility of contributing to the creation of an environment that favoured the rise of Salazar before public opinion, while moving away from an extremist past, which was very convenient in the advent of the new order that was beginning to arise.

Keywords: Theater; António Ferro; Homem Cristo Filho; Oliveira Salazar; Propaganda.

LE THÉÂTRE COMME
MANIFESTE POLITIQUE
DANS L'AVÈNEMENT DU
SALAZARISME: LE CAS DE
LA PIÈCE *O ESTANDARTE*
EN 1932

Cette étude a pour objet l'analyse de l'intrigue et des multiples contours d'une œuvre inédite, considérée comme perdue, *O Estandarte*, une œuvre originale d'António Ferro, jouée en 1932. En plus de la controverse ayant entouré la première, d'autres éléments sont examinés, tels que les motivations de l'auteur lorsqu'il a basé sa pièce sur des faits réels, portant sur la vie de Homem Cristo Filho, en souhaitant non seulement réhabiliter sa mémoire, mais en en profitant également pour clamer le besoin d'apaisement entre les factions conflictuelles dans le même domaine politique. Outre la presse de l'époque, cette recherche a inclus la consultation d'une correspondance inédite entre les deux, à partir de laquelle sont également formulées des hypothèses sur les motivations et les antécédents qui ont conduit Ferro à débiter la pièce à ce moment politique et la probabilité que, par le biais de *O Estandarte*, il ait souhaité contribuer à la création d'un environnement favorable à l'ascension de Salazar, aux yeux de l'opinion publique, en se démarquant, en même temps, d'un passé extrémiste, de la plus grande commodité dans l'avènement du nouvel ordre qui commençait à être préfiguré.

Mots-clés: Théâtre; António Ferro; Homem Cristo Filho; Oliveira Salazar; Propaganda.

No dia 6 de abril de 1932, ano em que Carmona encarregou Salazar de formar Governo, teve lugar a estreia, no Teatro da Trindade, pela Companhia Lucília Simões, de uma peça que estava a gerar grande expectativa no meio: *O Estandarte*, original de António Ferro, já então destacado jornalista, escritor e crítico teatral. Entre outras, tinha Ferro sido autor de peças de intencional recorte futurista, como *Mar Alto*, representada em Lisboa, em 1923, cuja apologia de um triângulo amoroso, por muitos considerada amoral, levou ao seu cancelamento pelo Governo Civil, sob uma inclemente chuva de críticas (FERRO, 1924(?): 69-95). Esta ainda esteve para voltar a ser representada em vão, no Teatro Novo, criado por Ferro no salão de chá do Tivoli, em 1925, iniciativa em que, à semelhança da *Contemporânea*¹, pretendendo uma «modernização do gosto», foi pela primeira vez representada em Portugal uma peça de Pirandello².

António Ferro entre o Futurismo e o Fascismo

Foi António Ferro o mais versátil e empenhado arauto difusor do ideário fascista em Portugal, primeiramente num registo neosidonista, próximo da essência dos partidos e causas em que viria a militar, seguidamente através das suas reportagens compulsadas em livros que, ao longo da década de 1920, causaram sensação junto de um público conservador assustado com a ameaça de “bolchevização” do operariado (OLIVEIRA, 1980: 12). Como “repórter internacional”, Ferro também traduziu as suas crescentes convicções políticas nesse registo, entrevistando e enaltecendo figuras como D’Annunzio, Mussolini, Primo de Rivera ou Georges Valois, colocando o problema central «na questão da ordem, da disciplina, do patriotismo, para a construção de um Estado forte», como referiu Ernesto Castro Leal (LEAL, 1994: 159).

Desde a sua efémera experiência n’*O Jornal*, destinado a prosseguir o ideário da “República Nova” sidonista³, começou o jovem Ferro a ser galvanizado pelas ditaduras, e concomitantemente pelo Fascismo, «filosofia de ação baseada na intuição, no culto da energia e do arrebatamento», como outros inconformados espíritos contemporâneos que escolheram, como também referiu Castro Leal: «o modernismo e o futurismo como atitude estética e o presidencialismo como atitude política» (LEAL, 1994: 37). Pretendendo modelar um homem novo e dinâmico, uma das razões da atração exercida sobre uma juventude que se sentia limitada pelo mundo burguês, mas também recusava a solução anarquista, ou marxista, revendo-se na componente simultaneamente elitista e

¹ Fundada pelo decorador do «Teatro Novo», José Pacheco, «revista feita expressamente para gente civilizada (...) e para civilizar gente», contando com diversos colaboradores das direitas, como Ferro e Homem Cristo Filho, mas também os integralistas Sardinha e Monsaraz, e ainda Pessoa, Almada, Raul Leal, Mário Saa, entre outros. FRANÇA, 1992: 155.

² *Idem*, p. 102. Do programa de obras a levar à cena constavam autores como João de Castro (Osório), fundador do Nacionalismo Lusitano, que em carta a Ferro, sem data, lamentou as dificuldades financeiras daquele efêmero projeto teatral (outra iniciativa conjunta para além da ação conspiratória mencionada neste acervo epistolar?): «A persistir nestas condições (...) é preferível fechar já (evitando perdas ainda maiores), para podermos reabrir no Inverno. (...) Não poderemos (...) ter teatro novo senão duas vezes no ano». Correspondência de João de Castro Osório para António Ferro. Arquivo da Fundação António Quadros: Fundo António Ferro.

³ «Que antecipou, nomeadamente com o seu populismo antiplutocrático, alguns traços do fascismo». PINTO, 1992: 118.

igualitária do fascismo, tais ideias atraíram «os modernistas vanguardistas», mas também toda uma «massa de jovens intelectuais (...) prova de que pode existir uma cultura que não esteja fundada nos privilégios de nascimento e de dinheiro» (STERNHELL, SZNAJDER e ASHÉRI, 1995: 392-394) – caso particular de António Ferro.

A sua ligação a estas correntes, ao longo deste período, motivada pela desilusão do retorno à “República Velha”⁴, pode também ser explicada a partir da influência que sobre si exerceu uma personagem a que adiante voltaremos, Homem Cristo Filho (Francisco Manuel), como o caracterizou João Medina, «o único *fascista* autêntico da nossa história política, o único que bebeu as doutrinas do *fascio* mussolinesco *sur place*» (MEDINA, 1978: 20).

Antes das entrevistas concedidas por Salazar, nos finais de 1932, Ferro já vinha, desde a década anterior, a desenvolver uma construção teórica curiosamente próxima daquilo que, em 1938, Walter Benjamin designou como a estetização da política, imanente à ascensão do fascismo (BENJAMIN, 1978): «A nossa política não tem beleza, não tem cenário, não tem figuras decorativas (...). É esse o maior defeito da vida pública portuguesa. Ninguém cuida de vestir os sentimentos, de lhes dar forma, de lhes dar elegância, de os pôr apresentáveis», escreveu Ferro, em 1921, saudosos da figura carismática de Sidónio⁵. Esta consistente visão de futuro «intelectual orgânico», como o definiu Luís Reis Torgal (TORGAL, 2009: 78-80), viria a evoluir, já no Secretariado da Propaganda Nacional (doravante SPN), no sentido de uma *teoria do gosto*⁶, designadamente através de iniciativas como o Teatro do Povo, em 1936, na consciência que o Estado Novo desenvolveu, da necessidade de aproveitar os tempos livres dos trabalhadores, num contexto de necessária inculcação ideológica, devido aos receios de “contágio” do conflito espanhol.

Também a partir da sua posição de crítico teatral, no *Diário de Notícias*, Ferro foi o representante português ao I Congresso Internacional da Crítica Dramática e Musical, realizado em Paris, em 1926, tendo-se devido à sua pulsão organizativa a realização, em Lisboa, do IV Congresso, em 1931, que mais tarde comentou:

«A primeira grande campanha da nossa propaganda no estrangeiro (...) da qual foram os seus primeiros agentes, completamente desinteressados, os críticos de todos os países que vieram nesse momento, ao nosso país. E durante dois anos pude ser, devido a esse Congresso, para bem da Nação, pelos contactos que tal posição me trouxe, o Presidente da Federação Internacional da Crítica» (FERRO, 1950: 97-98).

⁴ «Em “Bilhete de Pêsames”, dez anos após a revolução, recorda o ato: «Cinco de Outubro de 1910 (...) A hora é grande, redentora. Sentem-se os passos da Raça. Portugal (...) ressuscita» (...). A ilusão durara pouco tempo. Rapidamente instalara-se «uma república de boémios», onde cresceram (...) os «ódios», «os escândalos» (...) numa «permanente barraca de fenómenos». FERRO, António – “Bilhete de Pêsames”. O Imparcial, 5/10/1920, *apud* LEAL, 1994: 79-80.

⁵ FERRO, António – “O Parlamento e os artistas”. *Diário de Lisboa*, 7/7/1921, *apud* RODRIGUES, 1987: 329.

⁶ «Há que transformar, de facto, a mentalidade do nosso meio (...) provinciano (...). Se 1932 (...) quiser ser um ano às direitas, tem de gritar e impor, com o auxílio da imprensa, com o auxílio do Governo, se for preciso, um gosto médio, um gosto que não aspire aos arrojos de Berlim e de Moscovo, mas que não nos envergonhe diante de estrangeiros, diante de civilizados». FERRO, António – “Ano Novo, Ano Bom?”. *Diário de Notícias*, 1/1/1932.

Mas apesar desta posição de proeminência em relação aos seus colegas de profissão, conforme relatado pelo seu mais próximo colaborador nos alvares do SPN, Artur Maciel, também crítico teatral n'*A Voz* (VICTORINO, 2013: 137-139), tinha Ferro «muito escassas relações, por então, nos arraiais situacionistas mais próximos de Salazar» e há «mais de um ano que tentava em vão» entrevistar o mesmo⁷, acrescentando:

«Sentia-se a necessidade premente de um serviço de informação, apto a esclarecer (...) as nossas agências diplomáticas (...) os escritores e jornalistas que espontaneamente nos visitavam, atraídos pelo interesse da «experiência portuguesa» (...). O *Diário de Notícias* abre (...) as suas colunas às famosas entrevistas subscritas por António Ferro. (...) e a sua edição em livro tiveram o condão de pôr sob os olhos do Presidente do Conselho o jornalista já de nome feito, que muitas circunstâncias podiam indicar para o novo (...) cargo. Mas (...) Ferro, mesmo após o contacto com Salazar, ainda não o atraía o compromisso de uma ostensiva posição política – «*Não sou, não quero ser um político militante*» era uma perseverante frase sua (...) interessava-o sim, ao tempo, um plano do Ministro dos Negócios Estrangeiros, então o Dr. César Mendes, que previa a nomeação de adidos de imprensa em Paris, Londres, Berlim, Roma e Rio de Janeiro. O centro nevralgico (...) seria Paris e incitava toda a sedução de António Ferro. Esse plano foi dado por inviável e só depois disso se tornou mais fácil libertar Ferro da relutância em perder aquilo que chamava a sua independência de escritor e jornalista»⁸.

Não sendo de descartar a possibilidade de também ter feito parte de uma iniciativa congénere (proposta por Homem Cristo Filho a Gomes da Costa, em 1926⁹), apesar de Ferro parecer ter sido alheio a posteriores esboços de outro «*bureau* de propaganda» (segundo o mesmo relato de Maciel, referindo tê-lo proposto a Domingos Oliveira, em 1930, e a Salazar, em 1932), o encadeamento de alguns artigos que Ferro, antes e depois da representação d'*O Estandarte*, publicou no *Diário de Notícias* (seguidos das entrevistas de Salazar), pode ser visto como um indício de que já vinha preparando a opinião pública para a necessidade de um organismo que se adequasse ao seu próprio perfil, tomando posições da maior conveniência perante o advento da nova ordem que começava a prefigurar-se e que certamente influenciaram a sua nomeação para dirigir o SPN no ano seguinte¹⁰. A mensagem subjacente a textos como o já citado “Ano

⁷ Ver idêntico comentário em NOGUEIRA, 1978: 176.

⁸ MACIEL, Artur – “Salazar nos primeiros tempos da vida e da acção do SNI”. *Diário da Manhã*, 5/7/1957.

⁹ «Gomes da Costa falou-nos pois especialmente da situação exterior do país e da imperiosa necessidade que havia (...) de a modificar, organizando sem demora, à semelhança da maior parte das outras nações, uma Alta Direcção ou Comissão de Propaganda que nos valorizasse no estrangeiro». CRISTO FILHO, Homem – “Declaração Desassombhada”. *A Informação*, 1/9/1926, *apud* CASTELO-BRANCO, 2001: 141. A sua pretensão, contudo, terá sido vetada por Carmona, dado o vencimento a que Homem Cristo aspirava para poder desempenhar aquele cargo em Paris: «300 libras-ouro por mês». *Ibidem*.

¹⁰ Ver no mesmo contexto SERRA, TORRES, 2017: 221-222, ACCIAIUOLI, 2013: 71.

Novo, Ano Bom”¹¹; “Vida”¹²; “Falta um Realizador”¹³; “O Ditador e a Multidão”¹⁴; “Política do Espírito”¹⁵, colocou a necessidade de se encontrar um “*metteur en scène*”, como intermediário entre a ditadura e as massas, tendo-se Ferro ainda desdobrado na organização de uma série de conferências sobre Portugal, em Paris, «em missão do Ministério dos Negócios Estrangeiros»¹⁶, a que se seguiram, em Lisboa, a de Lucien Dubech¹⁷ e a de Marinetti (que levou Almada Negreiros a criticar Ferro e «os caprichos mundanos» do seu «programa pessoalíssimo»¹⁸).

Fixado o registo que mais lhe interessava nesse momento – «Porquê Portugal, isolado no seu mirante, não conseguiu ainda, apesar de toda a propaganda, impor-se à Europa e ao Mundo?»¹⁹ – Ferro estava desta forma a introduzir o tema, por si acarinhado, em que à semelhança do Fascismo, em Itália, o novo regime tomasse os intelectuais como agentes de inculcação ideológica, tendo sido o pioneiro, em Portugal, de uma propaganda também mais tarde consolidada pelo SPN sob uma forma de paradiplomacia²⁰.

A peça e a realidade para lá da ficção

Pelos motivos apontados, nesse ano de consagrações para Ferro, quando *O Estandarte* subiu à cena, tal não se deve ter devido a uma coincidência. Nunca publicada, julgada desaparecida do espólio do seu autor (RODRIGUES, 1995: 127n.), esta peça em três atos, com cenários de Cottinelli Telmo, foi considerada por Luís Francisco Rebello como a primeira de um género que constituiu uma raridade no Estado Novo: das obras teatrais «que fizeram a apologia, direta ou indireta, do regime ou da ideologia em que se apoiava» (REBELLO, 1999: 497), como *Revolução*, de Henrique Galvão (também de 1932), *Camaradas*, de Virgínia Victorino (em 1937)²¹ e *Pátria*, de Vasco Mendonça Alves (em 1943).

O Estandarte acabou por não passar de duas récitas, em Lisboa, seguida de récita única no Teatro Sá da Bandeira, no Porto, em 20 de maio, fazendo parte do elenco

¹¹ *Diário de Notícias*, 1/1/1932.

¹² *Diário de Notícias*, 7/5/1932.

¹³ *Diário de Notícias*, 14/5/1932.

¹⁴ *Diário de Notícias*, 31/10/1932.

¹⁵ *Diário de Notícias*, 21/11/1932.

¹⁶ *Diário de Notícias*, 7/11/1932. As conferências foram levadas a cabo na Casa de Portugal em Paris, com a participação de Gérard Bauer, Paul Valéry, Fernand Gregh, Robert Kemp e Emile Vuillermoz, terminando com aquela que foi proferida pelo próprio Ferro e por Fernanda de Castro, em 20 de fevereiro de 1932.

¹⁷ Crítico do periódico homónimo da *Action Française*, é de assinalar que, durante a sua presença, em Lisboa, foi convidado por Ferro para assistir à estreia d’*O Estandarte*, sobre a qual escreveu enaltecendo o autor: “Uma *première* portuguesa vista por um crítico parisiense”. *Diário de Notícias*, 13/4/1932. Tal motivou uma réplica do crítico Avelino de Almeida (que antes qualificara a peça como «um sermão patrioteiro, com suas rajadas de comício»), acusando Dubech de flagrante parcialidade: «Nunca imaginei – juro-o! – foi que o grande e violento crítico apreciasse, fora de França, e com ares de quem dá lições aos naturais, peças escritas numa língua que ignora». “O Estandarte”. *Cinéfilo*, 9/4/1932. “As lições de M. Dubech. *Idem*, 16/4/1932.

¹⁸ NEGREIROS, José de Almada – “Os futuristas portugueses e a visita de Marinetti”, *Diário de Lisboa*, 25/11/1932.

¹⁹ FERRO, António – “Vida”, *Diário de Notícias*, 7/5/1932, *apud* RODRIGUES, 1987: 391.

²⁰ VICTORINO, 2018: 169-250.

²¹ Sobre esta peça, cuja temática terá sido sugerida por Ferro à autora, ver NETO, 2001: 141-146.

Lucília Simões, Brunilde Júdice, Erico Braga, Nascimento Fernandes, Samuel Dinis e Joaquim Almada. De facto, parecia ter-se gerado mais uma espécie de cabala contra o autor, de fortes inimizades no meio²², à semelhança do que também se havia passado com *Mar Alto*, nove anos antes, o que pode ter constituído um inesperado retrocesso na estratégia de António Ferro.

Mas vejamos uma síntese do 1.º ato, no dia seguinte, publicada no *Diário de Lisboa* pelo crítico Acácio de Paiva:

«(O) *Estandarte* pretende ser um conflito passional envolto num caso político da época. A figura central, que morre no segundo ato, é a biografia dum chamado chefe. Elegante, rude de palavras, imperativo no querer, ele domina a vida, os acontecimentos e as mulheres, com uma facilidade assombrosa. Tem um inimigo que o combate terrivelmente na imprensa. Um artigo mais violento, com o título de «Indesejáveis», atira o chefe para o exílio, que assim evita a prisão. Antes de partir parece que liquida o seu conflito sentimental. Dum lado a mulher, que o ama, mas que o irrita com as suas ironias. O filho, de poucos anos, certamente, e a casa em que ambos vivem. Do outro a amante, a secretária, a confidente, que ele prefere, exigindo à mulher a separação, o filho e a casa. Mas a polícia está-lhe no encalço. Então, as duas mulheres, separadas por aquele amor, unem-se à roda do homem-chefe, palpitantes de paixão e de carinho, salvando-o, compelindo-o à fuga, num primeiro ato de grande dramatismo»²³.

Mais omissa no que diz respeito à continuação do enredo, referindo o mesmo crítico que, no 2.º ato, a peça deixa «de respirar» e que «as figuras perdem relevo e andam à toa e muito embrulhadas em palavras», recorrendo ao guião (FERRO, 1932), vemos que o dito «Chefe» («José Manuel de Castro»), morre em França num acidente de automóvel, encontrando-se a partir daí a sua mulher («Albertina») e a sua amante («Marta»), irmanadas pela mesma dor: «Desapareceu o homem que nós amámos, mas há que salvar o chefe duma causa nobre, duma causa nacional, da nossa causa!

²² «Que explicação encontrar para a atitude excepcional assumida por uma parcela dos que acorreram à primeira do *Estandarte*? Criando uma atmosfera péssima logo no decorrer do 2.º ato, interrompendo permanentemente o terceiro, a ponto de se ter tornado impossível ouvir tudo o que em cena se dizia (...) quem assim manteve o alvoroço deixou nitidamente provado que não pretendia aquilatar do valor da peça. A primeira condição para julgá-la consistia, precisamente, em curar de a ouvir! O escândalo visou, portanto, outro objectivo. (...) Tratava-se de alguém que é discutido, e naturalmente malquisto, como crítico de teatro que desde há muito emite opinião das colunas de um dos mais importantes diários portugueses. (...) alguém, enfim, que, num meio restrito e mesquinho como o nosso, onde o êxito de quem quer que seja (...) desperta invejas e despeitos de toda a ordem». MACIEL, Artur – “No Trindade: *O Estandarte*, peça em 3 actos, original de António Ferro”. *A Voz*, 10/4/1932. «Facílmo provar a “cabala” (...). Ela foi denunciada pelo Sr. Vasconcelos de Carvalho, oito dias antes da *première*, num artigo do *Diário de Coimbra* intitulado: “Um monstruoso atentado que se prepara”. FERRO, António – “A crítica da peça “*O Estandarte*” feita pelo seu autor”. *Diário de Notícias*, 17/4/1932.

²³ A. P. – “«O Estandarte», no Teatro da Trindade”. *Diário de Lisboa*, 7/4/1932. O «artigo» mencionado no enredo é publicado no «O Resgate», órgão da causa do «Chefe», por sua vez combatido pelo homólogo do seu rival: «O Estandarte». Designação recorrente na terminologia utilizada por Homem Cristo Filho para divulgar o seu ideário, note-se que depois de idêntica realizada em Aveiro, em março de 1925, o título da conferência que tentou proferir em Coimbra (proibida por ordem do governador civil), era «A Campanha do Resgate». CASTELO-BRANCO, 2001: 135-136.

É necessário que o seu espírito não morra, que procure outro corpo e que continue a guiar esse movimento que só existiu porque a sua vontade quis». Nisto aparece em cena o arquirrival político do «Chefe» («Costa Lebre»), de «igual força na voz, no olhar e na atitude». Declara-se este apostado numa frente única das duas causas (apesar de tudo idênticas no guião, dos «tradicionalistas» contra os «reformistas»), mas, sendo surpreendido pela notícia da morte do seu adversário, oferece de imediato o seu periódico para prestar as últimas homenagens ao chefe morto, de quem se declara afinal ter sido sempre admirador como «antigo companheiro de armas»: «O vosso chefe morrendo tragicamente (...) a caminho do exílio, prestou o último serviço às suas ideias, ao seu país. O poder será nosso, dentro de pouco tempo, se soubermos dar vida à sua morte».

No 3.º ato, esta personagem transforma-se efetivamente no novo «Chefe», apossando-se inteiramente da situação, conseguindo congregar à sua volta a adesão dos correligionários mais importantes do seu antigo adversário, «tomando com generosidade conta do partido do outro, da glória do outro», como referiu Acácio de Paiva – acrescente-se também da amante do outro, que acaba paradoxalmente seduzida pelo novo líder quando a peça termina²⁴.

Se na altura não devem ter restado dúvidas, dadas as pistas que Ferro introduziu neste enredo à *clef*, notoriamente coincidentes com a vida de Homem Cristo Filho, vários factos confirmam que a personagem central da peça era de facto a sua encarnação. Não só Fernando Homem Cristo, seu irmão, o veio a referir em elogiosa carta ao autor²⁵, como em 1934 começou o jornalista e escritor monárquico, Tomás Ribeiro Colaço, no seu semanário *Fradique*, a publicar os três primeiros capítulos²⁶ de um romance que só veio a editar no Brasil, em 1947, *A Calçada da Glória*, severa caricatura da vida e obra de António Ferro²⁷. Nesse livro, ao descrever-se um tumulto durante a representação da peça «A Bandeira», é facilmente identificável Homem Cristo Filho²⁸,

²⁴ «O terceiro acto é francamente mau. Vê-se que o autor, liquidada a personagem central, finalizando o conflito sentimental, definida a atitude do inimigo do chefe, nada mais tem que fazer. Então recorre à oratória e a conversações pueris, abusando do nome do personagem morto». A. P. – «O Estandarte», no Teatro da Trindade”. Diário de Lisboa, 7/4/1932. «Não era esta a peça a esperar de António Ferro, cuja obra anda ligada a tendências marcadamente de vanguarda (...). Uma peça inferior ao próprio nome do autor». MACIEL, Artur – “No Trindade: *O Estandarte*, peça em 3 actos, original de António Ferro”. A Voz, 10/4/1932.

²⁵ «Fiquei comovido e atónito (...) pela inteligência e amor com que você evocou a figura inesquecível do meu saudoso irmão». Carta de Fernando Homem Cristo para António Ferro. Lisboa, 9/4/1932. Arquivo da Fundação António Quadros: Fundo António Ferro.

²⁶ *Fradique*, 5-7-1934; 27-9-1934; 7-2-1935. No âmbito de uma entrevista dada por Colaço, referiram-se as “«Memórias de Antero Chumbo», de que o semanário *Fradique* publicou já alguns trechos, assombrosos de realidade, sobretudo no que diz respeito ao desenho da figura primacial”. “Thomaz Ribeiro Colaço declara guerra aberta aos falsos ídolos”. Diário de Lisboa, 1/2/1935.

²⁷ «Ferro malhado à esquerda republicana como à direita monárquica». FRANÇA, 1995: 11.

²⁸ «A propaganda da Ideia Nova, como não aparecia afinal Ideia, era feita sobretudo na chacota dos cafés. Antero sentiu que chegara o momento de desferir um grande golpe (...). Morrerá pouco antes (...) num espectacular desastre de automóvel – ao voltar de uma entrevista com certo Marechal – um português de nome singular que fora um dos mais caros figurinos de Antero Chumbo: Santo Pedro Sobrinho (...). Antero estivera em contacto com ele, seguira-lhe depois de longe a trajectória, com uma gulosa sede de tornar-se igual. (...) Resolveu aproveitá-lo para uma peça». COLAÇO, 1947: 71-72.

sendo que, por outro lado, em carta dirigida a Virgínia Victorino, Colaço referiu que não só teve por propósito aludir ao *O Estandarte*, mas também a *Mar Alto*, facto que talvez ajude a explicar algumas discrepâncias entre o guião da primeira e certas cenas e episódios que descreve durante a peça que caricaturou²⁹. Como referiu José-Augusto França, “sempre levado por uma feroz aversão a António Ferro, de quem criticara violentamente a peça *Mar Alto* (...) e que subia na vida oficial que a ele era recusada” (FRANÇA, 2003: 14), Tomás Colaço também viria a atacar o SPN através do *Fradique*, em artigos sobre os “Prémios Literários”, e outras polémicas³⁰, referindo mais tarde, ao embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, Martinho Nobre de Melo, que uma das suas diversas razões contra Ferro datava do período em que aquele, «como último recurso», lhe «estrangulava o jornal com a Censura», que «chegou a ser dupla, censura em prova, censura em página»³¹.

Mas voltando à personagem real deste enredo, revendo alguns detalhes biográficos, Homem Cristo Filho (1892-1928) foi nomeado «Diretor dos Serviços de Informação nos Países Amigos e Aliados», pelo governo de Sidónio Pais, e era tão polémico, truculento e temido como o seu pai, fundador do republicano *O Povo de Aveiro*. Tendo nos seus antecedentes anarquistas sido expulso da Universidade de Coimbra, vindo a exilar-se em Paris, fundou jornais como o *Restauração*, quando passou a assumir uma postura monárquica, *Ideia Nacional*, já de cariz antidemocrático, próximo do Integralismo, culminando no efémero diário *A Informação*, em 17 de julho de 1926, numa viragem radical de carácter fascizante. Tendo-se naquele declarado abertamente hostil a Carmona e a Sinel de Cordes³², após a queda de Gomes da Costa, tendo Ferro como mais próximo colaborador (e eventualmente sócio³³), Homem Cristo publicou, entre outros, o virulento artigo³⁴ que terá conduzido à sua detenção, sendo colocado na fronteira, já não podendo contar com o apoio dos neosidonistas que, adeptos das suas ideias, tinham integrado o governo anterior.

Tendo igualmente fundado em Paris a *Chez-Fast*, agência noticiosa de promoção de «interesses de grande projecção económica e política» (BARREIRA, 1982: 182),

²⁹ Carta datada de 26 de fevereiro de 1941, quando Colaço já se encontrava autoexilado no Brasil: «Está pronta a Calçada da Glória! (...). Capítulo IV: “A primeira representação” (Estandarte e Mar Alto) (...). Não é livro vendável – mas tratarei de que fure. E furará... Mesmo que só possa ser vendido a 50\$00, para gulosos. (...) Meu medo é só que se saiba aí antes, a tempo de “de lá” tentarem entravar a edição aqui». Correspondência de Tomás Ribeiro Colaço para Virgínia Victorino. Espólio do autor.

³⁰ *Fradique*, 28/6/1934, 20/12/1934, 10/1/1935, 2/5/1935, 31/10/1935.

³¹ Parte de uma transcrição dactilografada de três cartas de Tomás Colaço para Martinho Nobre de Melo, remetidas de Petrópolis em 21, 28 de setembro e 5 de outubro de 1941. Espólio do autor. A este propósito, veja-se o comentário de Colaço em carta que dirigiu ao *Diário de Lisboa*: «Soube que aí me atribuem vastos e notórios feitos. Soube que foram mostradas e lidas cópias de escritos meus, dactilografadas com paciente abundância». “Carta do Rio: Tomás Colaço fala-nos de Portugal e da vida no Brasil”. *Diário de Lisboa*, 2/7/1945.

³² «O grande pecado do governo de Carmona seria o de não ser uma verdadeira ditadura». CASTELO-BRANCO, 2001: 144.

³³ «O jornal é propriedade minha e sua». Carta de Homem Cristo Filho para António Ferro. Paris, 7-10-1926. Arquivo da Fundação António Quadros: Fundo António Ferro.

³⁴ «Denunciou o escândalo Alves dos Reis, a responsabilidade do Banco de Portugal no encobrimento e favorecimento de alguns lesados endinheirados». CRISTO FILHO, Homem – “Banco dos Réus”. *A Informação*, 13/8/1926, *apud* CASTELO-BRANCO, 2001: 144.

Homem Cristo publicou, entre outras obras, *Mussolini batisseur d'avenir: harangue aux foules latines*, em 1923, conquistando a intimidade de diversos notáveis do regime italiano, tornando-se num eminente propagandista internacional dessa causa. Orbitando por vários círculos intelectuais e políticos franceses, com fortes ligações a influentes periódicos, a ele terá Ferro devido alguns dos seus contactos internacionais como jornalista³⁵ e a concomitante notoriedade obtida com as suas já referidas coletâneas de entrevistas, *Viagem à Volta das Ditaduras*³⁶ (lançada em 28 de maio de 1927), e *Praça da Concórdia*³⁷, em 1929.

Visto por alguns como candidato a ditador, tendo-se promovido a si próprio nesse registo (glosado ironicamente pelo periódico ligado ao governo que o expulsou³⁸), apodada a sua *persona*, n' *O Estandarte*, como «receita de Mussolini para nações pobres», Homem Cristo Filho, embora exilado, continuou a dirigir *A Informação* através de António Ferro³⁹. Da correspondência mútua, contudo, não podemos concluir que o primeiro tenha encarado a criação de uma força política, comentando aliás erradamente: «Estou convencido de que isso vai parar irremediavelmente, outra vez, aos partidos e que a gente nalgum há-de ingressar, pois sozinhos não fazemos nada. E perante esse dilema antes o nacionalista que qualquer outro. O que importa é a doutrina, o que importa é levar esse partido a compreender e a integrar-se na atual corrente europeia»⁴⁰. É, todavia, provável o seu envolvimento na intensa atividade conspirativa em que Ferro se viu enredado ao serviço de Filomeno da Câmara, em especial no golpe militar de 18 de abril de 1925. Integrando os mesmos círculos conservadores radicais, a partir da Cruzada Nun'Álvares Pereira⁴¹ e demais personalidades, direta ou indiretamente ativas

³⁵ «Em fins de 1924, António Ferro voltou a Paris (...). Quis (...) realizar uma série de entrevistas com políticos, escritores, artistas célebres. Coube-me a agradável tarefa de o introduzir (...) junto de quarenta dessas individualidades cujas impressões pude, mais tarde, recolher (...). E quando lhes mando, traduzidos em francês, os artigos de António Ferro que lhes dizem respeito, recebo invariavelmente uma resposta em que há o mesmo *leit-motiv*: «*Votre compatriote est parisien. C'est Sacha Guitry à Lisbonne. Il devait écrire en français*». “A Filiação Espiritual de António Ferro por Homem-Christo, filho”. Diário de Lisboa, 13/2/1926.

³⁶ Obra prefaciada pelo capitão-de-fragata Filomeno da Câmara, que «pretendia ser o Mussolini português (...) e se dizia republicano, mas era integralista e fascista ao mesmo tempo». MARTINS, 1948: 145. No livro *D. Manuel II: o desventurado*, em 1954, Ferro considerou Filomeno uma das figuras a quem ficou a dever a sua «evolução política e moral», a par de Sidónio Pais e de Salazar. QUADROS, 1963: 134.

³⁷ Livro dedicado «À memória de Homem Christo Filho, grande português de Paris, ao Arco do Triunfo que foi a sua vida».

³⁸ «No jornal *Le Figaro* (...), sob o título *L'expulsion de M. Homem Christo*, vem uma esdrúxula prosa acerca do director d'*A Informação*. Não se trata de notícia ou artigo da redacção do *Figaro*, mas sim de *une information datée de Lisbonne* (...). Quer dizer: um comunicado que muito bem podia ter sido pago a tanto por linha (...). A figura do filho do Pai (...) é pintada no comunicado do jornal francês a berrantes cores de elogiosas referências (...): *M. de Homem Christo est l'homme de demain* (...). Não, não o será nunca nesta terra portuguesa». “*L'homme de demain*, uma informação comunicada e publicada em *Le Figaro*”. Portugal, 9/9/1926.

³⁹ O último número do jornal saiu em 3 de fevereiro de 1927. António Ferro assinava os seus artigos com o pseudónimo de Fradique Mendes. Foram também colaboradores, entre outros, sua mulher, Fernanda de Castro, António de Cértima e Reinaldo Ferreira (Repórter X). LEMOS, 2006: 366-367.

⁴⁰ Carta de Homem Cristo Filho para António Ferro. Paris, 10/10/1926. Arquivo da Fundação António Quadros: Fundo António Ferro.

⁴¹ «Cheira a ala dos namorados, a *chez Fast*, a padeira de Aljubarrota, a Maria da Fonte... Não há por aí ninguém que se enrole na Cruzada?», comentário da Seara Nova (Raúl Proença?) ao editorial de

nessas conspirações⁴² – a carreira política de Homem Cristo Filho foi interrompida, ao perder a vida num acidente de automóvel, em 12 de junho de 1928, quando se ia encontrar com Mussolini para a preparação de um «Congresso das Nações do Ocidente», a realizar-se em Roma no ano seguinte (CASTELO-BRANCO, 2001: 165).

A partir desta descrição de acontecimentos é fácil apercebermo-nos da similitude com a peça no que diz respeito à malograda ascensão política de Homem Cristo Filho. Mas apesar do seu conteúdo eminentemente alegórico («*as cenas do Estandarte que mais se aproximam da verdade, são justamente as mais inverosímeis*», declarou Ferro no dia da estreia⁴³), também não é fácil descodificar o significado da peça no contexto das forças em presença: se por um lado sabemos que Ferro criou um enredo baseado em factos reais – não tendo porém existido coincidência temporal entre a expulsão de Homem Cristo e o acidente que o vitimou, como é descrito na peça – à data da efetiva morte deste teria existido realmente um seu rival, militando no mesmo espectro político?

Não sendo de descartar a hipótese d'*O Estandarte* ter podido suscitar, junto de algum público, a ideia de que Ferro pretendia estabelecer uma analogia com a força política que naquele momento começava a emergir, o Movimento Nacional-Sindicalista, de Rolão Preto, não deixa por outro lado de ser curiosa a ressonância do nome do novo «Chefe» na peça («Costa Lebre») com o de (Francisco) Cunha Leal, sabendo-se, porém, como antes aflorado, que *A Informação* se colocou ao serviço do Partido Republicano Nacionalista⁴⁴, do qual aquele tinha sido recentemente líder da bancada parlamentar⁴⁵, e de que afinal também tinham sido membros do respetivo diretório personalidades como Filomeno da Câmara (até integrar o Governo de Gomes da Costa), e João Tamagnini Barbosa (que ali se manteve até à dissolução do partido, em 1935), no qual Homem Cristo parecia depositar a esperança de regressar a Portugal⁴⁶.

Martinho Nobre de Melo “No Bom Combate”, publicado na *Revista Nacional* em 1 de julho de 1925. LEAL, 1999: 190.

⁴² Martinho Nobre de Melo, Fidelino de Figueiredo, Carlos Malheiro Dias, João de Castro Osório, Jorge Botelho Moniz, entre outros, tendo o último sido autor de *O 18 de Abril: elementos para a história de uma revolução vencida*, em 1925, cuja segunda edição, no ano seguinte, teve Homem Cristo Filho como prefaciador. *Idem*, p. 376.

⁴³ “Um original português: algumas confidências oportunas de António Ferro sobre a sua nova peça”. *Diário de Lisboa*, 6/4/1932.

⁴⁴ «Suponho (...) que o jornal mantém aparentemente o seu carácter de independência, embora continue a fazer o que sempre fez, isto é, a defender os interesses do partido nacionalista em tudo aquilo em que esses interesses não colidem com a minha orientação». Carta de Homem Cristo Filho para António Ferro. Paris, 1/10/1926. Arquivo da Fundação António Quadros: Fundo António Ferro. No mesmo contexto posteriormente acrescentou: «Veja se consegue convencer os nossos amigos partidários que a melhor forma de servir os interesses dos bem intencionados é não perder aquela independência, aquela largueza de vistas, aquela orientação fascista que nos assegurou o sucesso nos primeiros dias». *Idem*, 5/10/1926.

⁴⁵ Mantendo-se no partido até à cisão que provocou, ao fundar a União Liberal Republicana, em 18 de março de 1926.

⁴⁶ «Mudará isso em breve? Poderei regressar breve? É o que mais me preocupa. E mudará para quê? Para quem? Para os partidos ou para nova fase ditatorial? Você não deve deixar de manter contacto com o Tamagnini, que é um homem de grandes qualidades, sem dúvida, e a quem o poder deve acabar por ir parar às mãos. Portou-se muito bem comigo até agora». Carta de Homem Cristo Filho para António Ferro. Paris, 29/9/1926. Arquivo da Fundação António Quadros: Fundo António Ferro.

Tendo prevalecido no poder a fação que tinha dado por terminada a aventura em que se envolveu, naquele efêmero projeto jornalístico, cremos que Ferro também tenha, através d'*O Estandarte*, procurado atingir outro objetivo. Decisiva, quanto às suas ambições futuras, estava também em causa assumir uma postura de “contrição”, relativamente a um passado pouco consentâneo com o clima político que agora enfrentava, e que Nuno Rosmaninho também explica no seu estudo sobre a paradoxal evolução do Ferro modernista (designadamente como autor de *Mar Alto*) para o Ferro do “retorno à ordem”⁴⁷. Veja-se como o próprio contornou a questão, na entrevista que concedeu após a estreia da peça no Porto:

«Há política n'*O Estandarte*? Ferro sorri: – Não escrevi uma peça política, não a saberia escrever (...) não defini a «sua» política, propositadamente. O que *Estandarte* tem ou possa ter de social é uma reacção contra o mesquinho espírito revolucionário, de rua ou de seita (...). – Você Ferro, um revolucionário no jornalismo e nas letras – é contra as revoluções sociais? – Entendamo-nos (...). Eu quero a revolução, a revolução profunda, que transforma os espíritos e renova os caracteres, mas entendo que a revolução de seitas a revolução «zeca», destrói o verdadeiro espírito revolucionário (...). Sou, sempre fui republicano. Tenho uma política, sim, que se define numa fórmula banal, mas completa e perfeita – a política de renovação de valores. Vamos buscá-los, estejam onde estiverem»⁴⁸.

A emergente necessidade de um «João das Regras»

Apesar das interrogações que este tema levanta e da multiplicidade de hipóteses que coloca, parece inequívoco que *O Estandarte* tenha começado por ser um preito à memória de alguém a quem Ferro muito deveu, enquanto jornalista, e profundamente admirou, como homem de ação, apostado na propaganda das suas ideias, pretendendo reabilitar o seu nome. Mitificando essa personagem chave, ultrapassando alguns factos menos abonatórios na vida real, Ferro tentou suscitar, junto do público, a ideia de que Homem Cristo Filho congregava as qualidades de um verdadeiro líder, cuja vida trágica e aventureira era o exemplo acabado de alguém a quem não faltavam capacidades de comando, de imolação por uma causa, de um verdadeiro *duce* afinal, que as mulheres, acima de tudo, pareciam pressentir, arrebatadas pelo carisma de alguém por quem só lhes restava, *credere, obbedire, combattere* (parafraseando a divisa mussoliniana). Veja-se a deixa da amante para a mulher do «Chefe», no 1.º ato: «É preciso obedecer-lhe. Compreendes agora? Eu não te enganei, não traí, não pequei, obedeci-lhe».

Sendo que, em paralelo, também o autor quis acentuar no guião toda uma atmosfera de demagogia e corrupção, de interesses encobertos, de atentados e golpes (no sentido

⁴⁷ «De 1920 para 1940, mudou em António Ferro a importância concedida ao passado e à tradição (...). A contrição do diretor do SPN perante o jovem do *Orpheu* é estética, política e moral (...). Ferro abandonou o modernismo, adotou o nacionalismo e procurou, muito retoricamente, uma síntese de ambos». ROSMANINHO, 2008: 292-293.

⁴⁸ «Estandarte», peça «à clef»? . Jornal de Notícias, 20/5/32.

de conotá-los com a “República Velha”?)⁴⁹, destaque-se um episódio, neste contexto determinante: durante a descrição de uma intentona, que de repente surge da banda dos «reformistas», e o aparecimento de um correligionário dos «tradicionalistas» («Queiroz»), jovem oficial que quer encabeçar uma reação ao golpe, responde-lhe assim um interlocutor mais moderado («João Pinto»), numa longa tirada declamatória:

«Ouve meu rapaz: ninguém duvida que tu és um valente, dedicado, audacioso (...). É mesmo essa a tua vocação: o heroísmo. Mas o mal de Portugal (...) são os heróis, os exaltados como tu. Há que tomar quinino e fazer baixar a todo o custo a febre que nos excita, que nos faz delirar (...). Defendo uma revolução sem sangue, sem espingardas, sem Rotunda, uma grande revolução nas consciências (...). Estamos cansados de Nuno Álvares e com necessidade urgente dum João das Regras».

Tal registo, enfermando de uma visão pouco consentânea com a atitude daqueles que, como Ferro e Homem Cristo, tudo fizeram para, sempre em minoria, derrotar o que consideravam a tirânica maioria do Partido Democrático⁵⁰, não deixa de conter por isso um profundo significado daí em diante tornado canónico. Veja-se outra passagem, neste caso de *Salazar, o Homem e a Sua Obra*, comentada por José Gil:

«No final do seu livro, Ferro julga possuir finalmente a “chave do enigma” do regime, chave que confia a Salazar: – A sua aspiração, o seu sonho teimoso – perdoe-me se observo mal – é modificar, pouco a pouco, pacientemente, a nossa mentalidade, fazendo parar, bruscamente, as paixões dos homens (...) forçando-nos, temporariamente, a um ritmo vagaroso, mas seguro, que nos faça descer a temperatura, que nos cure da febre... – Continue... – responde-me da sombra o Dr. Salazar... – talvez esteja a caminho da verdade... O sacrifício é “sobretudo moral”, como diz Salazar, o que significa o apagamento das paixões egoístas, em proveito do interesse nacional»⁵¹.

Conclusão

Apesar das evidências, o lapso de tempo entre a estreia d’*O Estandarte* e o começo das entrevistas de Salazar a Ferro (em novembro de 1932), não nos permite inteiramente certificar que a peça tenha consistido numa antecipação, espécie de antecâmara para um ambiente favorável à projeção do novel ditador perante a opinião pública. Mas dada, porém, a proximidade da entrada em funções do Governo de Salazar (5 de julho de 1932) com a estreia da peça, também se pode efetivamente verificar que Ferro, desde muito cedo, contribuiu para o lastro ideológico do novo regime, libertando-se, em

⁴⁹ Entre outros, caso do “revolucionário” «Nariz de Prata» (em óbvia associação ao “Dente de Ouro” da *Noite Sangrenta*), ou de «capitalistas», como o «Antunes do Banco Progresso», ou o «Sousa da Cortiça», perante o qual, no 1.º ato, o partido do «Chefe» pretende fazer cedências, acordo que constitui uma ameaça, dado descobrir-se que o seu rival teve acesso a esses documentos comprometedores.

⁵⁰ Veja-se a frase proferida pelo «Chefe», no 1.º acto d’*O Estandarte*: «Somos ainda a minoria, mas é indispensável que essa minoria seja activa, perigosa, dinâmica, mais audaciosa que a maioria. É o processo dos comunistas e não é um mau processo».

⁵¹ FERRO, 1933, *apud* GIL, 1995: 34; SALAZAR, 1943, *apud* GIL, *idem*.

simultâneo, de perigosos compromissos anteriores que, continuando a defender, lhe teriam feito perder a oportunidade que, em definitivo, alterou o seu próprio destino (dada também a consabida intolerância do novo «Chefe» perante derivas extremistas)⁵². Afinal, conforme Ferro colocou na boca do principal protagonista d'*O Estandarte*, sendo que «o passado não existe, o passado é uma calúnia»⁵³, o que é a «política», senão «uma ciência de realidades, de oportunidades»?...

Peça que é quase uma metáfora deste atribulado período da história contemporânea portuguesa, desafio para futuras incursões neste domínio, teve o seu estudo também o propósito de aprofundar conhecimentos sobre a posição de António Ferro no xadrez político da época. Nesse contexto também se comprova que, para além da intuição cedo demonstrada, quanto à importância dos novos *media* de massas, como o cinema⁵⁴ (decisivo para a futura atividade do SPN⁵⁵), Ferro também soube manobrar a seu favor a cena teatral, numa propaganda difusa, mas consistente com as suas ambições da altura.

Referências Bibliográficas

- ACCIAIUOLI, Margarida – *António Ferro: a vertigem da palavra*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2013.
- BARREIRA, Cecília – “Homem Cristo Filho: algumas considerações em torno do seu percurso ideológico-político”. In PINTO, António Costa [et.al.] – *O Fascismo em Portugal*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1982. p. 175-185.
- BENJAMIN, Walter – “La obra de arte en la época de su reproductibilidad técnica”. *Iluminaciones II*. Madrid: Taurus, 1978.
- CASTELO-BRANCO, Miguel – *Homem Cristo Filho: do anarquismo ao fascismo*. Lisboa: Nova Arrancada, 2001.
- COLAÇO, Thomaz Ribeiro – *A Calçada da Glória*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1947.
- FERRO, António – *As Grandes Trágicas do Silêncio*. 2.^a ed. Lisboa: H. Antunes Editor, 1922.
- FERRO, António – *Mar Alto*. Lisboa: Livraria Portugália Editora, 1924[?].
- FERRO, António – “O Estandarte, peça em 3 Actos, 1932”. Guião datilografado. Arquivo da Fundação António Quadros: Fundo António Ferro.
- FERRO, António – *Salazar: o homem e a sua obra*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1933.
- FERRO, António – *Teatro e Cinema (1936-1949)*. Lisboa: Edições SNI, 1950.
- FERRO, António – *Viagem à Volta das Ditaduras*. Lisboa: Empresa Diário de Notícias, 1927.
- FERRO, António – *Praça da Concórdia*. Lisboa: Empresa Diário de Notícias, 1929.

⁵² «O nosso querido amigo António Ferro principia a sentir o peso das honras e dos triunfos. Desejaria proclamar bem alto o seu pregão matinal de futurista e de extremista – nas imagens e nas metáforas – mas sente que o próprio futuro lhe aconselha: – Cuidado, muito cuidado!...». MANSO[?], Joaquim “Marinetti”. *Diário de Lisboa*, 26/11/1932.

⁵³ Registo tardio da sua pulsão futurista de juventude, em trecho idêntico ao de uma passagem do seu manifesto *Nós*, em 1921.

⁵⁴ «O cinema é o teatro do futuro». FERRO, 1922: 32.

⁵⁵ Sob o pseudónimo Jorge Afonso, foi da sua autoria o argumento de *A Revolução de Maio*, longa metragem de propaganda direta ao Estado Novo, estreada durante a Exposição Internacional de Paris, em 1937.

- FRANÇA, José-Augusto – “Bandarra e Outros, 1934-1936”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra: IUC. Vol. 17 (1995), p. 7-18.
- FRANÇA, José-Augusto – “Introdução à leitura d’*A Folha de Parra*”. In COLAÇO, Tomás Ribeiro – *A Folha de Parra*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003. p. 7-17.
- FRANÇA, José-Augusto – *Os Anos Vinte em Portugal: estudo de factos sócio-culturais*. Lisboa: Editorial Presença, 1992.
- GIL, José – *Salazar: a retórica da invisibilidade*. Lisboa: Relógio d’Água, 1995.
- LEAL, Ernesto Castro – *António Ferro: espaço político e imaginário social (1918-32)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.
- LEAL, Ernesto Castro – *Nação e Nacionalismos: a Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1999.
- LEMOES, Mário Matos e – *Jornais Diários Portugueses do Século XX: um dicionário*. Coimbra: Ariadne Editora / CEIS20, 2006.
- MARTINS, Rocha – *Vermelhos, Brancos e Azuis: homens de Estado, homens de armas, homens de letras*. Lisboa: Vida Mundial - Organizações Crisalis, 1948.
- MEDINA, João – *Os Primeiros Fascistas Portugueses*. Coimbra: Vértice, separata, 1978.
- NETO, Sérgio – “Para o Estudo da “Estética Oficial” do Estado Novo: os prémios de teatro “Gil Vicente” do SPN/SNI (1935-1949)”. *Estudos do Século XX*. Coimbra: IUC. N.º 1 (2001) p. 117-155.
- NOGUEIRA, Alberto Franco – *Salazar, Os Tempos Áureos (1928-1936)*. Vol. 2. Coimbra: Atlântida Editora, 1978.
- OLIVEIRA, César de – *A Preparação do 28 de Maio: António Ferro e a propaganda do fascismo, 1920-1926*. Lisboa: Moraes Editores, 1980.
- PINTO, António Costa – *O Salazarismo e o Fascismo Europeu: problemas de interpretação em Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.
- QUADROS, António (org., pref. e coment.) – *António Ferro*. Lisboa: Edições Panorama, 1963.
- REBELLO, Luís Francisco – “Teatro”. In BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coord.) – *Dicionário de História de Portugal*. Vol. 9, suplemento P/Z. Porto: Livraria Figueirinhas, 1999.
- RODRIGUES, António (org.) – *Obras de António Ferro 1: intervenção modernista*. Lisboa: Editorial Verbo, 1987.
- RODRIGUES, António – *António Ferro na Idade do Jazz-Band*. Lisboa: Livros Horizonte, 1995.
- ROSMANINHO, Nuno – “António Ferro e a Propaganda Nacional Antimoderna”. In TORGAL, Luís Reis; PAULO, Heloísa (coord.) – *Estados Autoritários e Totalitários e suas Representações: propaganda, ideologia, historiografia e memória*. Atas. Coimbra: IUC, 2008.
- SALAZAR, António de Oliveira – *Discursos, I*, Coimbra Editora, 1943.
- SERRA, Filomena; TORRES, Eduardo Cintra – “A Construção da Imagem do «Chefe» no *Notícias Ilustrado*”. In GARCIA, José Luís; ALVES, Tânia; LÉONARD, Yves (coord.) – *Salazar, o Estado Novo e os Media*. Lisboa: Edições 70, 2017. p. 201-233.
- STERNHELL, Zeev; SZNAJDER, Mario; ASHÉRI, Maïa – *Nascimento da Ideologia Fascista*. Venda Nova: Bertrand Editora, 1995.
- TORGAL, Luís Reis – *Estados Novos, Estado Novo: ensaios de História política e cultural*. Coimbra: IUC, 2009.

- VICTORINO, José Guilherme – “Propaganda e Controlo de Opinião no Primeiro Salazarismo: a complementaridade de actuação entre o SPN e o aparelho censório”. *Media & Jornalismo*. Lisboa: CIMJ / UNL. N.º 23, vol. 12. N.º 1 (2013) p. 135-148.
- VICTORINO, José Guilherme – *Propaganda e Turismo no Estado Novo: António Ferro e a revista Panorama (1941-1949)*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2018. ISBN 978-989-622-878-1.

João Martins Pereira
Um intelectual público
para além do «pequeno mundo estreito»

João Martins Pereira
A public intellectual beyond the “small narrow world”

João Moreira

João Moreira, Licenciado em Sociologia pelo ISCTE e mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Email: joaomoreira.iscte@gmail.com

JOÃO MARTINS PEREIRA.
UM INTELCTUAL PÚBLICO
PARA ALÉM DO «PEQUENO
MUNDO ESTREITO»

Este artigo pretende contrariar a escassez de estudos sobre a geração de intelectuais que a partir de meados da década de 1960, de forma clandestina ou semilegal, acabaria por modernizar o discurso político em Portugal. Ao contrário do que sucede noutros países, existe em Portugal uma lacuna historiográfica no que concerne ao estudo do pensamento e da obra de intelectuais menos catalogáveis, de fundo simultaneamente não-dogmático e radical, e desvinculados das ortodoxias dominantes. Propõe-se, portanto, com este artigo situar historicamente o pensamento autónomo e heterodoxo de João Martins Pereira no quadro de uma geração de intelectuais marcada pela influência do marxismo ou próxima deste. Nesse sentido, o artigo tem como eixos principais: compreender a heterogeneidade de conceitos e premissas teóricas que suportavam a mundividência política do autor de *Pensar Portugal Hoje* e, consequentemente, entender este intelectual público como um autor comprometido com a esquerda, mas, em larga medida, afastado dos pequenos mundos estreitos dos intelectuais associados, quer aos partidos comunistas, quer aos partidos socialistas e sociais-democratas. Retirar o ensaísmo, a crítica teórica e as propostas políticas de Martins Pereira da sombra de alguns dos mais reconhecidos autores portugueses da segunda metade do século xx é o objetivo deste artigo.

Palavras-chave: esquerda; heterodoxia; intelectual público; marxismo.

JOÃO MARTINS PEREIRA.
A PUBLIC INTELLECTUAL
BEYOND THE “SMALL
NARROW WORLD”

The paper intends to counter the scarcity of studies on the generation of intellectuals who, from mid-1960s onwards, illegally or semi-legally, would eventually modernise the political discourse in Portugal. In contrast to other countries, Portugal shows a historiographic gap in terms of the study of the thought and work of less catalogable intellectuals, of a non-dogmatic and radical nature, and disconnected from the dominant orthodoxies. The purpose of this article, therefore, is to historically situate the independent and heterodox thinking of João Martins Pereira, among a generation of intellectuals marked by the influence of Marxism or proximate thereto. The main spindles of this article are: understand the variety of concepts and theoretical premises behind the political outlook of the author of *Pensar Portugal Hoje* and, consequently, view this public intellectual as a left-wing supporter, but, largely removed from the small narrow worlds of intellectuals linked to both Communist and Socialist and Social-Democratic parties. The aim of this paper is to remove Martins Pereira's essayism, theoretical critique and political propositions from the shadow of some of the best acknowledged Portuguese authors from the second half of the 19th century.

Keywords: left-wing politics; heterodoxy; public intellectual; Marxism.

JOÃO MARTINS PEREIRA.
UN INTELLECTUEL PUBLIC
AU-DELÀ DU «PETIT MONDE
ÉTROIT»

Cet article vise à contrecarrer la rareté des études sur la génération d'intellectuels qui, à partir du milieu des années 1960, de manière clandestine ou semi-légale, a fini par moderniser le discours politique au Portugal. Contrairement à ce qui se passe dans d'autres pays, il existe au Portugal un fossé historiographique en ce qui concerne l'étude de la pensée et du travail d'intellectuels moins catalogables, à la fois non dogmatiques, radicaux et déconnectés des orthodoxies dominantes. Nous proposons donc, avec cet article, de situer historiquement la pensée autonome et hétérodoxe de João Martins Pereira dans le cadre d'une génération d'intellectuels marquée par l'influence du Marxisme ou proche de celui-ci. En ce sens, l'article a comme axes principaux : comprendre l'hétérogénéité des concepts et des prémisses théoriques qui ont soutenu le monde politique de l'auteur de *Pensar Portugal Hoje* et, par conséquent, comprendre cet intellectuel public comme un auteur engagé avec la gauche, mais, dans une large mesure, éloigné des petits mondes étroits des intellectuels associés, que ce soit aux partis communistes ou aux partis socialistes et sociaux-démocrates. Le but de cet article est de retirer l'essai théorique, la critique théorique et les propositions politiques de Martins Pereira de l'ombre de certains des auteurs portugais les plus reconnus de la seconde moitié du xxe siècle.

Mots clés: la gauche; hétérodoxie; intellectuel public; marxisme.

Introdução

João Martins Pereira (JMP) nasce em Lisboa, em novembro de 1932. Apesar da formação inicial em engenharia química-industrial¹ no Instituto Superior Técnico, em 1956, estuda sociologia e economia do trabalho no Institut des Sciences Sociales du Travail, em Paris, em 1963 e 1964. Dois anos depois, em 1966, entra para a redação da *Seara Nova* onde ficaria até 1968. A partir de 1969, faz parte da redação de *O Tempo e o Modo*, até ser expulso, em 1971, por uma maioria maoísta associada ao Movimento Reorganizativo do Proletariado Português (MRPP). Entretanto, ainda em 1971, publica *Pensar Portugal Hoje*², e, em 1974, *Indústria, Tecnologia e Quotidiano*³. Nesse mesmo ano, logo após o golpe militar de 25 de Abril, torna-se o principal responsável pela área económica da revista *Vida Mundial*, dirigida por Augusto Abelaira. A convite de João Cravinho entra, em Março de 1975, para o IV Governo Provisório como secretário de Estado da Indústria e da Tecnologia do IV Governo Provisório e está, por isso, à frente do processo de nacionalizações. No entanto, demite-se do cargo em julho desse mesmo ano. Em 1976, publica *O Socialismo, a Transição e o Caso Português* e apoia criticamente a candidatura presidencial de Otelo Saraiva de Carvalho, assinando uma carta aberta ao próprio publicada pela imprensa nacional e estrangeira. Ainda em 1976 ajuda a fundar a *Gazeta da Semana* (mais tarde, em 1980, *Gazeta do Mês*), da qual será diretor. Publica, em 1980, *Sistemas Económicos e Consciência Social* e, em 1983, *No Reino dos Falsos Avestruzes*: provavelmente o livro mais polémico do autor, merecendo críticas e elogios de diversos setores político-partidários. Dois anos mais tarde, vota em Maria de Lurdes Pintasilgo apesar de esta não lhe criar particular entusiasmo político. Em 1987 apoia a campanha para as eleições europeias do Partido Socialista Revolucionário (PSR) e entra para a redação do seu jornal *Combate* – do qual fará parte até 2003. Entretanto, em 1989, publica *O Dito e o Feito*: livro diarístico mas de fundo político.

Apesar de não ser militante, intervém no congresso de fundação do Bloco de Esquerda, em 1999. Em 2005 publica o seu último livro em vida, *Para a História da Indústria em Portugal: 1941-1965: adubos e siderurgia*. Morre em novembro de 2008, vítima de cancro.

Procurando reconhecer a posição de JMP no quadro de uma geração de intelectuais portugueses marxistas ou ex-marxistas que, com a derrota da Revolução dos Cravos, se vai polarizar *politicamente* em torno do Partido Socialista (PS) ou do Partido Comunista Português (PCP), e tendo em vista a compreensão da crítica do autor àqueles mesmos partidos, este artigo tem como fontes, não apenas parte da obra de JMP (livros, artigos e entrevistas), mas também livros, artigos e depoimentos de outros autores que visaram o discurso político do intelectual aqui estudado.

¹ Ao contrário da maioria dos seus pares, JMP nunca foi um *intelectual profissional* associado à docência universitária. Ao invés, o autor teve sempre um atividade profissional associada à sua formação em engenharia química-industrial.

² Editado pela Dom Quixote, a primeira edição do livro esgota os 3000 exemplares num mês. Contaria ainda com uma terceira edição em 1979.

³ O livro entra na gráfica poucos dias antes do 25 de Abril de 1974.

Nesse quadro, este artigo parte da tentativa de compreensão de JMP enquanto intelectual, em particular a sua relação com o marxismo, para então abordar o seu discurso político e o eco deste entre os seus pares.

1. Intelectual, marxista e dissidente

O início da projeção pública de JMP data de 1966, ano em que o intelectual iniciaria colaboração com a revista *Seara Nova* – próxima do Partido Comunista Português (PCP) – e que se traduziria na publicação de sete artigos ao longo de quase três anos. Apesar de alguma proximidade com este setor político-ideológico, JMP haveria também de versar nas páginas de *O Tempo e o Modo*, de orientação socialista, humanista e cristã⁴, a partir de 1969. O início da colaboração de JMP com esta revista seria sintomática da chegada de um «setor mais jovem e radical», ligado à esquerda revolucionária. No entanto, de acordo com Miguel Cardina, «as prisões de Lima Rego e Lopes Sabino», assim como as saídas de Bénard da Costa e Helena Vaz Silva, tornariam a «publicação [...] cada vez mais num órgão afeto ao MRPP»⁵.

Em 1971, JMP deixaria mesmo de publicar naquela revista. 40 anos depois, em entrevista à jornalista Maria João Seixas do jornal *Público*, lembraria:

A situação estava de tal maneira alterada n'*O Tempo e o Modo*, que cheguei a ter, internamente, um julgamento político. Fui acusado de tudo e mais alguma coisa, por gente muito respeitável que por aí anda.⁶

Precisamente a partir de uma série de artigos publicados n'*O Tempo e o Modo* JMP haveria de publicar *Pensar Portugal Hoje*, em 1971. De acordo com João Cravinho, o livro revelaria «uma grande capacidade analítica e uma grande capacidade crítica». Para o antigo ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, *Pensar Portugal Hoje*:

era uma proposta de reflexão do país, à esquerda. O livro tinha uma conceptualização ideológica forte, mas não era um livro de chavões, não fazia as leituras que na altura eram as convencionais da esquerda. Era um livro aberto, com uma grande frescura analítica, que se opunha àquelas ortodoxias que às vezes não tinham grande apoio na realidade.⁷

A partir de então a postura pouco *alinhada* e heterodoxa raramente lhe valeriam *amizades* com os partidos hegemónicos da esquerda portuguesa, nomeadamente o PCP e o Partido Socialista (PS). Por um lado, a predisposição ganha no caldo marxista radical

⁴ Cf. CARDINA, Miguel – *Margem de Certa Maneira: O maoismo em Portugal. 1964-1974*. 1.^a ed. Lisboa, Tinta-da-China, 2011. ISBN 9789896711054. p. 89.

⁵ CARDINA, Miguel – *Margem de Certa Maneira*..., p. 89.

⁶ PEREIRA, João Martins – “Conversas com vistas... para João Martins Pereira: entrevista de Maria João Seixas”. *Público* (revista “Pública”), 1 Abr. 2001, p. 24-31.

⁷ CRAVINHO, João “Depoimento”. In AAVV – *Bio-bibliografia* – João Martins Pereira. E o seu, nosso tempo, Coimbra, Centro de Documentação 25 de Abril, ISBN – 978-989-95840-2-0 p. 33.

da sua geração para «novas linguagens» e para a abordagem de «novas temáticas»⁸ que as esquerdas tradicionais rejeitavam e, por outro, a utilização do marxismo «não como uma ciência exata [...] mas como um conjunto de teses no domínio da história, da economia, da sociologia e da política»,⁹ nunca facilitariam essas mesmas aproximações. Em todo o caso, JMP ganharia alguns fiéis seguidores no quadro da publicação de *Pensar Portugal Hoje*.

Nas palavras de João Tiago Lima, a escrita de JMP não era «um exercício meramente literário». Pelo contrário, esta apresentava-se como «um modo muito claro de intervenção na vida política e social [...] do país», tendo por base «uma dimensão claramente ideológica»¹⁰. JMP revelar-se-ia, portanto, como um autor «indiscutivelmente comprometido com a esquerda» e «marxista» na sua conceção «da sociedade, do mundo e, naturalmente, de Portugal»¹¹. Como Rui Bebiano reconhece no percurso e na obra de Tony Judt, também em JMP se reconhece «uma vontade de participação política» ainda que nem sempre «diária» ou «partidária»¹².

O golpe militar de 25 de Abril contribuiria para a completa apresentação do pensamento político do autor em estudo. Se o período anterior se caracterizaria por alguma prudência nas palavras escolhidas (a censura a isso obrigava), o período aberto com a Revolução dos Cravos daria a oportunidade a JMP de explanar sem rodeios uma mundividência que «apesar da ausência de certezas» e «pluralidade de influências»¹³ se demonstrava coerente.

No quadro de uma heterodoxia conceptual e de influências essa coerência era trazida por um eixo teórico fundamental formado tanto pelo marxismo clássico, como pelos clássicos do marxismo. Nas suas palavras, «o marxismo é indiscutivelmente a *primeira abordagem “sistémica” da realidade social*».¹⁴ Nesse sentido, deve-se ter em conta «a centralidade do marxismo» e o «extraordinário atrativo exercido [por aquele] sobre os intelectuais»¹⁵ do pós-II Guerra Mundial. Para muitos outros autores, o marxismo afirmou-se ao longo do século XX como um extraordinário método de compreensão do *real* e, nesse aspeto, JMP fora igual a muitos outros. Contudo, se uma parte considerável daqueles não aderiria de forma «permanente» ao marxismo e, em determinada altura, se distanciaria deste, o mesmo não acontece com JMP para quem, utilizando as palavras de Eric Hobsbawm, o «argumento de que a teoria marxiana implica necessariamente o

⁸ PEREIRA, José Pacheco – *As Armas de Papel*. 1.^a ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013. ISBN 9789896442224. p. 94.

⁹ PEREIRA, João Martins – *O Dito e o Feito – Cadernos 1984-1987*. 1.^a ed. Lisboa, Edições Salamandra, 1989, p. 27.

¹⁰ LIMA, João Tiago – “Outros caminhos do ensaísmo português do século XX: José Bacelar, Mário Sacramento e João Martins Pereira”. Estudos do Século XX. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. ISSN 1645-3530. Nº 9 (2009). p. 203.

¹¹ Idem, ibidem, p. 203.

¹² BEBIANO, Rui – *Tony Judt: historiador e intelectual público*. 1.^a ed. Lisboa: Edições 70, 2017, p. 60.

¹³ Idem – «A Abrir», in *Bio-bibliografia...*, p. 10.

¹⁴ PEREIRA, João Martins – *Sistemas Económicos e Consciência Social – Para uma teoria do socialismo como sistema global*. 1.^a ed. Oeiras: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980, p. 110.

¹⁵ HOBBSAWM, Eric – *Cómo Cambiar el Mundo*. 1.^a ed. Barcelona: Crítica, 2011. ISBN 978-84-9892-211-0, p. 354.

leninismo e só o leninismo»¹⁶ era insustentável. Ou seja, se a rutura com o leninismo ou, mais precisamente, com o estalinismo por parte de muitos intelectuais marcava a rutura com o marxismo, tal só acontecia porque, para estes, o estalinismo (nas suas diversas dimensões) confundia-se, não raras vezes, com o próprio marxismo.

Ora, o pensamento independente – longe do dogmatismo associado ao Partido Comunista da União Soviética (PCUS) – acabaria por não deixar o seu discurso teórico e político claudicar em momentos e períodos críticos para o movimento comunista internacional. Para JMP, o marxismo era entendido, lembrando a 11.ª tese de Feuerbach, como um método de compreensão e transformação da realidade – nomeadamente os regimes associados ao *socialismo* – e não somente como método explicativo de *socialismos realmente existentes*.

Nesse sentido, o ensaísta precisaria que as chamadas «leis fundamentais do socialismo» pouco teriam que ver «com o marxismo tal como originalmente formulado»¹⁷. Pelo contrário, teriam, sim, que ver,

com uma teorização decorrente de práticas posteriores que eventualmente se reclamavam da paternidade marxista, o que só por si não as valida ou invalida enquanto leis com «estatuto científico» supostamente indiscutível.¹⁸

Ainda sobre a problemática alegada cientificidade do marxismo, JMP seria explícito na sua obra *Sistemas Económicos e Consciência Social*, de 1980. O autor lembraria os «equívocos que têm rodeado a expressão “socialismo científico”» – rótulo de uma teoria «que definirá com rigor as leis que presidem ao funcionamento duma sociedade socialista» e que «deverá por esse facto ser identificável sem margem a discussão». Contrariando esta conceção, JMP lembraria que na

expressão “socialismo científico”, apesar de não ter sido feliz a escolha do adjetivo, [...] há que reconhecer que ele se destinava apenas a diferenciar a *démarche* adotada da dos “utópicos”, que se limitavam a idealizar uma nova sociedade sem a articular de modo racional com as formas de organização social que a precediam.¹⁹

Mais: para JMP, «a maioria» destas «propostas pressupunha uma visceral crença na bondade inata do homem», a qual é, muitas vezes, associada ao marxismo. No entanto, o último haveria de se edificar justamente em contraposição a esse mesmo idealismo. De acordo com o ensaísta português, Marx e Engels, em oposição aos socialismos precedentes, procuravam «descobrir as leis fundamentais da dinâmica do modo de produção *capitalista* e [...] demonstrar que essa dinâmica (assente em contradições)» levaria «inevitavelmente à conquista do poder pelo proletariado, à transição para o socialismo». Nesse sentido, JMP recordaria que «tal socialismo não será mais nem menos “científico” do que outro qualquer». Pelo contrário, «o que pretende ser científico é a

¹⁶ HOBSBAWM, Eric – *Cómo Cambiar...*, p. 351-354.

¹⁷ PEREIRA, João Martins – *Sistemas Económicos...*, p. 117.

¹⁸ PEREIRA, João Martins – *Sistemas Económicos...*, p. 117.

¹⁹ PEREIRA, João Martins – *Sistemas Económicos...*, p. 115.

demonstração de que *lá* [...] se chegará»²⁰. Foi, portanto, na «negligência deliberada do subjetivo», ou seja,

na busca de leis sociais objetivas, que os primeiros teóricos marxistas puderam fundar a reivindicação do estatuto científico para a sua abordagem da história, da sociologia, da economia.²¹

De acordo com o autor português, Marx e Engels

não só nunca postularam que *os homens* seriam naturalmente bons (nem maus), como nem sequer alguma vez colocaram o conflito entre proletários e capitalistas em termos maniqueístas, de luta entre bons e maus.²²

Ora, «por não reconhecerem qualquer solidariedade natural mesmo aos proletários», os autores do *Manifesto Comunista*, nas palavras de JMP, «incitam» os primeiros «a *ser solidários*, após a demonstração de que isso é condição da sua vitória». Essa percepção era demonstrada, segundo o autor português, na célebre frase «Proletários de todo os países, uni-vos!». A solidariedade surgiria, pois,

quando muito como uma necessidade histórica, e não como um sentimento inerente a uma qualquer *natureza humana*, que cada um transporta consigo para a vida coletiva.

Assim, Marx e Engels «não [...] deixaram qualquer “ciência do socialismo”, nem isso seria obviamente possível».²³

Aceitando, por um lado, o legado teórico e político de Marx e Engels e rejeitando, por outro, o estalinismo – quer nas suas dimensões políticas, teóricas e morais – JMP procuraria explicar a realidade social que o envolvia. Nesse quadro, apesar de recolher no marxismo original uma parte significativa da sua interpretação da história e das sociedades contemporâneas, JMP detinha, assim, uma certa «infidelidade», para usar as palavras de Sousa Dias, em relação ao próprio marxismo, no caso um marxismo associado à ortodoxia estalinista ou pós-estalinista. Aliás, a postura de JMP inseria-se na ideia assumida hoje por Sousa Dias: «permanecer [...] fiel a Marx, não faz sentido senão na forma de uma espécie de infidelidade [...]»²⁴.

Esta matriz *dissidente* revelar-se-ia na enorme influência dos *clássicos* sobre o autor e, simultaneamente, na «coragem» e na «criatividade» por parte deste para reler criticamente os primeiros. Assim, o pensamento político de JMP enquadrar-se-ia naquilo que o historiador britânico David Renton classifica de *marxismo dissidente*. Não fazendo da teoria marxista um conjunto de textos «rígidos e não-dialéticos», os marxistas dissidentes procuram com esta filosofia fazer «um modelo dinâmico», não

²⁰ PEREIRA, João Martins – *Sistemas Económicos...*, p. 116-117.

²¹ PEREIRA, João Martins – *Sistemas Económicos...*, p. 116.

²² PEREIRA, João Martins – *Sistemas Económicos...*, p. 116.

²³ PEREIRA, João Martins – *Sistemas Económicos...*, p. 115-117.

²⁴ DIAS, Sousa – *Grandeza de Marx – por uma política do impossível*. 1.^a ed. Lisboa: Assírio & Alvim, 2011. p. 21.

para «defender projetos existentes», mas para «utilizar o que é central» na teoria de Marx para a interpretação (e transformação) da *realidade social*.²⁵

A partir daí, a base teórica de JMP e o seu pensamento político apresentariam-se, nas palavras de João Tiago Lima, com uma «desenvoltura» e uma «agilidade»²⁶ singulares no quadro da esquerda portuguesa, particularmente no marxismo português. Consequentemente, as premissas teóricas de JMP teriam por base uma heterodoxia conceptual, procurando o autor outras correntes teóricas, alegada ou supostamente contrárias ao marxismo, tendo em vista a compreensão da realidade.

2. Heterodoxia e autonomia

Como acontecia naturalmente com outros autores, uma série de referências teóricas e intelectuais «protegiam, inspiravam e estimulavam»²⁷ o ensaísta português. Mais do que isso, JMP acabaria mesmo por assumir com algumas delas aquilo que Bebiano caracteriza de «relações [...] de afeto»²⁸. O caso de Jean-Paul Sartre é o mais sintomático. Num artigo inserido *No Reino dos Falsos Avestruzes*, de 1983, e publicado no semanário *Expresso*, JMP refere que Sartre, além do «psicanalista», havia-o salvo da «militância partidária»²⁹. A influência do autor de *Crítica da Razão Dialética* na «assunção integral e radical da vida»³⁰ era pois evidente. Como diria, Sartre era a sua «jangada»³¹ e sua única «família»³².

Apesar de a influência de Sartre assumir preponderância no plano quotidiano, ela seria também política. Por exemplo, mais do que recorrer ao marxismo para adjetivar a democracia (burguesa, parlamentar, representativa), JMP procuraria Sartre para quem a democracia não existia propriamente. Ou seja:

não existe em “democracia” qualquer delegação de poderes pela simples razão de que o “cidadão”, enquanto tal, não tem quaisquer *poderes*, donde não pode delegá-los. Ele limita-se a escolher o partido que, com o seu voto, vai exercer um poder que já detém, enquanto *instituição* organizada e profissionalizada para o efeito.³³

²⁵ RENTON, David – *Dissident Marxism*. 1ª ed. London: Zed Books, 2004. p. 235.

²⁶ LIMA, João Tiago – “Outros Caminhos...”. p. 207.

²⁷ BEBIANO, Rui – *Tony Judt...* p. 104. Algumas dessas referências eram classificadas, por exemplo, por Álvaro Cunhal, principal dirigente do PCP, como intelectuais pequeno-burgueses, “trânsfugas e oportunistas de direita ou de esquerda» que, noutros países, enveredam pelo anti-sovietismo e o anticomunismo”, nomeadamente Sartre e Marcuse, adiante tratados. Estes seriam os “heróis ideológicos do radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista” Cf. CUNHAL, Álvaro – *Obras Escolhidas IV* (1967-1974). 1.ª ed. Lisboa: Edições Avante, 2013. ISBN 9728529368. p. 521.

²⁸ BEBIANO, Rui – *Tony Judt...*, p. 105.

²⁹ PEREIRA, João Martins – *No Reino...*, p. 162.

³⁰ SANTOS, João Almeida – *Os Intelectuais e o Poder*. 1.ª ed. Lisboa: Fenda, 1999. ISBN 9728529368. p. 144.

³¹ PEREIRA, João Martins – *No Reino...*, p. 162.

³² PEREIRA, João Martins – “Conversas com vistas... para João Martins Pereira: entrevista de Maria João Seixas”. *Público* (revista “Pública”), 1 Abril 2001, p. 24-31.

³³ PEREIRA, João Martins – *No Reino...*, p. 33-34.

Quase tão influente como Sartre seria o marxista italiano Antonio Gramsci. A influência do marxista italiano estaria, por exemplo, presente na sua carta de demissão do cargo de secretário de Estado da Indústria e da Tecnologia do IV Governo Provisório quando refere que «o drama histórico» da Revolução dos Cravos se encontraria «no facto de que o bloco social mobilizável por um projeto revolucionário de socialismo fortemente participado não se [...] confundir com as massas mobilizáveis» por PCP e PS³⁴. Noutro momento, por exemplo, a transição espanhola seria caracterizada como «uma deslocação interna do acento do poder dentro do bloco social dominante [...]»³⁵

Alguns anos mais tarde, JMP recorria novamente ao autor de *Cadernos do Cárcere* para caracterizar a realidade política portuguesa. O autor português citaria Gramsci para definir o PS. Aquela organização política seria, então, o «partido do estrangeiro», ou seja, o partido que, num contexto de subordinação económica internacional, «virá a representar esta situação e a explorá-la, com o objectivo de impedir que outros partidos rivais o ultrapassem». Mais do que representar «as forças vitais do seu próprio país», o PS representaria a «escravatura económica [de Portugal] às nações hegemónicas ou a algumas delas».³⁶

Também a influência de autores provenientes da Escola de Frankfurt seria visível. Esta ofereceria também a JMP algumas ferramentas teóricas, particularmente no que dizia respeito «aos meios de comunicação de massa» que, segundo o autor português, viriam a ter «uma função unificadora dos comportamentos sociais»³⁷. Na linha de Herbert Marcuse, JMP seria perentório ao afirmar que «a televisão exerceu a sua “missão” ideológica de forma necessariamente muito mais complexa do que a imprensa [escrita]»³⁸. Relativamente ao caso concreto português, em 1971, JMP avançaria uma hipótese que, passadas algumas décadas, se pode dizer verificada:

os meios de expressão “cultural” continuarão a constituir entre nós um dos veículos da ideologia dominante: com os seus passos adiante e atrás, de acordo com a não-linearidade do processo que atravessamos, eles ir-nos-ão servindo gradualmente os ingredientes necessários (e suficientes) para virmos um dia a ser europeus, talvez de segunda ordem, mas europeus *quand-même*.³⁹

Noutra latitude, JMP procuraria o filósofo Roland Barthes relativamente ao conceito de «mito». Segundo o autor português, após a Revolução dos Cravos a burguesia nacional elaboraria dois tipos de mitos tendo em vista a sua hegemonia política: os de salvação (Eanismo, CEE) e os de afirmação (anti-Gonçalvismo, iniciativa privada, sociedade civil). A título de exemplo, o «mito da CEE» – que, de acordo com JMP,

³⁴ PEREIRA, João Martins – “A demissão de Martins Pereira: Secretário de Estado da Indústria exige decisões revolucionárias”. *A Capital*. Ano VIII (17 Julho 1975) p. 1 e 3.

³⁵ PEREIRA, João Martins – *Pensar Portugal Hoje. Os Caminhos Atuais do Capitalismo Português*. 3.^a ed. revista, com um texto de introdução: Lisboa, Dom Quixote (Colecção Diálogos), 1979, p. 127.

³⁶ GRAMSCI, Antonio apud PEREIRA, João Martins – *No Reino...*, p. 142.

³⁷ PEREIRA, João Martins – *Pensar Portugal Hoje*. 1.^a edição: Lisboa, Dom Quixote (Colecção Diálogos), 1971. p. 153.

³⁸ PEREIRA, João Martins – *Pensar Portugal...*, p. 154.

³⁹ PEREIRA, João Martins – *Pensar Portugal...*, p. 165.

entre outros «mitos, traumas e complexos», ajudariam a edificar o «pequeno mundo político-cultural português» – ocuparia, para o autor, um lugar central na explicação da sociedade política portuguesa das décadas de 1970 e 1980. «[E]spécie de “os amanhãs que cantam” da burguesia portuguesa dos nossos dias»⁴⁰, no final,

serve [...] essencialmente para ir contabilizando os sucessivos «êxitos» nos périplos europeus dos primeiros-ministros, os regressos de sempre radiosas delegações a Bruxelas, os meses que faltam para o ingresso num ano (mítico?) de 1984 muito mais do que como indiscutível «desígnio nacional» que devesse mobilizar tudo e todos.⁴¹

«[C]laramente enunciado por [Mário] Soares» ao questionar-se publicamente «sobre o que teria para oferecer aos portugueses se a CEE não nos aceitasse no seu seio», o «mito da CEE» nasceria, pois, «da *total desconfiança nas energias e capacidades nacionais*». Mais acrescentava JMP – ironicamente – que, «se por tal se entender as energias e capacidades dos chamados “agentes de decisão económica”, é possível que não se ande longe da verdade». Em todo o caso, Soares, de acordo com o ensaísta português, mais não reclamava do que «*tutela*» visto que o antigo primeiro-ministro devia ainda estar «traumatizado pelo espetáculo que as energias e capacidades nacionais tinham “dado ao mundo” em 74-75».⁴²

Por fim, note-se ainda a forma como o conceito «tecnocracia» de André Gorz e Henri Lefebvre seria utilizado por JMP no quadro da realidade económica e política nacional. De acordo com o autor português, a tecnocracia portuguesa apresentava-se publicamente, no quadro do Marcelismo. Apesar de não ter estado «totalmente ausente dos documentos [...] relativos ao período do governo de Salazar», pautaria, a partir de então, a sua «linguagem» pela «industrialização», pelo «desenvolvimento económico», pela «abertura à Europa», pela «*liberalização* política, económica e cultural», pelas «reformas profundas nos sistemas educativo/assistência»⁴³. Para JMP, este setor teria como função «constituir a base da “ideologia dominante” de um capitalismo “renovado”». Numa palavra, a «ideologia capitalista “tecnocrática”». Nesse sentido, a tecnocracia representava, na passagem da década de 1960 para a de 1970, uma «antecipação estrutural», ou seja, aquela «ideologia *correspondia de facto* aos interesses da grande burguesia industrial e financeira» mas, no entanto, «esta ainda a não *reconhecia* como tal». JMP compreendia assim as «resistências», os «bloqueios» e os «conflitos» políticos daquele setor no seio do Estado Novo⁴⁴.

Seguindo o exemplo de outros autores marxistas, o *maître à penser* procurava a compreensão do *real*, não somente através de conceitos associados ao materialismo histórico formulado por Marx e Engels, mas também de uma rede heterodoxa de conceitos à margem deste que tornasse a realidade política e social compreensível à medida que esta se ia transformando. Sempre que reconhecia necessária a adoção de

⁴⁰ PEREIRA, João Martins – *No Reino...*, p. 23-24.

⁴¹ PEREIRA, João Martins – *No Reino...*, p. 26-27.

⁴² PEREIRA, João Martins – *No Reino...*, p. 52-53.

⁴³ PEREIRA, João Martins – *Indústria, Ideologia e Quotidiano. Ensaio sobre o Capitalismo em Portugal*. Porto: Afrontamento, 1974 (Coleção Luta de Classes). p. 17.

⁴⁴ PEREIRA, João Martins – *Indústria...*, p. 25-26.

formulações à margem dos marxismos para explicar parte da realidade, não hesitava em utilizá-las. *O nomadismo intelectual* reconhecível em muitos intelectuais públicos⁴⁵ e, concretamente, em JMP em nada contradiz o próprio método de Marx. Não foi Marx *nómada* e *infel* ao recorrer ao socialismo francês, à economia inglesa e à filosofia alemã, nomeadamente para os criticar e, em larga medida, para os superar?

Note-se, contudo, que a autonomia intelectual, a abertura teórica e as consequentes escolhas políticas valeriam algumas réplicas, quer de intelectuais associados ao PCP, como Ronaldo G. Fonseca⁴⁶, quer de alguns dos mais relevantes intelectuais do regime pós-revolucionário, como Eduardo Lourenço, Eduardo Prado Coelho, António José Saraiva e António Barreto⁴⁷, valendo finalmente ao ex-secretário de Estado da Indústria e Tecnologia um certo isolamento político entre os seus pares.

3. A crítica e a refundação da Esquerda

A postura crítica perante o estalinismo levaria JMP a classificar o PCP não como partido revolucionário, mas sim como «*potencialmente* revolucionário». Esta caracterização – que tem por base o legado teórico de Antonio Gramsci e Maria Antonietta Macciocchi – prendia-se pelo facto do PCP dirigir «a mais importante fração do proletariado e dos assalariados rurais», mas, simultaneamente, desta se aproveitar «não como potencial revolucionário, mas como massa de manobra para as suas estratégias de gabinete», nomeadamente durante o processo revolucionário de 1974-75. Para JMP, o PCP era «um partido objetivamente não revolucionário»⁴⁸.

Mas ao contrário do que acontecia com uma parte da classe trabalhadora, os partidos comunistas tradicionais (não apenas o português) surgiam aos olhos de muitos intelectuais como o espaço social onde se eclipsaria o «complexo» dito operário. Não é no PCP, perguntava retoricamente JMP, onde «estão os trabalhadores»? Não seria o PCP o único partido de esquerda com «capacidade de mobilização»? Longe de responder positivamente a este leque de perguntas, o intelectual público lembraria que «se a função do intelectual é interrogar e *interrogar-se*, o PC não é certamente o lugar onde tal “actividade” tenha o melhor dos acolhimentos», visto o próprio intelectual deixar necessariamente de exercer a sua atividade enquanto pensador. De acordo com o autor, o «“sistema de ideias” pré-estabelecido» estaria de tal forma estruturado «que já há muito deixaram de ser ideias para se tornar *dogmas*» – e, lembrava, «se há coisa que não valha a pena discutir são dogmas». Ao intelectual do PCP restariam, portanto, duas opções: «ou deixa de ser um intelectual, tornando-se um mero “funcionário cultural”, ou deixa o partido». A aceitação do dogma contido na afirmação «tudo o

⁴⁵ Cf. BEBIANO, Rui – *Tony Judt...*, p. 48.

⁴⁶ Alguns meses após a publicação de *Socialismo, Transição e o Caso Português*, de 1976, o PCP, pela pena de Ronaldo G. Fonseca, responde ao título de JMP com a publicação de *O socialismo, a transição e o caso português de João Martins Pereira: exemplo típico do idealismo académico*.

⁴⁷ Após a publicação de *No Reino dos Falsos Avestruzes – um ensaio sobre a política*, de 1983, gera-se na revista *Plural* um profícuo debate sobre os caminhos da Esquerda portuguesa a partir das respostas de Eduardo Lourenço, Eduardo Prado Coelho e António José Saraiva. Eduardo Prado Coelho responde também no *Expresso* e António Barreto no *Diário de Notícias*.

⁴⁸ PEREIRA, João Martins – *O Socialismo, a Transição e o Caso Português*. Lisboa: Bertrand, 1976. p. 199.

que se passa nos Países de Leste está perfeito, até que a própria URSS reconheça que estava errado», seria «demais para um espírito minimamente crítico».⁴⁹

JMP apresentava-se, então, definitivamente como um marxista afastado do que Sartre denominaria de *pequeno mundo estreito* – campo político e cultural associado aos intelectuais-militantes dos PC tradicionais ou próximos destes e que João Madeira recorda no livro *Os Engenheiros de Almas – o Partido Comunista e os Intelectuais*.⁵⁰

Em todo o caso, o PS não seria igualmente um lugar habitável para um intelectual situado na esquerda do espectro político. De acordo com JMP, «o desprezo pelos intelectuais (enquanto tais) de um Cunhal só terá paralelo no de um Soares». Neste, aquilo a que Martins Pereira apelidaria de «“anti-dogma” [...] é de outro tipo»: “vale tudo para fazer chegar o Dr. Soares a primeiro-ministro e, logo que possível, a Presidente da República”». ⁵¹

Sobre a alegada corrente social-democrata, logo em 1983, JMP não reconhecia na sua direção qualquer traço distintivo em relação às organizações políticas de fundo liberal. Em *No Reino dos Falsos Avestruzes*, o autor admitia que o partido de Mário Soares, «em particular o seu aparelho», era já à época o «partido do carreirismo, do oportunismo, do “tacho” [...] do preenchimento de lugares de influência e poder». Não seria, portanto, de estranhar que, poucos anos após o estabelecimento da democracia representativa, o PS fosse, para JMP, «um partido *vazio* [...] de projeto, de imaginação, de convicção, de base social — de socialismo». A descrença no partido de Mário Soares e Salgado Zenha seria, pois, total. Ainda na obra *No Reino dos Falsos Avestruzes*, JMP afirmaria mesmo que

se o PCP pode merecer o respeito de quem respeite as “igrejas” (não os partidos) e admire coisas como a abnegação, a persistência, a disciplina, o proselitismo — o PS não tem verdadeiramente ponta por onde se lhe pegue.⁵²

É à luz desta avaliação que se compreendem as críticas do autor ao Partido Socialista, em 1991. Segundo JMP, a constante fuga a políticas socialistas por parte daquele partido deveria levar, não à questão «que fazer para evitar que o PS se alie à direita, para que se assuma de vez como partido de esquerda?», mas, pelo contrário, «que fazer face ao *facto* muito concreto que é o PS não ser aquilo que eventualmente gostaríamos que fosse?»⁵³ - pois, como diria mais tarde, os governos do PS «só em questões de estilo» poderiam «diferir» dos do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata.⁵⁴

Aproveitando as palavras de Bebiano sobre o intelectual público Tony Judt, JMP não era «parte assimilada e anónima de uma polifonia» pautada⁵⁵. Pelo contrário, o

⁴⁹ PEREIRA, João Martins – *No Reino...*, p. 108-110.

⁵⁰ Cf. MADEIRA, João – *Os Engenheiros de Almas – o Partido Comunista e os Intelectuais*. 1.ª ed. Lisboa: Estampa. 1996. ISBN 972-33-1227-1. p. 14.

⁵¹ PEREIRA, João Martins – *No Reino...*, p. 109-110.

⁵² PEREIRA, João Martins – *No Reino...*, p. 109-110.

⁵³ PEREIRA, João Martins – *No Reino...*, p. 142.

⁵⁴ PEREIRA, João Martins – “O PS, as caras e as políticas”. *Combate*. N.º 146 (1991) p. 3.

⁵⁵ BEBIANO, Rui – *Tony Judt...*, p. 55.

intelectual marxista português era definitivamente uma voz singular à esquerda, «associada a uma [...] dose intransigentemente individual de liberdade e de independência»⁵⁶.

Seria num dos seus primeiros artigos publicados na revista *O Tempo e o Modo*, em 1969 que JMP versaria pela primeira vez parte da sua reflexão sobre as esquerdas políticas. No artigo *Palavras incómodas. Actualidade crítica e crítica da actualidade*, o autor salientava que uma das primeiras razões para o espectro político à esquerda se encontrar quase sempre tão dividido (se comparado com o da direita) reside no facto de ser quase sempre mais fácil manter um determinado estado de coisas do que alterá-lo. De acordo com JMP,

se, em geral, estas [as esquerdas] se encontram mais divididas do que aquelas [as direitas], uma das razões fundamentais é que, precisamente, conservar representa uma opção mais ou menos definida⁵⁷.

Em sentido inverso, a transformação da sociedade «implica a resposta a perguntas» como «transformar como?», «com que objetivo?», «pondo em jogo que meios?», «conservando o quê?» – questões essas que, afirmava, oferecem «uma grande diversidade de posições».⁵⁸

Quase 25 anos depois, em 1993 – e após a desintegração da União Soviética e dos seus satélites –, JMP continuaria a sua reflexão afirmando que

quando a esquerda fala de «mudar» a sociedade, não se está obviamente a referir à construção de mais um troço de auto-estrada, à introdução de novos produtos no mercado, ou à passagem de uma figura pública do Sporting para o Benfica.

Ou seja, quando um governo fala em «mudança» no Serviço Nacional de Saúde ao proporem-se os seguros de saúde privados, ou na «mudança» (leia-se, melhoria) dos serviços públicos apostando no «despedimento maciço» de trabalhadores do Estado, esse governo empenha-se «de facto» em «mudanças» que permitam «que tudo [...] fique na mesma», nomeadamente «o seu próprio poder». Compreende-se, portanto, que JMP relembresse que «a esquerda, na esteira de Marx, sempre preferiu [o termo] “transformação”, e não «mudança».⁵⁹

No já referido *No Reino dos Falsos Avestruzes*, de 1983 – ano que, segundo Eric Hobsbawm, marcaria o início do período de «recessão do marxismo»⁶⁰ – o autor propunha-se começar a lançar «desgarradas pedras para a construção de uma “ideia de Esquerda” que, independentemente das organizações partidárias existentes», viesse a «contribuir para uma paciente ação cultural e política visando uma sociedade que ainda mal se configura»⁶¹.

⁵⁶ BEBIANO, Rui – *Tony Judt...*, p. 55.

⁵⁷ PEREIRA, João Martins – “Palavras incómodas. Actualidade crítica e crítica da atualidade”. *O Tempo e o Modo*. Nova série, nº 73 (1969), p. 7-9.

⁵⁸ Idem, *ibidem*.

⁵⁹ PEREIRA, João Martins – *As Voltas...*, p. 14-15.

⁶⁰ HOBSBAWM, Eric – *Cómo Cambiar...*, p. 291.

⁶¹ PEREIRA, João Martins – *No Reino...*, p. 9.

Segundo o autor, a «Esquerda deveria ser», ao contrário da Direita, «o campo aberto do debate de ideias». Visto que a esquerda «é ela-própria projeto, interrogação, descoberta, desejo», somente «como projeto pode ser pensada». A esquerda constituiria, assim, «um campo de tensão» pelas ideias novas que constantemente gera. Ela deveria, portanto, ser «a tensão do inventor *antes* da invenção, do descobridor *antes* da descoberta, do poeta *antes* do poema — enfim do criador *antes* da criação». No entanto, sabendo aquela que «nunca chegará à sociedade perfeita», saberia igualmente que não apenas existe – apesar dos discursos da direita (que lhe conferem, portanto, existência) – «como existirá sempre».⁶²

Num texto publicado no jornal *Combate*, em 1994, no que ao caso estritamente nacional dizia respeito, JMP afirmaria que «está quase tudo por pensar na esquerda portuguesa». O ex-secretário de Estado, diria «quase», «por contar com o esforço e a inteligência de muitos que não desistiram»⁶³. Recordando um texto de António José Saraiva sobre o termo francês «*engagement*», o autor de *Pensar Portugal Hoje* afirmaria, então, que a esquerda necessitava mais de homens «empenhados» do que «alistados». Ou mesmo apenas de «homens empenhados *mesmo quando* alistados», pois se, por um lado, o «alistamento corresponderia ao “*engagement*” numa tropa, numa organização, num partido», «a regras pré-estabelecidas» numa «atitude predominantemente passiva» e «irresponsável», por outro, o «empenhamento» dotar-se-ia de «auto-mobilização de natureza emotivo-intelectual», ou seja:

uma atitude activa em que assumimos perante nós e perante os outros uma total responsabilidade, o risco de não termos quem nos «cubra» em juízos, afirmações, decisões, actos em que nos jogamos *por inteiro*.⁶⁴

Contudo, JMP assistia, nas suas palavras, a uma esquerda alegadamente derrotada e à «gradual domesticação das classes operárias». Por um lado, a Ocidente, por via da «canalização das suas energias para a luta institucional» e, por outro, a Leste, por via do «cumprimento do Plano». Por essa razão podiam compreender-se «os [...] abalos na convicção [...] quanto à subversão radical que continha em si a ação proletária». Mas JMP ia mais longe nesta questão. De acordo com o autor, a «sociedade tolera mal [...] o não-sofrimento» (e esta devia-o mais à Igreja do que ao próprio sistema capitalista). Também por isso, mas não apenas, a esquerda, diria, «tem sofrido demasiadamente»⁶⁵. É nesse sentido que o autor afirmaria:

eles são sacrificados militantes, eles são lutadores tristonhos, guerrilheiros desesperados, revoluções sem alegria. Corpos e cabeças desencontrados – como também convém a uma «disciplina revolucionária» de autómatos e, sobretudo, de devotos.⁶⁶

⁶² PEREIRA, João Martins – *No Reino...*, p. 103-104.

⁶³ PEREIRA, João Martins – *As Voltas...*, p. 123.

⁶⁴ PEREIRA, João Martins – *No Reino...*, p. 105-106.

⁶⁵ PEREIRA, João Martins – *No Reino...*, p. 135.

⁶⁶ PEREIRA, João Martins – *No Reino...*, p. 135.

Longe de continuar a «resistir», a esquerda deveria «descobrir a alegria e o entusiasmo de re-existir».⁶⁷ O autor proporia assim uma quase refundação da Esquerda: uma refundação «que começa em cada instante e em cada lugar (...) no sentido de uma *apreensão renovada de tudo*».⁶⁸ Diria:

Pensarão alguns que o Socialismo faz parte da ideia de Esquerda. É errado, a meu ver. Terá sido certo enquanto não houve «socialismos reais» — o socialismo era então apenas uma ideia, um projeto. Hoje não é assim. Tantos são os regimes que a si mesmos se rotulam de «socialistas», que a Esquerda não pode ignorar essas experiências, submetendo-as ao critério da emancipação. O seu conceito de socialismo incorporará necessariamente os resultados desse exame crítico, mas não coincidirá porventura com nenhum dos «modelos» já experimentados. Fará, conjuntamente com muitos outros elementos, todos positiva ou negativamente inter-implicados, parte do projeto que é a Esquerda, não da ideia de Esquerda.⁶⁹

Como se verá adiante, o discurso crítico de JMP provocaria as mais acérrimas respostas diversos autores.

4. A resposta das Esquerdas

As propostas teóricas e políticas de JMP eram singulares e as críticas vinham de vários setores da Esquerda. As críticas ao partido de Álvaro Cunhal e ao próprio autor de *Rumo à Vitória*, consubstanciar-se-iam no livro *O socialismo, a transição e o caso português de João Martins Pereira: exemplo típico do idealismo académico*, de Ronaldo G. Fonseca, em 1977. Segundo este, as críticas ao PCP eram «gratuitas e arbitrárias». Se o PCP não procurou «desencadear» muitos «movimentos grevistas» foi porque estes poderiam «fazer o jogo do projeto neo-fascista de Spínola» — o qual, «argumentando acerca do “caos provocado pelos comunistas”, lograria muito»⁷⁰.

Lembrando a tese leniniana, não *analisando de forma concreta a situação concreta*, JMP aderiria, então, ao «semi-espontaneísmo»⁷¹ e ao «voluntarismo subjetivista»⁷². A alegada obsessão «pela ideia moralista do “controlo do PCP” sobre o movimento de massas»⁷³, entre outros aspetos, levaria Ronaldo G. Fonseca a criticar o «nítido recuo» teórico de JMP «em relação aos aspetos positivos contidos em publicações anteriores». Para além de se armar com um «aparelho conceitual» não marxista e não leninista, o livro de JMP apresentaria uma evidente «desorientação política» que, de

⁶⁷ PEREIRA, João Martins — *No Reino...*, p. 135.

⁶⁸ PEREIRA, João Martins — *No Reino...*, p. 27.

⁶⁹ PEREIRA, João Martins — *No Reino...*, p. 105.

⁷⁰ FONSECA, Ronaldo G. — “*O Socialismo, a Transição e o Caso Português*” de João Martins Pereira — *um exemplo típico de idealismo académico*. Coimbra: Centelha, 1977. p. 81-82.

⁷¹ FONSECA, Ronaldo G. — “*O Socialismo...*”, p. 106.

⁷² FONSECA, Ronaldo G. — “*O Socialismo...*”, p. 115.

⁷³ FONSECA, Ronaldo G. — “*O Socialismo...*”, p. 99.

forma objetiva, acabava por, nas palavras do militante e intelectual comunista, «servir os interesses contrários àqueles que afirma defender»⁷⁴.

Eduardo Lourenço, por exemplo, caracterizaria o posicionamento político de JMP de «ilha-esquerda»⁷⁵, dado o seu isolamento e a eventual falta de ligação com as esquerdas hegemónicas. António Barreto, por seu lado, afirmaria que a esquerda pretendida por JMP representava uma «fuga ao mundo», uma «fuga (...) para as suas margens mais oníricas». Num artigo publicado com o título satírico de «Os falsos e os verdadeiros avestruzes», o sociólogo criticaria o antigo secretário de Estado por este alegadamente propôr

uma esquerda que teme as vitórias, porque não há vitórias puras; que ignora as derrotas, porque são dolorosas; que enjeita os erros, porque estragam a ideia.⁷⁶

Esta posição levaria JMP, segundo Barreto, a «refugiar-se na ideia, no quotidiano, na comunidade alternativa ou na marginalidade individual».⁷⁷ Barreto iria mais longe e afirmaria:

Assim não vale. Lembro-me dos cristãos que amam Deus e recusam a Igreja; ou seguem a Igreja e detestam os sacerdotes. Igreja, sacerdotes, fieis e militantes, sempre os houve que lavaram as mãos. Assim, de fuga em fuga, de expurgo em expurgo, só há um destino possível: a perfeição. Com ela a atemporalidade e a levitação.⁷⁸

O sociólogo lembraria, então:

as fronteiras da sua esquerda são apertadíssimas, todo o resto são *eles*. Todos são iguais e quase ninguém é de esquerda: os poderosos e os crápulas, o PC e o PS, o PPD e o CDS, os generais e os burocratas.⁷⁹

Para Barreto, a esquerda de JMP seria, pois,

a esquerda mítica do futuro, aquela que quanto mais foge mais tem razão, quanto mais esquece mais acerta e quanto mais sofre mais se salva.⁸⁰

E essa, segundo Barreto, «não tem sentido».⁸¹

⁷⁴ FONSECA, Ronaldo G – “O Socialismo...”, p. 116-118.

⁷⁵ LOURENÇO, Eduardo – “Robinson Martins-Pereira e a Ilha-Esquerda”. *Plural*. N.º 1 (Out. 1983). p. 48-50.

⁷⁶ BARRETO, António – “Os falsos e os verdadeiros avestruzes”. *Diário de Notícias* – Suplemento “Revista de Livros”, 1 Junho, 1983, p. 12.

⁷⁷ BARRETO, António – “Os falsos...”, p. 12.

⁷⁸ BARRETO, António – “Os falsos...”, p. 12.

⁷⁹ BARRETO, António – “Os falsos...”, p. 12.

⁸⁰ BARRETO, António – “Os falsos...”, p. 12.

⁸¹ BARRETO, António – “Os falsos...”, p. 12.

Também Eduardo Prado Coelho se mostraria crítico da obra de JMP, particularmente do livro *No Reino dos Falsos Avestruzes*. De acordo com o primeiro, a postura política do autor aqui estudado caracterizava-se pelo «isolamento militante» e por um lugar político «inabitável». Para Prado Coelho, a «força», a «energia» e a «beleza» das palavras do intelectual marxista não seriam suficientes para resgatar as ideias de JMP da «impotência política». A esquerda não poderia ser «saudavelmente amnésica»⁸² esquecendo em larga medida a experiência do *socialismo real*.

Considerações finais

Numa entrevista recente Eduardo Lourenço afirmava que «a capital do país é a televisão»⁸³. JMP estava longe da mesma. O distanciamento em relação a qualquer meio de projecção mediática de massas talvez não tenha jogado a favor de um maior reconhecimento da obra – e, em abono da verdade, do homem. Ainda assim é legítimo perguntar até que ponto *poderia* ser concedido a um intelectual marxista o espaço mais ou menos mediático ocupado por outros autores bem mais integrados – tanto ideológica como partidariamente.

JMP tampouco viveu no meio que Bebiano refere como «o universo» comum aos intelectuais, ou seja, os «círculos concêntricos»⁸⁴ dos meios universitários. Como é referido atrás, a produção ensaísta de JMP foi sempre paralela à sua atividade profissional enquanto engenheiro químico-industrial. Mantendo-se sempre ligado ao *mundo do trabalho* e fabril, o autor, para além de contrariar o processo de *partidarização* dos intelectuais, também não embarcou no processo de «academização» dos mesmos⁸⁵. E desse ponto salta à vista uma questão: não estará aí uma das razões (materiais?) para permanência de JMP no campo da Esquerda e, particularmente, no campo do marxismo?

O afastamento integral do que Judt denominava de «russofilia»⁸⁶, «sobreinvestimento ideológico»⁸⁷ e «servidão intelectual»⁸⁸, comuns a uma parte considerável dos intelectuais marxistas do século xx, acabaria por tornar JMP, nas palavras de Francisco Louçã, «o mais importante intelectual marxista no pensamento político português das últimas décadas»⁸⁹. Distante de um marxismo que de tão ortodoxo colocaria em causa a sua própria dialética, o pensamento político do intelectual português não se encerrava em qualquer complexo conceptual, procurando inclusive outros campos epistemológicos que pudessem enriquecer a teoria radical marxista.

⁸² COELHO, Eduardo Prado – «O homeopata e os antibióticos». *Expresso* (23 Abr. 1983). p. 24R-25R.

⁸³ LOURENÇO, Eduardo – «Liberdade em Portugal». 3.º *Encontro Presente no Futuro*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. [Consult. 13 outubro 2017] Disponível em WWW: <URL: <https://www.youtube.com/watch?v=LcGpo8nnP8k>.>

⁸⁴ BEBIANO, Rui – *Tony Judt...*, p. 13.

⁸⁵ POSNER, Richard A. apud BEBIANO, Rui – *Tony Judt...*, p. 46.

⁸⁶ Judt apud BEBIANO, Rui – *Tony Judt...*, p. 143.

⁸⁷ Judt apud Idem, *ibidem*, p. 103.

⁸⁸ Judt apud Idem, *ibidem*, p. 122.

⁸⁹ LOUÇÃ, Francisco – «Prefácio – um marxista como nenhum outro». In PEREIRA, João Martins – *As Voltas que o Capitalismo (não) deu*. Lisboa: Edições Combate, 2008. ISBN 9789899605206..., p. 5.

Por nunca renegar um «marxismo que não se rende às evidências do *pântano democrático*»⁹⁰, por se assumir como um autor autónomo – intelectual e politicamente – e por conter traços de personalidade pouco mediáticos, JMP viveu *publicamente* na sombra de alguns dos maiores autores nacionais da segunda metade do século XX e sem a popularidade que tampouco procurava.

Ainda assim JMP tinha um auditório de leitores: muitos deles associados ao jornalismo, às artes e à militância política das diferentes esquerdas que vieram a fundar o Bloco de Esquerda. No entanto, onde o legado da obra e do *ideário* de JMP encontra hoje mais eco é especificamente em alguns intelectuais públicos da esquerda portuguesa como Rui Bebião e Boaventura de Sousa Santos, e dirigentes políticos, como Francisco Louçã. Cada um dissidente à sua maneira... de João Martins Pereira.

Bibliografia final

- AAVV – *Bio-bibliografia – João Martins Pereira. E o seu, nosso tempo*. Coimbra: Centro de Documentação 25 de Abril, 2011. 51 p. ISBN 978-989-95840-2-0.
- BARRETO, António – “Os falsos e os verdadeiros avestruzes”. *Diário de Notícias* - Suplemento “Revista de Livros” (1 Junho de 1983) p. 12.
- BEBIANO, Rui – *Tony Judt: historiador e intelectual público*. 1.^a ed. Lisboa: Edições 70, 2017. 226 p. ISBN 978-972-44-1853-7.
- CARDINA, Miguel – *Margem de Certa Maneira: O maoísmo em Portugal. 1964-1974*. 1.^a ed. Lisboa: Tinta-da-China, 2011. 398 p. ISBN 9789896711054.
- COELHO, Eduardo Prado – “O homeopata e os antibióticos”. *Expresso* (23 Abril 1983). p. 24R-25R.
- CRUZEIRO, Maria Manuela – “Eduardo Lourenço e João Martins Pereira: Conversa com Abril em Fundo”. *Finisterra – Revista de Reflexão e Crítica*. Lisboa. N.º 73 (2012). ISSN 0871-792.
- CUNHAL, Álvaro – *Obras Escolhidas IV (1967-1974)*. 1.^a ed. Lisboa: Edições Avante, 2013. 896 p. ISBN 978972550410.
- DIAS, Sousa – *Grandeza de Marx – por uma política do impossível*. 1.^a ed. Lisboa: Assírio & Alvim, 2011. 174 p. ISBN 9789723716122.
- FONSECA, Ronaldo G. – “*O Socialismo, a Transição e o Caso Português*” de João Martins Pereira – um exemplo típico de idealismo académico. Coimbra: Centelha, 1977. 118 p.
- HOBBSBAWM, Eric – *Cómo Cambiar el Mundo*. Barcelona: Crítica, 2011. 496 p. ISBN 978-84-9892-211-0.
- JUDT, Tony – *Pensar o Século XX*. Lisboa: Edições 70, 2012. 422 p. ISBN 9789724416946.
- LIMA, João Tiago – “Outros caminhos do ensaísmo português do século XX: José Bachelar, Mário Sacramento e João Martins Pereira”. *Estudos do Século XX*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. ISSN 1645-3530. N.º 9 (2009) p. 195-218.
- LOUÇÃ, Francisco – “A esquerda e os jantares de gala”. *Plural*. N.º 7 (1984). p. 58-60.

⁹⁰ LOUÇÃ, Francisco – “A esquerda e os jantares de gala”. *Plural*, n.º 7, 1984. p. 58-59. A expressão «pântano democrático» surge *No Reino dos Falsos Avestruzes*, de Martins Pereira, para caracterizar crítica e pejorativamente o meio político-partidário da então recente democracia portuguesa.

- LOUÇÃ, Francisco – “Prefácio – um marxista como nenhum outro”. In PEREIRA, João Martins – *As Voltas que o Capitalismo (não) deu*. Lisboa: Edições Combate, 2008. 156 p. ISBN 9789899605206.
- LOURENÇO, Eduardo – “Liberdade em Portugal”. 3.º Encontro Presente no Futuro. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. [Consult. 13 outubro 2017] Disponível em WWW: <URL: <https://www.youtube.com/watch?v=LcGpo8nnP8k>.>
- LOURENÇO, Eduardo – “Robinson Martins-Pereira e a Ilha-Esquerda”. *Plural*. N.º 1 (1983), p. 48-50.
- MADEIRA, João – *Os Engenheiros de Almas – O Partido Comunista e os Intelectuais*. 1.ª ed. Lisboa: Estampa. 1996. 409 p. ISBN 972-33-1227-1.
- PEREIRA, João Martins – “A demissão de Martins Pereira: Secretário de Estado da Indústria exige decisões revolucionárias”. *A Capital*. Ano VIII (17 Julho 1975). p. 1 e 3.
- PEREIRA, João Martins – “Conversas com vistas... para João Martins Pereira: entrevista de Maria João Seixas”. *Público* (revista “Pública”) (1 Abril 2001). p. 24-31.
- PEREIRA, João Martins – “O PS, as caras e as políticas”. *Combate*. N.º 146 (1991). p. 3.
- PEREIRA, João Martins – “Palavras incómodas. Actualidade crítica e crítica da actualidade”. *O Tempo e o Modo*. Nova série. N.º 73 (1969). pp. 7-9.
- PEREIRA, João Martins – *As Voltas que o Capitalismo (não) deu*. Lisboa: Edições Combate, 2008. 156 p. ISBN 9789899605206.
- PEREIRA, João Martins – *Indústria, Ideologia e Quotidiano. Ensaio sobre o Capitalismo em Portugal*. Porto: Afrontamento, 1974 (Coleção Luta de Classes). 251 p.
- PEREIRA, João Martins – *No Reino dos Falsos Avestruzes - Um Olhar sobre a Política*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1983. 166 p.
- PEREIRA, João Martins – *O Dito e o Feito – Cadernos 1984-1987*. Lisboa: Edições Salamandra 1989. 241 p.
- PEREIRA, João Martins – *O Socialismo, a Transição e o Caso Português*. Lisboa: Bertrand, 1976. 331 p.
- PEREIRA, João Martins – *Pensar Portugal Hoje*. 1.ª edição: Lisboa: Dom Quixote, 1971 (Coleção Diálogos). 165 p.
- PEREIRA, João Martins – *Pensar Portugal Hoje. Os Caminhos Atuais do Capitalismo Português*. 3.ª ed. revista, com um texto de introdução: Lisboa: Dom Quixote, 1979 (Coleção Diálogos). 174 p.
- PEREIRA, João Martins – *Portugal 75. Dependência Externa e Vias de Desenvolvimento*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1974. 41 p.
- PEREIRA, João Martins – *Sistemas Económicos e Consciência Social – Para uma teoria do socialismo como sistema global*. 1.ª ed. 306 p. Oeiras: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.
- PEREIRA, José Pacheco – *As Armas de Papel*. 1.ª ed. 598 p. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013. ISBN 9789896442224.
- RENTON, David – *Dissent Marxism*. 1.ª ed. London: Zed Books, 2004. 288 p. ISBN 1 84277 292 9.
- SANTOS, João Almeida – *Os Intelectuais e o Poder*. 1.ª ed. Lisboa: Fenda, 1999. 222 p. ISBN 9728529368.

Paisagem e Monumentos de Portugal

Images do Ressurgimento Nacional

Landscape and Cultural Heritage from Portugal

Images of National Resurgence

Luís Miguel Correia

Luís Miguel Correia, Investigador Integrado do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS20. Professor Auxiliar do Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Email: lcorreia@darq.uc.pt.

PAISAGEM E MONUMENTOS
DE PORTUGAL. *IMAGES DO*
RESSURGIMENTO
NACIONAL

Será o Portugal contemporâneo corolário das conquistas da Revolução dos Cravos? Restringindo-nos ao caso da arquitectura, podemos indagar se esta readquiriu a sua autonomia disciplinar, lavrando na terra a desejada democratização do espaço e, ainda, averiguar se foi responsável pela memorização de muitos dos projectos elaborados no pós-25 de Abril. Conquanto julgemos pertinente a indagação, não nos propomos proceder a uma análise exaustiva da conjuntura actual, embora admitamos que esta evidência a influência de mais de quarenta anos de salazarismo. Entre o fim da década de trinta e o início da de quarenta assistiu-se a um período de afirmação e consolidação das ideias desenhadas por Oliveira Salazar para o Império Português, durante o qual a imagem, tangível ou intangível, do território desempenhou um papel preponderante na pressagiada *restauração material, moral e nacional*. Com base sobretudo em publicações editadas pela propaganda nacional, como *Images Portugaises* [1939], *Paisagem e Monumentos de Portugal* (1940), *Obras Públicas: Caderno do Ressurgimento Nacional* [1943] e noutras com elas correlacionadas, comprovaremos como pouco antes do advento da 2.^a Guerra Mundial já se desvendava na paisagem portuguesa um vasto conjunto de traços distintivos do projecto salazarista, cuja memória ainda hoje remanesce em diferentes lugares.

Palavras-chave: Salazarismo, Paisagem, Monumentos Nacionais, Propaganda, Obras Públicas.

LANDSCAPE AND CULTURAL
HERITAGE FROM
PORTUGAL. *IMAGES OF*
NATIONAL RESURGENCE

Shall we consider the contemporary Portugal as a result of the conquests from the so called Carnation Revolution (Revolução dos Cravos)? If we only contemplate the case of architecture, we may question if this discipline has regained its disciplinary autonomy, building the wanted democratization of space and also determine if it has been responsible for the memorization of many of the projects conducted in the post 25th April times. Although we consider this inquiry as adequate, it is not our purpose to pursue an exhaustive analysis of the current situation, although we can accept that it denotes the influence of more than forty years of Salazarism. Between the end of the thirties and beginning of the forties, we face a period of reinforcement and consolidation of the ideas outlined by Oliveira Salazar for the Portuguese Empire. During that period the tangible or intangible image of the territory has played a major role in the announced *material, moral and national restoration*. Based mainly on publications edited by national propaganda, namely *Images Portugaises* [1939], *Paisagem e Monumentos de Portugal* (1940), *Obras Públicas: Caderno do Ressurgimento Nacional* [1943], as well as with other correlated works, we will demonstrate how, short before the advent of World War II, it was already possible to discover in the Portuguese landscape a significant array of distinctive features of the Salazarist project, whose memory still remains today in different places.

Keywords: Salazarism, Landscape, Cultural Heritage, Propaganda, Public Works.

PAYSAGE ET MONUMENTS
DU PORTUGAL. *IMAGES DE*
LA RÉSURGENCE
NATIONALE

Le Portugal contemporain est-il un corollaire des réalisations de la Révolution des Œillets? En nous limitant au cas de l'architecture, nous pouvons nous demander si celle-ci a retrouvé son autonomie disciplinaire, la démocratisation souhaitée de l'espace labourant la terre, mais également établir si elle a été responsable de la mémorisation d'un grand nombre des projets développés après le 25 avril. Bien que nous jugions pertinente l'enquête, nous ne proposons pas de procéder à une analyse exhaustive de la conjoncture actuelle, bien que nous admettions qu'elle témoigne de l'influence de plus de quarante ans de salazarisme. Entre la fin des années trente et le début des années quarante, nous avons assisté à une période d'affirmation et de consolidation des idées conçues par Oliveira Salazar pour l'Empire portugais, au cours de laquelle l'image, tangible ou intangible, du territoire a joué un rôle de premier plan dans la *restauration matérielle, morale et nationale présagée*. À partir essentiellement des publications éditées par la propagande nationale, comme *Images Portugaises* [1939], *Paisagem e Monumentos de Portugal* (1940), *Obras Públicas: Caderno do Ressurgimento Nacional* [1943] et d'autres liées à celle-ci, nous prouverons comment juste avant la Deuxième Première Guerre mondiale, un vaste ensemble de caractéristiques distinctives du projet salazariste, qui existent encore aujourd'hui à différents endroits, ont été révélées dans le paysage portugais.

Mots clés: Salazarisme, Paysage, Monuments nationaux, Propagande, Travaux publics.

1. Breve enquadramento

É sabido que a historiografia europeia (e mundial) tem amplamente analisado casos em que a história, a paisagem e a arquitectura têm sido usadas e instrumentalizadas com fins ideológicos e políticos, em especial quando sob o domínio de regimes autoritários e totalitários. Tendo em conta exclusivamente o tema e os objectivos do presente artigo, que à partida o título deixa subentender, por certo melhor se compreenderá o quadro experimentado em Portugal à época do regime superintendido por António de Oliveira Salazar à luz das circunstâncias vividas na Alemanha, na Itália e em Espanha durante o comando de Adolf Hitler, Benito Mussolini e Francisco Franco, respectivamente. Um panorama nacional que nos anos de instituição e consolidação da Ditadura Nacional se reviu sobretudo na congénere italiana. Segundo recordámos num texto¹ publicado na revista de *Estudos Italianos em Portugal*, no caso subordinada a *Arquitectos Italianos em Portugal*, Benito Mussolini não era arquitecto de formação e, ao que se conhece, nunca pisou solo português. Todavia, é consabido que a doutrina política e também a figura dominadora do ditador italiano foram paradigma para Oliveira Salazar na criação do Estado Novo. Daqui se possa depreender que, “postado sobre a secretária de Oliveira Salazar [alusão directa a uma fotografia publicada na revista *Life* em 1940, da autoria de Bernard Hoffman], *Il Duce* tenha [simbolicamente] ministrado, em parte, uma lição sobre o lugar da história no *Nuovo Stato*”². Desde logo, acautelando a devida distância entre as duas ditaduras e seus líderes, importou reconhecer como de forma semelhante ao desígnio perfilhado pelo aliado italiano, Oliveira Salazar, a partir de 5 de Julho de 1932, se comprometeu pessoalmente com o *restauro* de certos monumentos nacionais que, ao serviço de pretensa *política de verdade*, legitimassem e pudessem enaltecer a grandiosidade dos seus *princípios e realizações*. Com base numa visão consagrada a *o antes* e a *o depois*, presenciámos destarte como *Il Duce*, através do uso dos vestígios da Roma Antiga, e Oliveira Salazar, com recurso, por exemplo, aos envelhecidos castelos portugueses³, sempre procuraram, *apud La politique du patrimoine* de Marc Guillaume, “recolocar o presente conturbado no imaginário de uma continuidade com um passado tranquilizador, e sobretudo *esquecer* o passado recente”⁴.

Ainda que não seja nosso intento cotejar o modo como o fascismo italiano e o regime salazarista, entre demais estados ditatoriais, utilizaram determinadas estruturas passadas e uma nova arquitectura em favor de uma atmosfera sonhada, é manifesto que houve uma relação directa entre obra construída e obra política. Assim o constata, a título de exemplo, igualmente Elisa Pegorin num artigo dado à estampa na referida revista de *Estudos Italianos em Portugal: Architettura e regime tra Italia e Portogallo. Relazione*

¹ CORREIA, Luís Miguel – “*Il Duce* à secretária de Salazar. Lição sobre o lugar da história no *Nuovo Stato*”. *Estudos Italianos em Portugal*. Lisboa: Instituto de Estudos Italianos. ISSN 0870-8584. Nova Série, N.º 12 (2017) p. 69-82.

² *Ibidem*. p. 81.

³ CORREIA, Luís Miguel – *Castelos em Portugal: Retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]*. 2.ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. 475 p. ISBN 9789892600604.

⁴ GUILLAUME, Marc – *A política do património*. Trad. Joana Caspurro. Porto: Campo das Letras, 2003. ISBN 972-610-704-0. p. 142 e 143.

nelle opere pubbliche dello Stato Novo⁵. Focando a atenção nestas duas nações e, em específico, na forma como as diversas obras públicas italianas inspiraram a arquitectura portuguesa, Elisa Pegorin reconhece, com base nos testemunhos de alguns autores que têm dedicado a sua investigação a este tema⁶, que “[l]’architettura totalitaria risultava dalla volontà di controllo da parte dello stato sulla collettività”⁷. Por isso, representava um “strumento privilegiato per la facilità della sua manipolazione nel disegno e per la sua dimensione, durabilità e utilizzo obbligatorio di opera-edificio, spazio, città, e in questi termini un veicolo di propaganda ideologica e mezzo per condizionare il comportamento individuale e collettivo”⁸.

Afinal, segundo elucida Roger Griffin em *Fixing Solutions: Fascist Temporalities as Remedies for Liquid Modernity* – ensaio publicado em 2015 num volume do *Journal of Modern European History* dedicado ao tema *Fascist Temporalities*⁹ – ao perscrutar tais temporalidades peculiares do fascismo, emanantes do mito da eternidade da nação e da raça, “[m]embers of the fascists’ organic ‘national community’ were thus exhorted both overtly and subliminally to find a personal transcendent meaning and sense of heroic mission through their active participation in the process of national rebirth”¹⁰. Anuindo idêntica perspectiva, concomitantemente Harald Bodenschatz avalia no artigo inicial do livro *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective*¹¹, de 2015, *Urbanism and*

⁵ PEGORIN, Elisa – “Architettura e regime tra Italia e Portogallo. Relazione nelle opere pubbliche dello Stato Novo”. *Estudos Italianos em Portugal*. Lisboa: Instituto de Estudos Italianos. ISSN 0870-8584. Nova Série, N.º 12 (2017) p. 83-95.

⁶ Neste caso específico, a autora refere-se directamente ao contributo de: TEOTÓNIO PEREIRA, Nuno; FERNANDES, José Manuel – “A Arquitectura do Fascismo em Portugal”. In PINTO, António Costa [et al.] – *O Fascismo em Portugal: Actas do Colóquio*. Lisboa: Regra do Jogo, 1982. p. 533-551.

⁷ *Op. cit.*, p. 85.

⁸ *Idem*.

⁹ Este número do *Journal of Modern European History* foi editado por Fernando Esposito, nele constando cinco artigos, para além do referido ensaio de Roger Griffin, que merecem a nossa referências. São eles: GRIFFIN, Roger – “Fixing Solutions: Fascist Temporalities as Remedies for Liquid Modernity”. *Journal of Modern European History*. München: C.H.Beck. ISSN (online) 1611-8944. Volume 13. N.º 1 (2015) p. 5-23; ESPOSITO, Fernando; REICHARDT, Sven – “Revolution and Eternity. Introductory Remarks on Fascist Temporalities”. *Journal of Modern European History*. München: C.H.Beck. ISSN (online) 1611-8944. Volume 13, N.º 1 (2015) p. 24-43; ARTHURS, Joshua – “The Excavatory Intervention: Archaeology and the Chronopolitics of Roman Antiquity in Fascist Italy”. *Journal of Modern European History*. München: C.H.Beck. ISSN (online) 1611-8944. Volume 13, N.º 1 (2015) p. 44-58; BEN-GHIAT, Ruth – “The Imperial Moment in Fascist Cinema”. *Journal of Modern European History*. München: C.H.Beck. ISSN (online) 1611-8944. Volume 13, N.º 1 (2015) p. 59-78; CARSTOCEA, Raul – “Breaking the Teeth of Time: Mythical Time and the ‘Terror of History’ in the Rhetoric of the Legionary Movement in Interwar Romania”. *Journal of Modern European History*. München: C.H.Beck. ISSN (online) 1611-8944. Volume 13, N.º 1 (2015) p. 79-97; FOGU, Claudio – “The Fascist Stylisation of Time”. *Journal of Modern European History*. München: C.H.Beck. ISSN (online) 1611-8944. Volume 13, N.º 1 (2015) p. 98-114.

¹⁰ *Op. cit.*, p. 23.

¹¹ Realçam-se nesta publicação os textos de: BODENSCHATZ, Harald – “Urbanism and Dictatorship: Expanding Spaces for Thought!”. In BODENSCHATZ, Harald; SASSI, Piero; WELSH GUERRA, Max – *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective*. Basel: Birkhäuser, 2015. ISBN 978-3-03821-690-2. p. 15-26; SEVILLA-BUITRAGO, Álvaro – “Urbanism and Dictatorship: Perspectives of the Field of Urban Studies”. In BODENSCHATZ, Harald; SASSI, Piero; WELSH GUERRA, Max – *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective*. Basel: Birkhäuser, 2015. ISBN 978-3-03821-690-2. p. 27-35; BEESE, Christine – “Urbanism and Dictatorship: Perspectives of Art History”. In BODENSCHATZ,

Dictatorship: Expanding Spaces for Thought!, que, à margem do enviesamento próprio de uma via “Fascist, National Socialist, socialist or clerical-authoritarian”, em geral “[a] dictatorship’s sociopolitical project always focuses on the return to a great past and the promise of a great future”¹². Em consequência, ao examinar os novos *impérios* erguidos durante a primeira metade de novecentos na Alemanha, Itália, Espanha, Portugal e ainda na União Soviética, Harald Bodenschatz conclui:

“[f]or dictatorships, the widespread approval of large design projects was an overarching goal, which limited experimentation with unpopular forms. Architecture and urban design were not only a means to demonstrate power, but also to fascinate, inspire, and build consensus. This required appropriate design and application. Therefore, form was not intended mainly to suppress the population, at least not within their own country. Nor was it only populist. It latched on to trusted, everyday features, while also trying to link these to the dictatorship. The appealing forms were intended to present

Harald; SASSI, Piero; WELSH GUERRA, Max – *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective*. Basel: Birkhäuser, 2015. ISBN 978-3-03821-690-2. p. 36-42; SPIEGEL, Daniela – “Urbanism in Fascist Italy: All Well and Good?”. In BODENSCHATZ, Harald; SASSI, Piero; WELSH GUERRA, Max – *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective*. Basel: Birkhäuser, 2015. ISBN 978-3-03821-690-2. p. 43-58; CREMASCHI, Marco; ERNESTI, Giulio – “Probing the Region: Plans for Rome during the 1930s”. In BODENSCHATZ, Harald; SASSI, Piero; WELSH GUERRA, Max – *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective*. Basel: Birkhäuser, 2015. ISBN 978-3-03821-690-2. p. 59-74; CIACCI, Leonardo – “The Role of Newsreels in the Modernization of Cities: More than just Propaganda”. In BODENSCHATZ, Harald; SASSI, Piero; WELSH GUERRA, Max – *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective*. Basel: Birkhäuser, 2015. ISBN 978-3-03821-690-2. p. 75-88; CANTO MONIZ, Gonçalo; OPPEN, Christian von – “Urbanism under Salazar: Program, Practice, and Reception”. In BODENSCHATZ, Harald; SASSI, Piero; WELSH GUERRA, Max – *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective*. Basel: Birkhäuser, 2015. ISBN 978-3-03821-690-2. p. 89-101; OPPEN, Christian von – “Urbanism: The Driving Force and Stage of the Portuguese Dictatorship”. In BODENSCHATZ, Harald; SASSI, Piero; WELSH GUERRA, Max – *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective*. Basel: Birkhäuser, 2015. ISBN 978-3-03821-690-2. p. 102-116; SAMBRICIO, Carlos – “On Urbanism in the Early Years of Francoism”. In BODENSCHATZ, Harald; SASSI, Piero; WELSH GUERRA, Max – *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective*. Basel: Birkhäuser, 2015. ISBN 978-3-03821-690-2. p. 117-134; PABLO, Ainhoa Díez de – “Preservation of Franco’s Social Housing Estates in Madrid”. In BODENSCHATZ, Harald; SASSI, Piero; WELSH GUERRA, Max – *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective*. Basel: Birkhäuser, 2015. ISBN 978-3-03821-690-2. p. 135-147; HARLANDER, Tilman – “Urbanism and Housing Policy in Nazi Germany: A Commentary”. In BODENSCHATZ, Harald; SASSI, Piero; WELSH GUERRA, Max – *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective*. Basel: Birkhäuser, 2015. ISBN 978-3-03821-690-2. p. 148-165; SCHEFFLER, Tanja – “The Technical Fairground in Leipzig in the Period of National Socialism”. In BODENSCHATZ, Harald; SASSI, Piero; WELSH GUERRA, Max – *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective*. Basel: Birkhäuser, 2015. ISBN 978-3-03821-690-2. p. 166-182; BODENSCHATZ, Harald; FLIERL, Thomas – “Controversial Urbanism During the First Years of the Stalin Dictatorship”. In BODENSCHATZ, Harald; SASSI, Piero; WELSH GUERRA, Max – *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective*. Basel: Birkhäuser, 2015. ISBN 978-3-03821-690-2. p. 183-198; FLIERL, Thomas – “Ernst May’s Standardized Cities for Western Siberia”. In BODENSCHATZ, Harald; SASSI, Piero; WELSH GUERRA, Max – *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective*. Basel: Birkhäuser, 2015. ISBN 978-3-03821-690-2. p. 199-216; WELSH GUERRA, Max – “Urbanism, Dictatorship and Historiography: A Contextualization”. In BODENSCHATZ, Harald; SASSI, Piero; WELSH GUERRA, Max – *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective*. Basel: Birkhäuser, 2015. ISBN 978-3-03821-690-2. p. 217-228.

¹² *Op. cit.*, p. 23.

the efforts to modernize the nation in a positive manner. Form was also not only meant for show, but also benefited the social groups that profited from the regime's policy"¹³.

Diante deste quadro singular, pretende-se comprovar em *Paisagem e Monumentos de Portugal: Imagens do Ressurgimento Nacional* a tese de que um significativo conjunto de feições arquitectónicas identificadas com o projecto de Oliveira Salazar já se achava plasmado em diferentes lugares do País, pouco tempo antes da eclosão da 2.^a Guerra Mundial. Trata-se de um legado que por hoje, crê-se, sobrevive disperso em muitas das nossas cidades e paisagens. Para tanto, recorreremos sobretudo à análise de três edições patrocinadas pela propaganda nacional que foram publicadas entre os anos de 1939 e de 1943 – *Imagens Portugaisas*¹⁴, *Paisagem e Monumentos de Portugal*¹⁵ e *Obras Públicas: Caderno do Ressurgimento Nacional*¹⁶ –, não excluindo outras com elas relacionadas.

Por conseguinte, como aquilata Harald Bodenschatz, confia-se que uma perspectiva meramente histórica das ditaduras europeias deve ser superada, pois “[o]ur dealing with dictatorships is an expression of the current culture of memory and ability to recognize old and new forms of dictatorship”¹⁷. Embora não seja objectivo explícito do trabalho, não deixaremos porém de questionar, resumidamente, nas considerações finais o papel da contemporaneidade. Compulsando um dos artigos que serve de conclusão ao livro *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective – Urbanism, Dictatorship and Historiography: A Contextualization* –, da autoria de Max Welsh Guerra, fica para nós evidente que, entre demais interrogações ou possibilidades de investigação, importa à historiografia ajuizar “the relationship between the specific ways in which dictatorships tried to solve certain problems through urbanism [and architecture], which had also been approached by other dictatorial or parliamentarian-democratic systems by applying urbanism’s [and architecture’s] methods”¹⁸.

2. História, fonte de riqueza e poesia

Em sintonia com os princípios nacionalistas e ruralistas preceituados pelo Estado Novo, a *viagem* preparada pelo SPN, ao que se julga em 1939, exhibe Portugal como uma rara e original “feerie des contrastes”¹⁹. Como nota Ema Cláudia Pires²⁰, em *Imagens Portugaisas* fabrica-se metodicamente uma narrativa em redor de certas dicotomias que têm por objectivo celebrar a obra multifacetada realizada por Oliveira Salazar. Assim, a pretexto da história de Portugal e dos monumentos, realçando antagonismos como ‘vida no campo *versus* vida na cidade’ e ‘arte popular *versus* arte erudita’,

¹³ *Idem.*

¹⁴ SPN – *Imagens Portugaisas*. Lisboa: Edições SPN, [1939]. s.i..

¹⁵ SANTOS, Luiz Reis; QUEIROZ, Carlos – *Paisagem e Monumentos de Portugal*. Lisboa: Edição da Secção de Propaganda e Recepção da Comissão Nacional dos Centenários, 1940.

¹⁶ SPN – *Obras Públicas: Cadernos do Ressurgimento Nacional*. Lisboa: Edições SPN, [1943].

¹⁷ *Op. cit.*, p. 24.

¹⁸ *Op. cit.*, p. 226.

¹⁹ FERRO, António – “[Prefácio]”. In SPN – *Imagens Portugaisas*. Lisboa: Edições SPN, [1939]. s.i..

²⁰ PIRES, Ema Cláudia – *O Baile do Turismo. Turismo e Propaganda no Estado Novo*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2003. 125 p. ISBN 9728801025.

propagandeia-se a *via de regeneração* perfilhada: a reconciliação entre *passado e presente* e entre *tradição e progresso*, num caminho que encerra em si mesmo a necessidade de domesticação de todas as convicções e doutrinas discordantes das instituídas. Se de início se exprimia um desejo de continuidade, afinal tal programa subentendia uma antítese entre o *antes* da Revolução Nacional e a *modernidade internacionalista* que, em todo o caso, ia florindo em nome do *progresso* apregoado. Depois de elaborar para consumo interno o álbum *Portugal 1934*, no desfecho da década de trinta António Ferro veria por fim publicado um retrato de Portugal condizente com o seu projecto e com o imaginário *salazarista*. Em apenas sessenta e três singelas figuras e precisas legendas compunha a *antologia de todas as paisagens e realidades portuguesas*. Porque a obra de *restauração material*, *restauração moral* e *restauração nacional* se encontrava nesta época em fase dita de *engrandecimento*, verifica-se que, em francês e em inglês, se procurava primeiramente revelar *o que nós fizemos* em detrimento da máxima *o que eles não fizeram* (os políticos da 1.^a República, entenda-se).

Na prática, os destinatários desta colectânea votada a certas *Images Portugaises* eram aqueles que, pouco ou nada se preocupando com o quotidiano da política e economia nacionais, ao invés, se encantavam com os *monumentos pátrios* e o pitoresco das nossas paisagens e gentes. Vem a propósito recordar o artigo *Os Monumentos (II)* que, em 1838, Alexandre Herculano originariamente publicou na revista *O Panorama: Jornal litterário e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*:

“Calculae quantos viajantes terão atravessado Portugal neste seculo. De certo que não vieram cá para correrem nas nossas commodas diligencias pelas nossas bellas estradas, ou navegarem nos nossos rapidos vapores pelos nossos amplos canaes; de certo que não vieram para aprenderem a agricultar com os nossos agricultores, nem a fabricar com os nossos fabricantes; mas para admirarem os mosteiros da batalha, de Alcobaça e de Belem, a sé velha de Coimbra, a cathedral, a igreja de S. Francisco e o templo romano de Evora, a matriz de Caminha e a collegiada de Guimarães, os castellos da Feira e de Almourol, e enfim, tantas obras primas de architectura que encerra este cantinho do mundo”²¹.

Denunciando a “incuria aggressiva” e a “raiva assoladora” com que a generalidade dos portugueses de oitocentos, em “nome do progresso”, arbitrava e condenava, sem “distincção nem juízo, o mau e o bom de eras antigas”, Alexandre Herculano expunha que eram de facto os *turistas estrangeiros* quem melhor compreendia e apreciava as “antiguidades do nosso paiz”, isto é, sentia o “valor dos monumentos da arte e da história”²² nacionais.

Não obstante tal circunstância, era ininteligível que essas “admiraveis aggregações de marmore ou de granito” não fossem apreciadas internamente como uma potencial *fonte de riqueza*, porque numa época aprazada pela economia política, a “sciencia do nosso tempo”, os monumentos poderiam converter-se num “capital productivo” quando a “arte ou os factos historicos os torna[ssem] recommendaveis”, aquilatava, indagando

²¹ HERCULANO, Alexandre – *Opúsculos: Questões Públicas*. Tomo II. Lisboa: Viúva Bertrand, 1873. p. 31-32.

²² *Ibidem*, p. 30-31.

os simpatizantes do camartelo se criam que esses “romeiros da arte” voltavam a casa sem despendar “muito ouro”²³. “E falaes de economia politica, e anniquilaes o capital dos monumentos”²⁴, contestava Alexandre Herculano, defendendo que os monumentos constituíam, antes de tudo, uma fonte de patriotismo, qual *fonte de poesia*.

Desde logo, este desígnio de propensão nacionalista foi explicitamente retratado no artigo *A Architectura Gothica. Igreja do Carmo em Lisboa*, que Alexandre Herculano deu à estampa nas páginas do primeiro número da revista *O Panorama*, em 6 de Maio de 1837. De acordo com Lúcia Rosas, nesta crónica estabelecem-se alguns dos tópicos fundamentais que conduziram à “consagração do monumento histórico em Portugal”, à “valorização dos edifícios góticos, apesar da imprecisão cronológica e artística sobre o estilo”, e à “exaltação da época correspondente”²⁵. Representando um evidente elogio à arquitectura gótica, este texto igualmente não deixa de ser um inédito protesto contra o descuido a que o Governo e os municípios haviam votado certos e “antigos edifícios nacionais”, cuja unidade funcional e formal Alexandre Herculano salvaguardava, face ao indistinto uso de elementos próprios de outros sistemas, quais fossem: “estuques”, “dourados” e “madeiras entalhadas com ridículo máu-gosto”²⁶.

Assim, tomando como exemplo o ministério das instituições oficiais em Inglaterra e França, Alexandre Herculano apelaria ao Governo e às municipalidades nacionais que vigiassem, preservassem e reparassem o que ainda restava dos “monumentos de estylo gothico”,

“[...] que são como a historia da intelligencia e da grandeza do paiz, e que talvez em breve serão modelo para os artificies, quando de todo acabar o preconceito de que em artes só grego e o romano é bello; quando se persuadirem que os habitos, as opiniões, e as crenças de uma nação devem estar em harmonia com os seus monumentos”²⁷.

Alexandre Herculano distinguiu nos *monumentos pátrios* especialmente três valores: o histórico, o artístico e o nacional. À luz da proposição que nasceu com a crença do *romantismo* nos caracteres nacionais, o *volksgeist*, glorificou a “arquitectura da Idade Média contra a hegemonia clássica”, instituiu a concordância entre a “arquitectura gótica e a história de Portugal” e compreendeu os “monumentos na idiossincrasia da nação”, explica, por sua vez, Lúcia Rosas expondo outros dois pontos que reproduzem a importante acção desenvolvida por Alexandre Herculano em favor da consagração do dito *monumento histórico* em Portugal: “Apela à conservação dos edifícios porque as ‘pedras falam’, são testemunhas e herança do passado”; e “A conservação do passado também se justifica em nome da instrução”²⁸.

²³ *Ibidem*, p. 31-32.

²⁴ *Ibidem*, p. 32.

²⁵ ROSAS, Lúcia – *Monumentos Pátrios: A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*. Tese de Doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995. p. 17.

²⁶ HERCULANO, Alexandre – “A Architectura Gothica”. *O Panorama: Jornal Litterário e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*. Vol. 1. N.º 1 (1837) p. 2.

²⁷ *Idem*.

²⁸ *Op. cit.*, p. 22-23.

O próprio Alexandre Herculano alegaria, em crónica publicada na edição de 8 de Junho de 1843 da *Revista Universal Lisbonense: Jornal dos interesses physicos, moraes e litterarios por uma sociedade estudiosa*, a respeito de *A Eschóla Polytechnica e o Monumento: Conhecimentos Uteis*, que a condição de um qualquer monumento existir é *o lembrar*. “Essencialmente é só isto”: um “meio de transmitir ao futuro uma lembrança do passado”, enfatizava, defendendo que uma “geração não pertence unicamente a si, pertence ao preterito cuja herdeira é, ao futuro, cuja testadora será”²⁹.

Através da intervenção directa de outras figuras da cena nacional, esta tese ganharia protagonismo crescente no decurso do século XIX, vindo mesmo a influenciar a acção do regime político que por um mais longo espaço de tempo deteve a superintendência dos monumentos durante a centúria subsequente: o Estado Novo. Dada a importância documental destes objectos arquitectónicos para a História e para a Arte, ser-lhes-ia então reconhecida uma função didáctica que implicava a exaltação de determinadas épocas, sobretudo a Idade Média e os Descobrimentos, e a evocação dos méritos das reformas políticas, sociais e culturais consumadas no decurso desse período.

Sempre que o presente se revelava impreciso e instável, os monumentos, persistentes no fluir do tempo, viriam a ser deliberadamente instrumentalizados para legitimar novos projectos políticos, já que possibilitavam forjar um percurso, retrospectivo, ordenado e autêntico, de um passado que se pretendia primitivo e imperturbável. Mesmo quando se alertava para o mau estado de algum monumento, encontrava-se subjacente a ideia de que proteger este *património material e imaterial* era garantir o futuro da nação.

Credor dos princípios românticos de Victor Hugo, Alexandre Herculano entendeu a noção de *monumento histórico* como um *livro de pedra*, numa lógica de herança total que compreende todos os vestígios materiais resultantes da acção do homem e, por essa razão, são passíveis de serem investidos numa determinada funcionalidade histórica e memorial. Neste sentido, escrevia na supradita crónica publicada na *Revista Universal Lisbonense* que “o livro e o templo, o obelisco e a estatua, o palacio e a campã” e, igualmente, “a arvore e até o chão defeso e condemnado a perpetua esterilidade podem ser monumentos”³⁰.

A convicção de que as construções do passado eram documentos portadores de um significado identitário – ideia de nacionalidade – implicou o alargamento do conceito de monumento e o permanente sublinhar do seu valor cognitivo, com a consequente não-distinção entre *monumento histórico* e *monumento comemorativo*. Conquanto esta não-distinção originasse interpretações diversas, os monumentos foram considerados, desde meados do século XIX ao início do século XX, testemunhos irrepetíveis da história e depositários de valores de carácter específico e transversal a todas as categorias sociais, permitindo aceder a múltiplos saberes que iam da política aos costumes, das artes às técnicas, entre outros. Durante este intervalo de tempo, o valor cognitivo do *monumento histórico* esteve, por conseguinte, direccionado para este conjunto de conhecimentos, extrapolando o campo da História da Arte, e passando,

²⁹ HERCULANO, Alexandre – “A Eschóla Polytechnica e o Monumento: Conhecimentos Uteis”. *Revista Universal Lisbonense: Jornal dos interesses physicos, moraes e litterarios por uma sociedade estudiosa*. Vol. 2, N.º 38 (1843) p. 470-471.

³⁰ *Ibidem*, p. 470.

também, a ilustrar o sentimento nacional. Foi a importância atribuída aos monumentos enquanto valores nacionais que levou Alexandre Herculano a não os distinguir entre *não-intencionais* e *intencionais*.

Desde o primeiro artigo que divulgou no jornal *O Panorama* até ao final dos anos sessenta do século, o título *monumento histórico* foi comumente aplicado a todos os testemunhos materiais do passado, levando a equiparar, entre demais exemplos, edifícios antigos a registos escritos, a utensílios domésticos ou, ainda, a jóias. Só nesta altura a concepção alargada de *monumento histórico*, que incluía quaisquer objectos passíveis de transmitir experiências do antanho, conheceria um significado ajustado em exclusivo ao construído, enquanto conjunto de imóveis de interesse histórico, artístico e estético. A este conceito veio associar-se a locução *monumento nacional*, cuja relação se anteviu primeiramente na obra *Monumentos Nacionais* de José Mendes Leal, em 1868, e, mais tarde, em 1886, em *Monumentos de Portugal: Históricos, Artísticos e Archeologicos*, da autoria de Ignacio de Vilhena Barbosa.

Numa breve nota sobre estes dois registos, podemos adiantar que o de José Mendes Leal sobreveio na transição entre as explanações de Alexandre Herculano e um período subsequente mais proficiente em estudos, medidas e ações de natureza legislativa do poder político então instituído, a monarquia constitucional. Embora unicamente tenham reconhecido edifícios como *monumentos nacionais*, os dois autores não apresentam as razões que os levaram a perfilhar tal critério. Contudo, de acordo com as orientações de Alexandre Herculano, Ignacio de Vilhena Barbosa considerava que a arquitectura era o meio privilegiado para se chegar ao *passado*, centrando assim no património construído a *história* e a *memória* que determinavam a qualificação de um objecto arquitectónico como *monumento nacional*.

Como esclarece Rute Figueiredo, a “relação entre a arquitectura e a sociedade” não constituía uma novidade à época do escrito de Ignacio de Vilhena Barbosa, na medida em que o espírito desta ligação sobreviera com a “estética romântica”³¹ dos anos trinta e quarenta de oitocentos. Em concreto, advoga a autora que tal correspondência ocorreu pela mão de Alexandre Herculano, que mais seguramente situava a “introdução de um novo conceito de ‘monumento’, associado não apenas à ideia de longa duração, mas, antes, à sua inscrição na noção de ‘documento’, testemunho das circunstâncias políticas, sociais e culturais de um tempo”³². Todavia, perante o desfilar das teorias *positivistas* e *evolucionistas* e o crescendo dos *nacionalismos*, na “vertente de uma perspectiva anti-decadentista”, Ignacio de Vilhena Barbosa entendia a arquitectura segundo uma “lógica organicista” e “mecanicista” que tinha latente um princípio de estilo gravado na “noção de transformação”³³.

Entendendo que os períodos artísticos se fundamentavam numa sucessão de etapas – começo, desenvolvimento, perfeição e decadência –, Ignacio de Vilhena Barbosa concebia a evolução estética dos estilos como um “processo de transformação

³¹ FIGUEIREDO, Rute – *Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal (1893-1918)*. Tese de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2002. p. 95.

³² *Idem*.

³³ *Idem*.

biológico”³⁴, em harmonia com a percepção que Johann Joachim Winckelmann, em 1764, divulgou na obra *Geschichte der Kunst des Alterthums*. Neste quadro, não só a arquitetura, como também os monumentos, tinham as suas idades, sendo a transição entre estilos operada de acordo com as transformações da vida social. Por seu lado, baseando-se no diploma que esteve na origem da criação do Conselho de Monumentos Nacionais, um Decreto de 24 de Outubro de 1901, Gabriel Pereira considerava em *A Architectura Portuguesa: Revista Mensal da Arte Architectural Antiga e Moderna*, edição de Março de 1908, que a locução *Monumentos Nacionais* se achava indubitavelmente associada aos imóveis revestindo interesse nacional histórico, arqueológico e artístico. Segundo investigámos, ainda assim não existem referências que, de modo cabal, expliquem a passagem do conceito lato de *monumento histórico*, reivindicado por Alexandre Herculano, para a concepção restrita de José Mendes Leal, nem, mais directamente, para a de Gabriel Pereira.

Para o Estado, a distinção ficou resolvida com a publicação entre 1906 e 1910, por sucessivos decretos, dos *monumentos* classificados como *nacionais*, confirmando-se a concessão do título apenas ao património imóvel, o que a legislação republicana relativa à organização dos serviços artísticos e arqueológicos do novo regime viria a certificar no ano de 1911 – Decretos n.ºs 1 e 2 de 26 de Maio de 1911, do Governo Provisório da República Portuguesa (*Diário do Governo* de 29 de Maio de 1911). A partir de então, o *valor nacional* constituía formalmente o primeiro dos critérios de classificação, desde logo legitimando os demais, de que era indissociável.

A valorização de um *sentimento pátrio* que se identificava e logo se reproduzia nos *monumentos nacionais*, ideia que sobremaneira se sobrepôs à correlativa materialização artística, decorria, como se expôs, desde Alexandre Herculano. Contudo, de igual modo caracterizava a produção e a discussão teórica, bem como as diversas posições sociais, políticas e culturais assumidas durante grande parte dos séculos XIX e XX. Assim, ao longo da Ditadura dirigida por Oliveira Salazar, os *monumentos* foram reiteradamente considerados *nacionais* porque contribuíam para fazer, afirmar e consolidar uma certa história da nação, revelando a antiguidade e as qualidades dos antepassados em todas as suas dimensões. Na memória *A Política dos Monumentos*, apresentada na Associação dos Arqueólogos Portugueses a 30 de Junho de 1921, Luís Chaves retratou, de forma ímpar, este estado de espírito e, a respeito da sua classificação, entendia:

“[...] o que é bello, não basta. Mesmo essa noção era fallivel, quando aplicada principalmente a uma obra de arte, em que a relatividade fosse affastada e longinqua. Tem de se ligar ao criterio da classificação o conceito da relatividade historica. Quanto signifique para a nação uma prova da sua existencia por padrões, que a balisem na sua historia, na sua indole, e quanto lhe indique a ancestralidade geradora do que, por facilidade de nomenclatura, se chama raça portugueza, deve ser considerado *monumento nacional*, pois á nação respeita”³⁵.

³⁴ *Idem*.

³⁵ CHAVES, Luís – “A Política dos Monumentos”. *Arqueologia e História*. Vol. 1 (1922) p. 76.

Além de antecipar o pensamento político que iria imperar nas décadas subsequentes acerca do significado dos *monumentos nacionais*, esta tese revelava, em concomitância com o alargar do conhecimento historiográfico, que as estruturas religiosas e militares medievais se constituíam os principais objectos de classificação, em grande medida dado o seu prévio carácter documental.

Embora à partida a propriedade individual *per se* não justificasse a sua protecção legal, a conotação positiva que os imóveis românicos e góticos apresentavam tornou-se motivo suficiente, num espírito de colecção, para a sua classificação, como a aludida memória de Luís Chaves também comprova:

“O trabalho inicial não pode ser outro senão enunciar a lista ou serie geral dos monumentos a classificar sob este aspecto, de forma que nos varios e successivos capitulos do cadastro sejam incluidos todos que da respectiva rubrica se conheçam, e de futuro se acrescentem quantos vão posteriormente apparecendo”³⁶.

Esta normalização tornar-se-ia preponderante por o entendimento de um certo imóvel como elo de uma cadeia de valor histórico, arqueológico e artístico ser garantia bastante para o desenvolvimento de intervenções de *conservação* ou de *restauro*, por analogia.

A reprodução de elementos formais integrantes de um mesmo hipotético sistema gramatical ajudaria à restituição do imóvel ao seu estado original, o *primitivo*, e, deste modo, à sua condição documental e monumental. Neste contexto, os castelos, enquanto construções da época medieval, viram sobretudo o seu perfil arquitectónico ser alvo de um crescente processo de valorização e instrumentalização que conduziu à sua maciça classificação e, em simultâneo, a uma não menos relevante campanha de obras operada no Estado Novo. Assim o provámos no trabalho dedicado aos *Castelos em Portugal*³⁷.

Em síntese, reconhecemos que a vocação determinista da arquitectura vingou em Portugal desde os primeiros manifestos de oitocentos e perdurou durante um largo período de tempo, apesar dos distintos propósitos que revestiram as mudanças políticas sociais e culturais que assinalaram a história portuguesa destes dois séculos, o XIX e XX.

3. Arquitectura, *instrumento do governo*

Na secção precedente, procurámos resumidamente expor, invocando determinados escritos de Alexandre Herculano, como se processou o despertar de uma consciência patrimonial que percorreu em continuidade, asseguraríamos, os tempos da Monarquia Constitucional, da 1.^a República e da Ditadura. Sobretudo, pretendemos retratar como a presença dos monumentos no território e nas suas diferentes paisagens se manifestou questão de raiz nacionalista, directamente confrontada com uma vontade explícita de refundação e reconstrução da *identidade de ser português*.

De facto, a um conjunto de imóveis, identificados como testemunho de um passado heróico, atribuiu-se influente conotação de índole política, como ocorreu no decurso da

³⁶ *Idem*.

³⁷ *Op. cit.*.

governação de Oliveira Salazar. A título de exemplo, revisitando as edições de *O Século Ilustrado* divulgadas a 27 de Maio de 1939 e a 15 de Junho de 1940, confirma-se que os monumentos, no caso, os castelos, eram contemplados como veros retratos identitários do *ser colectivo nacional*, pois afiguravam-se como *As Pedras Sagradas de Portugal* e os *Símbolos da Pátria*. Dessarte o comprovava a legenda da fotografia inaugural do dito álbum *Images Portugaises*, exibindo uma cruz, em primeiro plano, e a colina do Castelo de Sesimbra, como pano de fundo, que pretensamente desvelava, entre o real e a ficção, um *país de conto de fadas* no desfecho dos anos trinta: “Les chateaux forts et la croix, signes éternels. L’indépendance et la foi présidèrent et présideront toujours aux destinées du Portugal”³⁸.

O interesse e a utilidade conferidos pelo Estado Novo à ‘*Paísagem e Monumentos de Portugal*’ foram de igual forma corroborados pelo SPN no primeiro número da revista *Panorama*, publicado em Junho de 1941. A propósito, nele era citado o prefácio de Luiz Reis Santos na edição homónima de 1940, a cargo da Secção de Propaganda e Recepção da Comissão Nacional dos Centenários. Aí se mencionava que o genuíno retrato do País somente se vislumbraria no “culto consciencioso pelo território continental da Pátria e pelos testemunhos arquitectónicos de instituições e factos que glorificaram a Nação, quer na beleza e valor morais e plásticos, quer nos aspectos geomorfológicos, históricos e artísticos”³⁹.

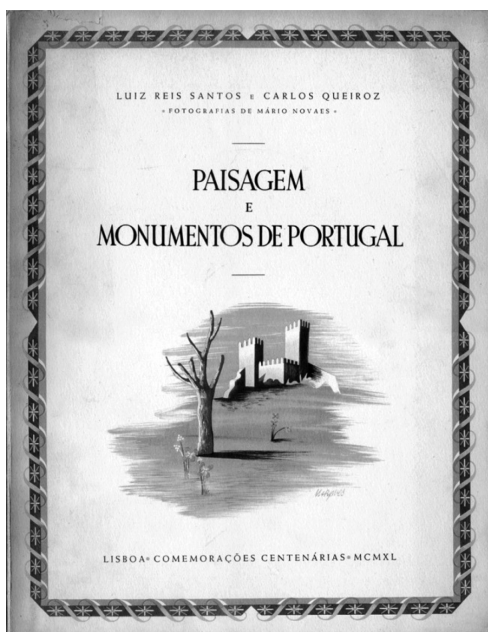


Figura 1: Capa do livro *Paisagem e Monumentos de Portugal*, 1940.

³⁸ SPN – *Images Portugaises*. Lisboa: Edições SPN, [1939]. s.i..

³⁹ SPN – “Paísagem e Monumentos de Portugal”. *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*. N.º 1 (1941) p. 20.

Uma vez mais, à semelhança do que sucede em dois cartazes de *A Lição de Salazar*, a imagem de um alegado *castelo modelo* na capa do *livro dos centenários* (figura 1) – isolado no topo de uma colina, cujas numerosas torres e distintas muralhas recortadas por ameias se apresentavam *primitivamente* reconstituídas – simbolizava o ambicionado espírito da Nação, propalado tanto pelo Presidente do Conselho quanto pelo director da propaganda nacional. Isto é, anunciava a exposição de uma grande *montra panorâmica* de *paisagens risonhas, escalvadas, suaves, humanas...* fundamentada no ressurgimento político, económico e moral empreendido pelo *salazarismo*. Como sabemos, tratava-se de um projecto pessoal tecido ao abrigo de certos valores da *tradição* e da *história* que, alegadamente, a *terra portuguesa* sempre poderia testemunhar e autenticar.

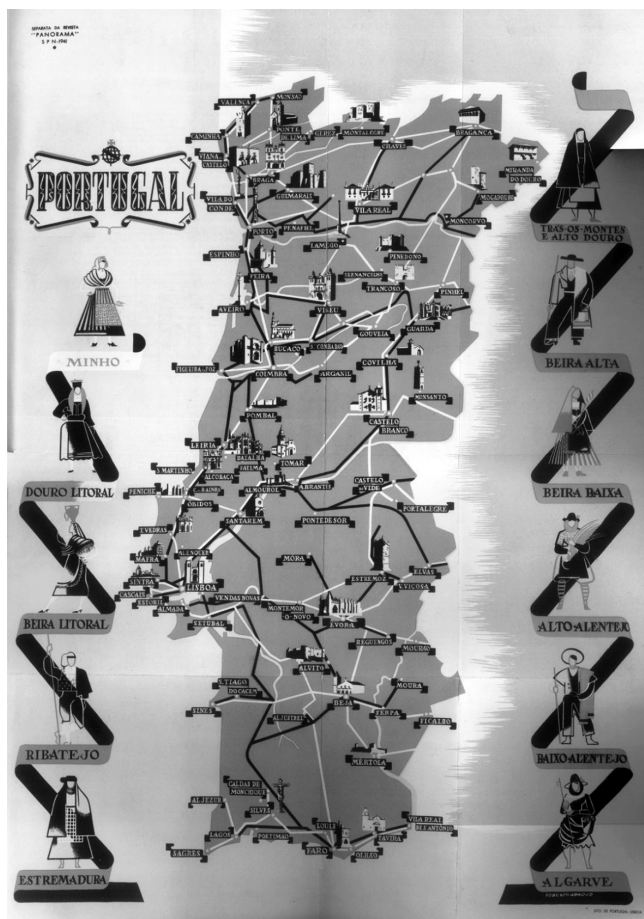


Figura 2: Mapa de Portugal. Separata publicada na edição de Junho de 1941 da revista *Panorama*.

Tal percepção da Pátria *salazarista* descortina-se, por exemplo, na separata da revista *Panorama* dada à estampa pelo SPN em edição de Junho de 1941. Aí, lobriga-se não só

um *Portugal Monumental e Histórico* determinado por um conjunto de monumentos dispersos por todo o território, mas, em simultâneo, um *Portugal Tradicional e Popular* autenticado pelos trajes folclóricos típicos de cada uma das onze províncias continentais portuguesas (figura 2).

Ao património *material* acresce a herança *imaterial* retratada pela peculiar *vida do campo*, onde os homens ainda tiram o “chapéu e [dão] os bons-dias ao viandante menos apressado, sem lhe pedir nada em troca”, como descreve Carlos Queiroz no capítulo que dedicou à “Paisagem”⁴⁰ na obra *Paisagem e Monumentos de Portugal*, publicada em co-autoria com Luiz Reis Santos, que, por seu lado, se encarregou dos “Monumentos”⁴¹. Fazendo jus ao *Mapa de Portugal* impresso na *Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, o segundo destes autores comprovava que, do Minho e de Trás-os-Montes ao Algarve e do litoral atlântico à fronteira com Espanha, eram os “castelos e as igrejas, os conventos e os solares, os fortes, as pontes e os aquedutos, os cruzeiros e os pelourinhos” que por certo melhor lembravam e solenizavam, na sua “estática mudez”, as “páginas brilhantes da nossa história, factos passados”⁴². Num horizonte de *800 anos de independência* e, a propósito, recordando *O Culto da Arte em Portugal* de Ramalho Ortigão, publicado no ano de 1896, Luiz Reis Santos conclui que o “conhecimento da vida pública e privada, individual e colectiva da gente portuguesa, da sua organização política e social, das suas crenças religiosas e dos seus feitos guerreiros”, tão-só se poderia (re)apreender através da “expressão artística” e do “significado histórico” que cada um dos “Monumentos Nacionais e Imoveis de Interêsse Público classificados até Setembro de 1940” expunha nas “rústicas paisagens e nos aglomerados urbanos”, evidenciando, em ambientes apropriados, “notas pitorescas de grande valor ornamental, principalmente sugestivas da sensibilidade e do espírito, das tradições e dos ideais do povo”⁴³. Realçando que uma larga maioria das “nossas relíquias arquitectónicas” até àquele momento havia sido salva “graças aos trabalhos proficientes de beneficiação e restauro levados a efeito pelo Estado”, sobretudo devido à “notabilíssima obra reconstrutiva” realizada pelos serviços da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, vulgo DGEMN, Luiz Reis Santos anuiu aos monumentos “qualquer coisa superior” que deveria encher de orgulho e encantar os portugueses: “traços comuns de pensamento e sentimento, que imprimem, à mais colectiva de tôdas as artes, uma expressão inconfundível de consciência, de fôrça e de unidade nacional”⁴⁴. Com base em diversas referências bibliográficas, declarava:

“Os monumentos de arte prehistórica, as ruínas romanas, os edifícios visigóticos, as relíquias árabes e moçárabes, e os primeiros templos da veneração cristã, esclarecem-nos acêrca das populações que ocuparam o nosso território continental antes da fundação da Monarquia. As construções civis e militares, os palácios, as tórres e os castelos medievais,

⁴⁰ SANTOS, Luiz Reis; QUEIROZ, Carlos – *Paisagem e Monumentos de Portugal*. Lisboa: Edição da Secção de Propaganda e Recepção da Comissão Nacional dos Centenários, 1940. p. 7.

⁴¹ *Ibidem*, p. 33.

⁴² *Idem*.

⁴³ *Ibidem*, p. 33 e 70.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 33-34.

as capelas, as igrejas e as catedrais românicas e góticas, explicam as origens da Nação Portuguesa, a sua razão de ser, a sua verdadeira missão europeia, a consolidação nacional e os factores que influíram no movimento gerador dos descobrimentos e conquistas, para a dilatação da fé cristã e do império de Deus. As edificações manuelinas e renascentistas, barocas e rocócós, neo-clássicas e contemporâneas, definem os impulsos da expansão portuguesa, em palpitante linguagem plástica, a atitude de Portugal perante a história e a Renascença. a civilização internacional e as próprias aspirações”⁴⁵.

Mas, se a restituição à “beleza sóbria do plano primitivo” de um extenso conjunto de *modelos* da História de Portugal, confiada aos técnicos da DGEMN, era, por um lado, responsável pela renascença de muitas *pedras sagradas* outrora arruinadas e adulteradas no “solo pátrio”, fruto de “duras provas do Tempo, da intolerância e da inconsciência humanas”, por outro, também traduzia as “feições íntimas da alma portuguesa”⁴⁶ que o *projecto do salazarismo* pretendia concretizar. Logo, no começo da década de quarenta, a *conservação* e o *restauro* dos monumentos desempenhavam um papel inconfundível na consolidação e inculcação dos princípios e realizações do regime. No entanto, como historia o autor, a “arquitectura monumental”⁴⁷ dos anos trinta excedeu o difícil trabalho de restabelecimento dos *monumentos nacionais*.

Depois de a arquitectura portuguesa dos vinte e cinco anos inaugurais do século xx manifestar sobremodo o “mundo confuso” do legado identitário do século precedente e “o definhamento das instituições, da consciência e das actividades nacionais, certos aspectos da desorganização social” de então, a do último decénio passou a ser “bem o reflexo das grandes aspirações e reformas duma nação que renasc[ia] e progred[ia]”, oferecendo ao povo o “espectáculo deslumbrante do seu glorioso passado e das suas grandes possibilidades actuais”⁴⁸, constata Luiz Reis Santos.

Herdeiros, entre outras figuras, do “espírito racional” de Miguel Ventura Terra, do “precursor nacionalista” Raul Lino que se propôs, de acordo com o plano de Afonso Lopes Vieira, “reaportuguesar Portugal tornando-o europeu” e dos “sólidos princípios académicos”⁴⁹ proporcionados pelos professores José Luís Monteiro e José Marques da Silva em Lisboa e no Porto, respectivamente, os arquitectos Porfírio Pardal Monteiro, Carlos Ramos, Cristino da Silva, Cottinelli Telmo, Jorge Segurado, Gonçalo de Mello Breyner, Paulino Montez, Couto Martins, Veloso Reis, Miguel Jacobetty Rosa, Luís Benavente, Raúl Tojal, Adelino Nunes, Rodrigues Lima e Francisco Keil do Amaral afiguravam-se à época da instituição e da consolidação da Ditadura, de acordo com Luiz Reis Santos, como os principais intérpretes de uma nova orientação que defendia os desejos e possibilidades do *presente moderno internacional*... em comunhão estilística com os *modelos regionalistas e nacionalistas* apregoados nas *lições* de Oliveira Salazar.

Num momento assinalado pelo discurso da *restauração material, restauração moral* e *restauração nacional*, conviveram na terra portuguesa, dentro do plano de realizações

⁴⁵ *Idem*.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 33 e 51.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 69.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 68-69.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 69.

programadas pelo regime, obras com retratos díspares, uns afeiçoados às emergentes correntes *internacionalistas*, outros antecipando um *fazer nacional* à moda *salazarista*. Era, com certeza, um legado tão “extenso e profundo”⁵⁰ quanto multiforme, que Luiz Reis Santos sintetizava enumerando alguns projectos e obras, iniciados ou concluídos, sob a administração de Oliveira Salazar, a saber: Instituto Superior Técnico, Instituto Nacional de Estatística e Estações Marítimas, em Lisboa, da autoria de Porfírio Pardal Monteiro; Instituto do Cancro, em Lisboa, de Carlos Ramos; Liceu de Coimbra, de Carlos Ramos, Jorge Segurado e Adelino Nunes; Liceu Nacional de Jacinto de Matos, em Beja, de Cristino da Silva; Liceu de Lamego, Sanatório da Covilhã, Edifícios dos Caminhos de Ferro, Cadeias Comarcãs e traçado e Fonte Monumental da Praça do Império, em Belém, de Cottinelli Telmo; Liceu de Filipa de Lencastre e Casa da Moeda, em Lisboa, de Jorge Segurado; Escola Naval no Alfeite, dos irmãos Rebelo de Andrade; Estádio Nacional, de Miguel Jacobetty Rosa; Correios e Telégrafos, em diversos locais, de Adelino Nunes; Igreja de Nossa Senhora de Fátima, em Lisboa, de Porfírio Pardal Monteiro (designações dos projectos/obras condizentes com as indicações do autor).

No preâmbulo de *Paisagem e Monumentos de Portugal*, álbum repleto de fotografias de Mário Novaes e de “*trechos evocadores e descritivos*” informados do testemunho insuspeito de vários autores de referência e, ainda, do préstimo de instituições oficiais como a Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas e a incontornável DGEMN, Luiz Reis Santos pretendeu com certa objectividade, diríamos, “*descrever e agrupar os principais monumentos existentes no País, desde o período de ocupação romana até aos nossos dias*”, caracterizando com particular acuidade os mais representativos das “épocas, por todos os títulos gloriosas, da Consolidação Política da Pátria e dos Descobrimentos e Conquistas”⁵¹. Da selecção e classificação feitas, depreendia que por “*afinidades de estilo e sequências nos movimentos estéticos*” se explicavam as “*linhas evolutivas da arquitectura portuguesa e, conseqüentemente, as características do génio artístico nacional*”⁵². Esta constituía, em definitivo, uma perspectiva determinista que, do mesmo modo, validava e justificava as dissemelhantes intervenções executadas sob a jurisdição técnica e autoridade moral do Governo da Ditadura.

Assim se entende Luiz Reis Santos quando, ao citar o simbólico projecto de Porfírio Pardal Monteiro para a Igreja de Nossa Senhora de Fátima, em Lisboa, concebia que no percurso da arquitectura do programa *salazarista* coabitavam uma “linguagem plástica”, próxima da ideologia instituída, e expressões *internacionalistas*, experimentadas à data, com raízes sobrevividas das históricas “virtudes colectivas da Pátria”⁵³. Mais não eram, afinal, do que “destinos superiores” que, desde as lendárias batalhas travadas contra infiéis ou vizinhos peninsulares à sombra de castelos erguidos ou reconstruídos nos longínquos séculos XII e XIII, sempre haviam revelado o “caminho para a glorificação de Portugal”⁵⁴, crê o autor.

⁵⁰ *Idem*.

⁵¹ *Ibidem*, p. 5.

⁵² *Idem*.

⁵³ *Ibidem*, p. 69.

⁵⁴ *Idem*.

Resgatando o significado que Fernando Rosas assentiu a dois dos “*mitos ideológicos fundadores do Estado Novo*”, o “*palingenético*” e o da “*essência ontológica do regime*”, podemos testemunhar que a arquitectura da *regeneração* promovida pelo Presidente do Conselho foi aceite como um indispensável e influente meio de afirmação do “novo nacionalismo”, comprometido com imagens visivelmente opostas, embora imbuídas de idêntico propósito: a legitimação dos princípios celebrados a preceito da ambicionada reconquista do “verdadeiro e genuíno curso da história pátria” que se pressentia, em especial, na imaginada *feição primitiva* dos símbolos da “institucionalização do destino nacional” e da “materialização política” de legítima e impoluta “essencialidade histórica portuguesa mítica”⁵⁵, os *monumentos nacionais*.

De par com a reintegração de um vasto número de castelos, sés, igrejas, conventos e mosteiros, também a edificação *moderna* e *regionalista* de bairros de casas económicas, escolas primárias e liceus, entre demais obras públicas, caracterizava esse tal *Portugal Novo* providencialista, revisto pela própria Ditadura como um somatório de *modelos* díspares, todavia emparelhados e dialogantes entre si. De tal sorte se compõe o álbum *Images Portugaises*, numa narrativa que *a priori* subentende a unidade da obra à laia do aforismo oficial do Estado Novo: *Nada contra a Nação, tudo pela Nação*.



Figura 3: Ruínas da Igreja do Carmo, *Images Portugaises*, ca. 1939.

⁵⁵ ROSAS, Fernando – *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2012. ISBN 9789896711405. p. 321 e 323.



Figura 4: Instituto Superior Técnico, *Images Portugaises*, ca. 1939.

Como se lê nas páginas do referido *catálogo de imagens* do quotidiano nacional, no final dos anos trinta sentia-se que a Nação se encontrava finalmente *restaurada* e em franco *engrandecimento* graças ao seu líder Oliveira Salazar. Com base numa fotografia e respectiva legenda aí patenteadas, afiançaríamos, de modo figurado, que Portugal se convertera num “nouveau cadeau de Salazar au peuple portugais...”, num *teatro do povo e para o povo*, onde se confrontavam e equiparavam, sem a distância aconselhada, “la somptuosité architectural du Monastère de Batalha [...] aux lignes modernes de l’Église de Notre Dame de Fatima”, “Les ruines vénérables du Carmo [aux] bâtiments modernes de l’Institute Supérieur Technique”⁵⁶ (figuras 3 e 4) ou, ainda, o jovem Liceu de Beja à velha Universidade de Coimbra. De igual forma, postos lado a lado os retratos de um bairro em Lisboa e das obras do novel Porto de Leixões, pretendia-se provar que a acção governativa mantinha preservadas as *tradições* nacionais e, ao mesmo tempo, acompanhava de perto os *progressos* da técnica, na convicção de que a recém-criada *mocidade portuguesa* seria fiel depositária de tal escola de disciplina e fé patriótica.

4. Obras Públicas, legado do salazarismo

Poucos anos volvidos, num “dramático momento da História [Mundial]”, observando as realizações e as “Consequências económicas e perspectivas” dos vários *planos* de *Obras Públicas*, o SPN reiterava este objectivo, assegurando que qualquer que fosse o rumo económico, político e social resultante do conflito bélico, a “obra de fomento e de apetrechamento” produzida pelo regime havia de perseverar e progredir em perfeita “obediência a uma doutrina” assente num “corpo de princípios jurídicos, morais e

⁵⁶ *Op. cit.*, s.i..

filosóficos” que visavam reintegrar Portugal na “linha das suas tradições históricas”⁵⁷. Por outras palavras, as edições SPN atestavam, com recurso a este balanço de natureza propagandística, que na base da *restauração material* do País se achava inevitavelmente uma *política de verdade*, uma *política de sacrifício* e uma *política nacional*, cuja *defesa económica*, *defesa moral*, *defesa política* e protecção dos interesses da Nação chefiada por Oliveira Salazar se manifestavam não só nas grandiosas *obras de modernização* de infra-estruturas que promoviam a melhoria das condições de vida mas, também, nas diligências levadas a cabo no campo social e cultural, as designadas *obras do espírito*.

Fazendo jus ao “memorável discurso”⁵⁸ que o Presidente do Conselho proferiu em 25 de Junho de 1942 aos microfones da Emissora Nacional sobre as supracitadas *defesas*, recordava-se que a conturbada época vivida decorria fortemente vincada pelo “tríplice signo da *autoridade*, do *trabalho* e da *preocupação social*”, e que, em caso algum “Nenhuma Nação se pod[ia] eximir à autoridade forte; nenhum homem ao dever do trabalho; nenhuma actividade ou riqueza ao critério da sua utilidade social”⁵⁹. Logo, se como primeira premissa se impunha “sermos em tudo nós e não outros [para] não nos confundirmos”, como segunda, prevenia Oliveira Salazar, a doutrina e a obra política, no “mais alto sentido em que se possa[m] tomar”, deviam aspirar ao desígnio maior de garantir junto dos “homens os meios materiais e condições para a sua vida moral”, no duplo intento da sua *unidade e personalidade*, da “coesão que faz a força e do carácter que a torna inconfundível entre as nações”⁶⁰. Por *defesa moral*, o outrora Professor da Universidade de Coimbra compreendia a “*defesa da consciência da Nação*”, de pronto reconhecendo que a prossecução desta empreitada tinha como propósito último a auto-determinação dos povos a qualquer momento – que não o do Império Português, seguramente – em função do “interesse colectivo”, e a possibilidade de dar “contribuição activa e útil à obra de civilização de que aproveita em comum a humanidade”⁶¹. Prescrito o plano de salvação da *unidade moral da Nação*, nesta longa comunicação radiodifundida, Oliveira Salazar aproveitava para elucidar os ouvintes dos resultados entretanto alcançados:

“Por disposição providencial e previdente acção política através de séculos, nós temos a felicidade rara de constituir na Europa uma unidade geográfica; possuímos a mesma língua; constituímos a mesma raça; professamos o mesmo credo, e temos uma só cultura. Sobre este conjunto de elementos coesos a unidade política é apenas corolário e cúpula natural, que não foi afectada pela expansão ultramarina e a constituição do Império: por toda a parte a Mãe-Pátria conseguiu imprimir a sua imagem, fixar caracteres fundamentais, de modo que não é artificiosa criação a unidade imperial. Obra admirável da natureza e da política dos antepassados, ninguém poderá acusar-nos de a não termos

⁵⁷ SPN – *Obras Públicas: Cadernos do Ressurgimento Nacional*. Lisboa: Edições SPN, [1943]. p. 87, 89-90 e 93.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 89.

⁵⁹ OLIVEIRA SALAZAR, António – “Defesa económica – Defesa moral – Defesa política” (25 de Junho de 1942). In COIMBRA EDITORA (Ed.) – *Discursos e notas políticas, Vol. III: 1938-1943*. Coimbra: Coimbra Editora, 1944. p. 349.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 322, 333 e 338.

⁶¹ *Ibidem*, p. 333.

desenvolvido e consolidado, criando-lhe novas bases materiais com a solidariedade económica e vivificando-a espiritualmente com profunda consciência nacionalista. Se esta obra repousa sobretudo na união dos espíritos à volta do maior interesse nacional, e se a união dos espíritos, com ser reflexo da unidade pátria, é também a sua maior força e factor de engrandecimento, nenhum dever sobreleva hoje ao dever de defendê-la”⁶².

Recorramos agora a *Os princípios e a obra da Revolução no momento interno e no momento internacional* expostos por Oliveira Salazar em 27 de Abril de 1943, de novo na Emissora Nacional, e transcritos na edição *Obras Públicas*, atrás mencionada. Daí se respigava que, quando ao “lado da ponte ou da estrada”, construídas para “comodidade dos povos”, se contemplava o “castelo ou o monumento”, a “pequena igreja secular ou o mosteiro abandonado”, reintegrados na paisagem, era a materialização da política do *Novo Estado* que se presenciava, em defesa e apologia da “identidade do ser colectivo, reforçando a personalidade nacional”⁶³. Neste contexto, arguia-se que as *consequências económicas, sociais e culturais* desta política eram já perceptíveis no início dos anos quarenta e anteviam-se perduráveis. Reflectiam-se directamente no quotidiano lusitano através da melhoria geral das condições de vida e, em particular, da dupla reabilitação do *espírito nacional*: o de “Portugal no ânimo dos portugueses” e o dos “portugueses no concerto das Nações”⁶⁴, como concluía Oliveira Salazar na prédica radiofónica.

Como aconteceu nos álbuns *Portugal 1934*, *Images Portugaises* e *Portugal 1940*, e mais tarde viria a suceder noutras edições com a chancela dos SPN/SNI, também neste *Caderno do Ressurgimento Nacional* as fotografias cumpriam um papel decisivo quanto ao produto dos *planos* de *Obras Públicas* estabelecidos e, consequentemente, quanto ao desenvolvimento do superior intento do regime, o *projecto do salazarismo*. Com efeito, com a reprodução de um leque de *retratos das paisagens portuguesas* expressava-se o “cunho de seriedade e dignidade que tornou Portugal [desejadamente] respeitado em todo o Mundo”⁶⁵. Além disso, esta ampla *montra panorâmica* conjuntamente ilustrava como a política de fomento executada se revelava em determinadas *Obras Públicas*, logo vistas como *modelos* de bem fazer. Ao fim e ao cabo, tratava-se de uma criteriosa selecção que, paradoxalmente, ou não, elegia como símbolos identitários do apetecido *ressurgimento nacional* tanto construções de feição *nacional-regionalista* e de natureza *técnica* como outras de impressão *internacional-modernista*.

⁶² *Ibidem*, p. 334-335.

⁶³ OLIVEIRA SALAZAR, António – “Os princípios e a obra da Revolução no momento interno e no momento internacional” (27 de Abril de 1943). In COIMBRA EDITORA (Ed.) – *Discursos e notas políticas, Vol. III: 1938-1943*. Coimbra: Coimbra Editora, 1944. p. 402-403.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 404.

⁶⁵ *Op. cit.*, p. 93.

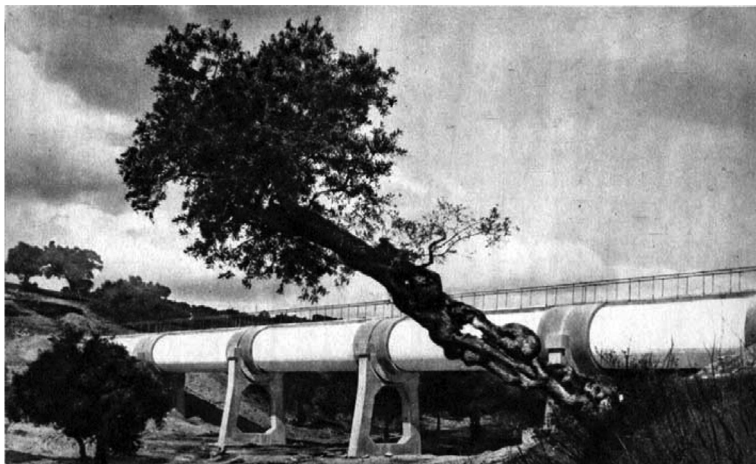


Figura 5: Conduto para abastecimento de água à cidade de Lisboa, *Obras Públicas*, ca. 1943.



Figura 6: Escola Naval no Alfeite, *Obras Públicas*, ca. 1943.



Figura 7: Bairro de Casas Económicas da Madre de Deus em Lisboa,
Obras Públicas, ca. 1943.

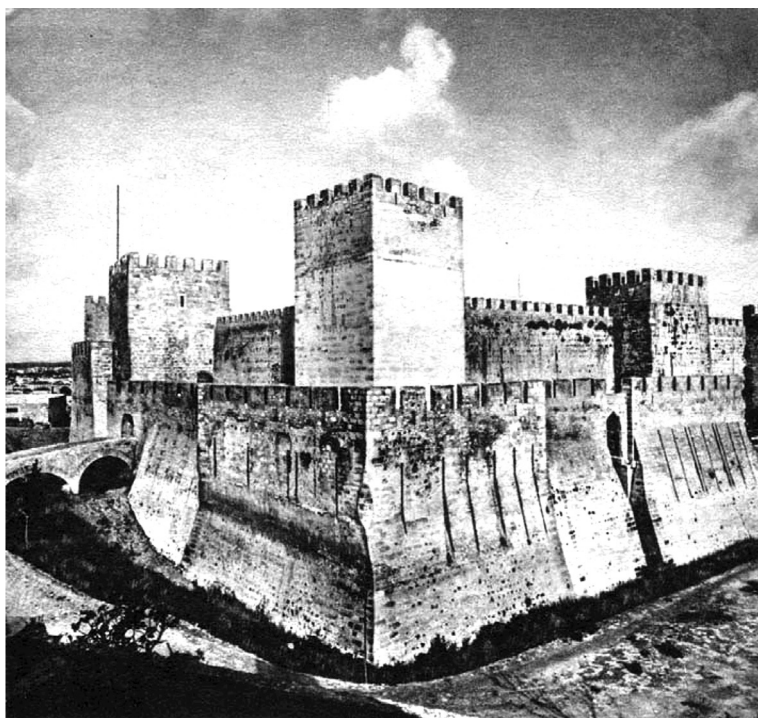


Figura 8: O Castelo de S. Jorge depois de restaurado pela DGEMN, *Obras Públicas*, ca. 1943.

Após no livro *Portugal 1934* se aferirem distintas linguagens arquitectónicas, como, por exemplo, as dos Liceus Nacionais Fialho de Almeida, Latino Coelho e Dr. Júlio Henriques, e na publicação *Images Portugaises* se equipararem, de forma premeditada, Mosteiro da Batalha e Igreja de Nossa Senhora de Fátima de Lisboa, Ruínas da Igreja do Carmo e Instituto Superior Técnico, Liceu de Beja e Universidade de Coimbra e um Bairro na capital e obras do Porto de Leixões, neste *Caderno* sobre as *Obras Públicas* entreviam-se, lado a lado, uma conduta *técnica* para abastecimento de água (figura 5), a *moderna* Escola Naval no Alfeite (figura 6), de Carlos e Guilherme Rebelo de Andrade, o *regionalista* Bairro de Casas Económicas da Madre de Deus em Lisboa (figura 7), de Luís Benavente, e o *restaurado* Castelo de S. Jorge (figura 8), cujo aspecto *primitivo* há pouco tempo fora reavido pelos serviços técnicos da DGEMN. Entre outros casos que poderíamos expor, alguns deles amiúde publicados, observamos que os exemplos dados são suficientemente elucidativos para que se compreenda quão variado e multiforme se constituiu o legado do *salazarismo*. Como afirmaria o seu máximo *obreiro* na sessão de encerramento da exposição comemorativa dos *Quinze Anos de Obras Públicas* realizada no Instituto Superior Técnico, no dia 7 de Novembro de 1948, o volume de realizações materiais era composto por “majestosos edifícios ou pequenas habitações graciosas, de largas estradas e caminhos rústicos, de fábricas e de igrejas, de portos e de barragens, de escolas e de hospitais, de castelos e de quartéis”, fruto de uma doutrina resolutamente aprazada pelo Governo e pela sociedade portuguesa:

“[...] uma sociedade hierarquizada sem privilégios, trabalhadora sem servidão, modesta sem miséria, progressiva sem despegar-se do passado de que se orgulha, colectividade em que o povo deixou de ser tropo da literatura política e não é mesmo uma classe, porque é aos nossos olhos a própria Nação”⁶⁶.

Em comunhão com o “conceito preciso de Salazar”, identificado em vários retratos da renovada realidade lusa, reconhecia-se, por fim, neste *Caderno do Ressurgimento Nacional*, que as consequências e perspectivas provindas da política de *Obras Públicas* se manifestavam com “efeitos imediatos e compensadores”, por um lado, no “domínio puro da economia”⁶⁷, por outro, mais influentemente nos campos social e cultural. Revelemos, então, como a propaganda nacional dirigida por António Ferro, a reboque de condutas de abastecimento de água, escolas, bairros de casas económicas e castelos reintegrados no território, garantia à *Mãe-Pátria* que o *Portugal de Hoje* e o *Portugal de Amanhã* eram, e seriam, com absoluta certeza, lugares melhores que aquele *Portugal de Ontem*, herdado da 1.^a República. Nesse sentido, certificava-se:

“[...] pela execução de grandes obras de hidráulica agrícola, aumentando a produtividade do nosso solo, contribuiu-se para a política do aumento geral da produção,

⁶⁶ OLIVEIRA SALAZAR, António – “No encerramento da Exposição de Obras Públicas” (7 de Novembro de 1948). In COIMBRA EDITORA (Ed.) – *Discursos e notas políticas, Vol. IV: 1943-1950*. Coimbra: Coimbra Editora, 1951. p. 342-343.

⁶⁷ *Op. cit.*, p. 90-92.

fundamental sobretudo nos tempos de crise que atravessamos; pelo melhor e mais intenso aproveitamento das nossas quedas de água, fornecendo maiores quantidades de energia eléctrica e em melhores condições de preço, torna-se possível a instalação de algumas novas indústrias e o desenvolvimento das existentes; pela execução de grandes obras dos portos, que levaram ao aumento da sua frequência e do correspondente tráfego, condicionaram-se, favorecendo-os, os movimentos da importação e da exportação; pela construção e conservação de uma boa rede de estradas, permitiu-se o fácil e rápido escoamento da produção e o desenvolvimento do turismo; as obras de hidráulica geral, regularizando alguns cursos de água e protegendo as suas margens, e a dispersão, por todo o País, dum sem número de pequenas obras rurais (caminhos, arruamentos, captações de água, electrificação rural, etc.), de interesse restrito ou local; mas operando no conjunto e promovendo melhoria geral de comunicações, de sanidade e de condições de vida –, são outros tantos elementos a influir favoravelmente na economia geral da Nação”⁶⁸.

Enaltecia-se ainda que, além destes efeitos económicos, a obra cumprida na vertente sócio-cultural alcançara resultados tão significativos quanto perenes, como:

“[...] a diminuição do desemprego, com tôdas as suas favoráveis repercussões, pela absorção de milhares de braços na execução das obras; a diminuição da mortalidade, determinada pelas numerosas pequenas e grandes obras de hidráulica urbana ou sanitária, operando melhores condições de salubridade (abastecimento de água potável, esgotos, etc.); a assistência médica e a protecção à mulher e à criança, tornadas possíveis, pela construção de hospitais e maternidades; pela construção de casas económicas, sob aquele espírito económico, familiar e português, notavelmente definido na magistral conferência proferida em 1934 pelo eminente estadista e Ministro das Obras Públicas e Comunicações, Engenheiro Duarte Pacheco, resolve-se um problema de acentuado cunho social, relacionado com as classes médias e populares e interessando a solidariedade da família, a independência doméstica e a saúde física e espiritual do homem; pela construção de escolas primárias, dispense-se o esforço mais grandioso até hoje realizado em Portugal na luta contra o analfabetismo; pelo restauro de monumentos e edifícios, construção de museus, conservação dos palácios nacionais, acautelamos o nosso património artístico e monumental”⁶⁹.

Seguramente, a amplitude das realizações projectadas e construídas pelo regime teve francas consequências na vida das populações, quer das que residiam na *cidade*, quer das que dia-a-dia labutavam e usufruíam a estimada felicidade do *campo*. Da renascença material conseguida, portugueses e aqueles que nos visitavam beneficiariam directa ou indirectamente, aproveitando a melhoria das várias vias de comunicação, da hidráulica, dos aproveitamentos hidroeléctricos, da rede de electrificação, do saneamento urbano e da alimentação de água potável às povoações. De igual modo, usufruiriam da resolução dos problemas de urbanização, dos melhoramentos rurais, da reparação dos

⁶⁸ *Ibidem*, p. 90-91.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 91-92.

edifícios e monumentos nacionais, assim como da construção de bairros económicos e de novos espaços para instalação de diferentes serviços públicos. Considerando as publicações oficiais e oficiosas da época, de algumas das quais temos dado notícia no decurso deste trabalho, restam-nos poucas dúvidas em relação ao efectivo usufruto que a maioria dos portugueses experimentou com tal investimento do Estado, que o volume e a profusão territorial das obras produzidas ilustram.

Com Alexandre Alves Costa, diremos que a *Arquitectura*, a *Cidade* e o *Território* no Estado Novo constituíram, tal como a língua portuguesa, decisivos “factor[es] de coesão nacional”, inigualáveis meios ao serviço da política que, usados contra uma “evidente tendência estrutural para a dissolução da Nação”⁷⁰, procuraram um novo *espírito*, uma distinta *via*, em certas circunstâncias históricas do passado e, naturalmente, do presente. De par com outras “construções identitárias” forjadas, por exemplo, com o *milagre de Ourique*, a reforma do “Império Cristão na continuidade da Reconquista”, a “epopeia sintetizada nos Lusíadas”, a jornada de regresso da “corte à aldeia do nacionalismo restauracionista”, a independência contra franceses e ingleses e, contemporaneamente, com o “projecto de invenção de um “modelo português de socialismo””, Alexandre Alves Costa constata que a Ditadura *salazarista* expressou, de forma explícita, o “nosso espírito ficcionista”, “para amaciar a ironia, nossa veia poética”, em prol de um projecto assente no “ruralismo clerical”⁷¹. Deste conjunto de significativos episódios, conclui que o poder político foi, e continua a ser, o principal responsável pela produção de projectos de *(re)identificação nacional*. Por esta razão, defende o autor de *Identidade Nacional e Património Construído* que, herdando um dissemelhante legado cultural, paisagístico e histórico, o Estado é, também, o “próprio fenómeno da nacionalidade”⁷², afirmando, sem dúvida, a sua doutrina n’ *O Sabor da Terra*⁷³.

Fazendo nossa a locução de Alexandre Alves Costa, podemos reconhecer, dadas as circunstâncias nela aludidas, que no território português permanecem, ainda hoje, traços dos valores identitários estadonovistas. Decerto que na imagem do construído subjazem princípios políticos, planos de obras públicas e modelos paisagísticos, arquitectónicos e urbanos que estiveram na sua génese. Em suma, acreditamos que na terra que habitamos quotidianamente se descobre o *legado do salazarismo*.

5. Considerações finais

Observando a obra construída durante o período da Ditadura Nacional, não subsistem dúvidas quanto à política de representação então desenhada no território (assunto que sobremaneira ao artigo concerne) enquanto reflexo da ideologia autoritária e totalitária do sistema. Ao longo de mais de três décadas e meia, Oliveira Salazar conformou certa ideia, a sua, de identidade nacional: a terra portuguesa mais não era

⁷⁰ COSTA, Alexandre Alves – “Identidade Nacional e Património Construído: Arquitectura, Cidade e Território”. *ecdj.12* (2009) p. 53 e 55.

⁷¹ *Ibidem*, p. 54.

⁷² *Ibidem*, p. 56.

⁷³ MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte – *Portugal: O Sabor da Terra*. [Lisboa]: Círculo de Leitores / EXPO’98, 1997. 220 p. ISBN 972-42-1554-7.

do que um raro sítio de fixação e um adequado lugar de cumplicidade dos desígnios políticos vindos a girar pelo regime desde 1932.

Mais de quarenta anos após o derrube do regime político do Estado Novo, a herança material procedente do projecto do antigo Professor da Universidade de Coimbra não só sobrevive como pedra-de-toque da estrutura espacial, formal e funcional de diferentes ambientes urbanos ou paisagísticos, como persevera enquanto representante da cultura e identidade portuguesas. Monumentos nacionais, bairros de habitação social, estradas, pontes e edifícios diversos, como museus, cinemas, teatros, escolas primárias, liceus, universidades, hospitais, etc., restaurados ou erguidos sob a direcção do Ministério das Obras Públicas e de outros organismos do Estado Novo, constituem memória do longo ciclo estadonovista e, ao mesmo tempo, apreciáveis meios de referência do que se cogita *ser português*. Este panorama permanece hoje, à *contrecoeur* do que se podia imaginar perante a perda de autonomia indiciada pelos inflexíveis ditames de austeridade prescritos por *troikas* internacionais (e não só).

Não pretendendo centrar a discussão em torno desta questão, consideramos não ser despidendo reflectir sobre o papel que pedras antigas e estruturas recentes – *grosso modo*, a organização do território – cumprem no quotidiano nacional. Assim conduzido, o debate pode porventura envolver temas como a influência que *Deus* e os outros elementos da trilogia salazarista, *Família* e *Pátria*, desempenham na conformação de uma *nova Portugalidade* democrática, compatível com a história de Portugal. Neste sentido, impõe-se avaliar as consequências da *Revolução de Abril*, concretamente eventuais impactos originados pela mudança de regime, na configuração do território.

Conforme testemunhámos, a *arquitectura do poder* praticada à época do *Fascismo em Portugal* veio a consagrar um retrato do território convergente com o discurso reinante, com as suas políticas e com a sua presumida boa moral. À laia do *Decálogo do Estado Novo*, editado em 1934, exigia-se *A Vanguarda do Nacionalismo Português*⁷⁴. Na realidade, tratava-se de um panorama da terra circunscrito às verdades e certezas consentidas pelo Presidente do Conselho. Oliveira Salazar somente aquiescia aos seus compatriotas uma Pátria enraizada nos feitos lendários de seus ilustres antepassados e na honradez vivida no campo em oposição à devassidão experimentada nas cidades modernas. Resumindo: numa incondicional crença em Deus, o País via-se reduzido às inconfundíveis feições vivenciadas no recôndito *Portugalzinho* do Vimieiro.

Porém, o legado da Ditadura compreendeu, outrossim, obras de índole dissemelhante das oficialmente ditadas, a saber: obras *modernas*. Em qualquer dos casos, monumentos nacionais e nova arquitectura, como demais artes, técnicas e ofícios, converter-se-iam em importante meio de memorização dos anseios reivindicados pelo regime: *tradição versus progresso*. No entanto, crê-se que não se poderá afiançar que singular argumento não emanou de um plano antecipadamente celebrado para um futuro a longo prazo.

E hoje, que estratégia? Como esta interrogação, outras afins podem suscitar a nossa atenção, algumas das quais se elencam, a título de exemplo. 1) Pode garantir-se que a *nova Portugalidade* conquistada em Abril de 1974 se veio de facto a cumprir? 2) Por outras palavras: o Portugal de 2018 é consequência do Portugal de 1974? 3) No plano que aqui mais nos importa: será que a arquitectura retomou a sua verdadeira

⁷⁴ AMEAL, João – *Decálogo do Estado Novo*. Lisboa: Edições SPN, 1934. 94 p.

autonomia disciplinar, lavrando no território a anunciada democratização do espaço?
4) Em última instância: a arquitectura em *democracia* está, como é justo, a ser cuidada como vector essencial e responsável pela memorização da política no território?

Para dilucidar estas perguntas, resulta impreterível uma reflexão, para a elaboração da qual é pertinente convocar “argumentos de ordem histórica, que possam ajudar a perspectivar as bases, mais ou menos profundas, da circunstância contemporânea”⁷⁵, conforme apresentou José António Bandeirinha na abertura da *Conferência Arquitecto Marques da Silva 2014*, dedicada à *Arquitectura: A praça da autonomia, pedagogia, epistemologia, pensamento crítico*. Uma análise da situação vigente reivindicará por certo a criteriosa exposição de relações e exemplos em outras paragens, não sejamos nós, portugueses, cúmplices de um mundo globalizado⁷⁶. Mas, como pressente Diogo Seixas Lopes a fechar a obra *Melancolia e Arquitectura em Aldo Rossi*, caberá à história e à teoria ter de “lidar com a incerteza acerca das circunstâncias de crises passadas e presentes”⁷⁷. Corroborando tais palavras, afirmaremos, por último, que se esta “situação pode levar à dúvida”, de igual modo ela “pode originar acção”⁷⁸, como resposta a muitas das questões levantadas.

Referências Bibliográficas

- AMEAL, João – *Decálogo do Estado Novo*. Lisboa: Edições SPN, 1934. 94 p.
- ARTHURS, Joshua – “The Excavatory Intervention: Archaeology and the Chronopolitics of Roman Antiquity in Fascist Italy”. *Journal of Modern European History*. München: C.H.Beck. ISSN (online) 1611-8944. Volume 13, N.º 1 (2015) p. 44-58.
- AURELI, Pier Vittorio – *Il progetto dell'autonomia: Politica e architettura dentro e contro il capitalismo*. Macerata: Quodlibet, 2016. 192 p. ISBN 9788874628155.
- BANDEIRINHA, José António – *Arquitectura: A praça da autonomia, pedagogia, epistemologia, pensamento crítico*. Porto: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva, 2017. 40 p. ISBN 978-989-97966-9-0.
- BARBOSA, Ignacio de Vilhena – *Monumentos de Portugal: Históricos, Artísticos e Archeológicos*. Lisboa: Castro Irmão, 1886. 500 p.
- BEN-GHIAT, Ruth – “The Imperial Moment in Fascist Cinema”. *Journal of Modern European History*. München: C.H.Beck. ISSN (online) 1611-8944. Volume 13. N.º 1 (2015) p. 59-78.
- BEESE, Christine – “Urbanism and Dictatorship: Perspectives of Art History”. In BODENSCHATZ, Harald; SASSI, Piero; WELSH GUERRA, Max – *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective*. Basel: Birkhäuser, 2015. ISBN 978-3-03821-690-2. p. 36-42.

⁷⁵ BANDEIRINHA, José António – *Arquitectura: A praça da autonomia, pedagogia, epistemologia, pensamento crítico*. Porto: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva, 2017. ISBN 978-989-97966-9-0. p. 5.

⁷⁶ Sobre este assunto, constitui referência: AURELI, Pier Vittorio – *Il progetto dell'autonomia: Politica e architettura dentro e contro il capitalismo*. Macerata: Quodlibet, 2016. 192 p. ISBN 9788874628155.

⁷⁷ SEIXAS LOPES, Diogo – *Melancolia e Arquitectura em Aldo Rossi*. Trad. Jorge Colaço. Lisboa: Orfeu Negro, 2016. ISBN 978-989-8327-83-3. p. 305.

⁷⁸ *Idem*.

- BODENSCHATZ, Harald – “Urbanism and Dictatorship: Expanding Spaces for Thought!”. In BODENSCHATZ, Harald; SASSI, Piero; WELSH GUERRA, Max – *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective*. Basel: Birkhäuser, 2015. ISBN 978-3-03821-690-2. p. 15-26.
- BODENSCHATZ, Harald; FLIERL, Thomas – “Controversial Urbanism During the First Years of the Stalin Dictatorship”. In BODENSCHATZ, Harald; SASSI, Piero; WELSH GUERRA, Max – *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective*. Basel: Birkhäuser, 2015. ISBN 978-3-03821-690-2. p. 183-198.
- CANTO MONIZ, Gonçalo; OPPEN, Christian von – “Urbanism under Salazar: Program, Practice, and Reception”. In BODENSCHATZ, Harald; SASSI, Piero; WELSH GUERRA, Max – *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective*. Basel: Birkhäuser, 2015. ISBN 978-3-03821-690-2. p. 89-101.
- CARSTOCEA, Raul – “Breaking the Teeth of Time: Mythical Time and the ‘Terror of History’ in the Rhetoric of the Legionary Movement in Interwar Romania”. *Journal of Modern European History*. München: C.H.Beck. ISSN (online) 1611-8944. Volume 13, N.º 1 (2015) p. 79-97.
- CEC/SPN – *Portugal 1940*. Lisboa: CEC/Edições SPN, [1940]. 107 p.
- CHAVES, Luís – “A Política dos Monumentos”. *Arqueologia e História*. Vol. 1 (1922) p. 76-83.
- CIACCI, Leonardo – “The Role of Newsreels in the Modernization of Cities: More than just Propaganda”. In BODENSCHATZ, Harald; SASSI, Piero; WELSH GUERRA, Max – *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective*. Basel: Birkhäuser, 2015. ISBN 978-3-03821-690-2. p. 75-88.
- CORREIA, Luís Miguel – “*Il Duce* à secretária de Salazar. Lição sobre o lugar da história no *Nuovo Stato*”. *Estudos Italianos em Portugal*. Lisboa: Instituto de Estudos Italianos. ISSN 0870-8584. Nova Série, N.º 12 (2017) p. 69-82.
- CORREIA, Luís Miguel – *Castelos em Portugal: Retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]*. 2.ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. 475 p. ISBN 9789892600604.
- COSTA, Alexandre Alves – “Identidade Nacional e Património Construído: Arquitectura, Cidade e Território”. *ecdj*. 12 (2009) p. 53-58.
- CREMASCHI, Marco; ERNESTI, Giulio – “Probing the Region: Plans for Rome during the 1930s”. In BODENSCHATZ, Harald; SASSI, Piero; WELSH GUERRA, Max – *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective*. Basel: Birkhäuser, 2015. ISBN 978-3-03821-690-2. p. 59-74.
- ESPOSITO, Fernando; REICHARDT, Sven – “Revolution and Eternity. Introductory Remarks on Fascist Temporalities”. *Journal of Modern European History*. München: C.H.Beck. ISSN (online) 1611-8944. Volume 13, N.º 1 (2015) p. 24-43.
- FERRO, António – “[Prefácio]”. In SPN – *Images Portugaises*. Lisboa: Edições SPN, [1939]. s.i.
- FIGUEIREDO, Rute – *Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal (1893-1918)*. Tese de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2002.
- FLIERL, Thomas – “Ernst May’s Standardized Cities for Western Siberia”. In BODENSCHATZ, Harald; SASSI, Piero; WELSH GUERRA, Max – *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective*. Basel: Birkhäuser, 2015. ISBN 978-3-03821-690-2. p. 199-216.
- FOGU, Claudio – “The Fascist Stylisation of Time”. *Journal of Modern European History*. München: C.H.Beck. ISSN (online) 1611-8944. Volume 13. N.º 1 (2015) p. 98-114.

- GRIFFIN, Roger – “Fixing Solutions: Fascist Temporalities as Remedies for Liquid Modernity”. *Journal of Modern European History*. München: C.H.Beck. ISSN (online) 1611-8944. Volume 13, N.º 1 (2015) p. 5-23.
- GUILLAUME, Marc – *A política do património*. Trad. Joana Caspurro. Porto: Campo das Letras, 2003. 152 p. ISBN 972-610-704-0.
- HARLANDER, Tilman – “Urbanism and Housing Policy in Nazi Germany: A Commentary”. In BODENSCHATZ, Harald; SASSI, Piero; WELSH GUERRA, Max – *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective*. Basel: Birkhäuser, 2015. ISBN 978-3-03821-690-2. p. 148-165.
- HERCULANO, Alexandre – “A Architectura Gothica”. *O Panorama: Jornal Litterário e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*. V.º 1. N.º 1 (1837) p. 2-4.
- HERCULANO, Alexandre – “A Eschóla Polytechnica e o Monumento: Conhecimentos Uteis”. *Revista Universal Lisbonense: Jornal dos interesses physicos, moraes e litterarios por uma sociedade estudiosa*. Vol. 2. N.º 38 (1843) p. 469-473.
- HERCULANO, Alexandre – *Opúsculos: Questões Públicas: Tomo II*. Lisboa: Viúva Bertrand, 1873.
- LEAL, José Mendes. *Monumentos Nacionais*. Lisboa: Typographia Franco – Portuguesa, 1868. 198 p.
- MATTOSO, J.; DAVEAU, S.; BELO, D. – *Portugal: O Sabor da Terra*. [Lisboa]: Círculo de Leitores / EXPO’98, 1997. 220 p. ISBN 972-42-1554-7.
- OLIVEIRA SALAZAR, António – “Defesa económica – Defesa moral – Defesa política” (25 de Junho de 1942). In Coimbra Editora (Ed.) – *Discursos e notas políticas, Vol. III: 1938-1943*. Coimbra: Coimbra Editora, 1944. p. 319-352.
- OLIVEIRA SALAZAR, António – “Os princípios e a obra da Revolução no momento interno e no momento internacional” (27 de Abril de 1943). In Coimbra Editora (Ed.) – *Discursos e notas políticas, Vol. III: 1938-1943*. Coimbra: Coimbra Editora, 1944. p. 381-415.
- OLIVEIRA SALAZAR, António – “No encerramento da Exposição de Obras Públicas” (7 de Novembro de 1948). In Coimbra Editora (Ed.) – *Discursos e notas políticas, Vol. IV: 1943-1950*. Coimbra: Coimbra Editora, 1951. p. 339-345.
- OPPEN, Christian von – “Urbanism: The Driving Force and Stage of the Portuguese Dictatorship”. In BODENSCHATZ, Harald; SASSI, Piero; WELSH GUERRA, Max – *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective*. Basel: Birkhäuser, 2015. ISBN 978-3-03821-690-2. p. 102-116.
- ORTIGÃO, Ramalho – *O Culto da Arte em Portugal*. Lisboa: A.M. Pereira, 1896. 176 p.
- PABLO, Ainhua Díez de – “Preservation of Franco’s Social Housing Estates in Madrid”. In BODENSCHATZ, Harald; SASSI, Piero; WELSH GUERRA, Max – *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective*. Basel: Birkhäuser, 2015. ISBN 978-3-03821-690-2. p. 135-147.
- PEGORIN, Elisa – “Architettura e regime tra Italia e Portogallo. Relazione nelle opere pubbliche dello Estado Novo”. *Estudos Italianos em Portugal*. Lisboa: Instituto de Estudos Italianos. ISSN 0870-8584. Nova Série, N.º 12 (2017) p. 83-95.
- PEREIRA, Gabriel – “Monumentos Nacionais”. *A Architectura Portuguesa: Revista Mensal da Arte Architectural Antiga e Moderna*. N.º 3 (1908) p. 11-12.
- PIRES, Ema Cláudia – *O Baile do Turismo. Turismo e Propaganda no Estado Novo*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2003. 125 p. ISBN 9728801025.

- ROSA, João Pereira da (Dir.) – “As Pedras Sagradas de Portugal”. *O Século Ilustrado*. (1939, 27 de Maio) p. 16-17.
- ROSA, João Pereira da (Dir.) – “[Símbolos da Pátria]”. *O Século Ilustrado*. (1940, 15 de Junho) p. 1.
- ROSAS, Fernando – *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2012. 367 p. ISBN 9789896711405.
- ROSAS, Lúcia – *Monumentos Pátrios: A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*. Tese de Doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995.
- SAMBRICIO, Carlos – “On Urbanism in the Early Years of Francoism”. In BODENSCHATZ, Harald; SASSI, Piero; WELSH GUERRA, Max – *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective*. Basel: Birkhäuser, 2015. ISBN 978-3-03821-690-2. p. 117-134.
- SANTOS, L. R.; QUEIROZ, C. – *Paisagem e Monumentos de Portugal*. Lisboa: Edição da Secção de Propaganda e Recepção da Comissão Nacional dos Centenários, 1940.
- SCHEFFLER, Tanja – “The Technical Fairground in Leipzig in the Period of National Socialism”. In BODENSCHATZ, Harald; SASSI, Piero; WELSH GUERRA, Max – *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective*. Basel: Birkhäuser, 2015. ISBN 978-3-03821-690-2. p. 166-182.
- SEIXAS LOPES, Diogo – *Melancolia e Arquitectura em Aldo Rossi*. Trad. Jorge Colaço. Lisboa: Orfeu Negro, 2016. 312 p. ISBN 978-989-8327-83-3.
- SEVILLA-BUITRAGO, Álvaro – “Urbanism and Dictatorship: Perspectives of the Field of Urban Studies”. In BODENSCHATZ, Harald; SASSI, Piero; WELSH GUERRA, Max – *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective*. Basel: Birkhäuser, 2015. ISBN 978-3-03821-690-2. p. 27-35.
- SPIEGEL, Daniela – “Urbanism in Fascist Italy: All Well and Good?”. In BODENSCHATZ, Harald; SASSI, Piero; WELSH GUERRA, Max – *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective*. Basel: Birkhäuser, 2015. ISBN 978-3-03821-690-2. p. 43-58.
- SPN – *Portugal 1934*. Lisboa: Edições SPN, [1934]. 39 p.
- SPN – *Images Portugaises*. Lisboa: Edições SPN, [1939].
- SPN – “Paisagem e Monumentos de Portugal”. *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*. N.º 1 (1941) p. 20-21.
- SPN – *Obras Públicas: Cadernos do Ressurgimento Nacional*. Lisboa: Edições SPN, [1943].
- TEOTÓNIO PEREIRA, Nuno; FERNANDES, José Manuel – “A Arquitectura do Fascismo em Portugal”. In PINTO, António Costa [et al.] – *O Fascismo em Portugal: Actas do Colóquio*. Lisboa: Regra do Jogo, 1982. p. 533-551.
- WELSH GUERRA, Max – “Urbanism, Dictatorship and Historiography: A Contextualization”. In BODENSCHATZ, Harald; SASSI, Piero; WELSH GUERRA, Max – *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective*. Basel: Birkhäuser, 2015. ISBN 978-3-03821-690-2. p. 217-228.
- WINCKELMANN, Johann Joachim – *Geschichte der Kunst des Alterthums*. Dresden: Walther, 1764.

RECENSÕES E NOTAS DE LEITURA

BEBIANO, Rui – *Tony Judt: historiador e intelectual público*. 1.^a ed. Lisboa: Edições 70, 2017. 226 p. ISBN 978 972 441 853 7.

João Moreira

Tony Judt – historiador e intelectual público, de Rui Bebiano, vem ajudar a colmatar a falta de publicações nacionais sobre as ideias e os percursos dos intelectuais públicos na segunda metade do século xx. Note-se, no entanto, que Rui Bebiano é ele próprio historiador e, cada vez, mais um intelectual público. Portador de um passado ligado à esquerda radical durante os «longos anos 60», o historiador português foi, nas últimas décadas, publicando livros que se relacionam com esse período histórico. Disso são exemplos as obras *O Poder da Imaginação. Juventude, Rebeldia e Resistência nos Anos 60*, de 2003, *Anos Inquietos. Vozes do Movimento Estudantil em Coimbra (1961-1974)*, de 2006, e *Do Activismo à Indiferença. Movimentos Estudantis em Coimbra*, de 2007.

Contudo, mantendo-se no campo da história das ideias, nos últimos seis anos, o diretor do Centro de Documentação 25 de Abril, investigador no Centro de Estudos Sociais e professor na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tem vindo a publicar artigos e ensaios na imprensa nacional que têm, de algum modo, *prometido* um livro sobre os caminhos teóricos, políticos e éticos de alguns dos mais célebres autores nacionais e internacionais do século xx, nomeadamente «Albert Camus. Cara ou Coroa» e «Tony Judt. O Último Fôlego», de 2011, «Christopher Hitchens. Reabilitar Orwell» e «Tony Judt. O fim de uma ilusão», de 2012, «Solidão e Felicidade em Camus» e «Da atualidade de Camus», de 2013, «Cunhal, Carrillo e a História» e «Pina Político», de 2014 e, finalmente,

«Abril e a “Revolução dos Intelectuais”», de 2015.

Nesse sentido, o livro aqui tratado não se traduz na biografia de um dos maiores historiadores do século xx. Pelo contrário, o mais recente livro de Rui Bebiano concretiza-se na apresentação das raízes intelectuais do historiador britânico Tony Judt e das suas escolhas políticas e de estudo – as quais, não raras vezes, se confundiam.

Num tempo em que a expressão pública dos intelectuais decresce em igual proporção à proliferação dos *fast-thinkers* e *tudólogos* (para utilizar as expressões de Bebiano), o autor português oferece, num primeiro momento, uma apurada problematização do conceito de intelectual (e intelectual público) da Grécia Antiga à contemporaneidade.

Num segundo momento, tendo em vista, não apenas a compreensão das posições políticas assumidas publicamente por Judt, mas também os seus objetos de estudo, Bebiano apresenta os principais eixos ético-políticos dos autores referência de Judt e a sua relação com estes (quase todos *mal-amados* pela esquerda associada aos partidos comunistas tradicionais). Assim, o historiador português acaba por oferecer um resumo das posições políticas e ideológicas de alguns dos intelectuais-dissidentes mais célebres do século xx, em particular, Léon Blum, George Orwell, Albert Camus e Raymond Aron.

Em terceiro lugar, e concomitantemente ligado ao ponto antes descrito, a última obra de Rui Bebiano apresenta a forma como o historiador britânico abordou os seus objetos de estudo, frequentemente alguns dos assuntos políticos mais prementes do século xx, nomeadamente: a Europa (do pós-II Guerra aos nossos dias), os *socialismos* e a social-democracia, a dissidência política-intelectual à *esquerda*

e, finalmente, a questão israel-palestineana, o sionismo e as matérias envolventes. Desta forma, Bebianio analisa a generalidade da Obra de Judt – dos seus primeiros estudos sobre o socialismo francês aos seus ensaios sobre a Europa no início do século XXI.

Apesar deste livro não ser propriamente biográfico – como já foi referido – Bebianio faz algumas incursões relevantes no plano pessoal de Judt. Nesse sentido, o historiador português salienta a disponibilidade de Judt para publicar e participar em palestras mesmo quando este já se encontrava tetraplégico e com grandes dificuldades na sua comunicação com os outros. O historiador português dá também a conhecer algumas das preocupações de Judt para com as jovens gerações, nomeadamente o *esquecimento da memória* por parte destas e, simultaneamente, a convicção cega das mesmas na facticidade do capitalismo e das desigualdades sociais – às quais não é alheia a crescente desconfiança no Estado-providência.

Acresce que, tal como Judt em relação aos seus objetos de estudo, Bebianio não é frio (para utilizar novamente uma expressão sua) em relação à obra do autor de *Pós-Guerra*. O autor português é ele próprio, em certa medida, um influenciado pelo trabalho de Judt. Ao longo deste livro é perceptível a familiaridade de Bebianio com a obra do autor britânico – consequente de

um diálogo de algumas décadas. Como o último, o autor de *Outubro* é também um historiador que tende a escolher o pós-II Guerra Mundial e as ideias políticas e da cultura como objeto da maior parte do seu trabalho historiográfico.

Além de tudo isto, Bebianio é igualmente um autor político, situado à esquerda e com uma pluralidade de influências teóricas e políticas que se conjugam numa heterodoxa mas coerente conceção da história e da realidade política contemporânea. Como Judt, Bebianio evidencia-se, cada vez mais, como um intelectual com uma projeção que vai muito além da academia, publicando artigos e ensaios em diversas revistas, jornais e sítios da internet, pautando o seu discurso por uma linguagem culta, mas jamais hermética – como *deve ser*, aliás, o discurso de qualquer intelectual público.

Por fim, deve ainda ser salientado que este livro vai muito além da compreensão do *historiador e intelectual público* Tony Judt. Bebianio oferece uma obra-modelo para futuros trabalhos e estudos sobre a história das ideias políticas, da cultura, dos intelectuais públicos e da dissidência política à *esquerda*, do pós-II Guerra Mundial às décadas mais recentes, particularmente em Portugal onde esta área da historiografia ainda se encontra num nível muito embrionário.

LÉONARD, Yves – *Histoire du Portugal contemporain: de 1890 à nos jours*. Paris: Éditions Chandeigne, 2016. 287 p. ISBN: 978-2-915540-86-4.

Pierre Marie

Existem atualmente escassos estudos sobre a História Contemporânea de Portugal em língua francesa, quer de obras traduzidas, quer de obras originais. Apesar dos laços importantes existentes entre Portugal e França, o estudo da História portuguesa continua limitada nas universidades francesas. A publicação de *Histoire du Portugal contemporain: de 1890 à nos jours* de Yves Léonard em 2016 veio preencher esta lacuna. Professor em Sciences Po Paris, antigo bolseiro do Instituto Camões e da Fundação Calouste Gulbenkian, Yves Léonard é autor e coautor de vários estudos sobre Portugal onde se destacam *Le Portugal, vingt ans après la Révolution des oeillets* (1994), *Salazarisme et fascisme* (1996) e *De la dictature à la démocratie: voies ibériques* (2003), coordenado com Anne Dulphy.

Além dos trabalhos de Yves Léonard, nomeadamente na investigação conduzida acerca da natureza do regime salazarista, podemos salientar o trabalho de Victor Pereira sobre a emigração portuguesa durante o período de Estado Novo, *La dictature de Salazar face à l'émigration: L'État portugais et ses migrants en France (1957-1974)* (2012). À escassez de estudos especializados junta-se a quase inexistência de sínteses históricas, além da obra de Albert-Alain Bourdon, *Histoire du Portugal*, primeiro editada em 1977 e com várias reedições desde então. A obra de Yves Léonard constitui uma síntese de primeiro plano para perceber o século xx português, da queda da monarquia até à história do tempo presente, respondendo à observação do autor de que “a história

contemporânea de Portugal permanece desconhecida em França, apesar de se tratar de um país europeu vizinho, que tornou-se um dos destinos turísticos favoritos dos franceses, um país amigo cuja França acolheu várias centenas de milhares de cidadãos” (p. 11).

A obra organiza-se em dez capítulos, que seguem uma lógica cronológica e temática. Trata-se sobretudo de uma História política, mas completada pelo autor com elementos da História cultural e social. O Ultimato britânico de 1890 abre esta síntese e permite perceber melhor o crescimento das ideias republicanas e como este evento descreditou de forma definitiva a monarquia portuguesa. Uma das especificidades da obra é o de iniciar o princípio do século xx português em 1890, o que permite destacar os movimentos republicanos e a ligação com o patriotismo. O capítulo seguinte é dedicado à implantação da República, ao progresso social que o novo regime político permitiu, e também às dificuldades endémicas que marcaram o período. A precocidade da República portuguesa é reafirmada, numa época em que só podia contar com exemplos na Suíça e na Terceira República Francesa no continente europeu. Yves Léonard explica com muita eficácia as divisões crescentes no seio dos movimentos republicanos e a oposição dos meios monárquicos e católicos.

Os quatro capítulos que se seguem tratam da ascensão ao poder de António de Oliveira Salazar e retratam os grandes períodos do *Estado Novo*. A instabilidade política da época é quebrada com a nomeação de Salazar no cargo de Ministro das Finanças em abril de 1928, primeiro passo para a constituição do *Estado Novo* em 1933. A habilidade política de Salazar permitiu congregar diversos movimentos da extrema direita portuguesa, impondo-

-se como único chefe do novo regime, com o apoio da hierarquia militar. Yves Léonard retoma debates mais recentes sobre a natureza do regime salazarista entre fascismo e autoritarismo. Apesar de componentes de natureza fascista que se mantiveram (polícia política, organização dos trabalhadores e das juventudes, censura e repressão dos movimentos sociais), o regime soube manter ligações privilegiadas com o aliado britânico e aproveitar o contexto de anticomunismo da Guerra Fria.

Yves Léonard, no seguimento de outros historiadores, aponta o ano de 1961 como o início da queda do regime salazarista. O assalto ao paquete Santa Maria e o desenvolvimento de uma oposição no rescaldo da campanha presidencial do General Humberto Delgado e das críticas de António Ferreira Gomes, Bispo do Porto, fragilizaram o regime. Em dezembro de 1961, a invasão dos territórios portugueses na Índia pelo Exército de Nehru marcou o início das descolonização forçada das colónias portuguesas. Os conflitos coloniais em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau marcaram a década e constituíram um verdadeiro “detonador colonial” para o regime (p. 171). As crises estudantis de 1962 e 1969 constituíram uma nova frente de contestação para um regime obrigado a pensar o seu futuro com a retirada de António de Oliveira Salazar, substituído em 1968 por Marcello Caetano.

A Revolução de 25 de abril e o processo revolucionário que se seguiu até 1976 são estudados no capítulo seguinte. As operações militares, bem como os múltiplos momentos políticos são apresentados de maneira clara e sintética. O Yves Léonard apresenta as consequências do processo revolucionário português para a esquerda francesa, com numerosas “peregrinações” de figuras de destaque (Jean-Paul Sartre,

François Mitterrand, Daniel Cohn-Bendit ou ainda Pierre Mendès-France) ao Portugal revolucionário. As tensões deste período são também apresentadas. O regresso a uma ordem constitucional em 1976 abriu caminho para a integração europeia concluída em janeiro de 1986.

A transição para uma “democracia europeia” foi possível com as revisões constitucionais de 1982 e 1989, que extinguiram o Conselho da Revolução e abriram lugar à privatização dos setores nacionalizados após o 11 de março de 1975. Dez anos de reformas foram concluídos com a assinatura do Tratado de Adesão à Comunidade Económica Europeia em 12 de junho de 1985. Yves Léonard analisa o fortalecimento da democracia representativa parlamentar em Portugal e a entrada no país de fundos estruturais, fator de modernização. Esta fase de crescimento tem o seu ponto alto, segundo o autor, com a Exposição Universal de Lisboa de 1998.

Com o último capítulo, entramos na História do tempo presente com a crise da dívida pública, as medidas de austeridade financeira e o atual governo de António Costa. A democracia portuguesa oriunda da Revolução de 1974 caracteriza-se hoje por altas taxas de abstenção nas eleições, constataando com a mobilização das populações durante o processo revolucionário. Novos movimentos sociais apareceram com o processo de reformas estruturais conduzido pela “troika” (Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia e Banco Europeu). O estudo encerra-se com o novo momento político aberto pelo governo liderado por António Costa, com o apoio parlamentar do Bloco da Esquerda, do Partido Comunista Português e do Partido Ecologista – Os Verdes e a presidência de Marcelo Rebelo de Sousa.

Além do seu conteúdo histórico e da sua clareza, esta obra constitui uma

verdadeira defesa para o estudo da história portuguesa. Yves Léonard defende que “este século xx português merece mais do que estar reduzido a uma reserva de exemplos anexos no âmbito de investigações comparativas” e deve ser considerado como “um verdadeiro objeto de estudos e de investigações, autónomo e de uma grande fertilidade, teatro de uma história singular” (p. 12). Nesta História de Portugal contemporâneo, destaca-se as reivindicações democráticas, em tensão constante com correntes autoritárias (a Monarquia, o Sidonismo, o Estado Novo e os movimentos bombistas de extrema direita durante o processo revolucionário).

O Exército aparece também como um ator político central até 1982, data da extinção do Conselho da Revolução.

O livro integra igualmente os mais recentes desenvolvimentos da historiografia em Portugal e apresenta um rico espólio de fotografias, mapas e tabelas. A cronologia completa que figura no final da obra acrescenta valor ao estudo. Esta *Histoire du Portugal contemporain* representa um contributo valioso para o conhecimento histórico e servirá com certeza de base a investigações futuras. O obra de Yves Léonard constitui também um desafio para um melhor conhecimento da História portuguesa e da sua valorização como uma história própria e não de segundo plano.

Democracias: teorias e práticas

Manuel Villaverde Cabral

Trata-se no presente texto de comentar de modo muito positivo mas também crítico, tanto ao nível teórico como empírico, o recente número da revista *Estudos do Século XX* consagrado ao tema das «Democracias» e coordenado pelos Professores Maria Manuela Tavares Ribeiro e Rui Cunha Martins.¹ Começo por sublinhar o título deliberadamente sintético desta colectânea que me parece querer ser tão aberto quanto possível, ao mesmo tempo que convoca de forma genérica um tema mais do que oportuno neste momento de múltiplas encruzilhadas políticas nacionais e internacionais em que se encontram os regimes comumente designados como «democracias». Destaco em particular a introdução sucinta dos coordenadores ao colocarem as democracias «sob o signo da pluralidade» (cito), reunindo para ilustrar essa pluralidade doze artigos de dimensão variável, os quais não terei oportunidade de tratar na totalidade mas que, em compensação, terei em conta no próprio balanço geral que farei da temática.

Não é da Europa que se trata exclusivamente nesta vasta colectânea mas, para além dos textos de índole filosófica e teórica, que não podem deixar de pensar nela – Europa – por razões históricas e não somente, há como que uma concentração mental e também empírica nas democracias vigentes na Europa e, concretamente, no caso da União Europeia, tema aliás com que este número especial da Revista encerra sob a égide do «desafio».² Permita-se-me desde já um comentário a essa ideia de «desafio», ao qual voltarei mais de uma vez: com efeito, as ditaduras não podem ser desafiadas; só as democracias o podem ser, como aqui acontece.

Não foi por acaso que também eu usei sempre a noção de democracia no plural como significativamente consta do título da colectânea. Ocorre isso por dois motivos: não só porque existem desde a primeira democracia – a ateniense – inúmeros tipos político-jurídicos de regimes democráticos, mas também e sobretudo porque o pluralismo supõe, como vários dos autores aqui reunidos reivindicam, embora não todos com o mesmo grau de meridiana clareza, a exigência simultânea – aliás, de índole histórica e cronologicamente gradual – do liberalismo. Por seu turno, este último supõe necessariamente aquilo a que por vezes se dá o nome de individualismo liberal, o qual constitui, na minha opinião, uma espécie de «linha vermelha», como agora há o hábito de dizer, de qualquer regime do género democracia – género um pouco em sentido zoológico, isto é, contendo as suas famílias, espécies e variedades. Daí aliás que exista, na minha opinião, uma equivalência genérica entre as «democracias» e a designação porventura mais afinada de regimes políticos demo-liberais.

¹ «Democracias». Coord. Maria Manuela Tavares Ribeiro e Rui Cunha Martins, *Estudos do Século XX* (*EstSecXX*), n.º 17 (2017).

² BALTASAR, Isabel Cristina – “A democracia na Europa. Desafio do Projecto para os Europeus”. *EstSecXX*. 17 (2007) pp. 217-237.

Por um lado, é necessário ter em conta que, quando se fala nas «democracias» de hoje, se entende um número limitado de regimes políticos que existem, na melhor das hipóteses, desde o século XIX, num espaço sócio-cultural relativamente bem definido e sujeitos por seu turno – a maioria deles – a sobressaltos revolucionários e frequentemente até a regressões autoritárias dos mais diversos tipos, classificados de «esquerda» ou de «direita» conforme as ideologias reivindicadas por cada um deles. Ora, nestas condições, é esse pluralismo genérico e obrigatório – em sentido *sine qua non* – que faz com que as democracias *strictu sensu* sejam os únicos sistemas de organização política que se constituem em objecto permanente e universal, por assim dizer, de auto- e de hétero crítica, como neste volume é aliás abundantemente demonstrado.

Há, com efeito, autores nesta colectânea que levam a crítica da democracia até à crítica do liberalismo, conotando este último como individualista e definindo o dito individualismo enquanto «noção antropológica do homem como um átomo» (cito), ao mesmo tempo que as democracias actuais seriam aparentemente colocadas em plano mais ou menos equivalente ao «pensamento único» e ao «consenso»³; e/ou ainda a uma ontologia da «condição humana».⁴ Assim são recuperadas espécies diversas de «poderes constituintes» e se evocam pós-democracias ou mesmo ante-democracias que não deixam de abrir para as primeiras modalidades de «populismo» que surgem em múltiplas monarquias, entre finais do século XVIII e inícios do XIX, que então começam a ser postas em causa por um liberalismo incipiente.

Todas as ante- e pós-democracias evocadas pelos autores citados estão, na minha opinião, mais conotadas pelas concepções ontológicas que eles assumem do que pelos formalismos liberais subjacentes às «democracias» (liberdade individual, *rule of law*, etc.). A colectânea confirma, efectivamente, que não só estas democracias são vigorosamente fustigadas à direita como à esquerda, usando aliás argumentos «funcionalmente equivalentes» provenientes de lugares ideológicos diferentes, se não opostos, como estas auto- e hétero-críticas também podem, independentemente das suas intenções expressas, levar a lugares igualmente diferentes: um caso relativamente fácil de desmontar pelas ciências sociais é o dos chamados «populismo» do dia e de outrora, como sucede, no limite, com o próprio «orçamento participativo».⁵

Quando menciono esse tipo de argumentos e de exemplificações, incluindo o mecanismo do «orçamento participativo», estava a pensar nas matérias com as quais tenho maior familiaridade, as quais poderiam e, a meu ver, deveriam fornecer bases para analisar e conceber as democracias reais de modo menos ontológico ou essencialista. Estou concretamente a pensar, como «desconstrução» daqueles essencialismos genéricos ou pontuais, naquilo que as ciências sociais podem fornecer, incluindo naturalmente a ciência política, com os seus modelos conceptuais bem como os seus métodos estatísticos e empíricos.

³ SÁ, Alexandre Franco de – “RightNow: Temporalidade, Democracia Liberal e Populismo”. *EstSecXX*. 17 (2007) pp. 81-90.

⁴ AMARAL, Carlos E. Pacheco – “Condição humana e democracia. Pessoa e Comunidade. Representação e Participação”. *EstSecXX*. 17 (2017) pp. 125-144.

⁵ SHILIAEV, Artem – “Participatory budgeting; the modern form of political engagement”. *EstSecXX*. 17 (2017) pp. 113-124.

Um exemplo flagrante, independentemente das ideias de mobilização da cidadania devidas há perto de 30 anos ao então «prefeito» de Porto Alegre, Olívio Dutra⁶, é o desses orçamentos participativos que, entretanto, se tornaram correntes em tantas autarquias democráticas, incluindo em Portugal. Acontece, porém, que essa genuína inovação política acabou por tender, de acordo com uma teoria geral das «oligarquias» que se pode fazer a partir de Robert Michels⁷ (1911 – há mais de cem anos!), não só pouco contribuiu para mobilizar a participação mas, sobretudo, estes «referendos» acabaram por ser decididos, como era inevitável, pelas pessoas à partida já mais mobilizadas... Ora, essas pessoas recrutam-se predominantemente, de acordo com as ciências sociais em geral, entre as tais «oligarquias» que não deixam, hoje em dia, de ser plurais do ponto de vista ideológico mas são privilegiadas do ponto de vista sociológico, em particular do ponto de vista da instrução e de tudo quanto origina esta última e todos os processos de reprodução que a ela se seguem: a instrução da família de origem, o emprego, o rendimento familiar, a satisfação com a vida em geral, etc., etc.

O conteúdo crítico implícito da observação que acabo de fazer sobre o «orçamento participativo» enquanto mecanismo pretensamente revalorizador das democracias fundamenta-se, empiricamente, num artigo que eu próprio tive oportunidade de publicar em 2007.⁸ Aí é possível verificar o elevado grau de apropriação das democracias pelas elites dos países europeus, com base num estudo comparado sobre as diferentes atitudes e comportamentos políticos segundo as classes sociais em cada um desses países. Confirma-se, simultaneamente, que essa apropriação classista dos regimes democráticos varia também segundo um efeito societal, conforme os países, que se manifesta através do facto de as elites portuguesas possuírem, em comparação, menos «capital social», como lhe chamamos, do que a classe operária sueca... O fenómeno é, portanto, *horizontal* – comum a todos os países – e *vertical*, ou seja, diferenciado segundo os níveis de desenvolvimento de cada sociedade!

Ora, o único comentário que se pode fazer a tal apropriação do mecanismo do «orçamento participativo» por parte de um pequeno segmento das elites políticas, estatística e comparativamente verificada, é que passaram mais de 10 anos desde que o meu artigo foi publicado e a União Europeia – e não só ela – têm vindo a conhecer uma evolução política e ideológica que poderia de algum modo ter sido prevista e talvez atalhada a partir daquelas observações, a saber, a reemergência do chamado «populismo», estudado nesta colectânea de um ponto de vista semelhante ao meu, isto é, enquanto ameaça às democracias, pelo professor internacional, se assim posso dizer, Estevão Rezende Martins!⁹

Há entretanto dois modelos analíticos em particular que não queria deixar de mencionar a fim de se entender melhor a forma como me tenho situado até aqui perante o tema das democracias e como me situo, em geral, perante a vida política. O primeiro

⁶ http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762008000100003

⁷ MICHELS, Robert – *Para Uma Sociologia dos Partidos Políticos na Democracia Moderna. Investigação sobre as Tendências Oligárquicas na Vida dos Agrupamentos Políticos*. Trad. José M. Justo. Lisboa: Edições Antígona, 2001. 552 p.

⁸ Class effects and societal effects: Elite and working class attitudes towards political citizenship from a European comparative perspective, *Portuguese Journal of Social Science*. Vol. 5 (2007), No. 3. p. 159-178.

⁹ MARTINS, Estevão Rezende – “The threat of populism”. *EstSecXX*. 17 (2017) pp. 91-112.

é um bem conhecido modelo de Jon Elster – outro cientista social internacionalizado – no qual as democracias são conceptualizadas como «The forum & the market»¹⁰, ou seja, como um campo onde actores sócio-culturalmente diferenciados se interpelam, cruzadamente por assim dizer, segundo o duplo mecanismo de (1) *uma procura de bens políticos* por parte dos cidadãos (o fórum) e (2) do fornecimento de *uma oferta de representação* (o mercado), variando a cada conjuntura o peso relativo de um e de outro mecanismo na vida política.

Os graves «acessos populistas» analisados na presente colectânea da revista *Estudos sobre o Século XX* podem, efectivamente, ser concebidos como um aumento relativo do peso do fórum sobre o mercado, gerando por assim dizer um hiato maior ou menor entre a procura e a oferta de bens políticos em função de uma multiplicidade de factores que incluem a conjuntura política global. A este último propósito, basta recordar a influência decisiva que a conjuntura global tem hoje, virtualmente em todos os países, e por isso é também convocada na presente colectânea pelos artigos que versam «questões internacionais»¹¹, incluindo temas espinhosos, que geralmente deixam todos descontentes, como a chamada «justiça transicional»¹², a propósito da qual teria sido útil mencionar as pesquisas portuguesas e comparativas da autoria do historiador e cientista político António Costa Pinto¹³; e ainda a própria União Europeia enquanto «desafio transnacional» já citado.

Por sua vez, para saber como é que os processos conceptualizados por Elster se produzem e de que forma eles desafiam a *estabilidade* dos sistemas políticos, à qual me voltarei a referir numa citação final, outro politólogo internacional como Adam Przeworski forneceu um modelo combinável com o anterior e no qual é conceptualizada a «democracia como o resultado contingente de – ou dos – conflitos», segundo a tradução do Inglês, artigo publicado precisamente na citada colectânea organizada por Elster em 1988.¹⁴ Ora, não estou longe de pensar que um modelo como este se aplica particularmente bem ao caso português da implantação da democracia entre 1974 e 1976, onde a opção do fórum pela «Europa», no seguimento da transição espanhola, imediatamente consecutiva à portuguesa, se teria sobreposto ao mercado da representação partidária, dando assim Portugal início à chamada «terceira vaga democrática», como a designou Samuel Huntington.¹⁵ Ninguém, porém, adivinhava tal vaga em '74, assim como poderemos estar hoje, sem o saber nem o desejar, à beira de uma vaga populista regressiva e potencialmente autoritária...

¹⁰ ELSTER, Jon – “The market and the forum: Three varieties of political theory”. In *Foundations of social choice theory*. ed. by J. Elster and A. Hyland. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 103-132.

¹¹ MATOS, Vera M. Coimbra de – “3D: Ditadura, Democracia e Diplomacia”. *EstSecXX*. 17 (2017) p. 199-216.

¹² CALADO, Rui – “Da Transição Política à Justiça Transicional Contemporânea: o caso argentino como exemplo de afirmação democrática”. *EstSecXX*. 17 (2017) pp.163-180.

¹³ PINTO, António Costa – “A Sombra das Ditaduras – A Europa do Sul em Comparação, Imprensa de Ciências Sociais”. 2013, 244 p.

¹⁴ PRZEWORSKI, Adam – “Democracy as a contingent outcome of conflicts”. In *Foundations of social choice theory*. ed. by J. Elster and A. Hyland. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

¹⁵ HUNTINGTON – *The third wave. Democratization in the Late Twentieth Century*. University of Oklahoma Press, 1992. 366 p.

Ainda e sempre sobre a origem e o destino das democracias, justifica-se prosseguir com o tema sintético da presente colectânea evocando o texto erudito e reflexivo do Prof. Georges Contogeorgis acerca da tão revisitada democracia ateniense.¹⁶ Sugere ele que constitui um enorme equívoco de índole oligárquica – mais mercado do que fórum, portanto – *pensar a essência do primeiro regime democrático e das democracias em geral como residindo na representação*. Pelo contrário, seria precisamente com a representação dos cidadãos por qualquer selecção de candidatos a seus representantes que as democracias acabariam, como sucedeu em Atenas.

De um ponto de vista empírico, a passagem de uma alegada «*assembleia dos cidadãos*» atenienses articulada por Contogeorgis à «*democracia representativa*» – um qualificativo que faz imediatamente pensar que existiriam outras modalidades de democracia, as quais se apresentam hoje cada vez mais frequentemente, em especial a democracia participativa, por vezes associada à «democracia da rua» - tal passagem da assembleia à representação explicar-se-ia de forma trivial pela *escala*, um tema aliás escassamente estudado pela ciência política (uma virtual excepção seria o mais historiador dos sociólogos, Max Weber, que concebeu uma espécie de «democracia autárquica» anterior à «democracia estatal», senão precursora desta, no livro sobre *A cidade medieval*¹⁷).

A explicação pela escala e pelas relações centro-periferia, conceptualizadas pelo sociólogo fenomenologista de inspiração weberiana Edward Shils no seu estudo de meados dos anos '70 do século passado¹⁸, é porém demasiado trivial. Entende-se assim muito bem onde o Professor Contogeorgis pretende chegar: «a democracia não é um fim em si mesmo», designando então como finalidade das democracias, isso sim, «a liberdade individual e um corpo de direitos sociais e políticos» (cito)! Esta conclusão remete directamente para a contribuição extremamente importante do Professor Vital Moreira acerca da União Europeia enquanto democracia supra-nacional – ou, como eu a designaria sociologicamente, supra-estatal – com a qual terminarei os meus comentários.

Dito isto, é necessário voltar à questão crucial da representação., Como versão intermédia, digamos assim, entre a Atenas clássica e a democracia moderna, apenas é possível remeter para algo mais de 2000 anos depois, ou seja, para a chamada soberania – tratada como nacional mas, na realidade, já estatal – representada no frontispício do livro decisivo de Hobbes de meados do século XVII pela multidão de pequeníssimas personagens virtualmente iguais umas às outras que constituem o vasto tronco encabeçado pelo rosto do *Leviatã*... Ora, quando a Inglaterra e mais ainda, porventura com a ousadia da jovem rebelião secessionista, os Estados Unidos da América iniciaram o advento de fórmulas políticas representativas em grande escala, a concepção da representação então vigente era declaradamente oligárquica.

Dito de forma mais corrente, segundo as primeiras modalidades de representação nacional eleita, os representados escolhiam os seus representantes entre os «bem-nascidos», conforme a doutrina inicial norte-americana; em Inglaterra, o processo far-se-á pelo aumento gradual ao longo dos séculos da escala dos representados, caso das mulheres

¹⁶ CONTOGEORGIS, Georges – “De la Démocratie. Questions de concepts et de méthode”. *EstSecXX*. 17 (2017) p. 15-32.

¹⁷ WEBER, Max – *The City*. Free Press, 1966 (publicado pela primeira vez em 1921). 242 p.

¹⁸ SHILS, Edward – *Centro e Periferia*. Lisboa: Difel, 1992.

mas não, com a complexidade que o crescimento da escala traz consigo. É apenas em torno da grande viragem internacional de 1830 que se pode então começar a falar de uma demo-liberalização de franquia limitada, como nos Estados Unidos de Andrew Jackson (1828), na própria França de Louis-Philippe (1830), na Inglaterra com o «Reform Act» de 1832 e até em Portugal com o advento de D. Pedro IV em 1834...

Ainda no século XVIII, em França concretamente, onde a grande revolução acabou por cortar a tímida liberalização interna à monarquia, surge a noção desejavelmente menos oligárquica, porventura mais democrática, de alguém como o Abbé Sieyès na sua *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, segundo o qual a selecção dos representantes deveria fazer-se, nas suas palavras, pela distinção entre cidadãos activos e passivos em função do censo. Na prática histórica sucessiva, a distinção censitária, graças ao alargamento da franquia eleitoral, foi sendo substituída, por assim dizer, pelos «especialistas» ou, se preferirem, os operadores no mercado da oferta de representação, em suma, a representação política como profissão e já não como uma mera vocação natural da oligarquia...¹⁹

Com o decorrer das experiências políticas no quadro da gigantesca modernização das sociedades ocidentais no último século e meio – a partir, digamos, das revoluções de 1848 – o processo inverteu-se, por assim dizer, em relação à concepção anglo-saxónica e as oligarquias tradicionais, regularmente submetidas às «sacudidelas» bem conhecidas, foram em larga medida incorporando os profissionais da política, a quem o iliberalismo potencial de Max Weber levava a falar já em 1917 de «Beruf politiker ohne Beruf», expressão na qual Weber joga com o duplo significado da palavra *Beruf*, ou seja, «políticos profissionais sem vocação».

Regressando à actualidade, ou seja, à «democracia supranacional na União Europeia», o Professor Vital Moreira²⁰ estabelece de forma exaustiva, no mais longo texto da colectânea, o percurso europeu de formalização jurídica, percurso esse que, *se não garante, permite* com certeza a democracia tal como hoje a entendemos. O autor não esconde, todavia, que a legitimidade juridicamente conferida à União Europeia pela «vontade dos cidadãos» (sub-título do seu artigo), depende em última instância de estes assim o entenderem na prática, o que não é, de resto, radicalmente diverso daquilo que se passa com os cidadãos de cada um dos Estados-membros, segundo o seu grau diferenciado de mobilização, conforme dissemos acima. Com efeito, as únicas dúvidas que subsistem perante esta rigorosa exposição dos Tratados supranacionais vigentes na União e comentados por Vital Moreira dizem respeito ao seu efectivo entendimento por parte dos Europeus, não sendo certo que muitos destes tenham interiorizado os direitos conferidos pela cidadania europeia e, mais grave do que isso, que os cidadãos estejam motivados e/ou sejam encorajados pelos respectivos Estados e partidos políticos para exercerem activamente essa efectiva cidadania legalmente garantida.

O autor procede passo a passo à análise da natureza político-jurídica da União a fim de explicar exaustivamente o seu carácter democrático, no duplo sentido de todos os Estados a ela pertencentes serem democráticos e de ela garantir a democraticidade

¹⁹ MANIN, Bernard – *Principes du gouvernement représentatif*. Flammarion, 1996. 319 p.

²⁰ MOREIRA, Vital – «A vontade dos cidadãos da União Europeia. A democracia supranacional na União Europeia». *Estudos do Século XX*. 17 (2017) p. 45-80.

desses Estados, mas também através da sua própria Constituição, encerrando a UE «inequívocos traços para-estatais e, simultaneamente, para-federais». Os sucessivos artigos constitucionais são enumerados e parcialmente citados, permitindo-nos, contudo, entrever a distância que, em múltiplos casos, separa a letra da lei e as práticas publicamente reconhecidas, não só por parte dos cidadãos mas também pelos partidos políticos supostos «contribuírem para a criação de uma consciência europeia», segundo o artigo 11.º... Contribuir, contribuem, mas resta saber de que modo, como obviamente o autor não ignora, sendo ele frequentemente o primeiro a reconhecer aquilo que designa por «limitações» ao recente aprofundamento dos traços parlamentares da União!

Mais do que a dimensão por ele atribuída, por exemplo, ao direito de petição dos cidadãos e aos traços de «democracia participativa», que me parecem mais retóricos do que substantivos, é importante notar que a construção europeia é tudo menos «um alargamento geográfico», mas sim uma efectiva integração transnacional e plurifuncional feita graças a sucessivos «saltos qualitativos» ao nível das novas instituições e das crescentes atribuições internas e externas da União, nomeadamente desde o Tratado de Maastricht de 1992 até muito recentemente, em pouco mais de 20 anos para mais de 500 milhões de pessoas... até ao Brexit! O autor tem certamente razão quando argumenta que a actual legitimidade é superior à mera integração económica. Em contrapartida, não se pode deixar de considerar que a criação e a regulação da moeda única constituem o cimento mais necessário, embora insuficiente e até problemático, como se tem visto na última década, de uma União que cresceu para fora da maneira que sabemos mas também para dentro!

Ainda no início do artigo, o autor faz-nos perceber por que razão e de que modo «a cidadania europeia está acima da nacional», desde logo incluindo todos os Europeus onde quer que residam, simultaneamente como eleitores e elegíveis, ao mesmo tempo que qualquer cidadão pode recorrer ao «Supremo Tribunal» europeu e as decisões deste sobreponem-se eventualmente aos tribunais e até aos governos nacionais. Porém, esta atitude global de ordem cosmopolita também explica, por reacção, o ressurgimento do chamado «soberanismo». Do mesmo modo, se a questão da proporcionalidade da representação parlamentar europeia foi finalmente resolvida, isso não aboliu o problema virtualmente insanável das diferenças de *dimensão* entre os países (população ponderada pela sua instrução e pelo seu rendimento, como já foi calculado para Portugal e Espanha), para não falar das outras diferenças certamente não menores, como a língua e a cultura, bem como o grau e o padrão de desenvolvimento de cada país!

Vital Moreira não tem aliás problema em reconhecer aquilo mesmo de que se queixam amargamente os anti-europeístas ao escrever: «A integração europeia traduziu-se numa compressão da soberania nacional e, portanto – acrescenta ele – numa constrição da democracia nacional». Pessoalmente, também não tenho problemas! Isso não impede, contudo, que ligeiramente mais de metade dos votos expressos no referendo do Reino Unido tenha optado pelo BREXIT! Para o final, o autor pergunta-se se a saída do Reino Unido não irá no sentido de favorecer mais passos em frente por parte da União no sentido de um quase-federalismo. Pessoalmente, não acredito, mas de qualquer modo não interessa saber quem perdeu mais. Na minha opinião, perdemos todos e os europeístas tanto ou mais do que os outros!

A emergência crescente destes movimentos de recuo, por vezes brutal, em relação ao processo de integração europeia, obriga-nos a observar que este extraordinário processo, tão inédito que é difícil classificar esta «espécie» de sistema político, é por seu turno forçado a regressar a determinadas «limitações» aos resultados atingidos. Concretamente, o próprio Vital Moreira não deixou de recuperar também esse fenómeno político estudado por tantos outros especialistas, a saber, o chamado «défice democrático europeu», de maneira a circunscrever a tal «défice» a inegável «crise de valores» que grassa na Europa e não só. Segundo ele, a legitimidade da União é efectivamente afectada por um déficit que se traduz internamente, mostrando que a «cidadania» não se compenetrou ainda do leque de novas competências do Parlamento Europeu; e externamente, sendo a expressão mais eloquente desse «défice» a abstenção maciça recorrente nas eleições europeias. Para o autor, a solução parece ser mais parlamentarismo e mais federalismo. Como cidadão, concordo. Contudo, na prática, uma tal solução pode equivaler, na presente hora, a atear um incêndio de protestos...

Sabe-se quais são as consequências do «défice democrático»: os «populismos» são uma delas. O autor prefere, porém, não aprofundar as causas de tal fenómeno recorrente. Pelo meu lado, publiquei há dez anos um artigo²¹ onde argumentava que tal déficit se devia mais aos governos e partidos nacionais do que à própria União, a começar pelos governos portugueses, os quais praticam regularmente aquilo a que eu chamava o «double-talk»: um discurso em Bruxelas e outro em Lisboa ou qualquer outra capital, reivindicando os governos nacionais os louros das decisões europeias quando estas parecem convir-lhes e queixando-se das decisões que não lhes convêm imputando-as a Bruxelas!

Assim se criava e continua a criar um capital político governamental de «queixa permanente», o qual, com o tempo, se transforma num déficit cada maior entre os eleitorados nacionais e a União, minando a legitimidade desta última em benefício dos governos e/ou dos partidos nacionais para ilusão dos seus eleitores. E quem fala de decisões não está a pensar apenas na actual política financeira e monetária mas nas próprias instituições e processos europeus, como se cada país não tivesse contribuído para estes, habitualmente por consenso, como de resto Vital Moreira explica muito bem por que razão o consenso prevalece, efectivamente, em relação à maioria nas decisões da União.

Por outras palavras, muitas são as áreas e muitos os mecanismos que geram constantemente esse déficit entre a União e cada um dos países-membros (por exemplo, as directivas europeias são frequentemente esvaziadas a nível nacional quando os governos não concordam com elas, como por exemplo a directiva sobre o trabalho em «part-time» em Portugal...²²). Do seu lado, a União Europeia é cada vez mais um edifício de laboriosidade extrema, ao ponto de se tornar opaco e permitir a suspeita, por parte dos eleitorados, de que essa opacidade não é totalmente involuntária nem

²¹ “O déficit democrático da União Europeia ou a história de um federalismo frustrado”. In LOBO, M. C.; LAÍNS, P. (orgs.) – *Em nome da Europa: Portugal em mudança (1986-2006)*. Lisboa, 2006. Num sentido muito diverso do meu, o próprio Vital Moreira remete para o excelente artigo, já um pouco datado, de Miguel Poiares Maduro, O *superavit* democrático europeu, *Análise Social*, n.ºs 158-159, 2001: pp. 119-152.

²² SILVA, Pedro Adão e – “The europeanisation of social policies in Portugal”. *Portuguese Journal of Social Sciences* (2011).

gratuita... No caso português, o défice de transparência, apesar do aparente consenso manifestado pelos sucessivos governos, está tanto mais interiorizado quanto nenhum tratado europeu foi referendado pelo eleitorado, como de resto a nossa própria Constituição e certas das suas alterações relevantes também nunca o foram!

Apesar da aguda crise actual, partilho a ideia do autor segundo a qual o Tratado de Lisboa possui virtualidades de aprofundamento democrático – ao invés do «défice» – e também é verdade que decorreram desde então apenas dez anos, esquecendo nós o tempo exigido por mudanças desta grandeza e deste ineditismo. Resta saber se nos será consentido o tempo necessário. Quanto a ser a União Europeia, como argumentam os anti-europeístas, «uma democracia sem povo», concordo plenamente com Vital Moreira quando este retorque, já perto do final da sua exaustiva súmula político-jurídica, que «a moderna democracia constitucional não é baseada em agregados sociais (povos, nações) mas sobre os cidadãos individuais»!

A fim de recuperar em breves palavras uma visão global das ciências sociais sobre o tema das «Democracias», valer-me-ei de uma citação do «decano» da ciência política brasileira, Wanderley Guilherme dos Santos, na abertura do seu artigo seminal de 1998, «Poliarquia em 3D»²³:

«Quem diz participação, diz democracia (Rousseau); quem diz democracia, diz organização (Robert Dahl); quem diz organização, diz oligarquia (Robert Michels) ou autoritarismo (dizem os factos). Este é um exemplo da série de transitividades perversas, paradoxos, circularidades que tornam a sobrevivência dos regimes democráticos algo precária, sujeita a ciclos aleatórios, a descontinuidades e sobressaltos. É possível identificar os atributos característicos de uma democracia estável e também se pode estabelecer a crónica da emergência e evolução de grande parte desses atributos. Mas, tanto quanto me seja conhecido, o factor *E* (estabilidade) permanece indecifrado, quero dizer, aquele ingrediente que faz com que tais atributos se sustentem imperturbáveis por longos períodos, em alguns casos, em outros não, e cuja ausência leva as democracias ao colapso».

O exemplo mais recente de um processo de crescente e inesperada *instabilidade* política e social em plena Europa democrática e transnacional é aquele fornecido neste momento da conjuntura europeia pela Catalunha...

²³ SANTOS, Wanderley Guilherme dos – «Poliarquia em 3D». *Dados* (Rio de Janeiro), 1998, vol. 41, n.º 2.

Estudos do Século XX

Características Gerais da Revista, Normas de Arbitragem Científica, da apresentação e da publicação dos originais

1. A revista *Estudos do Século XX* é uma Revista com sistema de arbitragem científica, propriedade do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20, financiado plurianualmente pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. É editada pela Imprensa da Universidade de Coimbra.
2. A Direcção da revista é constituída pelo director e por dois secretários, sendo um deles o coordenador do respectivo número. No entanto, um número da revista poderá eventualmente ter dois coordenadores.
3. O Conselho Editorial da revista é constituído por investigadores estrangeiros, de reconhecido mérito, que forem considerados importantes para garantir o nível científico da revista, e pelos Coordenadores dos Grupos de Investigação. Também poderão participar nesse Conselho os membros ou alguns membros da Comissão Externa Permanente de Aconselhamento Científico (CEPAC) do CEIS20.
4. A revista, essencialmente temática, tem como finalidade primordial dar a conhecer os resultados das investigações que se vão realizando sobre o século XX.
5. Tendo em conta a finalidade referida, colaborarão na revista com artigos científicos, resenhas, notícias ou outro tipo de trabalhos, os membros do CEIS20 e outros investigadores de reconhecida idoneidade científica, que serão expressamente convidados, por proposta do respectivo coordenador da Revista e por decisão do Conselho Editorial. Haverá uma chamada (*call for paper*) a colaborações externas ao CEIS20.
6. Todas as contribuições submetidas à apreciação serão sujeitas a um processo de avaliação por pares (*peer review*). A decisão final sobre a publicação dos textos compete ao coordenador de cada número da revista, depois de considerados os pareceres dos pares (*referees*). Os pareceres e a decisão tomada sobre os trabalhos recebidos serão comunicados aos respectivos autores.
7. Aos autores será facultada apenas a revisão das primeiras provas tipográficas.
8. A Direcção e a Editora reservam-se o direito de alterar as referências, citações, siglas utilizadas em notas e outros elementos formais, adaptando-os ao sistema adoptado na revista.
9. Por cada artigo serão oferecidos 2 exemplares do número da revista em que colaborou.
10. As opiniões expressas nos artigos são da responsabilidade dos autores.
11. A publicação de imagens carece de autorização do seu detentor.

Estudos do Século XX

Journal features, peer review standards and conference presentation and journal article publication rules

1. *Estudos do Século XX* is a journal subject to peer review, which is the property of the Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20 (Centre of 20th century interdisciplinary studies – CEIS20), with multi-annual funding from the Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Foundation for Science and Technology). The journal is published by Imprensa da Universidade de Coimbra (Coimbra University Press).
2. The Board is composed of the Director and two Secretaries, one of whom act as the coordinator of the issue in question. An issue may, however, have two coordinators.
3. The journal's Editorial Committee is composed of renowned foreign researchers, who lend scientific merit to the journal, and the Research Group Supervisors. The Committee may also include some or all members of the CEIS20 External Scientific Advisory Board.
4. Each issue focuses on one theme, the core purpose of the journal being, however, to disseminate the findings of research carried out on the 20th century.
5. In view of such objective, the members of CEIS20 and other researchers of recognized scientific competence, who are expressly invited by the Journal coordinator, may submit scientific papers, recensions, news reports or other writings, which are published by decision of the Editorial Board. The CEIS20 lists a Call for Papers.
6. All submissions undergo peer review. The coordinator of the issue in question selects the texts for publication based on the referees' opinions. The authors will receive notice of the opinions and the acceptance for publication.
7. The authors are required to revise only the first proof sheet.
8. The Board and Publisher have the right to amend references, quotations, acronyms used in notes, and other formal elements of the text, according to the system adopted by the journal.
9. For each article submitted, the author receives 2 copies of the relevant journal issue.
10. The authors are expected to take full responsibility for the opinions expressed in their articles.
11. The publication of images requires permission of the holder.

Estudos do Século XX

Caractéristiques Générales de la Revue, Normes de l'Arbitrage Scientifique, de la Présentation et de la publication des Originaux

1. La revue *Estudos do Século XX* (Etudes du XXe Siècle) est une Revue disposant d'un système d'arbitrage scientifique, propriété du Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20 (Centre d'Etudes Inter-disciplinaires du XXe Siècle de l'Université de Coimbra – CEIS20), financée de façon pluriannuelle par la Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Fondation pour la Science et la Technologie). Elle est éditée par l'Imprensa da Universidade de Coimbra (Presse Universitaire de Coimbra).
2. La Direction de la revue est constituée par le directeur et par les deux secrétaires, l'un d'eux étant le coordinateur du numéro respectif. Toutefois, un même numéro de la revue pourra éventuellement avoir deux coordinateurs.
3. Le Conseil Editorial de la revue est constitué par des chercheurs étrangers, au mérite reconnu, qui sont considérés importants pour assurer le niveau scientifique de la revue, et par les Coordinateurs des Groupes de Recherche. Pourront aussi participer au Conseil, les membres ou certains membres du Comité Externe du Conseil Scientifique du CEIS20.
4. La revue, essentiellement thématique, a pour finalité primordiale de faire connaître les résultats des recherches qui sont effectuées sur le XXe siècle.
5. Etant donné la finalité mentionnée, pourront collaborer à la revue avec des articles scientifiques, des comptes-rendus, des informations ou d'autres types de travaux, les membres du CEIS20 et d'autres chercheurs dont la respectabilité scientifique est reconnue, qui seront expressément invités, à travers une proposition du coordinateur respectif de la Revue et par décision du Conseil Editorial. Il y aura un appel (*call for paper*) à collaborations extérieures au CEIS20.
6. Toutes les contributions soumises à appréciation seront sujettes à une procédure d'évaluation par les pairs (*peer review*). La décision finale à propos de la publication des textes revient au coordinateur de chaque numéro de la revue, après avoir pris en compte les avis des pairs (*referees*). Les avis et la décision prise sur les travaux mentionnés seront communiqués aux auteurs respectifs.
7. Ne sera faculté aux auteurs que la révision des premières épreuves.
8. La Direction et l'Éditeur se réservent le droit de modifier les références, les citations, les sigles utilisés dans les notes et autres éléments formels, en les adaptant au système adopté par la revue.
9. Pour chaque article seront offerts 2 exemplaires du numéro de la revue à laquelle vous aurez collaboré.
10. Les auteurs seront responsables des opinions exprimées dans les articles.
11. La publication des images nécessite une autorisation du titulaire des droits.

